

**PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS E DO  
ENQUADRAMENTO DOS CORPOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS  
DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAÍBA**



**PLANO DE AÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA UNIDADE DE  
GESTÃO HÍDRICA AFLUENTES MINEIROS DO BAIXO PARANAÍBA**



**JUNHO  
2013**

**REVISADO E APROVADO PELO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS  
AFLUENTES MINEIROS DO BAIXO PARANAÍBA EM MAIO DE 2017**

**República Federativa do Brasil**

Dilma Vana Rousseff  
Presidenta

**Ministério do Meio Ambiente**

Izabella Mônica Vieira Teixeira  
Ministra

**Agência Nacional de Águas****Diretoria Colegiada**

Vicente Andreu Guillo (Diretor-Presidente)  
Gisela Damm Forattini  
João Gilberto Lotufo Conejo  
Paulo Lopes Varella Neto

**Secretaria-Geral (SGE)**

Mayui Vieira Guimarães Scafura

**Procuradoria-Geral (PGE)**

Emiliano Ribeiro de Souza

**Corregedoria (COR)**

Elmar Luis Kichel

**Auditoria Interna (AUD)**

Edmar da Costa Barros

**Chefia de Gabinete (GAB)**

Horácio da Silva Figueiredo Júnior

**Coordenação de Gestão Estratégica (CGE)**

Bruno Pagnoccheschi

**Coordenação de Articulação e  
Comunicação (CAC)**

Antônio Félix Domingues

**Superintendência de Planejamento de  
Recursos Hídricos (SPR)**

Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares

**Superintendência de Administração,  
Finanças e Gestão de Pessoas (SAF)**

Luís André Muniz

**Superintendência de Gestão da Rede  
Hidrometeorológica (SGH)**

Valdemar Santos Guimarães

**Superintendência de Usos Múltiplos e  
Eventos Críticos (SUM)**

Joaquim Guedes Correa Gondim Filho

**Superintendência de Implementação de  
Programas e Projetos (SIP)**

Ricardo Medeiros de Andrade

**Superintendência de Apoio à Gestão de  
Recursos Hídricos (SAG)**

Luiz Corrêa Noronha

**Superintendência de Gestão da  
Informação (SGI)**

Sérgio Augusto Barbosa

**Superintendência de Regulação (SRE)**

Rodrigo Flecha Ferreira Alves

**Superintendência de Fiscalização (SFI)**

Flavia Gomes de Barros

## **COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO**

### **Agência Nacional de Águas**

#### **Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos (SPR)**

##### **Coordenação Geral**

Ney Maranhão

Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares

##### **Coordenação Executiva**

José Luiz Gomes Zoby

Márcio de Araújo Silva

##### **Equipe Técnica**

Célio Bartole Pereira

Edgar Gaya Banks Machado

Fernanda Abreu Oliveira de Souza

Flávio Hadler Tröger

João Augusto Bernaud Burnett

Marcela Ayub Brasil

Marcelo Pires da Costa

Renata Bley da Silveira de Oliveira

Teresa Luisa Lima de Carvalho

Thiago Henriques Fontenelle

Wagner Martins da Cunha Vilella

##### **Colaboradores**

##### **Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos (SPR)**

Aline Teixeira Ferrigno

Claudio Bielenki Junior

Daniel Izoton Santiago

Elizabeth Siqueira Juliatto

Gonzalo Álvaro Vázquez Fernandez

Laura Tilmann Viana

Letícia Lemos de Moraes

Marcelo Luiz de Souza

Roberto Carneiro de Morais

##### **Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos (SAG)**

Giordano Bruno Bomtempo

Marco Antônio Mota Amorim

Mariana Rodrigues Lírio

Nelson de Freitas

Rodrigo Flecha Ferreira Alves

Rosana Mendes Evangelista

Victor Sucupira

Viviani Pineli Alves

##### **Superintendência de Gestão da Informação (SGI)**

Márcio Bomfim Pereira Pinto

##### **Superintendência de Regulação (SRE)**

André Raymundo Pante

Bruno Collischonn

Éder João Pozzebon

Luciano Meneses Cardoso da Silva

## **EMPRESA CONTRATADA**

### **COBRAPE - Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos**

#### **Direção**

Alceu Guérios Bittencourt – Diretor Presidente  
Carlos Alberto Amaral de Oliveira Pereira – Diretor Técnico

#### **Coordenação**

Carlos Eduardo Curi Gallego – Coordenação Geral  
Maria Inês Muanis Persechini – Coordenação Geral  
Rafael Fernando Tozzi – Coordenação Executiva

#### **Equipe Técnica**

Andrei Mora Goulart  
Bruna Kiechaloski Miró  
Cristine de Noronha  
Christian Taschelmayer  
Flavia Scupino  
Gabriela Pacheco Correa  
Girlene Leite  
José Antônio Oliveira de Jesus  
Luiz Gustavo Christoff  
Maria Carolina Leal Polidori  
Mitsuyoshi Takiishi  
Priscilla Kiyomi Endo  
Regina Maria Martins de Araújo  
Robson Klisiowicz  
Sergei Augusto Monteiro Fortes  
Wagner Jorge Nogueira

#### **Consultores**

Antonio Eduardo Leão Lanna  
Cláudio Marchand Kruger  
Eliete Tedeschi  
Enéas Salati  
Francisco Lobato da Costa  
Maurício Marchand Kruger  
Paulo Borba L. de Moraes  
Rodolpho Humberto Ramina  
Sidnei Gusmão Agra  
Suzana Jardim

#### **Apoio Técnico**

Ana Paula Bora de Sousa  
Angélica Maciel Buch  
Cristian Vigorena  
Eduardo Bentes  
Felipe Alexander Lima da Silva  
José Luiz Archer Junior  
Ketlyn Salvatierra  
Renata Fernandes de Araújo  
Vinícius Cruvinel Rêgo

## **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAÍBA**

Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles – Presidente

Antônio Ismael Ballan – 1º Vice-Presidente

Angélica Haralampidou – 2ª Vice-Presidente

Nilo André Bernadi Filho – Secretário

### **Membros do CBH Paranaíba**

Acácio José Dianin - Associação dos Usuários das Águas da Região de Monte Carmelo – AUA

Alessandro de Oliveira Pereira - Sindicato Rural de Itumbiara

Alline Pereira de Freitas - Retiro Velho Energética S/A

Anamaria Moya Rodrigues - CAIAPONIA – Instituto de Saneamento Ambiental

Angelica da Fonseca Melo - Centro de Cultura e Aperfeiçoamento de Talentos Humanos

Angélica Haralampidou – SEMAC/MS

Anselmo Golynski - Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí – Morrinhos

Antônio Carlos Borges - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Vale do Paranaíba – AGROVALE

Antônio Eustáquio Vieira - Movimento Verde de Paracatu

Antônio Ismael Ballan - Caramuru Alimentos S/A.

Antônio Magno Figueira Netto – ADASA/DF

Antônio Pasqualetto - Universidade Católica de Goiás

Bento de Godoy Neto – SEMARH/GO

Bruno Gonçalves dos Santos - Prefeitura Municipal de Araguari

Carlos Ernane Vieira - Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH/MG

Caroline Meireles Fanfoni - Sociedade Educacional Vale do Aporé

Cristiane Martins Cotrim - Prefeitura Municipal de Itumbiara

Davi Silva Fagundes - ONG Motirõ

Diógenes Mortari – ADASA/DF

Eduardo de Melo Domingos - OAB/MG – 13ª Subseção – Uberlândia

Eduardo Luiz Ferreira Júnior - Prefeitura Municipal de Ituiutaba

Eduardo Veras de Araújo - FAEG

Elaine Lopes Noronha Farinelli - FIEG

Emerson Martins Costa - Cia. Thermas do Rio Quente

Everton Luiz de Miranda Júnior - Saneamento de Goiás S.A.

Fábio Bakker Isaias – CAESB/DF

Fábio Macedo Benício de Paiva - Sindicato Rural de Santa Vitória

Fabrcio Ribeiro - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES

Fernando Costa Faria - Federação dos Cafeicultores do Cerrado (sucessora do CACCER)

Flávio Jorge Franco - Cooperativa dos Piscicultores do Triângulo Mineiro – COOPETRIM

Francisco José de Carvalho Sobrinho - Condomínio do Sistema de Irrigação Rodeador – COSIR

Franklin de Paula Júnior - MMA

Geraldo Silvio de Oliveira - DMAE/Uberlândia

Gilmar Alves Machado - Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba - AMVAP

Gustavo Bernardino Malacco da Silva - Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês - FONASC

Hélio Alves Mendes - Prefeitura Municipal de Uberlândia

Henrique Luiz de Araújo Costa – SANEAGO

Jean de Carvalho Breves - CEMIG

Joonaldo Teixeira Oliveira - Furnas Centrais Elétricas – UHE Itumbiara

João Eduardo Della Torres – COPASA/MG

João Ricardo Raiser – SEMARH/GO

José Antônio de Lima - Fundação Educacional de Ecologia e Meio Ambiente - FEEMA

José Divino de Oliveira Lima - Prefeitura Municipal de Morrinhos

José Mauro de Oliveira Ferreira - Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado de Goiás – SIFAEG  
Leonardo da Costa Sampaio – SEMAC/MS  
Luciano Queiroz Filho - Prefeitura Municipal de Patrocínio  
Luís Augusto Peres Monteiro - Alvorada Administração e Participações S/A.  
Luiz Fernando Vilela Rezende - Consórcio Capim Branco de Energia - CCBE  
Luiz Marcos da Anunciação - Prefeitura Municipal de Cristalina  
Mara Cristina Moscoso - Movimento Ecológico do Lago – MEL  
Marcelo de Deus Melo - CEMIG  
Marcelo Gouveia Guimarães - Sindicato dos Produtores Rurais de Ituiutaba - SIPRI  
Marcelo Miller Barreto - Centro Universitário de Brasília – UNICEUB  
Marcelo Pereira da Silva - Associação Comunitária do Núcleo Rural Córrego da Onça  
Marcos Alexandre Ries - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A  
Marcos Antônio Correntino da Cunha - Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH/GO  
Marlúcio Ferreira dos Santos - Associação de Pesca Esportiva e Consciência Ambiental – ASPESCA  
Maurício Carvalho de Oliveira - MAPA  
Maurício L. Ludovice - CAESB  
Max Whendell de Paula Lima - Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba - ISEPI  
Milton Monteiro de Mendonça - Associação Pró-Comitê de Integração da Bacia do Rio Paranaíba  
Názara Maria Naves Silva Borges - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES - MG  
Nilo André Bernardi Filho - FIEMG  
Odair de Resende - Prefeitura Municipal de Quirinópolis  
Odélio Faria Maia - Prefeitura Municipal de Nerópolis  
Patrícia Valls e Silva – IBRAM/DF  
Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles - Fundação Universidade de Brasília (UnB)  
Reginaldo Passos - Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano - COMIGO  
Renata Maria de Araújo – SEMAD/MG  
Renato Dalla Lana - MME  
Roberval Dias Martins - Alcafoods Ltda.  
Robson Rodrigues dos Santos – IGAM/MG  
Rubens Leão de Lemos Barroso - Prefeitura Municipal de Rio Verde  
Sérgio Luiz de Oliveira Brandão - Prefeitura Municipal de Mineiros  
Sidinea Faria Gonçalves Silva - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS  
Silvio Tavares Carrilho - INDERC - Instituto de Desenvolvimento Regional do CINTAP  
Sylvio Luiz Andreozzi - UFU  
Tamim Teixeira Mattar - Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAPE-DF  
Thaís Macedo Ribeiro - Caramuru Alimentos S/A.  
Tiago Freitas de Mendonça - Sindicato Rural de Morrinhos  
Vanda Davi Fernandes de Oliveira - Ambiente e Educação Interativa - AMEDI  
Vandete Inês Maldaner – IBRAM/DF  
Wilson de Azevedo Filho - Estância Thermas Pousada do Rio Quente

## **Grupo Técnico do Plano de Recursos Hídricos – GT Plano**

Wilson Akira Shimizu – UFU (Coordenador do GT Plano)  
Ana Helena Vilela Resende – Prefeitura Municipal de Mineiros  
César Pereira Caixeta – Prefeitura Municipal de Patos de Minas  
Claudio Antonio Di Mauro – UFU  
Deivid Lucas de Oliveira – FIEMG  
Elisabeth Arndt – IMASUL/MS  
Fábio Bakker Isaias – CAESB/DF  
Fernando Costa Faria – CBH Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba  
Fernando Costa Junqueira – SANEAGO  
Ivan Bispo – Sindicato Rural de Cristalina  
João Eduardo Della Torres Ferreira – COPASA  
João Ricardo Raiser – SEMARH/GO  
Mara Cristina Moscoso – Movimento Ecológico do Lago-DF  
Marcos Alexandre Ries – Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A  
Maria Regina Cintra Ramos – IGAM  
Nilo André Bernardi Filho – CBH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba  
Osny Zago – Poder Público Municipal-Sacramento/MG  
Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles – UNB  
Vanusia Satiro Franco – Associação Regional de Proteção Ambiental  
Vitor Hugo Antunes – SEAGRO  
Volnei Ferreira de Paiva – Prefeitura Municipal de Capinópolis  
Wilson de Azevedo Filho – Cia. Thermas do Rio Quente/GO

### **Colaboração**

Cynthia Guerra – Secretaria Executiva do CBH Paranaíba  
Benedito Tavares Júnior – Secretaria Executiva do CBH Paranaíba

## **APOIO TÉCNICO E INSTITUCIONAL**

### **Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA)**

Diógenes Mortari

Rafael Mello

### **Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (IMASUL)**

Angélica Haralampidou

Elisabeth Arndt

### **Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)**

Cleide Isabel Pedrosa de Melo

Hugo Philippe de Jesus Cunha

Luiza de Marillac Moreira Camargos

Robson Rodrigues dos Santos

Polyanna Custódio Duarte

Laura Bertolino de Souza Lima

Janis Lawren da Costa Santos

Allan de Oliveira Mota

### **Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH)**

Augusto de Araújo Almeida Netto

Bento de Godoy Neto

João Ricardo Raiser

### **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal (SEMARH)**

Maria Silvia Rossi

Ludmyla Castro e Moura



## Sumário

1	Introdução .....	17
1.1	O PRH Paranaíba.....	17
1.2	O Plano de Ação de Recursos Hídricos.....	19
1.3	Estrutura do PARH.....	21
2	Diagnóstico .....	22
2.1	Aspectos Gerais.....	22
2.2	Características Físico-Bióticas .....	25
2.2.1	Clima .....	25
2.2.2	Hipsometria, Geomorfologia e Geologia.....	26
2.2.3	Pedologia e Aptidão Agrícola.....	26
2.2.4	Erosão .....	30
2.2.5	Biomassas, Unidades de Conservação e Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade.....	30
2.2.6	Ecossistemas Aquáticos.....	33
2.2.7	Área Sujeita à Restrição de Uso com Vistas à Proteção dos Recursos Hídricos e dos Ecossistemas Aquáticos.....	34
2.3	Uso e Ocupação do Solo .....	37
2.4	Caracterização Socioeconômica.....	39
2.4.1	Demografia .....	39
2.4.2	Indicadores Sociais .....	40
2.4.3	Atividades Econômicas .....	41
2.4.4	Estrutura Fundiária .....	43
2.4.5	Comunidades Tradicionais .....	43
2.5	Infraestrutura de Saneamento Ambiental.....	44
2.6	Demandas e Usos da Água.....	46

2.6.1	Abastecimento Humano.....	48
2.6.2	Indústria.....	49
2.6.3	Pecuária.....	49
2.6.4	Agricultura Irrigada.....	49
2.6.5	Aquicultura.....	50
2.6.6	Mineração.....	50
2.6.7	Geração de Energia.....	50
2.6.8	Navegação.....	53
2.6.9	Pesca.....	53
2.6.10	Turismo e Lazer.....	53
2.7	Disponibilidade Hídrica.....	54
2.7.1	Disponibilidade Hídrica Superficial.....	54
2.7.2	Qualidade das Águas Superficiais.....	58
2.7.3	Disponibilidade Hídrica Subterrânea.....	62
2.7.4	Qualidade das Águas Subterrâneas.....	67
2.8	Balancos Hídricos.....	68
2.8.1	Quantitativo.....	68
2.8.2	Qualitativo.....	70
2.9	Eventos críticos.....	71
2.10	Aspectos Legais e Institucionais.....	72
2.11	Diagnóstico Integrado.....	74
3	Prognóstico.....	77
3.1	Variáveis Articuladas.....	77
3.2	Demandas e Usos Consuntivos da Água.....	81
3.3	Balanço Hídrico.....	82
3.3.1	Quantitativo.....	82
3.3.2	Qualitativo.....	86

4	Intervenções e Investimentos .....	91
4.1	Caracterização das Intervenções e Investimentos .....	91
4.2	Componente 1 – Gestão de Recursos Hídricos .....	97
4.3	Componente 2 – Saneamento Ambiental .....	128
4.4	Componente 3 – Bases para a Gestão .....	134
5	Diretrizes e Recomendações para os Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.....	145
5.1	Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos.....	145
5.1.1	Estabelecimento dos critérios de entrega de água entre corpos hídricos de domínio estadual, distrital e federal .....	146
5.1.2	Adoção da disponibilidade hídrica e demanda sazonais.....	146
5.1.3	Estabelecimento de padrões de eficiência do uso da água na irrigação .....	147
5.1.4	Estabelecimento de metas progressivas de racionalização do uso da água .....	147
5.1.5	Estabelecimento de condicionantes temporais das outorgas .....	147
5.1.6	Medição de volumes de água captados.....	148
5.1.7	Avaliação dos critérios de outorga com barramentos.....	148
5.1.8	Revisão das vazões que estabelecem usos insignificantes .....	149
5.1.9	Criação de associações de usuários .....	150
5.1.10	Uso prioritário em bacias com mananciais de abastecimento público .....	150
5.1.11	Critérios para minimização de conflitos entre empreendimentos hidrelétricos e outros usos .....	150
5.1.12	Estabelecimento de critérios de outorga de água subterrânea em áreas especiais.....	157
5.1.13	Fortalecimento do processo de outorga de lançamento.....	157
5.2	Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais.....	157
5.3	Planos de Recursos Hídricos .....	162
5.3.1	Atualização periódica do PRH Paranaíba.....	162
5.3.2	Elaboração e atualização dos PRHs de Bacias Afluentes.....	163
5.3.3	Acompanhamento da implementação do PRH Paranaíba .....	163
5.4	Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos.....	163

5.4.1 Estruturação, consolidação e atualização dos sistemas de informações.....	164
5.4.2 Integração dos sistemas de informações.....	164
5.4.3 Atualização periódica do banco de dados do PRH Paranaíba .....	164
5.5 Fiscalização .....	164
5.5.1 Execução de planos anuais de fiscalização.....	165
5.5.2 Verificação do cumprimento das outorgas .....	165
5.5.3 Identificação de usuários não regularizados com adoção de medidas destinadas à regularização.....	165
6 Recomendações aos Setores de Usuários, Governamental e Sociedade Civil.....	166
6.1 Agricultura.....	166
6.2 Pecuária .....	167
6.3 Saneamento Básico.....	168
6.4 Indústria e Mineração .....	170
6.5 Geração de Energia Elétrica .....	170
6.6 Navegação .....	172
6.7 Aquicultura.....	172
6.8 Turismo, Lazer e Pesca Esportiva .....	173
6.9 Poder Público .....	173
6.10 Sociedade Civil.....	175
7 Conclusões .....	176
Referências Bibliográficas e Documentos Consultados .....	179
<b>Resoluções da ANA .....</b>	<b>185</b>
<b>Deliberações do CBH Paranaíba .....</b>	<b>185</b>
<b>Portarias e Resoluções do CNRH.....</b>	<b>186</b>
ANEXO 1 – Disponibilidade hídrica e demandas (vazões de consumo) nos pontos de controle ...	187
ANEXO 2 – Demandas (vazões de consumo) nos pontos de controle por setor.....	188

## Lista de Figuras

Figura 1- Localização da UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba na Bacia do Rio Paranaíba .....	20
Figura 2- Localização e divisão político-administrativa.....	23
Figura 3- Afluentes do Baixo Paranaíba (MG).....	24
Figura 4- Precipitações médias mensais em Ituiutaba (MG) .....	25
Figura 5- Hipsometria e unidades geomorfológicas .....	27
Figura 6- Bacia Sedimentar do Rio Paraná.....	28
Figura 7- Aptidão agrícola .....	29
Figura 8- Remanescentes de vegetação nativa, Unidades de Conservação (UCs) e Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade (APCBs).....	32
Figura 9- Área Sujeita à restrição de uso calha do rio Tijuco.....	36
Figura 10- Uso e ocupação do solo, na bacia do Paranaíba e na UGH.....	37
Figura 11- Uso e ocupação do solo.....	38
Figura 12- Participação do PIB dos municípios mineiros pertencentes à bacia no PIB de Minas Gerais .....	41
Figura 13- Área ocupada pela cana-de-açúcar na UGH .....	42
Figura 14- Composição relativa das demandas setoriais por água (vazões de captação).....	47
Figura 15- Composição relativa das demandas setoriais por água (vazões de consumo).....	48
Figura 16- Aproveitamentos hidrelétricos (PCHs e UHEs) em operação e em estudo .....	52
Figura 17- Unidade de planejamento hídrico (UPH) e pontos de controle (PCs).....	56
Figura 18- Valores médios do parâmetro DBO (2008-2009) .....	59
Figura 19- Valores médios do parâmetro fósforo total (2008-2009).....	60
Figura 20- Valores médios do parâmetro coliformes termotolerantes (2008-2009).....	60
Figura 21- Sistemas aquíferos.....	64
Figura 22- Balanço hídrico quantitativo (Q7,10).....	69
Figura 23- Balanço hídrico qualitativo no diagnóstico (Coliformes termotolerantes, DBO e fósforo total) considerando as cargas poluidoras domésticas urbanas e a vazão de referência Q7,10.....	70

Figura 24- Algumas questões envolvendo os recursos hídricos na UGH.....	75
Figura 25- Área agrícola irrigada no diagnóstico (2010) e nos cenários (2030) .....	79
Figura 26- Balanço hídrico quantitativo no cenário tendencial .....	83
Figura 27- Balanço hídrico quantitativo no cenário normativo .....	84
Figura 28- Balanço hídrico quantitativo no cenário crítico .....	85
Figura 29- Balanço hídrico qualitativo no cenário crítico (coliformes termotolerantes, DBO e fósforo total) considerando as cargas poluidoras domésticas urbanas e a vazão de referência Q7,10.....	87
Figura 30- Balanço hídrico qualitativo no cenário normativo (coliformes termotolerantes, DBO e fósforo total) considerando as cargas poluidoras domésticas urbanas e a vazão de referência Q7,10 .....	88
Figura 31- Cargas remanescentes na UGH (coliformes termotolerantes, DBO e fósforo total) .....	90
Figura 32- Cronograma de desembolso dos investimentos por componente e percentual do total ...	93
Figura 33- Distribuição temporal do orçamento dos programas do Componente 1 no horizonte de planejamento .....	99
Figura 34- Ampliação da rede de monitoramento hidrológico (pluviométrico e fluviométrico) – Subprogramas 1.D.1 e 1.D.2 .....	115
Figura 35- Ampliação da rede de monitoramento hidrológico (qualidade da água) – Subprograma 1.D.3.....	117
Figura 36- Distribuição temporal do orçamento do programa 2.A no horizonte de planejamento .	128
Figura 37- Distribuição temporal do orçamento dos programas do Componente 3 no horizonte de planejamento .....	135
Figura 38- Anexo III do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba .....	153
Figura 39- Balanço Hídrico – Vazão de Consumo/Disponibilidade Hídrica (Q95%).....	154
Figura 40- Fósforo Total – Cenário Crítico .....	155
Figura 41- Principais áreas para a ictiofauna.....	156
Figura 42- Proposta de enquadramento dos corpos hídricos superficiais.....	159

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Municípios que compõem a análise da UGH.....	22
Tabela 2 – Áreas desmatadas e remanescentes de Cerrado e Mata Atlântica.....	30
Tabela 3 – Municípios da UGH, segundo IFDM total e desagregado por componentes, assim como posição no <i>ranking</i> nacional e estadual – 2000 e 2007.....	
Tabela 4 – Dados de abastecimento de água e esgotamento sanitário das sedes municipais ..... <b>Erro! Indicador não definido.</b>	
Tabela 5 – Coleta e disposição dos resíduos sólidos urbanos.....	
Tabela 6 – Taxas de retorno da água conforme o uso.....	46
Tabela 7 – Demandas de captação da UGH e total da bacia do Paranaíba.....	47
Tabela 8 – Relação de aproveitamentos hidrelétricos (em operação e em estudo) na UGH.....	51
Tabela 9 – Síntese das disponibilidades hídricas para a UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba.....	57
Tabela 10 – Disponibilidades hídricas superficiais de referência nas UPHs.....	57
Tabela 11 – Padrões de qualidade da água doce (coliformes termotolerantes, DBO e fósforo total).....	58
Tabela 12 – Cargas de origem doméstica da UGH e da bacia do Paranaíba.....	61
Tabela 13 – Reserva ativa nos pontos de controle.....	63
Tabela 14 – Características dos poços tubulares na UGH.....	63
Tabela 15- Relação dos poços monitorados e seus usos atuais.....	63
Tabela 1- Divisão hidroquímica do aquífero Guarani.....	63
Tabela 17 – Variáveis articuladas nos cenários tendencial, normativo e crítico.....	78
Tabela 18 – Variáveis articuladas nas estimativas de cargas poluidoras urbanas.....	80
Tabela 19– Demandas de consumo da UGH no diagnóstico e nos cenários.....	81
Tabela 20– Investimentos previstos para implementação do PRH Paranaíba na UGH.....	92
Tabela 21 – Hierarquização das intervenções segundo a relevância para a gestão.....	93
Tabela22– Investimentos estimados para efetivação do PRH Paranaíba na UGH, por componentes, programas e subprogramas.....	94

Tabela 23– Potencial de conflito entre empreendimentos hidrelétricos inventariados (PCHs) e de geração de energia versus usos múltiplos na UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba ..... **Erro! Indicador não definido.**

Tabela 24– Proposta de enquadramento – trechos enquadrados na UGH ..... 159

Tabela 25– Subprogramas vinculados ao Programa de Efetivação do Enquadramento..... 160



## **1 Introdução**

### **1.1 O PRH Paranaíba**

A Lei das Águas impõe importantes desafios à gestão dos recursos hídricos no País. Entre os elementos incorporados, destacam-se a exigência do uso múltiplo dos recursos hídricos suportado por ampla negociação entre os usuários, a consideração dos efeitos que novos empreendimentos podem ter sobre a bacia hidrográfica, o valor econômico, social e ambiental da água, bem como o planejamento integrado a gestão.

Neste contexto, o planejamento dos recursos hídricos adquire aspecto fundamental, pois representa o espaço de construção de uma visão integrada sobre os principais desafios que devem ser enfrentados para assegurar quantidade e qualidade da água para as atuais e futuras gerações. Representa uma oportunidade para organizar a atuação dos gestores de recursos hídricos, a fim de que sejam produzidas intervenções segundo objetivos comuns, de modo a aproveitar oportunidades, agregar iniciativas e produzir sinergias.

O planejamento, preconizado pela Lei das Águas, propicia um olhar abrangente dos recursos hídricos ao incorporar a participação de diversos atores por meio de um processo de participação pública e mediante uma abordagem que considera a complexidade, a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a incerteza que permeiam as questões envolvidas. É neste processo que emergem novas construções do conhecimento.

O plano de recursos hídricos se constitui, assim, em um roteiro para alcançar a visão de futuro estabelecida pelos seus atores. É nesta perspectiva que deve ser entendida a elaboração do planejamento para a bacia do rio Paranaíba.

O rio Paranaíba, um dos formadores do importante rio Paraná, apresenta extensão de 1.008 km até sua foz, recebendo, em seu percurso, águas de quatro unidades da federação: Minas Gerais, onde estão suas nascentes, Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul. A sua bacia de contribuição apresenta posição estratégica no contexto nacional, situando-se entre o Triângulo Mineiro e as grandes capitais Goiânia e Brasília.

Esta bacia, que vem apresentando um expressivo desenvolvimento nos últimos anos, se consolida cada vez mais como um importante eixo logístico, conectando as regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, e também como uma fronteira agrícola em franca expansão, em especial para a produção de grãos. Além disso, apresenta importante trecho navegável da Hidrovia do Paraná e um expressivo parque de geração hidrelétrica. É complementada pela atividade industrial e forte concentração populacional nos centros urbanos, que abrigam cerca de 8,5 milhões de habitantes.

Todas estas características, somadas às potencialidades da bacia em termos de clima, solos, bens minerais e biodiversidade, realçam a importância crescente da região para o País.

O modelo de desenvolvimento da bacia, para que seja assentado em bases sustentáveis, não pode deixar de considerar a água como elemento estruturante do seu processo. É nesta perspectiva que foi elaborado, no período de 2010 a 2013, o “Plano de Recursos Hídricos e do Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba” – PRH Paranaíba. A sua missão é articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Paranaíba.

O PRH se constitui como importante instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, pois embasa as ações para a gestão compartilhada e o uso múltiplo e integrado dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

Cabe destacar que o planejamento deve ser compreendido na perspectiva de um instrumento contínuo e dinâmico numa visão de longo prazo. Para que isso aconteça, o PRH deve possuir um caráter adaptativo, ou seja, deve ser sistematicamente avaliado e ter sua trajetória ajustada durante a sua execução, de forma a responder às frequentes mudanças do contexto.

A construção do PRH Paranaíba buscou promover a participação pública em três vertentes. A primeira envolveu o acompanhamento dos trabalhos pelo Grupo Técnico do Plano de Recursos Hídricos – GT Plano, que é formado por membros e representantes de membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba – CBH Paranaíba. A segunda se relacionou a série de reuniões públicas e a terceira foi conduzida diretamente pelas discussões travadas no CBH Paranaíba.

Este processo buscou engajar a sociedade no Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos por meio do compartilhamento do conhecimento sobre a bacia e da proposição de iniciativas. Visou, em última instância, criar um comprometimento coletivo dos envolvidos, elemento imprescindível para o sucesso do PRH.

O PRH Paranaíba concentra-se, em sua etapa final, na definição dos objetivos e das metas a serem alcançadas em relação à quantidade e à qualidade das águas, bem como no estabelecimento das diretrizes que orientam a aplicação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos. Nesta perspectiva, identifica ações, que são escalonadas no tempo e no espaço, e avalia custos associados e as fontes para orientar o modelo de gerenciamento integrado de recursos hídricos da bacia sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

O PRH foi construído para orientar o CBH Paranaíba, os CBHs de bacias de rios afluentes, os Órgãos Gestores de Recursos Hídricos do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Mato Grosso do

Sul e Minas Gerais e demais componentes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos na gestão efetiva dos recursos hídricos da bacia. Estas responsabilidades são, por sua natureza, compartilhadas em várias dimensões e os esforços devem ser orientados na direção de estabelecer parcerias para sua execução, concentrando energias em torno de objetivos comuns.

Neste sentido, foram produzidos os Planos de Ação de Recursos Hídricos (PARH) para cada uma das dez Unidades de Gestão Hídrica (UGHs) em que foi subdividida a bacia do rio Paranaíba. Os PARH, portanto, têm foco na apresentação dos resultados produzidos no PRH Paranaíba e desagregados para a região das UGHs, fornecendo produtos com maior detalhamento para os diferentes setores da bacia.

Espera-se, por fim, que o PRH Paranaíba e os PARH se constituam em documentos de referência na interlocução entre os atores sociais, na busca de soluções que elevem a importância da água e que transformem o CBH Paranaíba e os CBHs de bacias afluentes em instâncias regionais indutoras do desenvolvimento sustentável e da inclusão social.

## **1.2 O Plano de Ação de Recursos Hídricos**

O presente documento constitui o “Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão Hídrica Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba” (PARH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba) que foi desenvolvido no âmbito da elaboração do PRH Paranaíba. O PRH, e conseqüentemente os PARH, foram estruturados a partir de três etapas: Diagnóstico, Prognóstico e Metas/Programas.

No Diagnóstico, foi sistematizada uma grande quantidade de dados anteriormente dispersos em órgãos e instituições e com diferentes níveis e escalas de levantamento, a fim de constituir um quadro de referência sobre uma ampla diversidade de temas socioeconômicos, ambientais e, principalmente, hídricos. O trabalho foi desenvolvido com base em dados secundários já produzidos para a bacia, complementados por dados primários referentes às áreas irrigadas.

A etapa de Prognóstico foi desenvolvida com o objetivo de avaliar as pressões e os reflexos do crescimento econômico sobre os recursos hídricos.

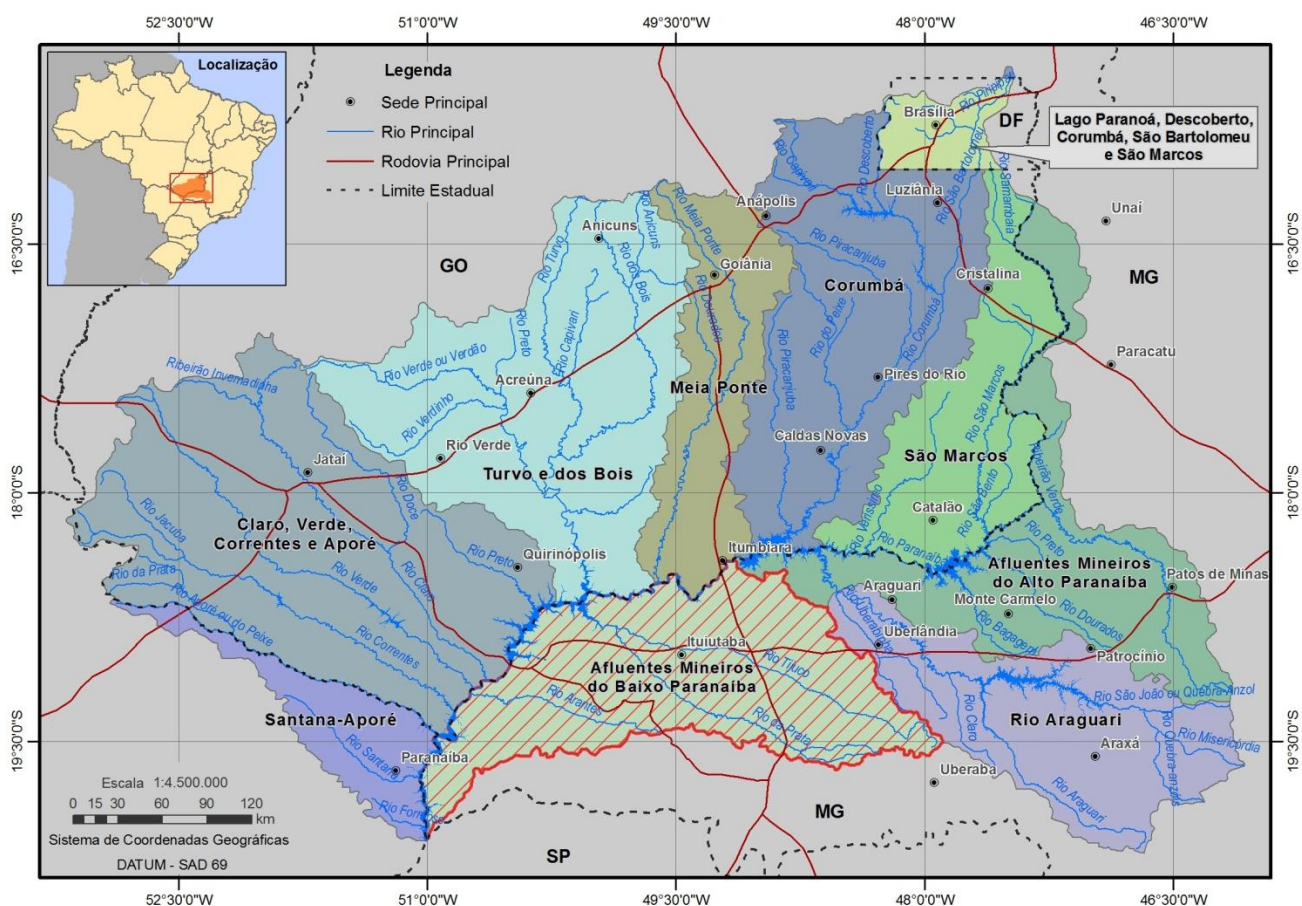
Na etapa de Metas e Programas, as questões identificadas, nas etapas anteriores, como relevantes para o desenvolvimento do uso dos recursos hídricos em bases sustentáveis, subsidiaram a construção de um conjunto de diretrizes para gestão da água e intervenções na bacia. Os custos de investimentos de cada ação foram quantificados e os programas governamentais federais e estaduais, que poderão constituir fontes de financiamento, identificados.

Cumprе ressaltar que, para fins de análise e planejamento do PRH Paranaíba, a bacia hidrográfica foi subdividida em dez Unidades de Gestão Hídrica (UGH) que foram definidas em

conjunto com os órgãos gestores de recursos hídricos das quatro unidades da federação que a compõem – Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. A UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba é uma das três unidades do estado de Minas Gerais na bacia (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Cabe ressaltar que no estado de Minas Gerais, conforme Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos n.º 36 de 2012 a UGH é denominada Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais (UPGRH).

Figura 1- Localização da UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba na Bacia do Rio Paranaíba



O PARH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba foi elaborado a partir do conteúdo produzido no PRH Paranaíba sobre a unidade de gestão. A estrutura do documento reflete as etapas da elaboração do plano de recursos hídricos e está focada na sistematização das principais questões que comprometem a qualidade e quantidade de água, identificadas no Diagnóstico (condição atual) e no Prognóstico (cenários para 2030), e, principalmente, no detalhamento dos programas e intervenções necessários à gestão dos recursos hídricos, estabelecidos em suas Metas e Programas. Alinha-se, desse modo, aos objetivos e metas definidos para o PRH Paranaíba. Os aspectos metodológicos que produziram os dados e as informações, assim como o processo participativo envolvido, apresentam-se detalhados no PRH Paranaíba.

### **1.3 Estrutura do PARH**

O PARH está subdividido em oito capítulos que sistematizam as principais informações e o conjunto de intervenções propostas para a UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba.

O Capítulo 2 apresenta o diagnóstico da bacia, sistematizando uma grande quantidade de dados anteriormente dispersos em órgãos e instituições e com diferentes níveis e escalas de levantamento, a fim de constituir um quadro de referência sobre uma ampla diversidade de temas físico-climáticos, socioeconômicos, ambientais e, principalmente, hídricos. O trabalho foi desenvolvido com base em dados secundários já produzidos para a bacia, complementadas por dados primários de estudos específicos elaborados na bacia pela ANA.

O Capítulo 3 delinea os cenários de utilização futura dos recursos hídricos, considerando o ano de 2030, horizonte de planejamento adotado no PRH. O prognóstico avalia as pressões e os reflexos de uma série de premissas negativas e positivas para o desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos, avaliando os potenciais impactos em diferentes cenários de referência.

No Capítulo 4 são descritas as intervenções propostas para a bacia a fim de enfrentar as questões identificadas como mais relevantes para o uso sustentável dos recursos hídricos, apresentadas nos dois capítulos anteriores, não se limitando apenas a ações estruturais. Os custos de investimentos de cada ação são quantificados e os programas governamentais federais e estaduais, que poderão constituir fontes de financiamento, identificados.

O Capítulo 5 apresenta as diretrizes e recomendações para os instrumentos de gestão de recursos hídricos, incluindo proposta de enquadramento, fiscalização, outorga, sistemas de informações e planos de recursos hídricos.

No Capítulo 6 são apresentadas as principais recomendações aos setores de usuários de recursos hídricos, governamental e sociedade civil visando à compatibilização das suas atividades com a implementação do PRH.

O Capítulo 7 apresenta as principais conclusões.

Por fim, é apresentada a lista das referências bibliográficas e principais documentos consultados para elaboração do PRH Paranaíba e do PARH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba.

## 2 Diagnóstico

### 2.1 Aspectos Gerais

A UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba está localizada na região do Triângulo Mineiro e possui área de 27.024 km<sup>2</sup> (4% da área de Minas Gerais). As principais rodovias que dão acesso à região são as BR-050, BR-365, BR-364 e BR-497 (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Ao todo, são considerados na análise do PARH os 21 principais municípios que possuem área na UGH, sendo que 8 destes não possuem sede nesta unidade (Tabela 2). Destacam-se os municípios de Ituiutaba e Prata como principais centros urbanos, dentre aqueles que possuem sede na UGH.

Tabela 2 – Municípios que compõem a análise da UGH

Município	Área na UGH (%)	Sede na Bacia
Araporã	70	Sim
Cachoeira Dourada	100	Sim
Campina Verde	54	Não
Campo Florido	19	Não
Canápolis	100	Sim
Capinópolis	100	Sim
Carneirinho	72	Não
Centralina	100	Sim
Gurinhata	100	Sim
Ipiaçu	100	Sim
Ituiutaba	100	Sim
Iturama	5	Não
Limeira do Oeste	100	Sim
Monte Alegre de Minas	100	Sim
Prata	91	Sim
Santa Vitória	100	Sim
Tupaciguara	22	Não
Uberaba	24	Não
Uberlândia	41	Não
União de Minas	98	Sim
Veríssimo	47	Não

As principais bacias da UGH são as formadas pelos rios Tijuco, Arantes e da Prata (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Nesta região o rio Paranaíba possui diversos pequenos afluentes (Figura 3) e encontra-se sob a influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Ilha Solteira, São Simão e Cachoeira Dourada.

Figura 2- Localização e divisão político-administrativa

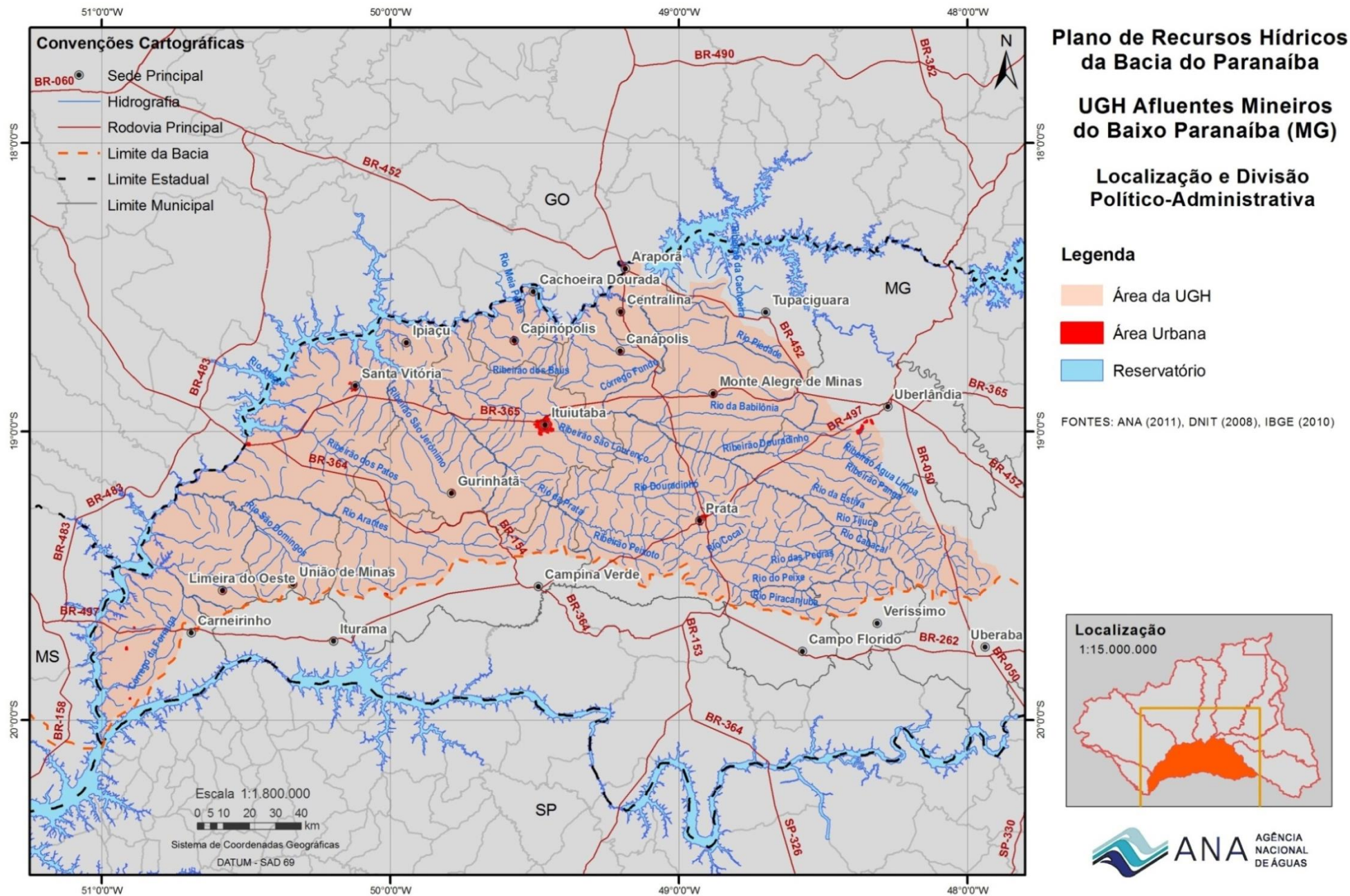
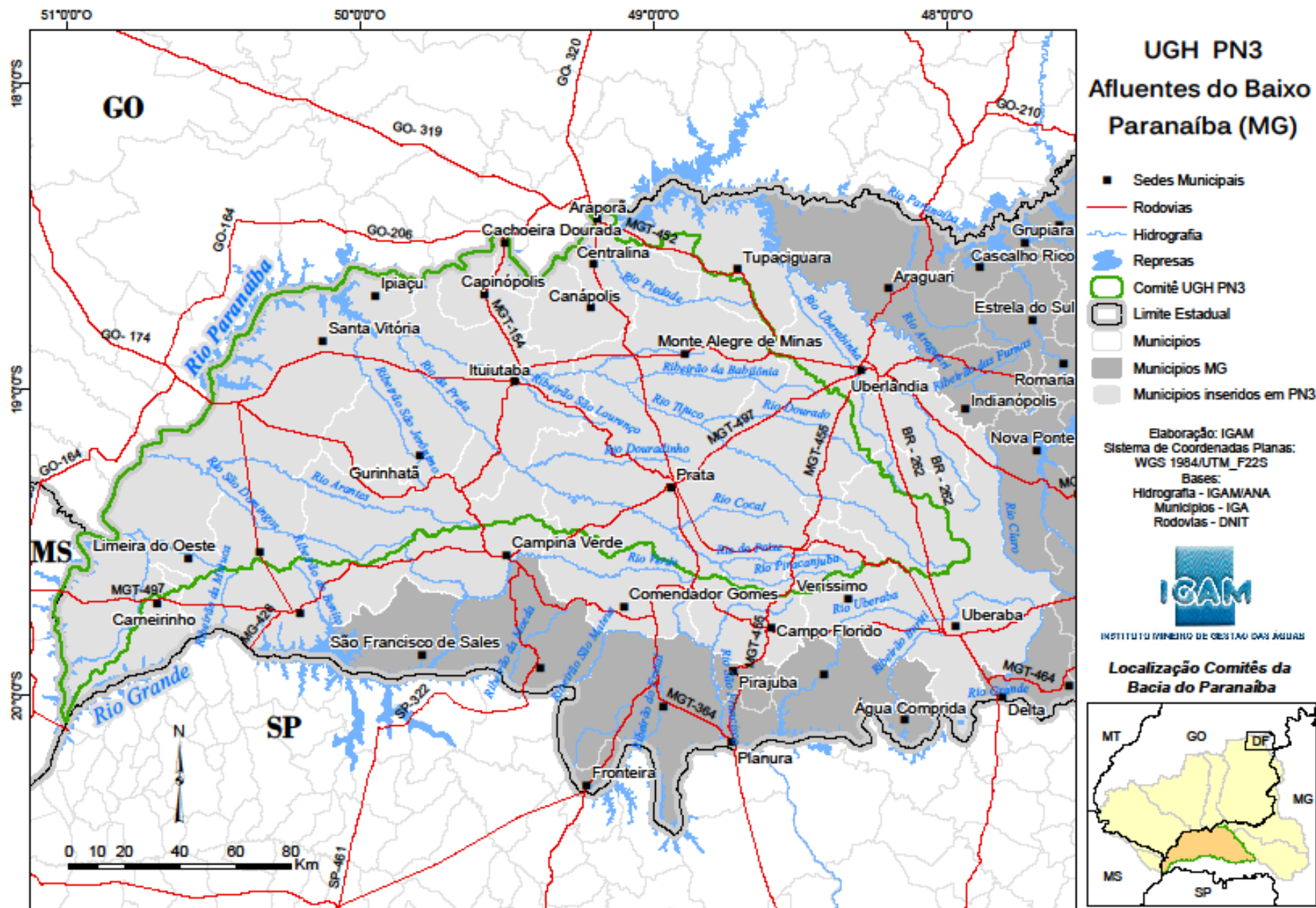


Figura 3- Afluentes do Baixo Paranaíba (MG)





Para fins de planejamento e sistematização de dados, a bacia do rio Paranaíba foi também subdividida em 20 Unidades de Planejamento Hídrico (UPHs) e em 65 Pontos de Controle (PCs). As UPHs correspondem a bacias e sub-bacias importantes no contexto da bacia, definidas segundo fatores hidrográficos (principais rios e afluentes), hidrológicos (presença de estações fluviométricas ou de barramentos que alteram a dinâmica fluvial) e de usos da água (presença de grandes centros urbanos ou de intensa irrigação). Os PCs são utilizados para apresentação dos valores de demanda e de disponibilidade hídrica, bem como para análise da relação entre estas duas variáveis. Dentro deste contexto, a UGH possui duas UPHs – Rio Tijuco/Ituiutaba e Rio Arantes/Rio da Prata – e os pontos de controle de número 23, 36, 37, 38, 39, 43, 50 e 54. A área de abrangência destas unidades será apresentada mais adiante.

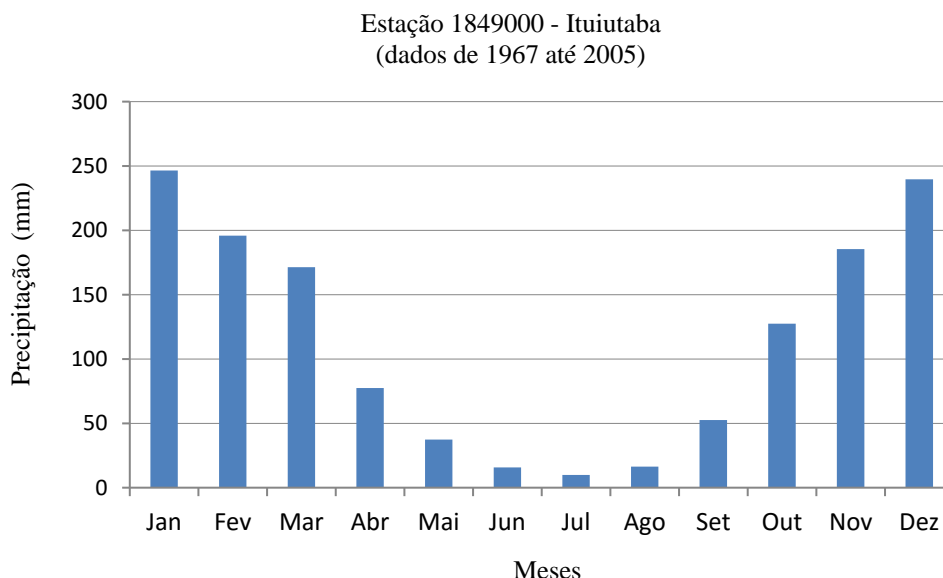
## 2.2 Características Físico-Bióticas

### 2.2.1 Clima

A UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba caracteriza-se, segundo a classificação climática de Köppen, pelo tipo “Aw”, que corresponde ao clima tropical quente em todas as estações do ano (temperatura média mensal maior ou igual a 18° C) com inverno seco.

A precipitação média anual na UGH é de 1.489 mm. Observa-se uma marcada sazonalidade em que os meses mais secos (maio a setembro) apresentam precipitação média mensal inferior a 55 mm, e os meses úmidos (outubro a março) apresentam média mensal superior a 100 mm, superando 200 mm em dezembro e janeiro (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Figura 4- Precipitações médias mensais em Ituiutaba (MG)



### 2.2.2 Hipsometria, Geomorfologia e Geologia

A UGH localiza-se na porção mais plana da bacia, com declividade inferior a 5% em sua maior parte. As maiores cotas altimétricas da ordem de 1.000 m ocorrem na porção leste (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Do ponto de vista geomorfológico, a UGH está situada no Planalto Rebaixado da Bacia do Paraná (Figura 6), onde predominam amplamente superfícies tabulares e suavemente onduladas e, secundariamente, vales.

Geologicamente a UGH está situada inteiramente na Província Paraná e compreende a área de ocorrência da Formação Vale do Rio do Peixe (Grupo Bauru), composta essencialmente por arenitos. O médio e baixo curso dos rios Arantes, da Prata e Tijuco integram um baixo topográfico que caracteriza um conjunto de vales vinculados aos materiais geológicos da Formação Serra Geral (Grupo São Bento).

### 2.2.3 Pedologia e Aptidão Agrícola

A análise pedológica revela o amplo predomínio de latossolos que ocupam 90% da área total da UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba. Os solos podzólicos ocupam 5% da área total e os outros tipos, incluindo glei pouco húmico, areia quartzosa e litólico, outros 5% da área.

A maior parte da UGH, que corresponde a 82% da superfície, apresenta aptidão regular para lavouras, enquanto a aptidão boa para lavouras corresponde a 15% da superfície (7). Embora de modo geral os solos apresentem baixa fertilidade natural, possuem boas propriedades físicas que, somadas a relevos planos e suaves ondulados, favorecem a mecanização agrícola, sendo aptos para a irrigação por aspersão.

As terras aptas para pastagem plantada (1% da área total) estão presentes em pequenas quantidades no município de Santa Vitória. As terras com aptidão restrita para lavouras (1%) estão presentes em pequenos trechos dos municípios de Uberaba e Uberlândia, na porção sudoeste da UGH. As terras inaptas para agricultura são pouco expressivas (2%).

Figura 5- Hipsometria e unidades geomorfológicas

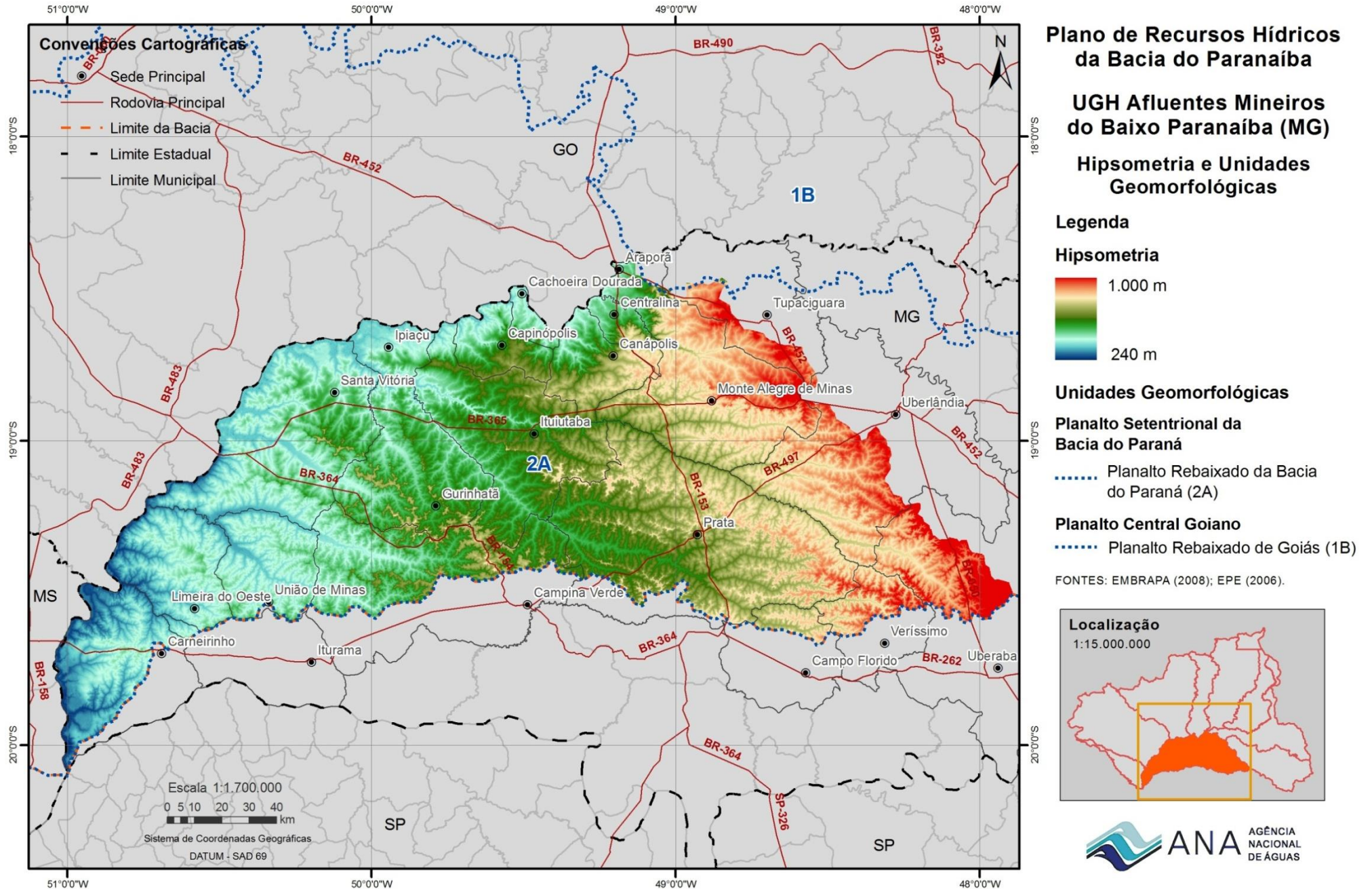
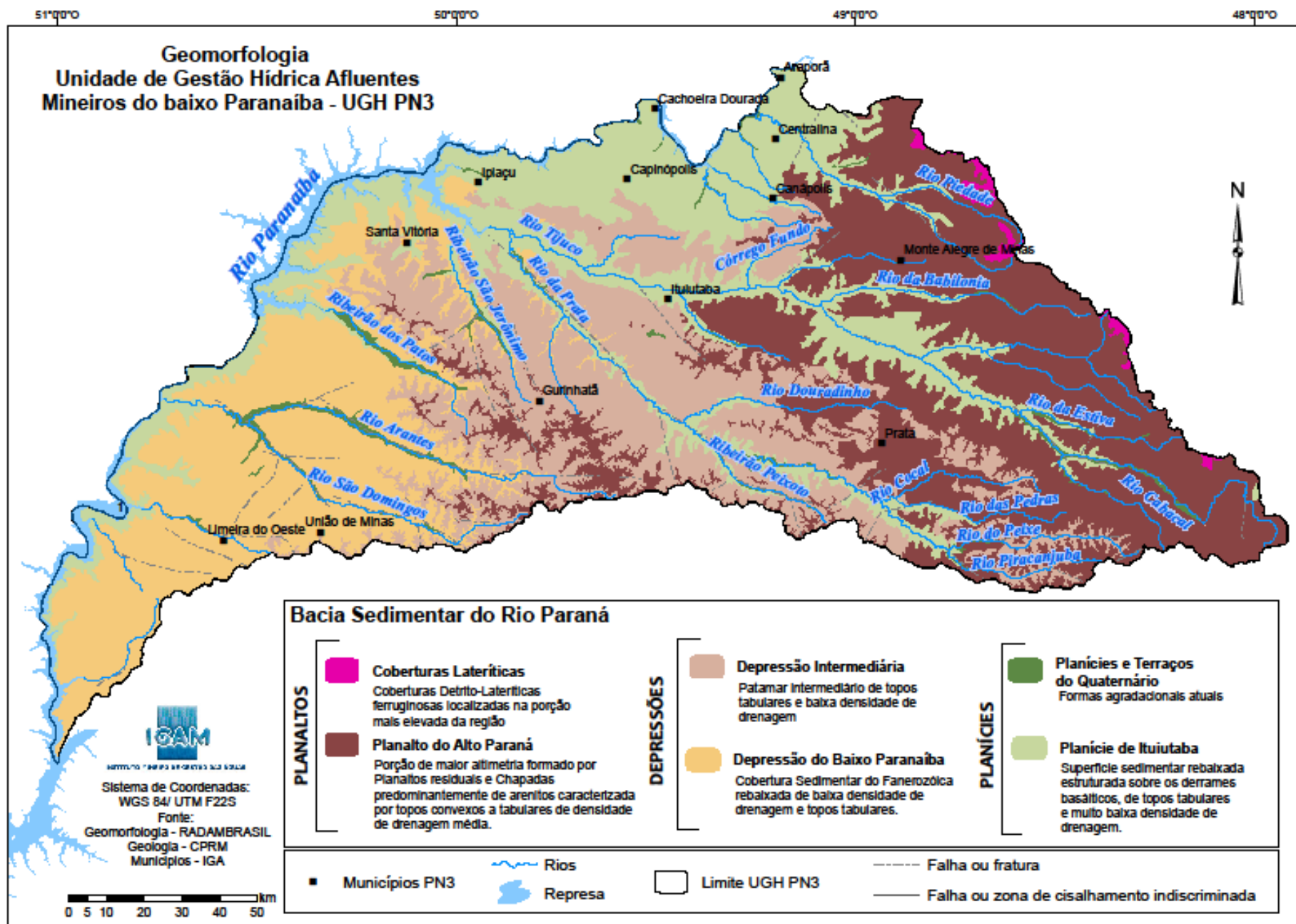


Figura 6- Bacia Sedimentar do Rio Paraná





## 2.2.4 Erosão

A erosão é resultado do desgaste progressivo do solo pela ação da água, do vento e de atividades de uso e ocupação do solo. Não foram identificados no PRH Paranaíba estudos que subsidiassem a análise da erosão na UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba.

Cabe destacar que, embora a UGH apresente baixas declividades, a presença de solos suscetíveis, a baixa preservação da cobertura vegetal, a intensa atividade agropecuária e a falta de manutenção das estradas vicinais, aumentam o risco de erosão das bacias e de assoreamento dos corpos d'água, assim como

## 2.2.5 Biomas, Unidades de Conservação e Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade

A UGH está inserida na região de ocorrência dos biomas Cerrado e Mata Atlântica, encontrando-se bastante desmatada em função das atividades humanas (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Em 2008, os remanescentes de vegetação nativa representavam 16,3% da área original. Como referência, cabe destacar que a bacia do rio Paranaíba apresenta 21,8% de remanescentes de vegetação nativa.

Os remanescentes de Cerrado concentram-se na porção meridional da UGH enquanto os de Mata Atlântica estão localizados nas proximidades da calha do rio Paranaíba, principalmente no município de Limeira do Oeste e Carneirinho (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Na Tabela 3 nota-se que a maior parte do desmatamento ocorreu até o ano de 2002, embora 2,0% das áreas de Cerrado tenham sido desmatadas entre 2002 a 2008. Ressalta-se que, com relação à Mata Atlântica, Minas Gerais é a unidade da federação onde foi registrado o maior desmatamento do Brasil nos últimos anos.

Tabela 3 – Áreas desmatadas e remanescentes de Cerrado e Mata Atlântica

	<b>Bioma</b>	<b>Desmatamento até 2002 (%)</b>	<b>Desmatamento entre 2002 e 2008 (%)</b>	<b>Remanescente em 2008 (%)</b>
UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba	Cerrado	79,1	2,0	18,9
	Mata Atlântica	93,4	0,0	6,6
	Total	82,1	1,6	16,3
Bacia do Paranaíba	Cerrado	75,9	1,7	22,4
	Mata Atlântica	85,4	0,2	14,4
	Total	76,6	1,6	21,8

\* Os percentuais de desmatamento e remanescentes foram calculados com base na área original ocupada pelos biomas em cada UGH, que não considera a área ocupada por corpos d'água.







Por fim, vale destacar o quadro atual sobre Unidades de Conservação (UCs) e Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade (APCBs), pela importância que desempenham tanto na limitação de aproveitamentos econômicos quanto no fornecimento de serviços ambientais, em especial na disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

Na bacia do Paranaíba as UCs cobrem apenas 3,3% de sua área total, sendo identificada na UGH apenas a UC Refúgio de Vida Silvestre dos Rios Tijucu e da Prata (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) – uma unidade estadual de proteção integral com 9.750,4 ha, criada em 2011, nos municípios de Ituiutaba, Campina Verde, Prata, Gurinhatã e Ipiacu. Foi identificada também uma Reserva Particular do Patrimônio Natural em Uberlândia – RPPN Reserva Ecológica do Panga, criada em 1997 com área de 409,5 ha. Desta forma, apenas 0,4% da área da UGH encontra-se protegida em unidades de conservação.

Quanto às APCBs, há a demarcação de duas importantes regiões com maior concentração de remanescentes de cerrado – APCB Arantes e APCB Campo Florido-Veríssimo (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Ambas são classificadas como de prioridade extremamente alta para implementar ações e com importância biológica muito alta para conservação da biodiversidade (MMA, 2007). Dentre as principais ameaças, destacam-se fogo, caça, carvão e agricultura, com destaque ainda para a expansão da cana-de-açúcar na APCB Campo Florido-Veríssimo. Dentre as ações prioritárias, destaca-se a recuperação de áreas de preservação permanente.

Além das APCBs demarcadas pelo MMA, há APCBs estaduais visando à proteção das veredas nascentes dos rios Tijucu e Uberabinha e de alguns remanescentes lóticos do rio Paranaíba (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

## 2.2.6 Ecossistemas Aquáticos

A bacia do rio Paranaíba está inserida na unidade ictiogeográfica Complexo Paraná/Paraguai na Província Ictiofaunística do Alto Paraná, integrando a Região Hidrográfica do Paraná.

Os dados de ictiofauna para a região estão disponíveis no atlas “**Biodiversidade em Minas Gerais- Um Atlas para sua Conservação**”, da Fundação Biodiversitas, 2005. Este relata que Minas Gerais abriga uma ictiofauna nativa estimada em 354 espécies, o que representa quase 12% do total encontrado no Brasil.

Para definição de áreas de conservação em relação a biodiversidade de peixes, segundo o Atlas, foram consideradas 33 áreas em Minas Gerais, sendo quatro de importância biológica especial, quatro de importância biológica extrema, nove de importância biológica muito alta, 11 de importância biológica alta e cinco de importância biológica potencial. As áreas indicadas compreendem o corpo

d'água, a faixa de preservação permanente (Lei nº 7.511, de 7 de julho de 1986) e a planície de inundação, quando existente.

A área 38, Remanescentes Lóticos do Rio Paranaíba (estabelecida pelo Atlas), que compreende o rio Tijuco, afluente do Baixo Paranaíba, abrange os municípios de Ituiutaba, Canápolis, Monte Alegre de Minas, Prata e Uberlândia, foi considerada de extrema importância biológica em função da riqueza de espécies de forma geral, da presença de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas no Estado de Minas Gerais, em função dos significativos remanescentes de vegetação e suas altas conectividades e alto grau de ameaça antrópica, em virtude do isolamento da área do restante da bacia devido à barramentos.

Através de um modelo simplificado e considerando como obstáculos físicos naturais os desníveis superiores a 5 m de altura, além dos barramentos (Usinas Hidrelétricas – UHEs e Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs), foram delimitadas as bacias do rio Paranaíba onde existem potenciais rotas migratórias (EPE, 2007).

Na UGH, há uma potencial rota migratória que vai da foz do rio Paranaíba até a jusante da UHE São Simão, abrangendo afluentes da margem esquerda do rio Paranaíba, inclusive o rio Arantes. Há outra rota que se estende do reservatório da UHE São Simão até a jusante da barragem da UHE Cachoeira Dourada, englobando afluentes da margem esquerda do rio Paranaíba dentre os quais estão os rios da Prata e Tijuco. Nessa região estão presentes espécies migratórias de longa distância. Outra potencial rota migratória na UGH vai desde o reservatório da UHE Cachoeira Dourada até a jusante da UHE Itumbiara, atingindo afluentes da margem esquerda do rio Paranaíba. Estas rotas remanescentes são muito importantes para a conservação destas espécies, principalmente quando considerados os barramentos (UHEs e PCHs) na bacia.

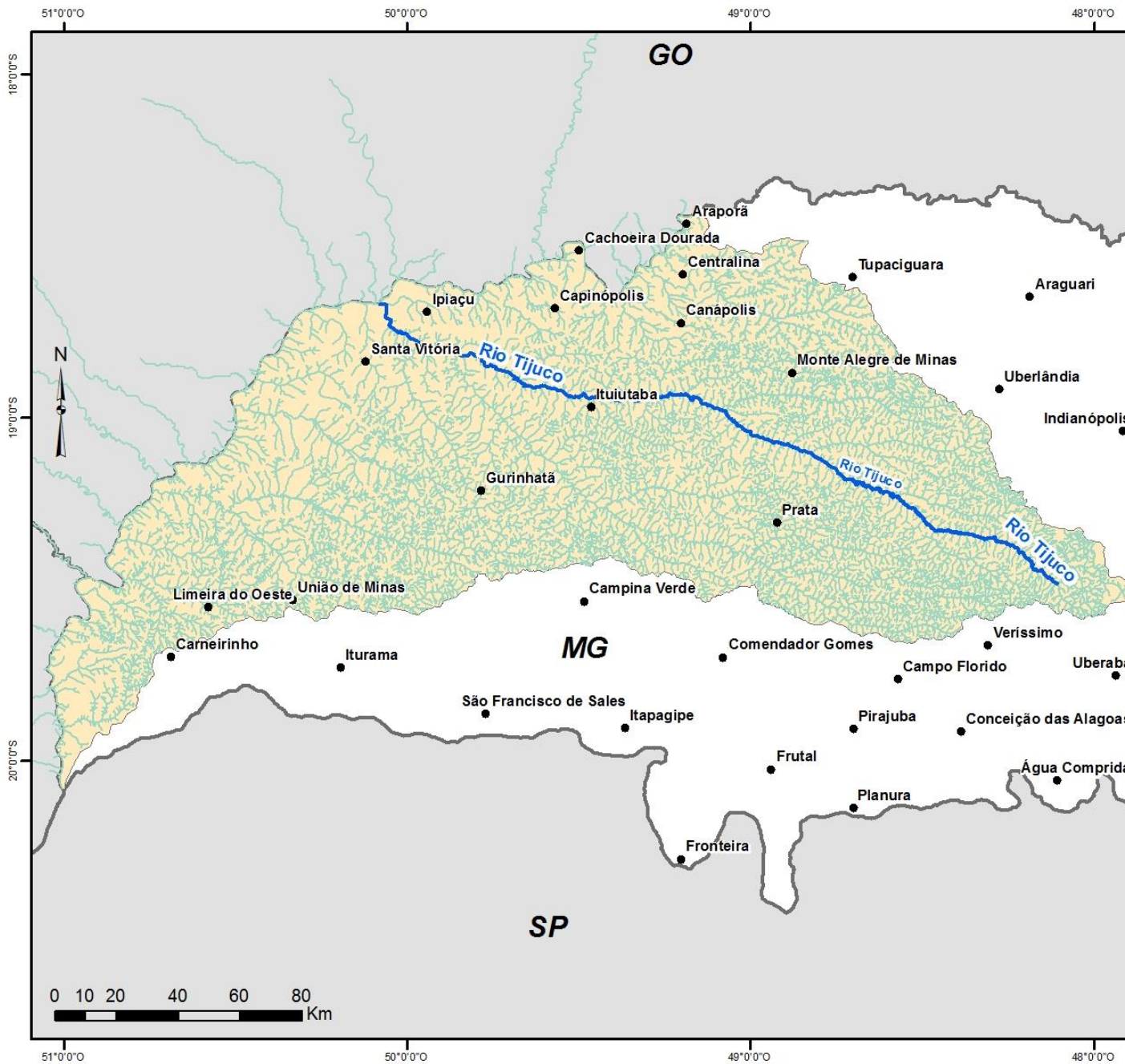
Nogueira *et al.* (2010) mapearam locais de ocorrência de espécies raras na bacia do Paranaíba, ou seja, espécies que têm um número reduzido de indivíduos frequentemente devido à distribuição geográfica limitada ou à baixa densidade populacional.

### **2.2.7 Área Sujeita à Restrição de Uso com Vistas à Proteção dos Recursos Hídricos e dos Ecossistemas Aquáticos**

Considerando os estudos apresentados no documento "Biodiversidade em Minas Gerais: Um Atlas para sua Conservação (Atlas Biodiversitas)", o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba - PN3, em sua 2ª Reunião Extraordinária de 2016, identificou a calha do rio Tijuco como área sujeita à restrição de uso com vistas à proteção dos recursos hídricos e dos ecossistemas aquáticos (Figura 9). Dessa forma, recomendou-se que empreendimentos que causem

mudanças significativas no regime lótico na calha do rio Tijuco, como por exemplo, a construção de barramentos, não sejam outorgados e/ou licenciados pelos órgãos competentes.

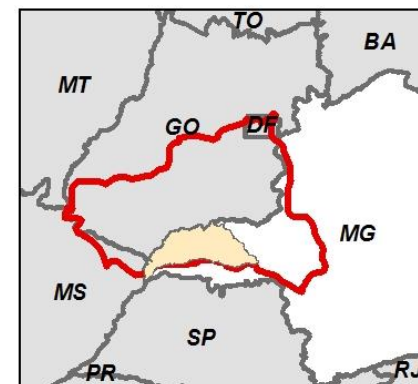
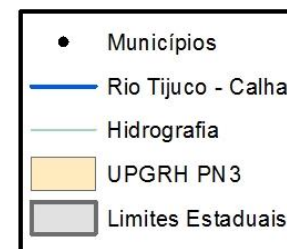
Figura 9- Área Sujeita à restrição de uso calha do rio Tijuco



**Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paranaíba**

**UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba**

Área Sujeita à restrição de uso calha do rio Tijuco



### 2.3 Uso e Ocupação do Solo

O mapeamento do atual uso e ocupação do solo na UGH demonstra a predominância das áreas de pastagem na porção oeste, enquanto as áreas de agricultura dominam todo o setor centro-leste (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Áreas de Cerrado são encontradas na forma de fragmentos por toda a UGH, enquanto as áreas de floresta ocorrem em trechos próximos ao rio Paranaíba. São identificadas também pequenas áreas de reservatório e trechos urbanizados.

Dentre os usos predominantes, a pecuária ocupa 41,0% e a agricultura 39,4% da área total da UGH, enquanto na bacia do Paranaíba estes valores são de 35,3% e 34,1%, respectivamente (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Os usos agropecuários totalizam, portanto, 69,4% na bacia e 80,4% na UGH, inclusive com indicação de concentrações pontuais de pivôs centrais de irrigação no setor leste. As áreas de reservatório e floresta na UGH são proporcionalmente mais expressivas do que na bacia, enquanto as áreas urbanas, os pivôs e o Cerrado são menos expressivos (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Figura 10- Uso e ocupação do solo, na bacia do Paranaíba e na UGH

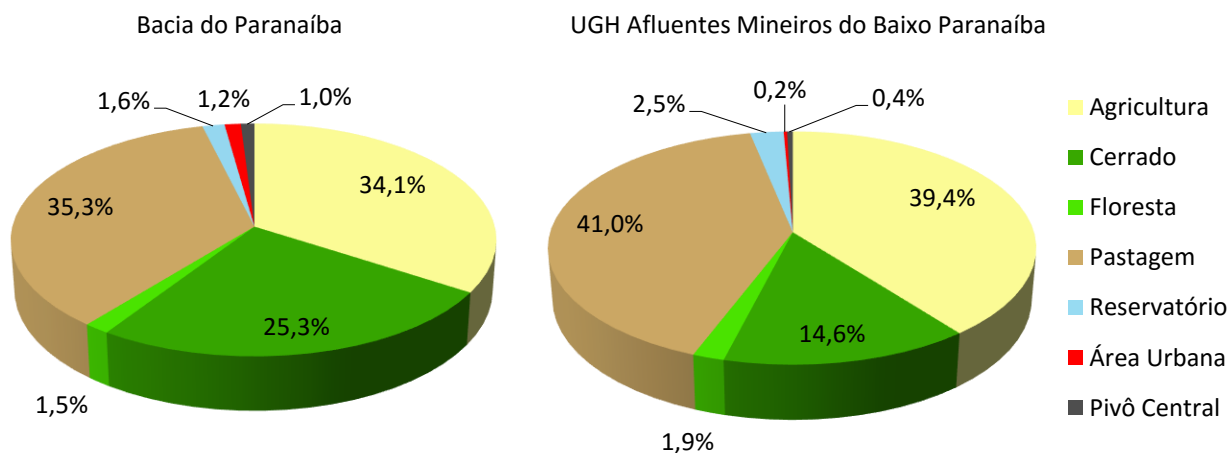
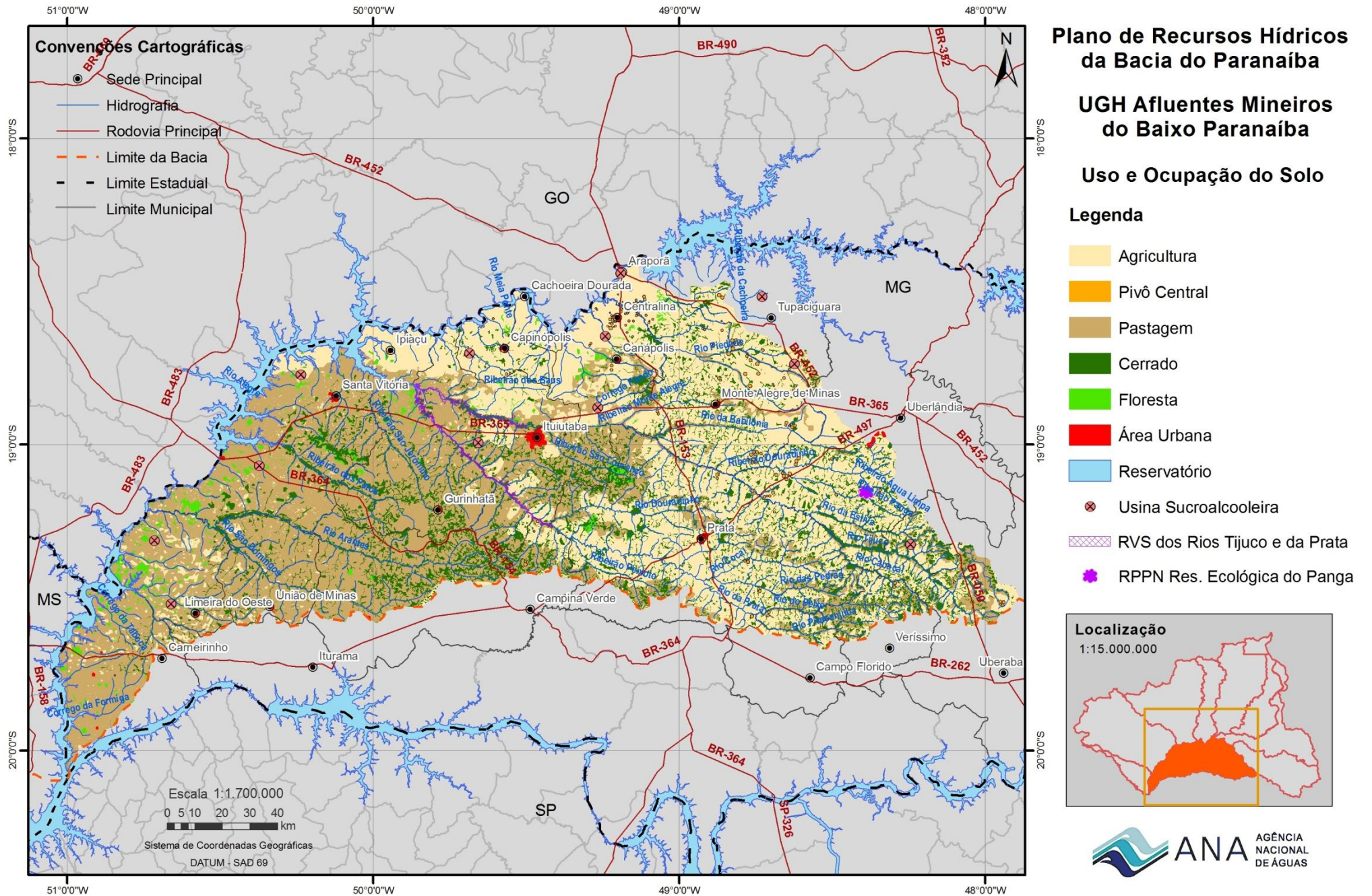


Figura 11- Uso e ocupação do solo



## 2.4 Caracterização Socioeconômica

### 2.4.1 Demografia

Considerando a área efetiva dos 18 municípios com sede no território da UGH, a população total foi de 227.852 habitantes em 2010, sendo 86,9% urbana e 13,1% rural (Tabela 3).

Tabela 3 – Número de habitantes na zona urbana e rural em 2010

Município	Número de habitantes urbana 2010	Número de habitantes rural 2010
Araporã	5.898	246
Cachoeira Dourada	2.225	280
Campina Verde	-	-
Campo Florido	-	-
Canápolis	10.180	1.185
Capinópolis	14.302	988
Carneirinho	-	-
Centralina	9.314	952
Gurinhata	2.692	3.445
Ipiaçu	3.741	366
Ituiutaba	93.125	4.046
Iturama	-	-
Limeira do Oeste	5.017	1.873
Monte Alegre de Minas	14.506	5.113
Prata	19.381	6.421
Santa Vitória	14.926	3.212
Tupaciguara	-	-
Uberaba	-	-
Uberlândia	-	-
União de Minas	2.726	1.692
Veríssimo	-	-
TOTAL	198.033	29.819

Considerando os municípios analisados, a UGH vem diminuindo sua participação no contingente populacional da bacia desde, pelo menos, 1970, com leve recuperação no período 2000-2010. Para a bacia, o ritmo de queda da população rural foi menor na última década (2000-2010), provavelmente por conta do desempenho do agronegócio e da exportação de *commodities*, tendo a UGH seguido a tendência regional.

## 2.4.2 Indicadores Sociais

As condições sociais na UGH foram avaliadas através do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM 2011, que leva em consideração alguns indicadores segundo três componentes – emprego e renda, educação e saúde – e classifica os municípios em quatro categorias, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4001 a 0,6), moderado (de 0,6001 a 0,8) e alto (0,8001 a 1). A maioria dos municípios da UGH enquadrou-se na categoria moderada no IFDM total de 2011 (Tabela 4), exceto os municípios de Santa Vitória e Uberlândia (categoria alta) e o município de Veríssimo (categoria regular).

Considerando a evolução do IFDM entre 2005 e 2011 todos os municípios apresentaram ganhos no IFDM total. Dos municípios da UGH, oito perderam posições nos *rankings* nacional e estadual (Canápolis, Capinópolis, Carneirinho, Gurinhatã, Limeira do Oeste, Monte Alegre de Minas, Prata, e Veríssimo) e três ganharam posição no *ranking* nacional, mas perderam posição no estadual (Ipiaçú, Ituiutaba e Uberlândia).

Tabela 4 – Municípios da UGH, segundo IFDM total e desagregado por componentes, assim como posição no *ranking* nacional e estadual – 2005 e 2011.

Município	Posição Nacional		Posição Estadual		IFDM							
	2005	2011	2005	2011	Total		Emprego e Renda		Educação		Saúde	
					2005	2011	2005	2011	2005	2011	2005	2011
Araporã	1431°	1044°	166°	129°	0,6464	0,7310	0,6108	0,5678	0,6395	0,8710	0,6887	0,7722
Cachoeira Dourada	632°	377°	47°	38°	0,7124	0,7958	0,5718	0,7105	0,7946	0,8829	0,7707	0,7939
Campina Verde	2543°	2115°	415°	345°	0,5674	0,6714	0,3538	0,4242	0,7013	0,7810	0,6471	0,8089
Campo Florido	1593°	1107°	206°	143°	0,6345	0,7325	0,5904	0,7288	0,5468	0,6908	0,7663	0,7777
Canápolis	1509°	2380°	188°	395°	0,6404	0,6569	0,7243	0,4794	0,6350	0,8189	0,5617	0,6725
Capinópolis	472°	1055°	30°	134°	0,7313	0,7364	0,7743	0,6316	0,6658	0,7696	0,7537	0,8081
Carneirinho	1890°	2216°	259°	363°	0,6147	0,6657	0,4976	0,5733	0,7123	0,8037	0,6341	0,6202
Centralina	2026°	1645°	296°	245°	0,6043	0,6982	0,4420	0,4797	0,5892	0,7836	0,7816	0,8313
Gurinhatã	2774°	2837°	474°	488°	0,5487	0,6329	0,4411	0,3680	0,5818	0,7352	0,6234	0,7955
Ipiaçú	1282°	1210°	137°	160°	0,6573	0,7254	0,4384	0,4632	0,7750	0,8178	0,7585	0,8952
Ituiutaba	869°	639°	66°	71°	0,6918	0,7682	0,6265	0,6281	0,7084	0,8424	0,7404	0,8340
Iturama	2045°	1899°	304°	300°	0,6028	0,6842	0,6646	0,7633	0,6675	0,8477	0,4764	0,4415
Limeira do Oeste	2317°	3353°	361°	597°	0,5847	0,6014	0,6151	0,4964	0,6381	0,7596	0,5011	0,5483
Monte Alegre de Minas	2003°	2959°	292°	511°	0,6057	0,6252	0,3857	0,2871	0,6179	0,7547	0,8136	0,8336
Prata	1133°	1611°	115°	236°	0,6687	0,7000	0,6106	0,5436	0,5828	0,7204	0,8128	0,8359
Santa Vitória	1405°	183°	159°	15°	0,6482	0,8242	0,5565	0,7834	0,6447	0,8198	0,7433	0,8693
Tupaciguara	1391°	782°	156°	90°	0,6490	0,7571	0,5536	0,6116	0,6095	0,7818	0,7838	0,8778



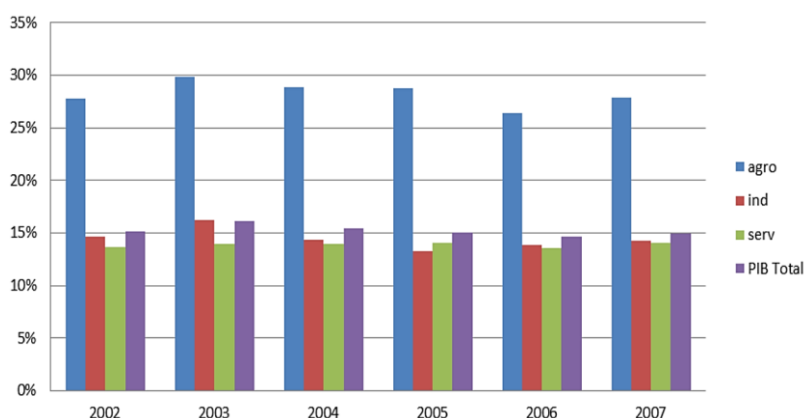
Município	Posição Nacional		Posição Estadual		IFDM							
	2005	2011	2005	2011	Total		Emprego e Renda		Educação		Saúde	
					2005	2011	2005	2011	2005	2011	2005	2011
Uberlândia	208°	106°	4°	6°	0,7689	0,8397	0,7698	0,8016	0,6738	0,8163	0,8633	0,9013
Uberaba	624°	399°	45°	42°	0,7134	0,7937	0,6682	0,7603	0,6626	0,7911	0,8095	0,8298
União de Minas	3311°	2992°	592°	522°	0,4993	0,6237	0,4861	0,7589	0,4873	0,7276	0,5246	0,3845
Veríssimo	2635°	3455°	441°	620°	0,5601	0,5946	0,5565	0,3134	0,5511	0,7342	0,5728	0,7364

Fonte: FIRJAN (2014)

### 2.4.3 Atividades Econômicas

Os municípios mineiros que pertencem à bacia contribuíram com cerca de 15% do PIB total do estado de Minas Gerais no ano de 2007 (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Analisando o período 2002-2007, as participações total e setorial mantiveram-se relativamente estáveis, destacando o maior peso do setor agropecuário na economia do estado, que ultrapassou 25% do total em todo o período. O município de Uberlândia destaca-se por possuir o maior PIB total da bacia (R\$ 12,4 bilhões) em 2007.

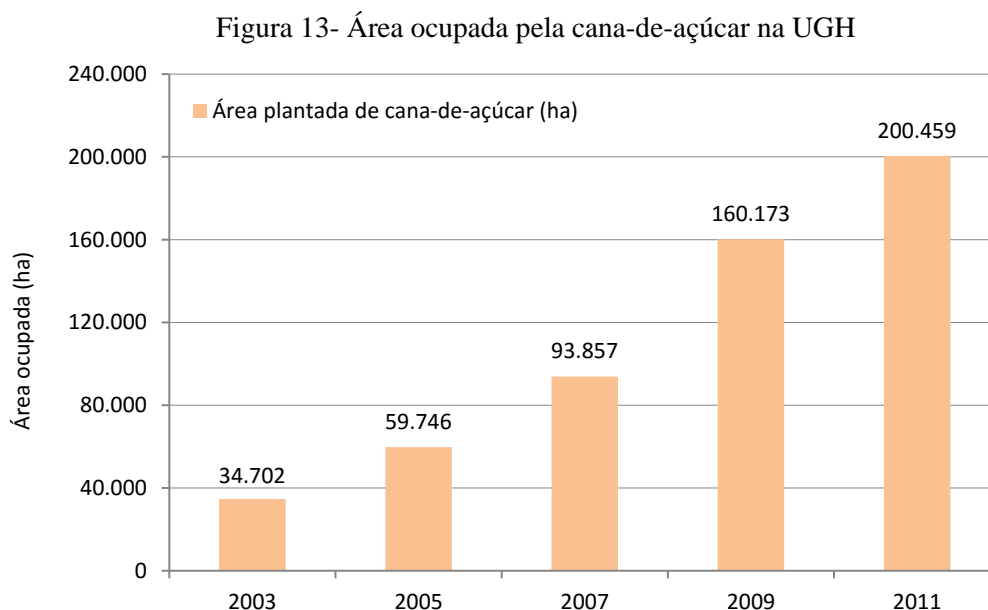
Figura 12- Participação do PIB dos municípios mineiros pertencentes à bacia no PIB de Minas Gerais



Na UGH, onde o peso do setor agropecuário é majoritário, são identificadas onze usinas sucroalcooleiras, sendo a expansão do cultivo de cana-de-açúcar para produção de álcool um importante fator de pressão regional.

O processamento de dados do projeto CanaSat/INPE (Rudorff *et al.*, 2010) na bacia do Paranaíba revela que a área ocupada pela cana passou de 139.465 ha na safra 2003/04 para 833.900 ha na safra 2010/11, o que representa um crescimento superior a 500% nos últimos anos. As taxas de crescimento na UGH também têm sido bastante significativas, expressando o forte crescimento da atividade inclusive no curto prazo (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Em 2003, a área

plantada de cana na UGH era de cerca de 35 mil hectares, expandindo de forma muito rápida até os cerca de 200 mil hectares ocupados em 2011 (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).



A Pesquisa Agrícola Municipal – PAM (IBGE, 2012) indica inclusive que a maior parte dos municípios da UGH produz cana em grande escala, ou seja, com mais de 08 mil hectares colhidos em 2011 (Araporã, Campina Verde, Campo Florido, Canápolis, Ituiutaba, Iturama, Limeira do Oeste, Monte Alegre de Minas, Prata, Santa Vitória, Tupaciguara, União de Minas, Veríssimo e Uberaba). Canápolis, Ituiutaba, Iturama e Santa Vitória destacam-se pela área colhida de cana entre 20 e 30 mil hectares, enquanto Uberaba colheu 46 mil hectares.

Cabe destacar que Campo Florido também produz soja em grande escala (> 10 mil hectares colhidos), assim como Capinópolis e Monte Alegre de Minas. Uberlândia e Uberaba destacam-se pela produção em grande escala tanto de soja quanto de milho,

A pecuária também é atividade econômica expressiva, com grande parte dos municípios da UGH obtendo os maiores rebanhos<sup>1</sup> de bovinos, havendo também ocorrência de maiores rebanhos de aves e suínos. Prata, Monte Alegre de Minas, Uberaba e Uberlândia são inclusive classificados como municípios de pecuária diversificada, por possuírem maiores rebanhos nas três categorias (bovinos, aves e suínos). Campina Verde e Tupaciagura possuem maiores rebanhos de bovinos e aves; Ituiutaba de bovinos e suínos; e Veríssimo de aves. Cachoeira Dourada/MG, Carneirinho, Gurinhatã, Limeira do Oeste e Santa Vitória possuem maiores rebanhos apenas de bovinos.

---

<sup>1</sup> Foram considerados como municípios de maiores rebanhos aqueles classificados no maior quartil de produção, utilizando dados da Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2008b).

A taxa de crescimento do PIB para os municípios com sede na bacia do Paranaíba foi de 55,9% no período 2003-2007. Apenas três das dez UGHs apresentaram crescimento inferior a 45%, tendo a UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba obtido um desempenho próximo à média (crescimento de 53,7%).

O PIB *per capita* nos municípios mineiros que integram a bacia do Paranaíba alcançou, em 2007, R\$ 17.100,00 – valor superior às médias dos municípios sul-mato-grossenses (R\$ 14.200,00) e mineiros (R\$ 12.100), pertencentes à bacia, e inferior às médias do Distrito Federal (R\$ 40.700,00) e da bacia (R\$ 20.800,00). O valor, entretanto, é 37% superior à média do estado de Minas Gerais tomado como um todo. -Dentre os municípios com mais de 50 mil habitantes, Uberlândia possui o maior PIB per capita de R\$ 12,48 bilhões.

Outro indicador econômico refere-se às finanças municipais, com dados do Tesouro Nacional, apontando que seus municípios possuíam, em grande parte, superávit corrente de até 4 milhões de reais em 2009. Araporã e Monte Alegre de Minas apresentaram superávit entre 4 e 7 milhões; e Iturama entre 7 e 15 milhões. Os principais destaques foram Santa Vitória (15 a 50 milhões) e Uberaba (> 50 milhões).

#### **2.4.4 Estrutura Fundiária**

A fim de avaliar a estrutura fundiária foi estimado o Índice de Concentração (IC), utilizando a relação entre estabelecimentos rurais, familiares e não familiares, e suas respectivas áreas. De acordo com os resultados, o Índice de Concentração nacional alcançou 0,601 e, o IC da bacia do rio Paranaíba, 0,500. O índice para os municípios mineiros na bacia também foi de 0,500, inferior à média nacional e à dos estados de Goiás (0,522), Minas Gerais (0,522) e Mato Grosso do Sul (0,594). Entretanto, o desvio-padrão para os municípios da UGH é elevado, com municípios em destaque tanto pela alta quanto pela baixa concentração de terras. Canápolis, por exemplo, obteve índice de 0,612 – o terceiro maior dentre os municípios da bacia do Paranaíba.

#### **2.4.5 Comunidades Tradicionais**

De acordo com dados da FUNAI (2012), não existem atualmente terras indígenas homologadas ou em estudo na bacia do rio Paranaíba, embora existam registros arqueológicos da existência pretérita destas comunidades.

Quanto às comunidades quilombolas, a Fundação Cultural Palmares (2011) identifica 18 ocorrências nos municípios que compõem a bacia, sendo uma delas na UGH, no município de Capinópolis. Denominada Fazenda Sertãozinho, esta comunidade teve sua publicação no Diário Oficial da União em dezembro de 2005.

## 2.5 Infraestrutura de Saneamento Ambiental

A análise da infraestrutura de saneamento ambiental foi focada nos municípios que apresentam a sede situada na UGH. Os dados referentes ao abastecimento de água e esgotamento sanitário estão sistematizados na Tabela 5. As informações consultadas foram provenientes de dados primários fornecidos pelos prestadores de serviços de saneamento e, quando não disponibilizados, por dados secundários (SNIS e IBGE).

Dentre os municípios com informação disponível, oito municípios são atendidos pela COPASA com abastecimento de água, sendo que em três a companhia é responsável também pelos serviços de esgoto (Centralina, Limeira do Oeste e União de Minas). Nos cinco municípios restantes, o serviço de esgoto, quando existente, fica a cargo da prefeitura. Os serviços de água e esgoto ficam completamente a cargo de prestador municipal em 5 municípios, sendo 4 por administração da prefeitura e 1 por SAE (Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba).

De acordo com o SNIS (2013), o índice de atendimento urbano de água da UGH é próximo a 100% da população urbana, excluindo apenas os dados de Monte Alegre de Minas que não estão disponíveis no SNIS. De acordo com o banco de dados do Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água (ANA, 2010), três municípios requerem ampliação do sistema de abastecimento considerando o atendimento das demandas até 2025 (Araporã, Ipiacu e Monte Alegre de Minas).

Tabela 5 – Dados de abastecimento de água e esgotamento sanitário das sedes municipais

Município	Prestadora de Serviços de Saneamento (Água/Esgoto)	Índice de Atendimento de Água IN022-SNIS (%)	Tipo de Captação (Atlas Abastecimento Urbano)	Índice de Coleta de Esgoto IN047-SNIS (%)	Índice de Tratamento de Esgoto IN016-SNIS (%)	Tipo de Tratamento de Esgoto (PNSB)
Araporã	Prefeitura/Prefeitura	97,35	Superficial	97,35	21,74	-
Cachoeira Dourada	Prefeitura/Prefeitura	98,80	Superficial	98,80	100,00	Reator anaeróbio
Canápolis	COPASA/Prefeitura	100,00	Superficial	98,74**	0,00**	-
Capinópolis	COPASA/Prefeitura	100,00	Superficial	97,41	0,00	-
Centralina	COPASA/COPASA	100,00	Misto	18,10*	56,34*	-
Gurinhata	COPASA/Prefeitura	100,00	Subterrâneo	99,15**	0,00**	-
Ipiacu	Prefeitura/Prefeitura	98,30	Subterrâneo	98,30	0,00	-
Ituiutaba	SAE/SAE	100,00	Superficial	99,80*	97,00*	Lagoa aeróbia, Lagoa aerada
Limeira do Oeste	COPASA/COPASA	100,00	Superficial	64,24*	100,00*	Reator anaeróbio
Monte Alegre de Minas	N/D	N/D	Subterrâneo	97,08**	0,00**	-
Prata	COPASA/Prefeitura	100,00	Superficial	98,22	0,00	-
Santa Vitória	COPASA/Prefeitura	100,00	Superficial	97,02	0,00	-
União de Minas	COPASA/COPASA	100,00	Subterrâneo	96,50*	100,00*	Reator anaeróbio

**Fonte:** SNIS-2013 (MCid, 2015); Atlas de Abastecimento Urbano (ANA, 2010); PNSB (IBGE, 2008c); N/D – dado não disponível. \*Dados obtidos diretamente com o prestador. \*\* Dados obtidos na PNSB (IBGE, 2008c)

Quanto ao esgotamento sanitário, há diversas deficiências tanto no contexto regional (bacia do Paranaíba) quanto na própria UGH, o que tem implicações diretas sobre a qualidade dos corpos hídricos. Apesar do bom índice de coleta de esgoto na UGH, com o serviço alcançando aproximadamente 95% da população urbana, apenas 50% é atendida com tratamento de esgotos.

Os municípios de Ituiutaba, Cachoeira Dourada/MG e União de Minas encontram-se em boa situação quanto ao esgotamento, com coleta e tratamento de esgoto praticamente universalizados. Estes índices colocam os três em posição de destaque na bacia. Os municípios de Araporã, Centralina e Limeira do Oeste atendem 21,16, 10,20 e 64,24% da população com tratamento de esgoto, respectivamente, enquanto os sete municípios restantes (Canápolis, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiáçu, Monte Alegre de Minas, Prata e Santa Vitória) apresentam índice zero de tratamento, o que indica que grande parte dos esgotos é lançada nos corpos hídricos e no solo.

Além dos índices de abastecimento de água e de coleta/tratamento de esgoto, outro importante fator relacionado à infraestrutura de saneamento refere-se à coleta e disposição dos resíduos sólidos urbanos. A Tabela 6 apresenta a relação do tipo de serviço presente nos municípios com sede na UGH, utilizando os dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (IBGE, 2000) e Panorama da Destinação dos Resíduos Sólidos Urbanos no Estado de Minas Gerais (FEAM, 2014).

Tabela 6 – Coleta e disposição dos resíduos sólidos urbanos

Município	Limpeza Urbana	Coleta de Lixo	Coleta Seletiva	Reciclagem	Remoção de Entulhos	Coleta de Lixo Especial
Araporã	x	x	-	-	x	-
Cachoeira Dourada	x	x	-	-	x	-
Canápolis	x	x	-	-	x	x
Capinópolis	x	x	-	-	x	x
Centralina	x	x	-	-	x	x
Gurinhatã	x	x	-	-	x	x
Ipiáçu	x	x	-	-	x	x
Ituiutaba	x	x	x	-	x	x
Limeira do Oeste	x	x	-	-	x	-
Monte Alegre de Minas	x	x	-	-	x	x
Prata	x	x	-	-	x	x
Santa Vitória	x	x	-	-	x	x
União de Minas	x	x	-	-	x	-

**Fonte:** PNSB (IBGE, 2000) e Panorama da Destinação dos Resíduos Sólidos Urbanos no Estado de Minas Gerais (FEAM, 2014). (x) = Serviço presente; (-) = Serviço ausente.

Constata-se que de acordo com as fontes consultadas os serviços de coleta seletiva existem somente no município de Ituiutaba, porém vale ressaltar que segundo o relatório da FEAM, Panorama da Destinação dos Resíduos Sólidos Urbanos no Estado de Minas Gerais em 2014, a UTC não é regularizada. Os demais municípios dispõem de serviços de limpeza urbana, de coleta de lixo e de remoção de entulhos. A coleta de lixo especial ocorre em quase todos os municípios.

Em relação à disposição dos resíduos sólidos urbanos, os destinos finais observados envolvem, entre outros, lixões, aterros controlados e aterros sanitários.

O depósito de resíduos sólidos a céu aberto ou lixão é uma forma de deposição desordenada, sem compactação ou cobertura dos resíduos, o que propicia a poluição do solo, ar e água, bem como a proliferação de vetores de doenças. Este é o tipo de destinação adotado em 11 municípios, exceto em Ituiutaba, que adota o aterro sanitário.

O volume de lixo produzido na UGH foi estimado em 407.411 Kg/dia, o que representa cerca de 5% do total estimado para a Bacia Hidrográfica do Paranaíba.

## 2.6 Demandas e Usos da Água

As atividades desenvolvidas na bacia resultam em uma demanda crescente por água. As estimativas de demanda têm como referência o ano de 2010 e as informações levantadas no diagnóstico, tais como as áreas irrigadas e os cadastros de outorga dos órgãos gestores de recursos hídricos. As vazões de retirada correspondem à água captada dos corpos hídricos, enquanto as vazões de consumo correspondem à água efetivamente consumida considerando o coeficiente médio de retorno dos diferentes usos (Tabela ).

Tabela 7 – Taxas de retorno da água conforme o uso

Agricultura Irrigada	Pecuária	Mineração	Indústria	Abastecimento Urbano	Abastecimento Rural
20%	20%	90%	80%	80%	50%

A demanda de água (vazão de retirada) para atendimento dos diversos usos presentes na UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba é de 29,7 m<sup>3</sup>/s. Vale ressaltar que o conjunto de atividades agrícolas (irrigação) representa 89,7% da demanda total da UGH (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). A dessedentação animal demanda 5,3%, seguida pela atividade industrial (2,8%) e pelo abastecimento humano (2,2%). Foram identificadas demandas de mineração apenas no município de Araporã, representando 0,01% do total da UGH (0,004 m<sup>3</sup>/s).

A distribuição das demandas hídricas da UGH, comparada à da bacia do Paranaíba, indica que principalmente o abastecimento público e a indústria são proporcionalmente menos significativas do

que na média da bacia, enquanto a dessedentação e a agricultura possuem demanda mais expressiva (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). A demanda para dessedentação animal na UGH corresponde a 15% do total da bacia (

Tabela 8).

Figura 14- Composição relativa das demandas setoriais por água (vazões de captação)

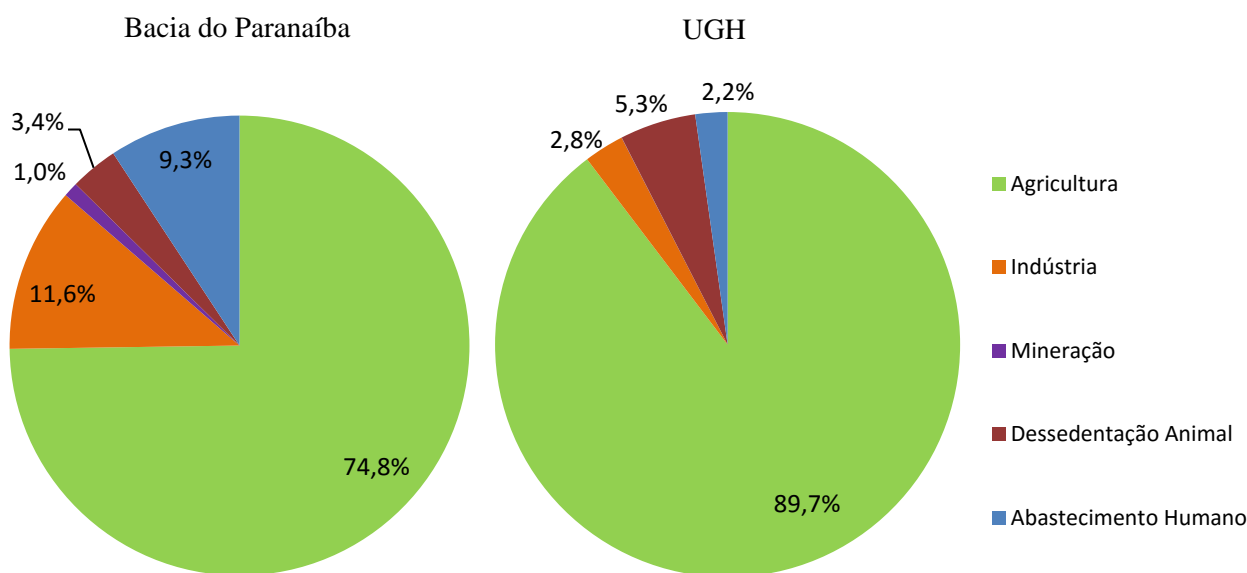


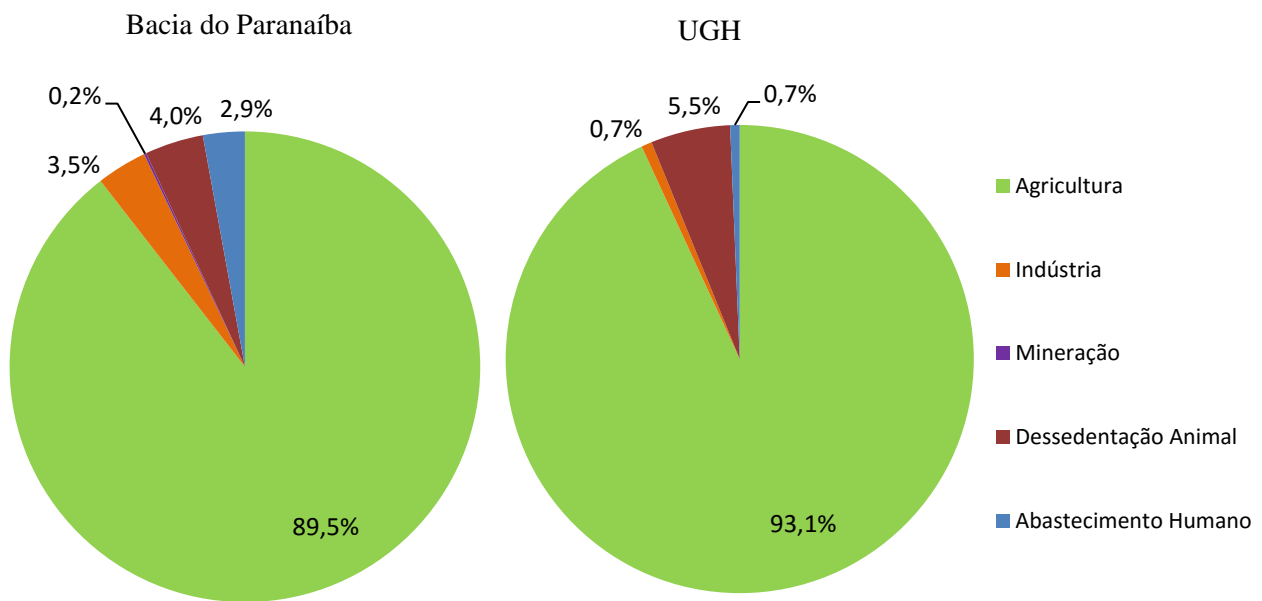
Tabela 8 – Demandas de captação da UGH e total da bacia do Paranaíba

	Agricultura (m <sup>3</sup> /s)	Indústria (m <sup>3</sup> /s)	Mineração (m <sup>3</sup> /s)	Dessedentação Animal (m <sup>3</sup> /s)	Abastecimento Humano (m <sup>3</sup> /s)	Total (m <sup>3</sup> /s)
UGH	26,7	0,8	0,004	1,6	0,7	29,7
Bacia do Paranaíba	236,2	36,6	3,3	10,6	29,2	315,9
% da UGH na Bacia	11,3%	2,3%	0,11%	14,8%	2,3%	9,4%

A demanda de água que é efetivamente consumida na UGH (vazão de consumo) totaliza 22,9 m<sup>3</sup>/s, com destaque para a agricultura (irrigação) (93,1%) e a dessedentação animal (5,5%) (**Erro!**

**Fonte de referência não encontrada.**) Na comparação com a bacia do Paranaíba, observa-se, também no caso de consumo, que as participações do abastecimento público e da indústria são bem menos expressivas na UGH em relação ao contexto regional e que, por outro lado, a atividade agrícola e a dessedentação são bastante expressivas.

Figura 15- Composição relativa das demandas setoriais por água (vazões de consumo)



### 2.6.1 Abastecimento Humano

A demanda total para abastecimento da população (rural e urbana) da UGH é de 0,7 m<sup>3</sup>/s, mas com efetivo consumo de 0,2 m<sup>3</sup>/s. A demanda rural corresponde à apenas 9,1% da demanda total, sendo proporcionalmente a maior dentre as UGHs.



## 2.6.2 Indústria

A análise da demanda de água da indústria no PRH Paranaíba baseou-se no Cadastro Nacional de Usuários (CNARH) da Agência Nacional de Águas e nos dados de outorga dos órgãos gestores dos Estados. A consulta a estas fontes identificou uma demanda total de 0,8 m<sup>3</sup>/s na UGH, representando apenas 2,3% do total do setor industrial na bacia do Paranaíba. Três municípios concentram 85% do total da UGH – Limeira do Oeste (0,2 m<sup>3</sup>/s), Uberaba (0,2 m<sup>3</sup>/s) e Ituiutaba (0,3 m<sup>3</sup>/s).

## 2.6.3 Pecuária

A demanda total de água para dessedentação animal é de 1,6 m<sup>3</sup>/s na UGH – a terceira maior dentre as UGHs e equivalente a 14,8% do total da bacia. O consumo efetivo é de 1,3 m<sup>3</sup>/s (80% da captação). Como área de forte atividade pecuária, boa parte dos municípios da UGH responde com importantes participações (maiores rebanhos<sup>2</sup>) no contexto regional.

Dentre os 10 municípios com maior demanda na bacia, destacam-se, na UGH, Prata (0,2 m<sup>3</sup>/s) e Campina Verde (0,2 m<sup>3</sup>/s). Estes resultados estão de acordo com a grande proporção que as áreas de pastagens ocupam nestes municípios (Figura 07), destacando-se os rebanhos tanto de bovinos (Campina Verde) como de aves (Prata). Santa Vitória, Carneirinho e Ituiutaba também apresentam altas demandas de captação para dessedentação animal de cerca de 0,15 m<sup>3</sup>/s, cada.

## 2.6.4 Agricultura Irrigada

As demandas de irrigação estimadas consideraram o uso da água nos meses mais críticos, que correspondem a agosto e setembro, e alcançam um total de 26,7 m<sup>3</sup>/s, correspondendo a 89,7% de toda a demanda de captação da UGH ou a 11,3% da demanda da bacia do Paranaíba neste setor. O consumo é de 21,3 m<sup>3</sup>/s (80% da vazão captada), correspondendo a 93,1% de toda a demanda de consumo da UGH. Destacam-se regionalmente os municípios de Uberaba (2,0 m<sup>3</sup>/s captados), Uberlândia (2,5 m<sup>3</sup>/s), Monte Alegre de Minas (2,7 m<sup>3</sup>/s), Araporã (6,1 m<sup>3</sup>/s) e Canápolis (6,9 m<sup>3</sup>/s). Os dois últimos municípios representam 43% da demanda total da UGH para irrigação.

---

<sup>2</sup> Na classificação de maiores rebanhos foram considerados os municípios na classe de maior quartil de produção, em relação a cada rebanho, utilizando dados da pesquisa Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2008).

A área irrigada estimada na UGH foi de 85,3 mil ha em 2010, tendo sido identificados cerca de 180 pivôs centrais de irrigação, distribuídos majoritariamente na porção oriental da UGH (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) e ocupando 12,4 mil ha.

### 2.6.5 Aquicultura

Definido como o processo de produção em cativeiro, de animais ou vegetais, que tem como habitat predominante o meio aquático, a aquicultura tem tido expressivo desenvolvimento no contexto nacional. Com relação à criação de peixes, os dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009) identificaram para a bacia do Paranaíba 997 estabelecimentos produtores, totalizando uma produção de 6.369 toneladas, o que representa 6% do total produzido no país.

Na UGH foram identificados 54 estabelecimentos (5,4% do total), com apenas 150 toneladas produzidas (2,3%). Os municípios de maior produção são Iturama (36 ton.), Monte Alegre de Minas (36 ton.) e Prata (45 ton.). Vale ressaltar que o município de Paranaíba (UGH Santana-Aporé/MS) responde sozinho por 47% de toda a produção da bacia (3.004 ton.).

### 2.6.6 Mineração

A demanda de água para mineração utilizou as mesmas fontes utilizadas para a indústria, além do Portal da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (DNPM, 2011b) e do Anuário Mineral Brasileiro (DNPM, 2006), sendo identificado apenas um município com demanda significativa por água na UGH – Araporã, com demanda de 0,004 m<sup>3</sup>/s. A participação da UGH neste setor alcança apenas 0,11% do total da bacia.

### 2.6.7 Geração de Energia

Na bacia do Paranaíba há 19 Usinas Hidrelétricas (UHEs) em operação e uma em fase final de construção (UHE Batalha). A UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba é impactada pela presença de grandes UHEs ao longo do seu limite no rio Paranaíba, embora não possua nenhuma em seus afluentes. Os principais destaques são a UHEs São Simão e Cachoeira Dourada (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), que possuem, respectivamente, a segunda e quarta maiores potências dentre as UHEs da bacia (1.710 MW e 658 MW, respectivamente). A UHE Itumbiara fica à montante da UGH, próxima ao seu limite, enquanto o remanso do reservatório da UHE de Ilha Solteira, já no rio Paraná, tem grande impacto na porção oeste da UGH.

Quanto às 14 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em operação na bacia do Paranaíba, a UGH possui duas (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), localizadas nos municípios de

Monte Alegre de Minas (PCH Piedade) e Ituiutaba (PCH Salto Morais). A potência outorgada é de 16 MW e 2,4 MW, respectivamente.

Cabe destacar que dentre as 20 Usinas Termoeletricas (UTES) identificadas na bacia, Uberaba possui a terceira maior (Vale do Tijuco), com potência outorgada de 45 MW.

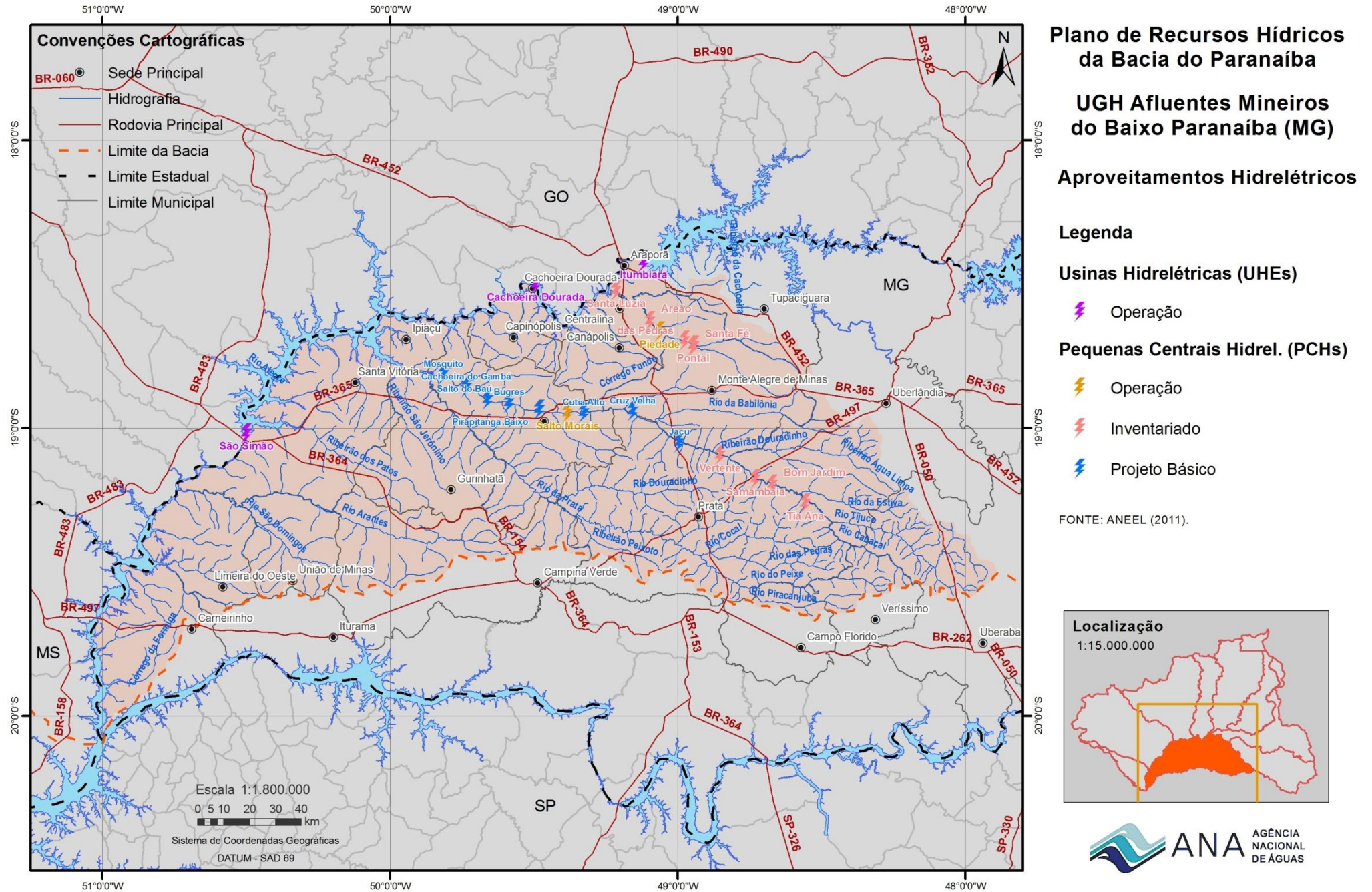
Avaliando os empreendimentos de geração de energia em estudo observa-se ainda o elevado potencial identificado no rio Tijuco, totalizando 12 PCHs (04 inventariadas e 08 em fase de projeto básico). Outras 05 PCHs também já foram inventariadas em trechos do rio Piedade (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). A Tabela detalha cada um dos aproveitamentos hidrelétricos em operação e em estudo, destacando o estágio, a potência, o rio afetado e os municípios.

Tabela 9 – Relação de aproveitamentos hidrelétricos (em operação e em estudo) na UGH

Tipo	Estágio	Nome do Empreendimento	Rio	Potência (MW)	Município(s) de MG
UHE	<i>Operação</i>	São Simão	Paranaíba	1710,0	Santa Vitória
	<i>Operação</i>	Cachoeira Dourada	Paranaíba	658,0	Cachoeira Dourada, Araporã, Capinópolis, Canápolis e Centralina.
	<i>Operação</i>	Piedade	Piedade	16,0	Monte Alegre de Minas
	<i>Operação</i>	Salto Morais	Tijuco	2,4	Ituiutaba
	Inventariado	Vertente	Tijuco	10,8	Prata
PCH	Inventariado	Bom Jardim	Tijuco	7,1	Uberlândia
	Inventariado	Samambaia	Tijuco	6,6	Prata
	Inventariado	Tia Ana	Tijuco	3,7	Prata
	Inventariado	Santa Fé	Piedade	2,5	Monte Alegre de Minas
	Inventariado	Pontal	Piedade	2,3	Monte Alegre de Minas
	Inventariado	Areão	Piedade	2,1	Monte Alegre de Minas
	Inventariado	das Pedras	Piedade	2,0	Monte Alegre de Minas
	Inventariado	Santa Luzia	Piedade	0,9	Araporã
	Projeto Básico	Cutia Alto	Tijuco	30,0	Canápolis
	Projeto Básico	Cruz Velha	Tijuco	22,8	Monte Alegre de Minas
	Projeto Básico	Salto do Baú	Tijuco	19,8	Ituiutaba
	Projeto Básico	Bugres	Tijuco	18,6	Ituiutaba
	Projeto Básico	Cachoeira do Gambá	Tijuco	15,9	Ituiutaba
	Projeto Básico	Mosquito	Tijuco	12,3	Ituiutaba
	Projeto Básico	Pirapitanga Baixo	Tijuco	11,2	Ituiutaba
Projeto Básico	Jacu	Tijuco	10,2	Monte Alegre de Minas	

Fonte: ANEEL (2011).

Figura 16- Aproveitamentos hidrelétricos (PCHs e UHEs) em operação e em estudo



### **2.6.8 Navegação**

A calha principal do rio Paranaíba ao longo dos limites da UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, até a UHE São Simão, faz parte do Trecho IV da Hidrovia do Rio Paraná – estratégica no contexto nacional. Este é o único trecho da hidrovia que pertence (parcialmente) à bacia do Paranaíba, estendendo-se por 225 km, do reservatório da UHE Ilha Solteira até a UHE São Simão, com profundidades de 05 a 40 m. O Trecho na UGH é classificado como navegável (classe 3), e é localizado junto à calha principal de um rio que liga grandes centros produtores de *commodities* aos maiores centros consumidores e aos principais portos exportadores.

Os cinco principais terminais do Complexo Portuário de São Simão ocupam uma área de 222.000 m<sup>2</sup>, com 10 pontos de atracação, capacidade de 2.700 toneladas por hora (t/hora) e movimentação média mensal de 116.420 toneladas (t/mês). A movimentação de cargas com origem no complexo totalizou 1.662.697 toneladas no ano de 2009, tendo como produtos transportados açúcar, milho e, principalmente, soja e farelo de soja. Os trechos do rio Paranaíba à montante do Complexo, em direção às UHEs Cachoeira Dourada e Itumbiara, são classificados como potencialmente navegáveis (classe 3).

### **2.6.9 Pesca**

Devido à grande incidência de lagos e represas na bacia do rio Paranaíba, a região pode ser considerada como um dos principais destinos da pesca esportiva do Brasil. Utilizando como indicador o número de licenças expedidas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) entre junho e dezembro de 2010, verifica-se que na bacia foram expedidas 13.377 licenças. Há grande concentração nos grandes centros urbanos, com Brasília, Goiânia e Uberlândia sendo responsáveis por 51,7% das licenças.

Apesar da elevada concentração na bacia do rio Paranaíba, os municípios da UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba possuem dados relevantes no contexto pesqueiro regional, com um total de 1.358 licenças expedidas neste período, o que equivale a 10,2% do total da bacia, ou a 19,6% se forem excluídos os três principais centros.

### **2.6.10 Turismo e Lazer**

Segundo a Secretaria de Turismo de Minas Gerais, as cidades de Araporã, Cachoeira Dourada/MG, Canápolis, Capinópolis, Ituiutaba, Prata e Santa Vitória fazem parte do Circuito Turístico das Águas do Cerrado.

Segundo dados da secretaria disponíveis no site “<http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/lista-de-circuitos/997-circuito-turistico-aguas-do-cerrado->”, os Circuitos Turísticos são entidades sem fins lucrativos, que caracterizam a política pública de Regionalização do Turismo de Minas Gerais, em desenvolvimento pelo Governo do Estado de Minas Gerais desde o ano de 2001, os Circuitos Turísticos obtiveram seu reconhecimento com a publicação do Decreto de Lei nº 43.321/2003. Esta política é um modelo de gestão das regiões turísticas que segue as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, estabelecido pelo Ministério do Turismo.

Os Circuitos Turísticos abrigam um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, consolidando uma identidade regional. O trabalho destas entidades se dá por meio da integração contínua dos municípios, gestores públicos, iniciativa privada e sociedade civil, consolidando uma identidade regional e protagonizando o desenvolvimento por meio de alianças e parcerias.

## **2.7 Disponibilidade Hídrica**

### **2.7.1 Disponibilidade Hídrica Superficial**

A disponibilidade hídrica no PRH Paranaíba foi caracterizada como a vazão de elevada permanência do reservatório/barragem localizado a montante da seção de interesse somada à vazão incremental do trecho, obtida a partir dos dados de vazões diárias das usinas e das estações fluviométricas. Nos trechos não influenciados por reservatórios, a disponibilidade hídrica foi definida como a vazão  $Q_{95\%}$  diária ou a vazão  $Q_{7,10}$ . Nos trechos influenciados, a vazão de elevada permanência definida foi a  $Q_{95\%}$  natural mensal, ou a  $Q_{100\%}$  natural mensal, obtidas das séries mensais de vazão natural das respectivas usinas no período de 1931 a 2009.

A disponibilidade hídrica é apresentada pelos oito Pontos de Controle (PCs) e pelas duas Unidades de Planejamento Hídrico (UPH) que compõem a UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Na Tabela são apresentadas as disponibilidades hídricas superficiais por PCs e total da UGH. As disponibilidades de referência das UPHs são apresentadas na Tabela .

Os resultados mostram que a UGH apresenta vazão média  $312,89 \text{ m}^3/\text{s}$ , associada a uma vazão específica de  $13,96 \text{ L/s.km}^2$  (Tabela ). As vazões de estiagem,  $Q_{95\%}$  e  $Q_{7,10}$ , são, respectivamente, de  $104,52 \text{ m}^3/\text{s}$  ( $3,87 \text{ L/s.km}^2$ ) e  $69,35 \text{ m}^3/\text{s}$  ( $2,57 \text{ L/s.km}^2$ ). Observa-se menor disponibilidade hídrica na área dos pontos de controle 23, 38 e 50, que correspondem, respectivamente, às bacias dos rios São

Domingos/Arantes, da Prata (parcialmente) e Arantes (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**  
e Tabela ).

Figura 17- Unidade de planejamento hídrico (UPH) e pontos de controle (PCs)

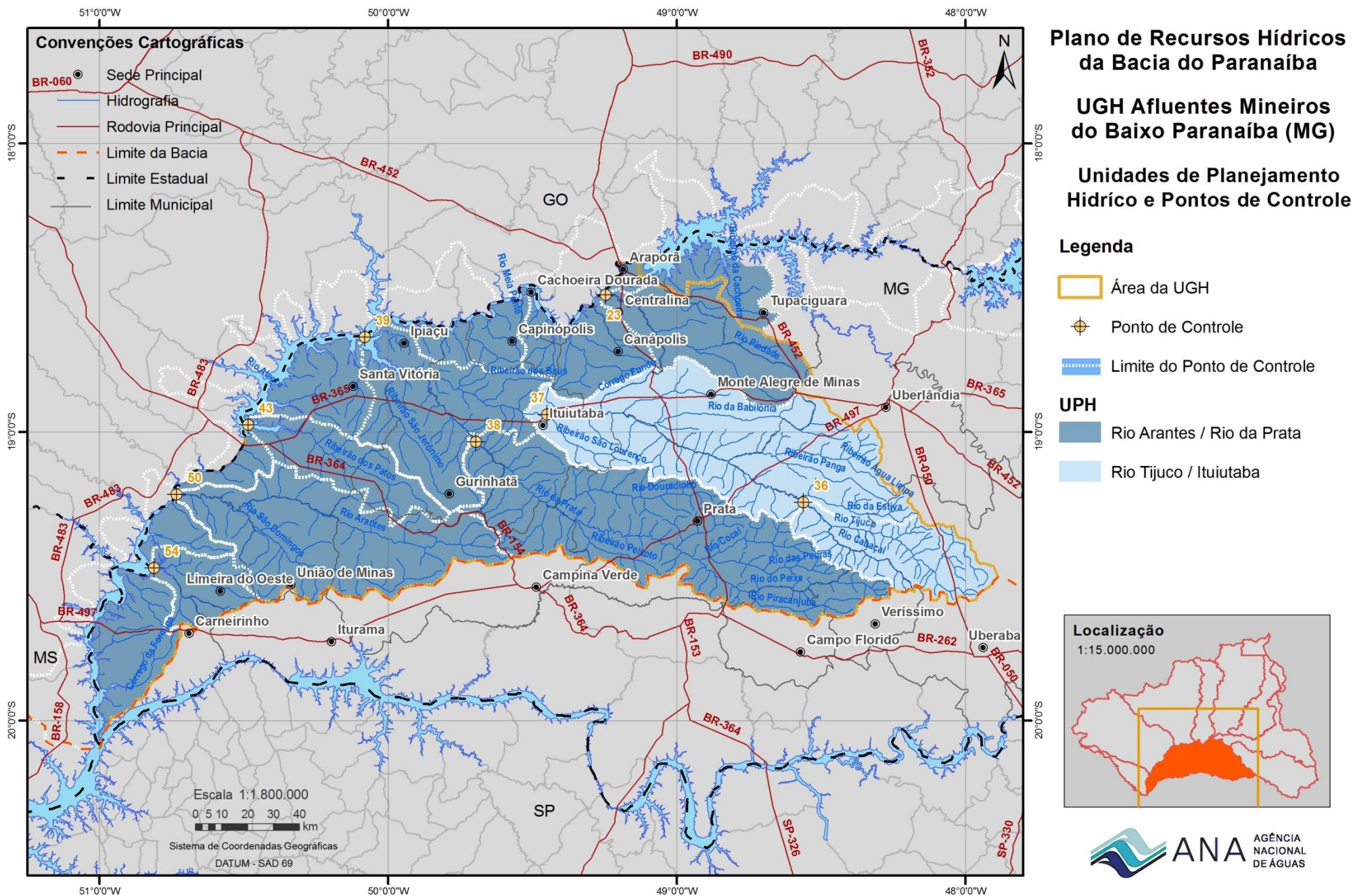




Tabela 10 – Síntese das disponibilidades hídricas para a UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba

Pontos de controle	Descrição do Ponto de Controle	Área (km <sup>2</sup> )	Q <sub>média incremental</sub> (m <sup>3</sup> /s)	Q <sub>média total</sub> (m <sup>3</sup> /s)	q <sub>média</sub> (L/s.km <sup>2</sup> )	Q <sub>7,10 Incremental</sub> (m <sup>3</sup> /s)	Q <sub>7,10 Total</sub> (m <sup>3</sup> /s)	q <sub>7,10</sub> (L/s.km <sup>2</sup> )	Q <sub>95% incremental</sub> (m <sup>3</sup> /s)	Q <sub>95% total</sub> (m <sup>3</sup> /s)	Q <sub>95%</sub> (L/s.km <sup>2</sup> )
23	Foz do Rio Piedade	1.808,84	16,88	16,88	9,33	2,82	2,82	1,56	4,70	4,70	2,60
36	Estação - 60835000	1.531,10	27,03	27,03	17,65	3,28	3,28	2,14	5,73	5,73	3,74
37	Estação - 60845000	4.856,58	69,89	96,92	14,39	13,56	16,84	2,79	21,56	27,29	4,44
38	Estação - 60855000	5.259,94	64,69	64,69	12,30	6,03	6,03	1,15	11,80	11,80	2,24
39	Foz do Rio da Prata	2.573,56	22,42	184,03	8,71	8,36	31,23	3,25	12,48	51,57	4,85
43	Foz do Ribeirão dos Patos	1.278,91	11,14	11,14	8,71	4,16	4,16	3,25	6,20	6,20	4,85
50	Foz do Rio Arantes	3.560,85	7,79	27,79	7,80	2,36	2,36	0,66	4,96	4,96	1,39
54	Foz do Ribeirão da Reserva	787,41	10,62	10,62	13,48	3,85	3,85	4,89	4,49	4,49	5,70
<b>UGH</b>		<b>27.024,25</b>		<b>312,89</b>	<b>13,96</b>	<b>-</b>	<b>69,35</b>	<b>2,57</b>	<b>-</b>	<b>104,52</b>	<b>3,87</b>

Tabela 4 – Disponibilidades hídricas superficiais de referência nas UPHs

Característica	UPH Rio Tijuco / Ituiutaba	UPH Rio Arantes / Prata
Área (km <sup>2</sup> )	6.387,67	21.486,14
Q <sub>mLT</sub> Incremental (m <sup>3</sup> /s)	96,92	153,54
QLT Incremental (mm)	478,80	225,51
Q <sub>7,10</sub> Incremental (m <sup>3</sup> /s)	16,84	27,57
Q <sub>95%</sub> Incremental (m <sup>3</sup> /s)	27,29	44,63
Disponibilidade Hídrica Superficial (Q <sub>95%</sub> diária + Q <sub>95%</sub> mensal) (m <sup>3</sup> /s)	27,29	71,92
Disponibilidade Hídrica Superficial (Q <sub>7,10</sub> + Q <sub>95%</sub> mensal) (m <sup>3</sup> /s)	16,84	27,57
Precipitação Média Anual (mm)	1.562,09	1.461,95
Evapotranspiração Média Anual (mm)	1.083,29	1.236,45

## 2.7.2 Qualidade das Águas Superficiais

A qualidade da água da bacia do rio Paranaíba sofre a influência das múltiplas atividades humanas que ocorrem em seu território, desde a agropecuária até a expansão e ocupação urbana. Os impactos causados relacionam-se a processos como o assoreamento, a eutrofização e a contaminação por efluentes domésticos e industriais.

A caracterização da qualidade de água na UGH foi realizada a partir da análise de 04 pontos de monitoramento operados pela CEMIG, 04 pontos operados pela IGAM, 04 pontos disponíveis no HidroWeb/ANA e 01 ponto operado pela SEMARH/GO na divisa entre os Estados. Os pontos estão localizados no córrego Água Limpa e nos rios Pouso Alegre, Tijuco, da Prata, Paranaíba, São Domingos e dos Bois. Os dados são referentes aos anos de 2008 e 2009. Os resultados foram relacionados com a classificação dos corpos de água estabelecida pela Resolução CONAMA nº 357/2005 (Tabela ), considerando as classes de 1 a 4 para água doce. Além disso, foi realizada uma estimativa das cargas poluidoras afluentes aos cursos d'água e uma análise da relação entre as fontes poluidoras e a qualidade das águas.

Tabela 5 – Padrões de qualidade da água doce (coliformes termotolerantes, DBO e fósforo total)

Classe	Coliformes Termotolerantes (NMP/100 ml)	Demanda Bioquímica de Oxigênio (mg/L)	Fósforo Total - Ambiente Lêntico (mg/L)	Fósforo Total - Ambiente Lótico (mg/L)
1	≤ 200	≤ 3	≤ 0,02	≤ 0,1
2	≤ 1000	≤ 5	≤ 0,03	≤ 0,1
3	≤ 4000	≤ 10	≤ 0,05	≤ 0,15
4	> 4000	> 10	> 0,05	> 0,15

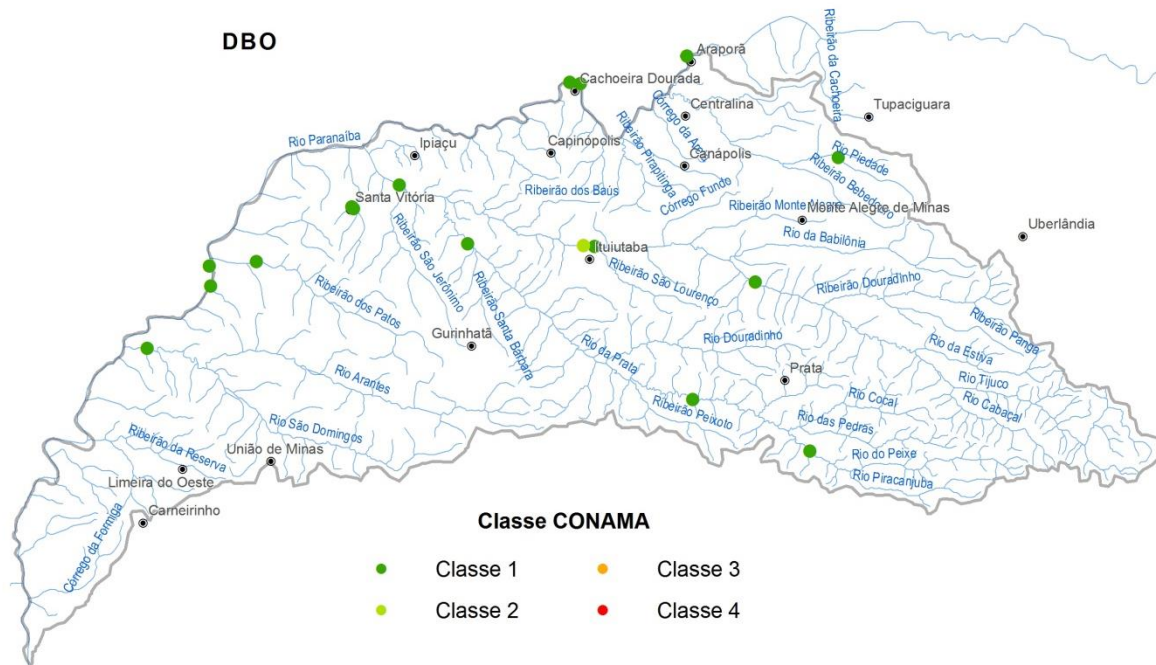
Fonte: adaptado de Resolução CONAMA nº 357/2005

Os principais parâmetros analisados foram DBO, fósforo total e coliformes termotolerantes. A DBO quantifica o oxigênio necessário para oxidar a matéria orgânica através da ação de microrganismos, expressando indiretamente a quantidade de matéria orgânica presente no efluente. O fósforo apresenta-se na forma inorgânica, ligada ao uso de detergentes e outros produtos químicos domésticos, e na forma orgânica, ligada aos compostos de origem fisiológica. Por fim, os coliformes termotolerantes são um grupo de bactérias originárias do trato intestinal humano e de outros animais, por essa razão funcionam também como indicadores de contaminação por esgoto doméstico (Von Sperling, 2007). Além disso, foram avaliados outros parâmetros como turbidez, metais pesados e Oxigênio Dissolvido (OD), conforme a disponibilidade de dados.

A análise do parâmetro de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) mostrou que, apesar das intensas atividades agropecuárias, a UGH apresenta concentrações compatíveis com as classes 1 e 2

nos pontos monitorados (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Não foram encontradas diferenças significativas nas concentrações quando comparadas as estações seca e chuvosa em toda a bacia. O parâmetro OD apresentou o mesmo comportamento da DBO na UGH, ou seja, concentrações compatíveis com as classes 1 e 2.

Figura 18- Valores médios do parâmetro DBO (2008-2009)



Os rios da Prata e Tijuco apresentaram concentrações médias de fósforo total compatíveis com a classe 1 na maioria dos pontos (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), porém, há certa preocupação com o fato de os dois cursos d'água desagüarem no reservatório da UHE São Simão, podendo contribuir com a alteração da classe no meio lântico. Esta preocupação deve-se à proximidade de ambos os rios com áreas de pastagem e de plantação de cana-de-açúcar, bem como outros tipos de cultivos, os quais podem utilizar produtos agroquímicos diversos. Além disso, um ponto a jusante de Ituiutaba obteve concentrações de fósforo acima de 0,15 mg/l, compatível com a classe 4. O Projeto Águas de Minas também apontou qualidade ruim das águas a jusante de Ituiutaba. Quando testada a diferença neste parâmetro entre as estações seca e chuvosa em toda a bacia, fica clara a interferência das chuvas no aumento das concentrações de fósforo.



Com relação ao parâmetro turbidez, nos rios Tijuco e da Prata ocorreram médias compatíveis com as classes 2 e 3, com valores típicos da classe 4 no período chuvoso no rio da Prata. Houve diferença significativa nos valores de turbidez de toda a bacia entre as estações, sendo os valores menores no período seco, uma vez que o incremento da turbidez está relacionado ao carregamento de sólidos ocasionado pelo escoamento superficial no período chuvoso.

As concentrações de nitrogênio amoniacal em todos os pontos da UGH foram inferiores a 1,0 mg/L, compatíveis com a classe 1. Quando testada a diferença nas concentrações de nitrogênio amoniacal entre as estações em toda a bacia, o resultado foi significativo, com os maiores valores ocorrendo na estação chuvosa.

Com relação aos metais pesados, na UGH há incidências de concentrações de manganês e ferro acima dos padrões estabelecidos para classe 2 nos rios Tijuco e da Prata. No rio Paranaíba, as concentrações de ferro dissolvido e manganês no reservatório da UHE São Simão foram compatíveis com as classes 1 e 2. Quanto à clorofila-a, todos os pontos obtiveram resultados compatíveis com a classe 1.

Por fim, cabe destacar com relação à rede de monitoramento que em diversos setores da UGH não há pontos para avaliação, demandando ampliação da rede.

Para avaliação da qualidade da água, além da rede de monitoramento, foi realizada a simulação de cargas poluidoras oriundas do esgoto doméstico urbano, considerando os parâmetros DBO, fósforo total e coliformes termotolerantes. Nestas estimativas de carga afluyente aos corpos d'água, foram adotados coeficientes de remoção distintos para três grupos de população: população sem coleta de esgotos, população com coleta e sem tratamento e população com coleta e com tratamento. Os resultados são apresentados na Tabela .

Tabela 6 – Cargas de origem doméstica da UGH e da bacia do Paranaíba

	DBO			Fósforo Total			Coliformes Termotolerantes		
	gerada (kg/d)	remanescente (kg/d)	abatimento (%)	gerada (kg/d)	remanescente (kg/d)	abatimento (%)	gerada (NMP*/d)	remanescente (NMP*/d)	abatimento (%)
UGH	11.205	6.606	41,0%	207	173	16,4%	2,0E+13	1,2E+13	38,1%
Bacia do Paranaíba	<b>435.611</b>	<b>209.116</b>	<b>52,0%</b>	<b>8.067</b>	<b>4.671</b>	<b>42,1%</b>	<b>8,1E+14</b>	<b>4,0E+14</b>	<b>50,4%</b>

\*NMP: Número mais provável.

A UGH apresenta uma das menores cargas poluidoras dentre as UGHs da bacia do Paranaíba. Para exemplificar, a carga de DBO gerada representa cerca de 2,5% da bacia. Entretanto, isto se deve a pequena população da UGH – inferior a 300 mil habitantes – e não a uma excelente infraestrutura de saneamento.

Esta relação é expressa pelo baixo nível de abatimento das cargas de origem doméstica da UGH, inferior à média da bacia. A carga remanescente, estimada como aquela que chega efetivamente aos corpos hídricos, é de 6.606 kg de DBO/dia, 173 kg de fósforo total/dia e 1,2E+13 NMP de coliformes termotolerantes/dia (Tabela ). As maiores cargas de esgoto remanescente na UGH são geradas em Ituiutaba, por ser uma cidade de maior porte, apesar de já possuir índices de coleta e tratamento de esgoto próximos da universalização. Deve-se destacar, no entanto, que os municípios de Canápolis, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiáçu, Monte Alegre de Minas, Prata e Santa Vitória não possuem tratamento de esgoto, sujeitando os corpos receptores aos impactos provenientes dos esgotos ali gerados.

### 2.7.3 Disponibilidade Hídrica Subterrânea

A disponibilidade hídrica subterrânea foi caracterizada através do cálculo do escoamento de base observado nas estações fluviométricas utilizadas no estudo hidrológico, correspondendo assim às reservas ativas ou reguladoras, que são renovadas anualmente pelos aquíferos. De forma conservadora, dentre as reservas hídricas subterrâneas, não foram consideradas as reservas permanentes, a fim de não considerar a depleção do volume de água permanente dos aquíferos. No PRH Paranaíba, foi considerado que 50% da reserva ativa estaria disponível para ser explorada, correspondendo à disponibilidade hídrica subterrânea.

A Tabela apresenta a reserva ativa e a disponibilidade hídrica na UGH e nos PCs. Verifica-se que a unidade de gestão apresenta reserva ativa da ordem de 104,67 m<sup>3</sup>/s (3,87 L/s.km<sup>2</sup>) que resulta na disponibilidade hídrica subterrânea de 52,34 m<sup>3</sup>/s (1,94 L/s.km<sup>2</sup>).

#### 2.7.3.1 Sistemas Aquíferos

Os sistemas aquíferos, em função da forma como armazenam e transmitem água, são divididos nos domínios poroso e fraturado. O domínio poroso é formado pelas rochas que armazenam água nos espaços entre os grãos constituintes (arenitos e folhelhos, por exemplo), sendo representado na UGH pelo sistema Bauru de potencial hídrico médio a alto. No domínio fraturado a água ocupa os espaços representados por fissuras ou fraturas, juntas, falhas e, em casos particulares, vesículas, sendo representado pelo sistema aquífero Serra Geral, que apresenta potencial hídrico baixo a médio (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). A

Tabela apresenta as características dos poços tubulares por aquífero na UGH.

Tabela 7 – Reserva ativa e disponibilidade hídrica subterrânea nos pontos de controle e na UGH

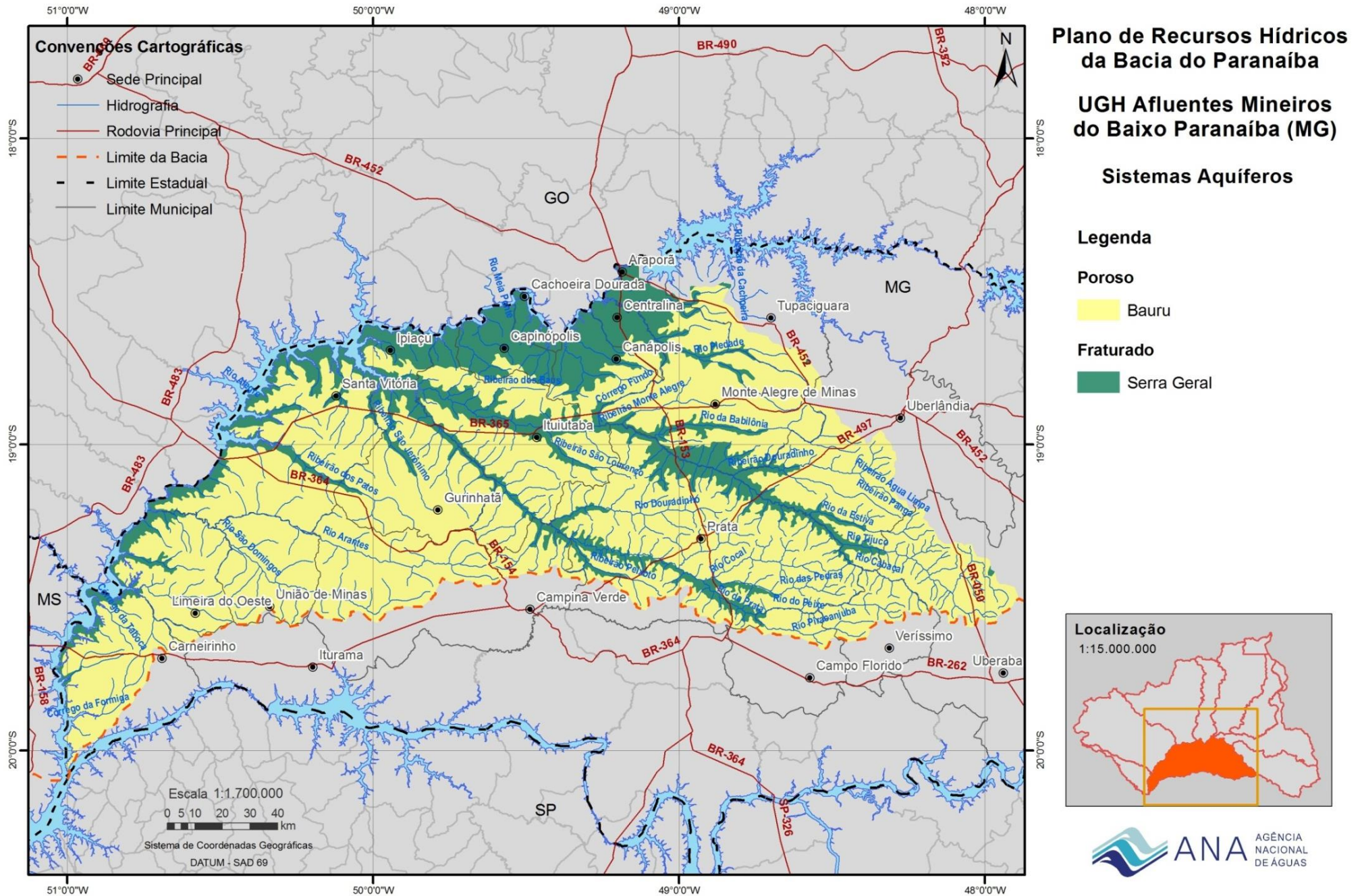
Pontos de controle	Descrição do Ponto de Controle	Área (km <sup>2</sup> )	Reserva ativa		Disponibilidade Hídrica	
			(m <sup>3</sup> /s)	(L/s.km <sup>2</sup> )	(m3/s)	(L/s.km <sup>2</sup> )
23	Foz do Rio Piedade	1.808,84	4,49	2,48	2,25	1,24
36	Estação - 60835000	1.531,10	5,65	3,69	2,83	1,85
37	Estação - 60845000	4.856,58	20,96	4,32	10,48	2,16
38	Estação - 60855000	5.259,94	11,24	2,14	5,62	1,07
39	Foz do Rio da Prata	2.573,56	11,75	4,57	5,88	2,29
43	Foz do Ribeirão dos Patos	1.278,91	5,84	4,57	2,92	2,29
50	Foz do Rio Arantes	3.560,85	4,54	1,28	2,27	0,64
54	Foz do Ribeirão da Reserva	787,41	5,42	6,89	2,71	3,45
<b>UGH</b>	-	<b>27.024,25</b>	<b>104,67</b>	<b>3,87</b>	<b>52,34</b>	<b>1,94</b>

Tabela 8 – Características dos poços tubulares na UGH

N = 196 poços AQUÍFERO	Profundidade (m)				Nível Estático (m)				Nível Dinâmico (m)				Vazão (m <sup>3</sup> /h)					Capacidade Específica (m <sup>3</sup> /h/m)				
	MÍN	MÉDIA	MÁX	N	MÍN	MÉDIA	MÁX	N	MÍN	MÉDIA	MÁX	N	MÍN	MÉDIA	MED	MÁX	N	MÍN	MÉDIA	MED	MÁX	N
Bauru	28	79	135	7	1,6	16	24	7	17	44	64	7	1,5	5,5	5,2	10	7	0,10	0,26	0,22	0,63	7
Serra Geral	68	126	210	28	3,6	22	72	27	16	60	101	27	0,01	21,0	13,9	88	27	0,04	2,48	0,39	19,50	25
Misto - Bauru/Serra Geral	60	119	210	14	2,2	33	83	14	31	72	127	14	1,8	12,6	8,1	40	14	0,02	0,38	0,28	0,78	14

N= número de dados; MED= Mediana.

Figura 21- Sistemas aquíferos





Os aquíferos vinculados ao sistema Bauru correspondem a espessos pacotes de sedimentos compostos por arenitos finos a médios dos Grupos Bauru e Caiuá, intercalados por camadas de siltitos e argilitos, depositados em duas fases distintas sobre os basaltos da Formação Serra Geral. São classificados como do tipo poroso e livre, podendo apresentar-se localmente semiconfinados. Este sistema possui grande importância hidrogeológica com relação às funções filtro e reguladora e na regularização das vazões dos rios. Os poços do aquífero Bauru nesta UGH apresentam vazão média de 5,5 m<sup>3</sup>/h (

Tabela ), valor inferior à média da bacia de 12,3 m<sup>3</sup>/h. Tal diferença pode ser devido ao número reduzido de dados, uma vez que a vazão média dos poços sem identificação do aquífero captado (sem perfil geológico) é de 18 m<sup>3</sup>/h.

O aquífero Bauru está entre os primeiros aquíferos selecionados pelo CPRM para a primeira fase de implantação e operação da Rede Integrada de Monitoramento de Águas Subterrâneas – RIMAS. Na bacia do Paranaíba, esta rede já conta com 13 poços de monitoramento perfurados e instalados, dos quais 8 se encontram nesta UGH.

O sistema aquífero Serra Geral corresponde, em termos geológicos, à Formação Serra Geral do Grupo São Bento. O potencial hídrico é variável, estando vinculado à abertura, densidade e interconexão das fissuras, fraturas, juntas, falhas e vesículas, que são significativamente influenciadas pela tectônica recente (neotectônica). O sistema possui esta permeabilidade secundária associada também a zonas de contato existentes entre os sistemas de diques basálticos e as rochas encaixantes. Em algumas regiões, este aquífero sofre restrições de uso devido às altas concentrações de ferro e manganês, provavelmente de origem não-antrópica. Os poços tubulares do aquífero Serra Geral nesta UGH apresentam vazão média de 21 m<sup>3</sup>/h (

Tabela ).

Em área de afloramento do aquífero Serra Geral, na cidade de Cachoeira Dourada/MG, há ocorrência de águas termais com alta concentração de sais, no mesmo contexto das águas da cidade homônima goiana, as quais, segundo Almeida *et al.* (2006), seriam oriundas do aquífero sotoposto (Guarani), interceptado a uma profundidade entre 320 e 420 metros.

Os poços monitorados do Aquífero Guarani são poços profundos, captando da área confinada, e atravessam, em alguns casos, os sedimentos do Grupo Bauru, e os derrames basálticos da Formação Serra Geral, até alcançar os arenitos das Formações Pirambóia e Botucatu.

Conforme consta no 1 Relatório de Gestão e Situação de Recursos Hídricos do IGAM, 2013, a Tabela 16 apresenta a relação dos poços monitorados e o uso das águas captadas.

Tabela 16: Relação dos poços monitorados e seus usos atuais.

Identificação	Município	Localidade	Setor / Uso
---------------	-----------	------------	-------------

CD3	Cachoeira Dourada	Yquara Termas	Balneabilidade

O ponto CD3 é caracterizado por águas cloretadas sódicas com alta mineralização e condutividade elétrica maior que 10.000  $\mu\text{S}/\text{cm}$ .

Tabela 9: Divisão hidroquímica do aquífero Guarani – analogia com as estações monitoradas no estudo do Programa Estratégico de Ação – PEA (OEA, 2009).

**DIVISÃO HIDROQUÍMICA DO AQUIFERO GUARANI - ANALOGIA COM AS ESTAÇÕES MONITORADAS - ESTUDO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE AÇÃO/PEA**

Estação	Campanhas	Relação Na/Cl	Relação Cl/SO4	Condutividade Elétrica	Temperatura in Loco	pH in loco	Grupo - Estudo PEA	Descrição Tipo - Estudo PEA	Zona Hidroquímica - Estudo PEA	CLASSIFICAÇÃO por PIPER
CD3	2009	Na>Cl	Cl<SO4	12060	-	-	Análoga ao Tipo D	"São possivelmente, águas cloretadas sódicas com alta mineralização, o que determina a baixa resistividade elétrica observadas nos perfis geofísicos. Ocorrem na Zona IV, observação indireta em perfis elétricos de poços de petróleo da Argentina."	Zona II (Zona limítrofe do SAG)	Águas sulfatadas ou cloretadas sódicas
	2010	Na>Cl	Cl<SO4	12890	38,8°	5,86				
	2011	Na>Cl	Cl<SO4	12600	38,4	7,47				

#### 2.7.4 Qualidade das Águas Subterrâneas

O PRH Paranaíba não identificou estudos específicos sobre a qualidade das águas subterrâneas da UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba. Neste sentido, são descritas a seguir informações regionais sobre os sistemas aquíferos Bauru e Serra Geral. Cumpre ressaltar que estes sistemas aquíferos, de modo geral, apresentam boa qualidade de água.

As águas do sistema aquífero Bauru são, em geral, do tipo bicarbonatadas cálcicas e cálcio-magnesianas. Apesar de atenderem aos requisitos de consumo humano, demandam para alguns tipos de usos industriais a correção da dureza e do pH, em especial no domínio das águas bicarbonatadas cálcicas. Os altos teores de carbonatos e bicarbonatos associados ao magnésio, apesar de não apresentarem toxicidade, demandam tratamento para seu uso, já que são responsáveis por incrustações e deposição de sedimentos, que por sua vez podem comprometer tubulações e redes de distribuição. Além disso, por ser um sistema aquífero livre e possuir grande área de afloramento, apresenta maior vulnerabilidade à contaminação por atividades poluidoras, especialmente aquelas decorrentes do desenvolvimento agrícola e industrial (ANA, 2007).

Os dados hidroquímicos das águas subterrâneas do sistema aquífero Serra Geral apontam a existência de uma composição diversificada, com águas bicarbonatadas cálcicosódicas, bicarbonatadas cálcico-magnesianas, bicarbonatadas sódio-cálcicas, bicarbonatadas sódicas, bicarbonatadas cálcicas, águas sulfatadas e cloretadas sódicas. O campo das águas bicarbonatadas cálcicas é predominante, com menor frequência de cloretadas e sulfatadas, possuindo um nítido controle litoquímico, já que suas características químicas estão correlacionadas com os processos de intemperismo que atuam sobre as rochas vulcânicas. Cabe também destacar que, em algumas regiões, as águas sofrem restrições de uso devido às altas concentrações de ferro e manganês, provavelmente de origem não-antrópica (ANA, 2007).

## 2.8 Balanços Hídricos

### 2.8.1 Quantitativo

O balanço hídrico superficial permite avaliar áreas críticas em termos de quantidade de água por meio do confronto entre as demandas totais e a disponibilidade de água por trecho de rio. Cabe ressaltar que as demandas de agricultura (irrigação) consideradas são aquelas dos meses mais críticos (agosto e setembro), período em que a utilização da água é mais intensiva.

O balanço hídrico considera a demanda consumida (vazões de consumo) e a disponibilidade hídrica como  $Q_{95\%}$  ou  $Q_{7,10}$  acumuladas nos trechos de rio. No Estado de Minas Gerais, onde se encontra a UGH, o limite máximo de derivações consuntivas a serem outorgados considera a  $Q_{7,10}$ , diferentemente de Goiás, onde se considera  $Q_{95\%}$ . Cabe destacar que o limite máximo outorgável nos rios de Minas Gerais é de 50% da  $Q_{7,10}$  na bacia do Paranaíba.

O resultado do balanço hídrico quantitativo é apresentado na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** Alguns trechos de rio apresentam balanço hídrico maior que 1, ou seja, demanda de consumo superior à vazão de referência, incluindo as bacias dos rios da Prata, Tijuco, Arantes, São Domingos e Piedade. O rio Douradinho, afluente do rio da Prata, apresenta a situação mais crítica.

Diversos trechos apresentam balanço hídrico entre 0,5 e 1, ou seja, demanda entre 50 e 100% da disponibilidade. A maior parte destes trechos localiza-se nas bacias dos rios Tijuco, da Prata e Piedade. A situação é mais crítica em regiões de cabeceira, onde há menor disponibilidade hídrica e alta concentração de demandas de irrigação. Trechos críticos em afluentes dos rios Arantes e São Domingos, no município de Limeira do Oeste, também apresentam indícios de uso intensivo para irrigação.

Ressalta-se que a área localizada na margem da calha principal do rio Paranaíba, entre as sedes municipais de Itumbiara/GO e Ituiutaba/MG, na porção nordeste da UGH, é considerada crítica. Nesta região é observada a expansão da cana-de-açúcar pelo fato de apresentar altitudes favoráveis e solos com boa aptidão agrícola. Além disso, as sedes municipais de Itumbiara/GO, Centralina/MG, Canápolis/MG e Araporã/MG também estão localizadas nesta região.

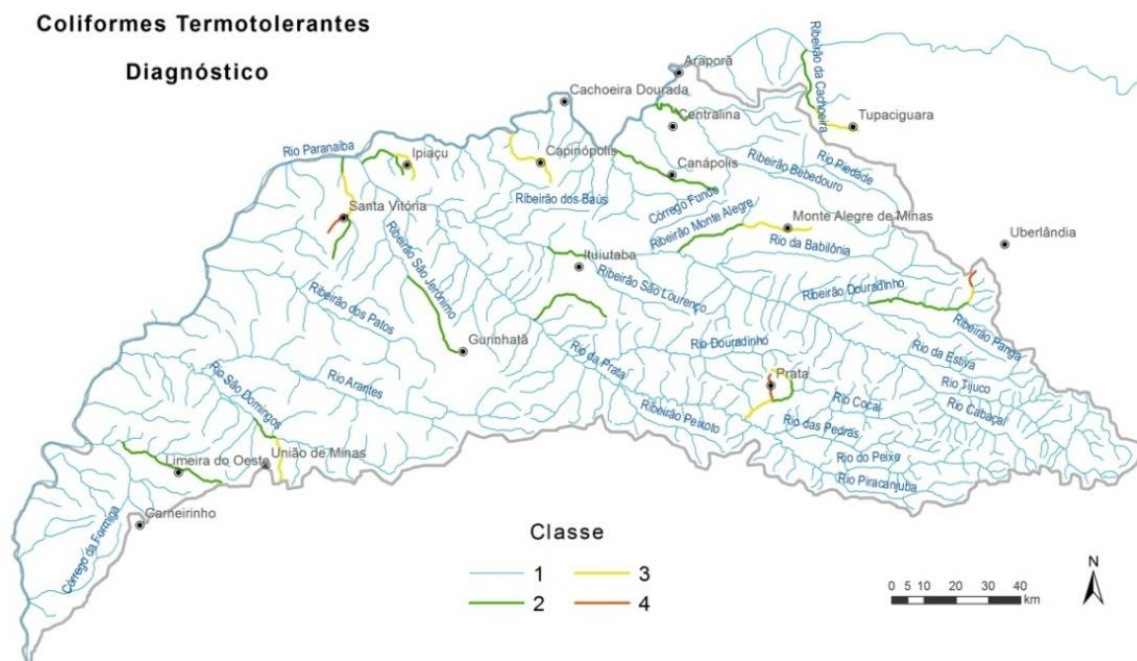


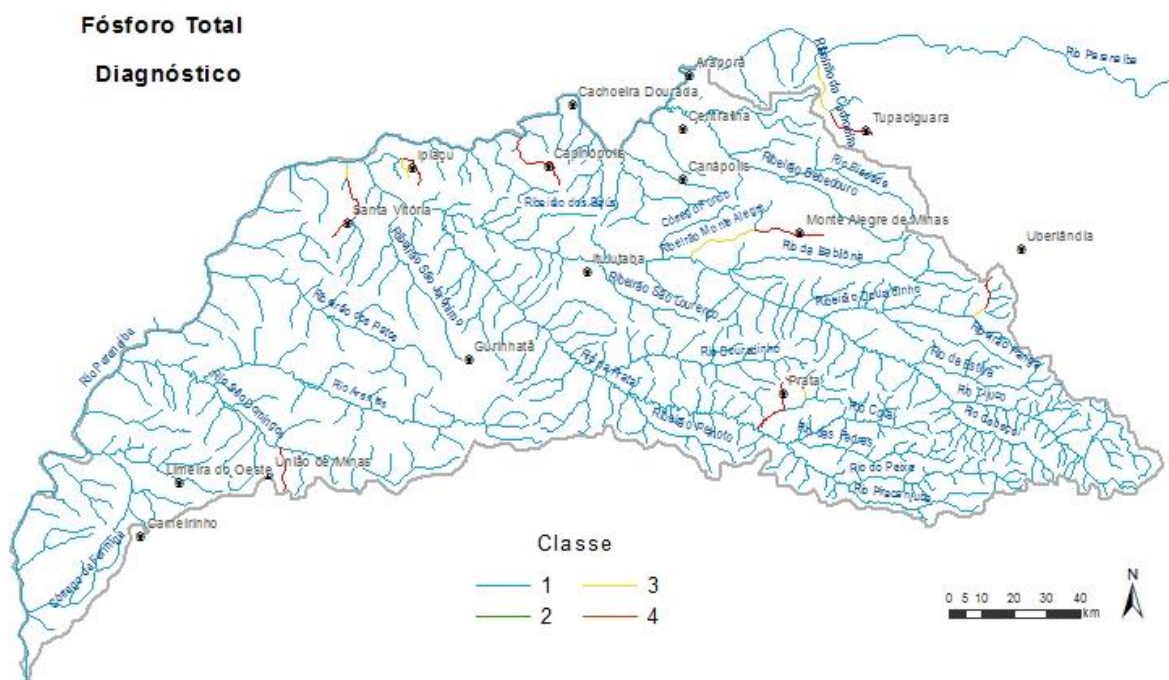
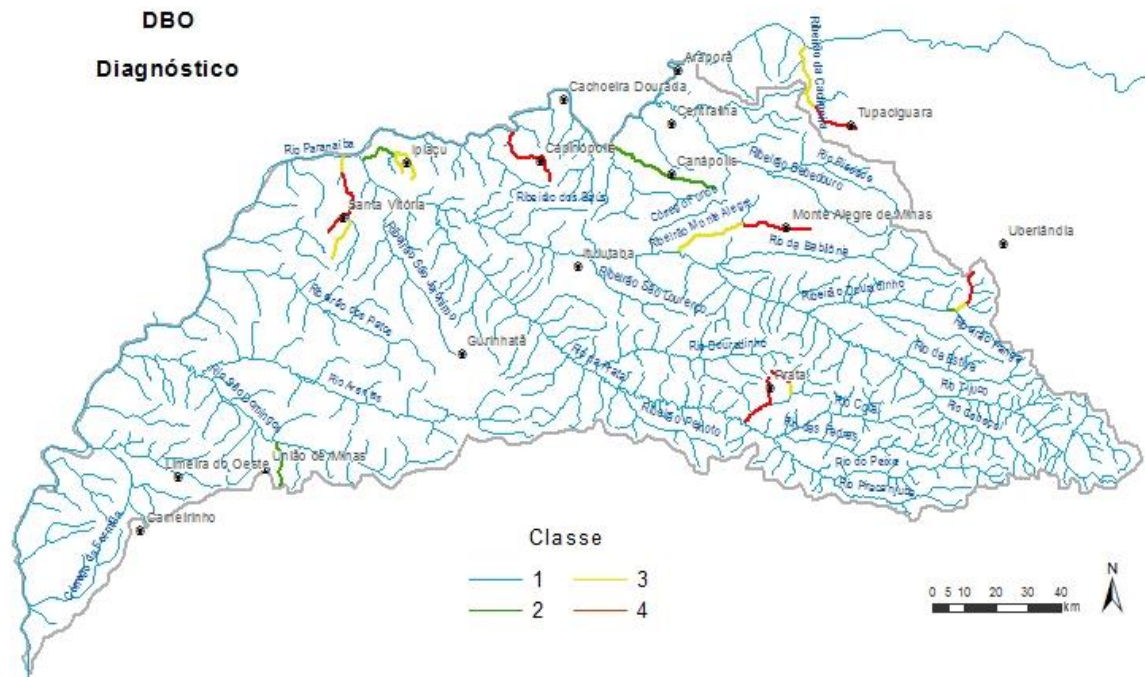
## 2.8.2 Qualitativo

A fim de avaliar o impacto das cargas poluidoras sobre os cursos d'água, foi realizada uma estimativa de cargas poluidoras domésticas remanescentes nos trechos de rio da bacia do Paranaíba, levando também em conta a vazão de referência  $Q_{7,10}$ . São analisados os parâmetros Coliformes Termotolerantes (CT), Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e Fósforo Total ( $P_T$ ). Os resultados são apresentados de acordo com os limites de classificação dos corpos de água doce preconizados pela Resolução CONAMA 357/2005. Cabe ressaltar que as classes 1 e 2 representam condições de melhor qualidade da água, ou seja, são compatíveis com padrões de usos mais exigentes, enquanto as classes 3 e 4 indicam qualidade inferior que atende aos usos menos exigentes.

O resultado do balanço qualitativo para os três parâmetros na UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba indica que as áreas mais críticas estão localizadas a jusante dos principais centros urbanos, com exceção de Ituiutaba. Há poucos trechos na UGH com características das classes 3 e 4 (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Os trechos mais críticos estão próximos às sedes dos municípios de Prata, Uberlândia, Capinópolis, Monte Alegre de Minas, União de Minas, Santa Vitória e Ipiacu. Estes dados refletem a deficiência principalmente no tratamento de esgoto e, em alguns casos, a limitada capacidade de assimilação e depuração das cargas poluidoras pelos corpos receptores, com baixa disponibilidade hídrica devido a sua pequena área de drenagem.

Figura 23- Balanço hídrico qualitativo no diagnóstico (Coliformes termotolerantes, DBO e fósforo total) considerando as cargas poluidoras domésticas urbanas e a vazão de referência  $Q_{7,10}$





## 2.9 Eventos críticos

Eventos críticos associados a cheias e inundações têm o potencial de provocar perdas econômicas e/ou atingir assentamentos humanos. O uso e a ocupação progressiva do solo alteram a capacidade de escoamento dos fluxos, a produção de sedimentos e resíduos e a qualidade das águas, principalmente junto às áreas urbanizadas.

A fim de avaliar a ocorrência de eventos críticos na UGH, foram utilizados dados do IBGE (PNSB, 2008) e registros da Defesa Civil (2010). A PNSB identificou, entre 2003 e 2008, ocorrências de inundações ou enchentes nos municípios de Canápolis, Carneirinho, Gurinhatã, Itarumã, Limeira do Oeste, Prata, Santa Vitória e Uberaba. A Defesa Civil, por sua vez, registrou a ocorrência de enxurradas em Capinópolis (em 2010) e Santa Vitória (2007), de chuvas e enchentes em União de Minas (2003) e de chuvas e inundações em Carneirinho (2003). Portanto, as fontes utilizadas indicam ocorrência de eventos críticos, nos últimos anos, em 10 dos 18 principais municípios da UGH.

## **2.10 Aspectos Legais e Institucionais**

O Sistema de Gestão de Recursos Hídricos envolve a atuação integrada de órgãos gestores de recursos hídricos, Conselhos de Recursos Hídricos, Comitês de Bacia e Agências de Água com vistas à implementação dos instrumentos de gestão, que abrangem os Planos de Recursos Hídricos, a Outorga de Direito de Uso, a Cobrança pelo Uso, o Enquadramento dos Corpos Hídricos e os Sistemas de Informações.

A UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba teve seu comitê de bacia criado em 2004 pelo Decreto Estadual 43.797, encontrando-se instalado desde abril de 2008, com sede na cidade de Uberlândia. Seguindo o critério de representação paritária, o comitê é composto por 32 titulares: 08 representantes do Poder Público Estadual, 08 do Poder Público Municipal, 08 de usuários de recursos hídricos e 08 de entidades da sociedade civil ligada aos recursos hídricos. Cada representante possui um suplente, totalizando 64 membros. A duração dos mandatos é de dois anos, podendo ser renovados, e o processo de escolha (consenso, eleição ou sorteio) deve ser conduzido em reunião convocada pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).

Em escala mais regional, a UGH está na área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (CBH Paranaíba) que foi criado em 2002 e cujo programa de mobilização culminou na sua instalação em junho de 2008. O seu regimento interno, aprovado pela Deliberação nº 03/2007 e alterado pela Deliberação nº 14/2009, definiu sua composição em 45 membros titulares.

A UGH é limitada a norte pelo rio Paranaíba, que é o divisor entre os Estados de Goiás e Minas Gerais, sendo por isso considerado de domínio da União, enquanto os demais corpos hídricos, rios e águas subterrâneas, são de domínio estadual.

A ANA atua na esfera federal, da União, sendo responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e pela coordenação da gestão compartilhada e integrada destes recursos, enquanto a esfera estadual tem como órgãos gestores o IGAM, órgão que normatiza os procedimentos, e a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD),



responsável pela emissão da outorga, assim como pelo licenciamento ambiental. Vinculadas à SEMAD, há ainda as Superintendências Regionais de Regularização Ambiental (Suprams), que têm por finalidade planejar, supervisionar, orientar e executar diversas atividades das políticas estaduais de meio ambiente e de recursos hídricos.

Em relação à gestão de recursos hídricos em Minas Gerais, a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH-MG) e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos são disciplinados pela Lei 13.199, de 29 de janeiro de 1999. A PERH-MG prevê como instrumentos de gestão o Plano Estadual de Recursos Hídricos, os Planos Diretores de Bacias Hidrográficas, o Sistema de Informações, o Enquadramento dos Corpos de Água, a Outorga do Direito de Uso, a Cobrança e as Penalidades, além do rateio do custo de obras de uso múltiplo e a compensação financeira a municípios.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos foi aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG) em 2011.

A outorga de corpos hídricos superficiais adota como referência no Estado a vazão mínima de sete dias de duração e dez anos de recorrência ( $Q_{7,10}$ ). O limite máximo de derivações consuntivas, estabelecida pela Resolução Conjunta SEMAD-IGAM nº 1.548, de 29 de março 2012, é de 50% da  $Q_{7,10}$ , ficando, portanto, garantidos a jusante de cada derivação fluxos residuais mínimos equivalentes a 50% da  $Q_{7,10}$ . A outorga de água subterrânea, por sua vez, é baseada na capacidade de produção do poço informada.

Os usos insignificantes são definidos pela Deliberação CERH-MG nº 09 de 2004 por Unidades de Planejamento Hídrico – UPH. Nas UPHs mineiras da bacia do Paranaíba são considerados usos insignificantes: (a) as captações e derivações de águas superficiais menores ou iguais a 1 litro por segundo, (b) as acumulações superficiais com volume máximo de 5.000 m<sup>3</sup> e (c) as captações subterrâneas, tais como, poços manuais, surgências e cisternas com volume menor ou igual a 10 m<sup>3</sup> por dia, com exceção de poços tubulares dos quais é exigida a outorga. Após o cadastro obrigatório, e desde que não haja conflito, é emitida ao usuário Certidão de Registro de Uso da Água, com prazo de três anos, renovável. A Deliberação nº 09 define ainda a suspensão destes critérios caso o comitê de bacia, no caso o CBH Araguari, defina outros critérios para usos insignificantes.

A outorga na esfera federal – atribuição da ANA – tem como referência, em geral, a vazão com garantia de permanência em 95% do tempo ( $Q_{95\%}$ ). São considerados usos insignificantes as captações e derivações de águas superficiais menores ou iguais a 1 litro por segundo. Assim como na legislação estadual, são também insignificantes os usos de recursos hídricos para satisfação das necessidades de pequenos núcleos de população rural.

A cobrança, o enquadramento, o rateio do custo de obras de uso múltiplo, as penalidades e a compensação financeira a municípios, todos instrumentos de gestão previstos na Lei Estadual de Minas Gerais, ainda não foram implantados. Destaca-se que a legislação existente prevê o instrumento do enquadramento, proposto na Lei 9.433/1997 que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos, ao contrário da legislação existente para o Estado de Goiás. Segundo informações obtidas junto ao IGAM em março de 2011, o Sistema Estadual de Informações encontrava-se em processo de implementação.

## 2.11 Diagnóstico Integrado

A análise integrada dos dados sistematizados e produzidos no diagnóstico, somada às contribuições recebidas nas reuniões públicas, permite identificar um conjunto de potencialidades e de vulnerabilidades que interferem sobre a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos na UGH. Uma síntese com algumas das principais questões é apresentada na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

A UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba abrange uma área equivalente a 4% do Estado de Minas Gerais, englobando territórios de cerca de 21 municípios. Uma característica importante é a sazonalidade climática bem marcada, com chuvas médias mensais superiores a 100 mm entre outubro e abril e inferiores a 55 mm entre maio e setembro. A precipitação média anual alcança 1.489 mm, contribuindo para a elevada disponibilidade hídrica superficial – 3,87 L/s.km<sup>2</sup> (Q<sub>95%</sub>) e 2,57 L/s.km<sup>2</sup> (Q<sub>7,10</sub>). A disponibilidade de água subterrânea, por sua vez, alcança 52,34 m<sup>3</sup>/s ou 1,94 L/s.km<sup>2</sup> – valores que correspondem a 50% da reserva ativa.

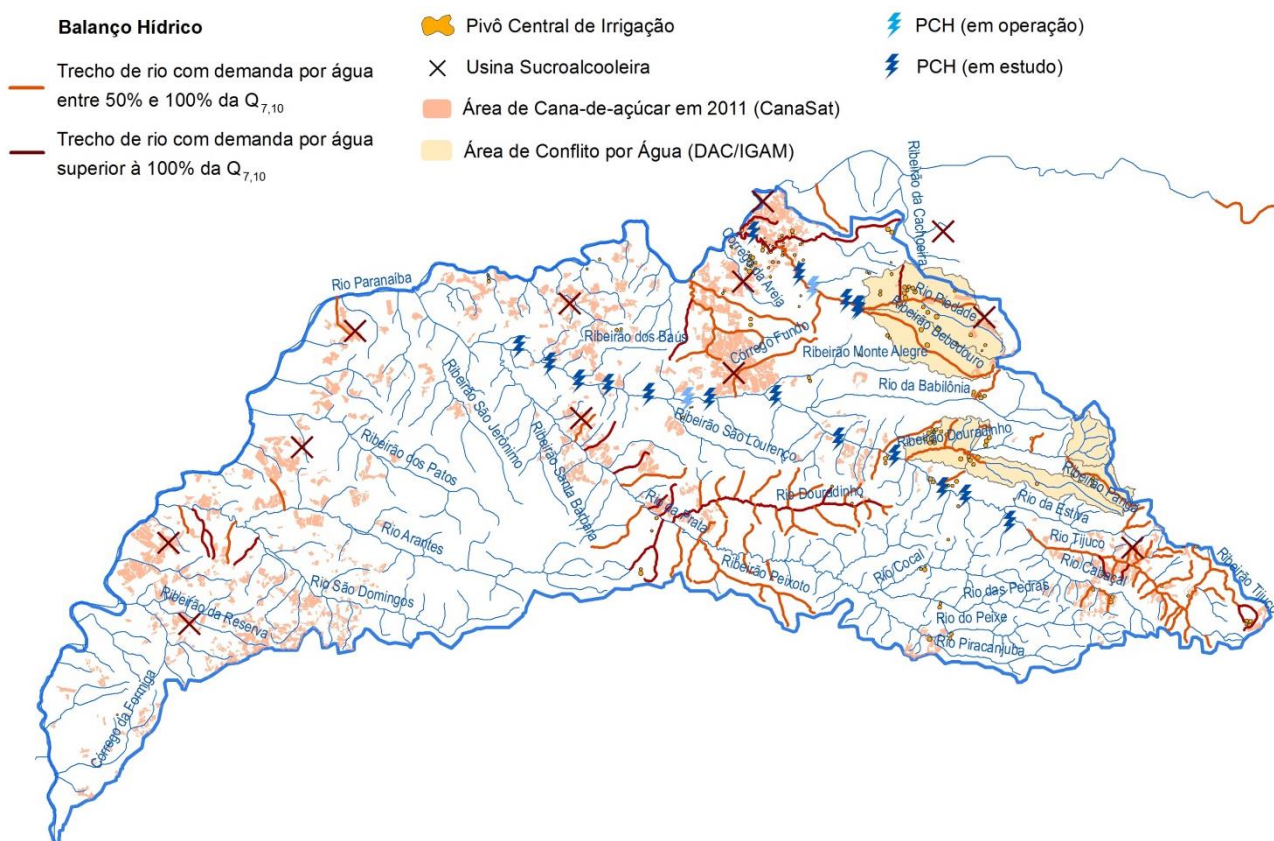
Os remanescentes de vegetação nativa representam apenas 16% da área originalmente ocupada na UGH, valor inferior ao da bacia do Paranaíba, de 21,8%. Além disso, apenas 0,4% da área da UGH encontra-se protegida em unidades de conservação. O desmatamento e o manejo inadequado do solo, principalmente quando associados a solos suscetíveis e a áreas de maior declividade, potencializam os problemas envolvendo erosão e assoreamento.

A UGH apresenta ainda grande potencial de expansão da agricultura, dado que 97% de sua superfície apresenta aptidão regular ou boa para lavouras, além de terrenos planos e suaves ondulados e da presença de extensas áreas de pastagem. A expansão do cultivo de cana-de-açúcar para produção de álcool, por exemplo, tem sido um importante fator de pressão regional, com a área plantada passando de 35 mil para 200 mil hectares entre 2003 e 2011 (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Na UGH, são identificadas onze usinas sucroalcooleiras em operação, além de outras cinco em estudo.

A distribuição das demandas hídricas da UGH, comparada à da bacia do Paranaíba, indica que principalmente o abastecimento público e a indústria são proporcionalmente inferiores ao peso regional, enquanto a dessedentação e a agricultura possuem demandas mais expressivas.

A análise do uso da água confrontada com a disponibilidade hídrica superficial revela que diversos corpos hídricos apresentam balanço maior que 1, ou seja, demanda superior a 50% da vazão de referência ( $Q_{7,10}$ ). Os trechos críticos concentram-se nas bacias dos rios da Prata, Douradinho, Tijuco, Arantes, Piedade e Dourados (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Estes locais coincidem, de forma geral, com áreas de concentração de pivôs centrais de irrigação ou de cana-de-açúcar irrigada. Alguns trechos críticos coincidem com Declarações de Área de Conflito (DAC) identificadas pelo IGAM (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). O IGAM identifica nesta UGH áreas de conflito no setor leste, no alto rio Piedade e nos ribeirões Douradinho, Bebedouro, Água Limpa e Panga.

Figura 24- Algumas questões envolvendo os recursos hídricos na UGH



A presença de centros urbanos com saneamento deficiente e as cargas poluidoras de origem agropecuária são os principais fatores que potencialmente impactam a qualidade dos recursos hídricos da região. O abastecimento de água é atualmente satisfatório, embora três municípios necessitem de

ampliação do sistema de abastecimento considerando o atendimento das demandas até 2025 (Araporã, Ipiacu e Monte Alegre de Minas). Com relação ao esgotamento sanitário, aproximadamente 95% da população urbana da UGH possui coleta de esgoto, enquanto o tratamento atende apenas 50% da população urbana. Como resultado, o balanço hídrico qualitativo indica trechos críticos (classes 3 e 4) próximos às sedes de Prata, Uberlândia, Capinópolis, Monte Alegre de Minas, União de Minas, Santa Vitória e Ipiacu. Cabe destacar que Cachoeira Dourada/MG e União de Minas destacam-se pela excelente cobertura dos serviços de saneamento, com coleta e tratamento de esgoto praticamente universalizados.

Com relação ao uso de água para geração de energia, a UGH sofre a influência de grandes reservatórios ao longo do rio Paranaíba (UHEs Ilha Solteira, São Simão e Cachoeira Dourada), além de possuir duas PCHs em rios afluentes. Além disso, o rio Tijuco já foi inventariado em quase todo o seu percurso para implantação de 12 PCHs (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Outras 05 PCHs foram inventariadas em trechos do rio Piedade, onde atualmente já existe um conflito intrassetorial, entre irrigantes.

Cabe destacar que o Tijuco é o único rio com vazão e extensão de grandes proporções da região do Triângulo Mineiro que ainda possui poucas barragens (apenas a PCH Salto Morais), o que contribui para a disputa entre a instalação das 12 PCHs e o setor ambiental (impacto na estrutura e dinâmica dos ecossistemas aquáticos). Com os pedidos de licenciamento prévio de 08 destes empreendimentos, a SEMAD/MG solicitou em 2008 aos empreendedores que realizassem um estudo mais aprofundado a fim de verificar os possíveis danos que a implantação em conjunto das PCHs poderia causar à região, levando em conta o contexto hidrográfico da bacia do rio Paranaíba. Antes que o estudo fosse concluído, foi criado em 2011 o Refúgio da Vida Silvestre dos Rios Tijuco e da Prata (Decreto Estadual nº 45.568), uma Unidade de Conservação de Proteção Integral com 8.700 hectares, que visa à proteção da fauna e flora destes rios. Desta forma, 05 das 08 PCHs na etapa de projeto básico passaram a estar localizadas nesta unidade.

### 3 Prognóstico

A partir do conjunto de dados e informações sistematizados na etapa de diagnóstico, foram elaborados cenários futuros para a bacia do rio Paranaíba tendo como horizonte o ano de 2030. Para sua construção, foram consideradas seis variáveis na análise do balanço hídrico quantitativo – crescimento populacional, restrições ambientais, expansão da agricultura e da pecuária, eficiência no abastecimento de água urbana e variações climáticas. Essas variáveis foram utilizadas para estimar as vazões de consumo utilizadas na análise do balanço hídrico quantitativo e que, articuladas, permitiram a definição de três cenários de referência com as seguintes premissas:

- **Cenário Tendencial:** condições atualmente vigentes permanecerão as mesmas, ou seja, não haverá modificação significativa das políticas públicas e do quadro socioeconômico;

- **Cenário Normativo:** ocorre uma conjugação de fatores positivos para a gestão dos recursos hídricos e desenvolvimento sustentável;

- **Cenário Crítico:** há uma conjugação de fatores negativos para a gestão dos recursos hídricos e desenvolvimento sustentável.

Desta forma, os cenários se traduzem em diferentes impactos na relação entre demanda e disponibilidade da água, o que implica em diferentes decisões de gestão dos recursos hídricos. A análise integrada destas possibilidades de futuro permite construir uma estratégia robusta, ou seja, aquela em que o conjunto de decisões a serem tomadas contempla todos os cenários como possíveis.

Para a análise do balanço hídrico qualitativo, foram construídos dois cenários abrangendo as variáveis de coleta e tratamento de esgoto: um sem investimentos no horizonte de planejamento, denominado **cenário crítico**, e um com muitos investimentos denominado **cenário normativo**. As variáveis consideradas nesses cenários foram: crescimento populacional, coleta de esgoto, tratamento de esgoto e eficiência do tratamento de esgoto. Estas variáveis foram utilizadas para estimar as cargas poluidoras utilizadas na análise do balanço hídrico qualitativo.

#### 3.1 Variáveis Articuladas

O detalhamento das variáveis consideradas nos cenários do PRH Paranaíba para a UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, especificamente na análise de balanço hídrico quantitativo, é apresentado na Tabela .

Tabela 18 – Variáveis articuladas nos cenários tendencial, normativo e crítico

Variável	Cenário Tendencial	Cenário Normativo	Cenário Crítico
Crescimento populacional	População total de 319.004 habitantes em 2030		
Restrição ambiental	Manutenção dos remanescentes	Área de Preservação Permanente de 100 m no rio Paranaíba e de 30 m nos demais cursos d'água	Área de Preservação Permanente de 100 m no rio Paranaíba e de 15 m nos demais cursos d'água
	Manutenção das Unidades de Conservação existentes (Refúgio de Vida Silvestre dos Rios Tijuco e da Prata)	Manutenção das Unidades de Conservação existentes (Refúgio de Vida Silvestre dos Rios Tijuco e da Prata)	Manutenção das Unidades de Conservação existentes (Refúgio de Vida Silvestre dos Rios Tijuco e da Prata)
		Priorização da conservação das APCBs Vereda Nascentes do Rio Tijuco e Uberabinha e Remanescentes Lóticos do Paranaíba	
	Manutenção da área de reserva legal de 20% nos biomas Cerrado e Mata Atlântica		
Preservação dos remanescentes de vegetação de 2008			
Expansão agrícola	Média das taxas anuais de crescimento da área agrícola colhida no curto (de 1997 a 2007) e longo prazo (de 1977 a 2007): 2,55% <sup>1</sup> e 1,06% <sup>2</sup>	Prioridade de expansão do padrão de uso da água da cana-de-açúcar sobre o padrão pivô	Prioridade de expansão do padrão de uso da água do pivô sobre o padrão cana-de-açúcar.
Expansão pecuária	Manutenção da taxa atual de ocupação do rebanho (BEDA*/ha atual)		Aumento da taxa atual de ocupação do rebanho (até 8 BEDA*/ha)
Abastecimento urbano de água	Manutenção do índice de perdas da rede de abastecimento de água urbana.	Redução do índice de perdas da rede de abastecimento de água urbana para 30%.	Manutenção do índice de perdas da rede de abastecimento de água urbana
Variações climáticas	Manutenção da disponibilidade hídrica atual		

<sup>1</sup> UPH Rio Arantes/Rio da Prata, <sup>2</sup> UPH Rio Tijuco/Ituiutaba. \*BEDA: Bovino Equivalente por Demanda de Água.

O crescimento da população foi considerado igual nos três cenários, pois esta variável tem comportamento bem conhecido por meio dos estudos demográficos. As projeções populacionais consideraram as tendências de longo prazo observadas nos registros dos censos do IBGE para cada município da bacia, sendo posteriormente agregados por UGH.

Nessa perspectiva, a UGH contará com 319.004 habitantes em 2030 (Tabela ), que representa apenas 3% do total estimado para a bacia do rio Paranaíba. A taxa de crescimento populacional anual é de 0,95%, um dos menores valores dentre as UGHs, partindo de -227.852 habitantes em 2010. A maior parte deverá ocupar as áreas urbanas (278.464 habitantes), enquanto uma pequena parte ocupará áreas rurais (40.540 habitantes). O ritmo de crescimento projetado é inferior ao do período de 2000 a 2010 (1,22% ao ano).

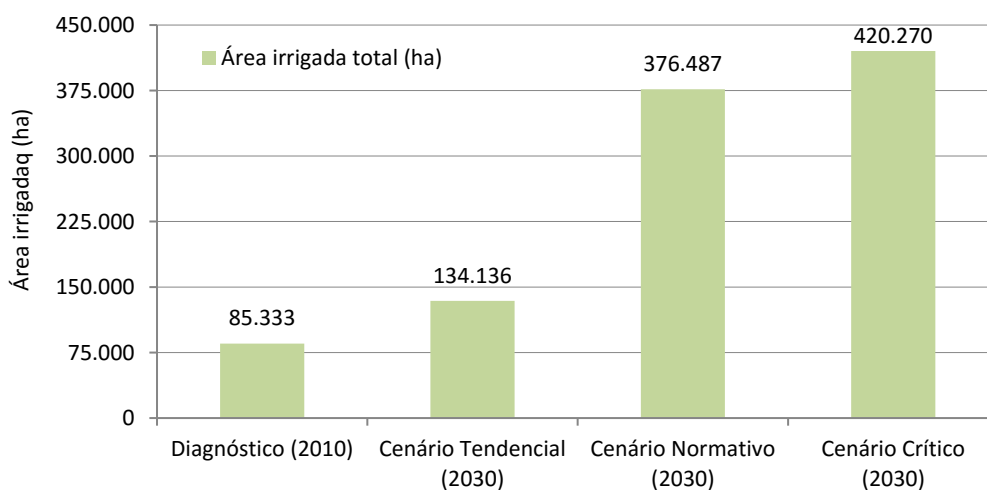
No aspecto ambiental, considera-se a preservação dos remanescentes de vegetação nativa e a manutenção das áreas de reserva legal e da Unidade de Conservação (Refúgio de Vida Silvestre dos Rios Tijuco e da Prata). Considera-se no cenário normativo a transformação de duas APCBs estaduais

(Remanescentes Lóticos do Paranaíba e Veredas Nascentes do Rio Tijuco e Uberabinha) em Unidades de Conservação (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Cabe destacar, adicionalmente, que o cenário crítico considera a redução da Área de Preservação Permanente para apenas 15 m ao longo das margens de rios (Tabela ).

A expansão agrícola da UGH para o cenário tendencial utilizou a taxa média anual de crescimento da atividade nas UPHs Rio Arantes/Rio da Prata (2,55%) e Rio Tijuco/Ituiutaba (1,06%), que representa a média das taxas de crescimento de curto prazo (período 1997-2007) e longo prazo (período 1977-2007). Nos demais cenários, foi considerada a prioridade de expansão dos padrões de uso de água da cana e do pivô em função das características de altitude e temperatura (Tabela ). No caso específico da UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, suas características indicaram a expansão predominantemente do padrão cana, que é relativamente menos intensivo no consumo de água. O padrão pivô, que demanda mais água e se associa essencialmente à cultura de grãos, incluindo café, ocorre no cenário crítico e apenas nas regiões com altitudes acima de 850 m.

A área agrícola irrigada da UGH no diagnóstico e nos cenários é apresentada na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**. Nota-se considerável potencial de expansão da atividade nos próximos anos. A área irrigada poderá alcançar até 420 mil hectares em 2030 a partir dos 50,5 mil hectares identificados em 2010 (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). O baixo crescimento no cenário tendencial se deve às baixas taxas de crescimento da atividade no passado, em especial no longo prazo (1977-2007), enquanto nos demais cenários considera-se o conjunto de variáveis favoráveis a um forte crescimento já observado no curto prazo. Vale ressaltar que esta região possui ampla aptidão agrícola e relevos favoráveis, além de extensas áreas de pastagem que podem dar lugar à agricultura irrigada, embora fatores econômicos e de infraestrutura possam limitar o seu crescimento.

Figura 25- Área agrícola irrigada no diagnóstico (2010) e nos cenários (2030)



Como a prioridade da bacia nos cenários futuros é a expansão agrícola, as áreas de pastagens diminuem em proporções diferentes, de acordo com as variáveis analisadas. Apesar das áreas diminuírem, admite-se o confinamento do gado de corte. O vetor BEDA (Bovino Equivalente para Demanda de Água) foi utilizado para contemplar esta possibilidade, considerando a intensificação da atividade (confinamento de gado) no cenário crítico (limite de 8 BEDA/ha). Nos demais cenários é mantida a taxa atual de ocupação diagnosticada (animais por hectare) (Tabela ).

O estudo de variações climáticas, realizado para a bacia do rio Paranaíba, indica incremento das vazões médias de até 4% no período 2011-2040. Considerando as incertezas associadas aos dados hidrológicos e aos modelos climáticos atualmente disponíveis considerou-se que a disponibilidade hídrica nos cenários não difere daquela observada nas séries históricas. Deste modo, foi considerada a manutenção da disponibilidade hídrica atual até o horizonte de 2030, conforme adotado no PRH Paranaíba (Tabela ).

Já com relação à análise do balanço hídrico qualitativo, as variáveis consideradas nos cenários do PRH Paranaíba para a UGH estão apresentadas na Tabela .

Tabela 19 – Variáveis articuladas nas estimativas de cargas poluidoras urbanas

<b>Variável</b>	<b>Cenário Crítico</b>	<b>Cenário Normativo</b>
Crescimento Populacional	População total de 319.004 habitantes em 2030	
Coleta de Esgoto	Manutenção dos sistemas atuais de coleta de esgoto	Alcance das metas Plansab: índice de 95%
Tratamento de Esgoto	Manutenção dos sistemas atuais de tratamento de esgoto	100% do esgoto coletado
Eficiência do Tratamento de Esgoto	Manutenção dos índices atuais de eficiência de tratamento	Fossa séptica para população sem coleta; secundário simplificado para município com população até 30 mil hab.; secundário para município com população entre 30 e 300 mil hab.

Para o cenário normativo, primeiramente, foram considerados índices de coleta de esgoto compatíveis com as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico (2011) para 2030. De acordo com esse plano, a meta de coleta de esgoto para os municípios localizados na macrorregião Sudeste, onde a UGH está localizada, é de 95%. Para índices de tratamento de esgoto, a meta considerada foi de 100% do esgoto coletado, o que supera a meta do PlanSab para 2030. Neste cenário, considera-se também significativa melhoria na eficiência do tratamento (Tabela ).

Já para o cenário crítico, considerou-se a manutenção dos sistemas atuais de coleta e tratamento de esgoto, assim como os índices de eficiência de tratamento. Assim, os índices de coleta e tratamento diminuem, pois se verifica o aumento da população urbana nos municípios da bacia sem investimentos significativos em infraestrutura de saneamento.



### 3.2 Demandas e Usos Consuntivos da Água

As demandas de água (vazões de consumo) da UGH nos três cenários de referência são apresentadas na Tabela e estão desagregadas por pontos de controle no Anexo 2. Para fins de comparação são apresentadas também as demandas da condição atual (diagnóstico).

Tabela 20 – Demandas de consumo da UGH no diagnóstico e nos cenários

Demandas (m <sup>3</sup> /s)	Cenários			
	Diagnóstico	Tendencial	Normativo	Crítico
Abastecimento Urbano	0,12	0,14	0,12	0,14
Abastecimento Rural	0,030	0,021	0,021	0,021
Indústria	0,2	0,2	0,2	0,2
Mineração	0,000	0,005	0,000	0,000
Dessedentação Animal	1,3	0,7	0,5	0,9
Agricultura	21,3	25,8	51,9	64,3
<b>TOTAL</b>	<b>22,9</b>	<b>26,8</b>	<b>52,7</b>	<b>65,4</b>

O maior incremento das vazões de consumo se dá no uso agrícola (irrigação), associado ao aumento das áreas irrigadas e à intensificação da atividade, principalmente sob o padrão de pivôs centrais de irrigação no cenário crítico. A demanda de água atual neste setor, de 21,3 m<sup>3</sup>/s no diagnóstico, alcança valores entre 25,8 e 64,3 m<sup>3</sup>/s nas projeções para 2030 (Tabela ). Este aumento considerável é compatível com o potencial de expansão da atividade nesta região. Cabe destacar que a utilização mais intensiva da água no cenário crítico está associada também às menores restrições ambientais (redução de APPs e não criação de UCs).

A dessedentação animal, por sua vez, apresenta forte diminuição da demanda no cenário tendencial devido à substituição das áreas por usos agrícolas com a manutenção das densidades (animais/ha). Ocorrem reduções também nos demais cenários, sendo, entretanto, menores, uma vez que é admitido o confinamento dos rebanhos até o limite de 8 BEDA/ha.

Em relação aos demais usos – industrial, mineração e abastecimento – as demandas mantiveram-se estáveis ou sofreram alterações pouco expressivas. Com relação à indústria, cabe destacar que a instalação de grandes usuários de água, em especial usinas sucroalcooleiras, além do aprimoramento dos cadastros de outorga de recursos hídricos, pode resultar em um expressivo aumento da demanda diagnosticada e estimada.

### 3.3 Balanço Hídrico

#### 3.3.1 Quantitativo

Os balanços hídricos quantitativos – vazão de consumo *versus* disponibilidade hídrica superficial – na UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba são apresentados a seguir para os três cenários de referência (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**, **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

O cenário tendencial (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) aponta principalmente a intensificação do uso de recursos hídricos em áreas críticas apontadas no diagnóstico (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), assim como a expansão da criticidade nos trechos afluentes e bacias vizinhas. Neste cenário, as bacias dos rios Douradinho e Piedade possuem elevado percentual de trechos com demanda superior a 100% da vazão de referência (Q<sub>7,10</sub>). O setor oeste da UGH, diagnosticado com baixo número de trechos críticos, passa a apresentar neste cenário elevado número de trechos com demanda entre 50% e 100% da vazão de referência, especialmente nas bacias dos rios São Domingos e Arantes. A região de cabeceiras de drenagem dos rios Tijuco e Cabaçal, no extremo leste, também apresenta maior criticidade.

O cenário normativo (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) aponta uma demanda ainda maior nas áreas mencionadas e um aumento do número de trechos críticos com balanço superior a 100% da disponibilidade. Ao mesmo tempo, as áreas de cabeceira dos rios Tijuco e Cabaçal apresentam balanço mais positivo que o diagnosticado devido às limitações que seriam impostas com a criação de Unidades de Conservação na região.

O cenário crítico (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), por outro lado, aponta condições mais críticas tanto nas áreas mencionadas anteriormente quanto nas áreas de restrição ambiental do cenário normativo. Cabe destacar, também, o aumento de áreas críticas na calha principal do rio Paranaíba e em seus afluentes incrementais, quando considerados estes dois últimos cenários, principalmente o crítico.



Figura 27- Balanço hídrico quantitativo no cenário normativo

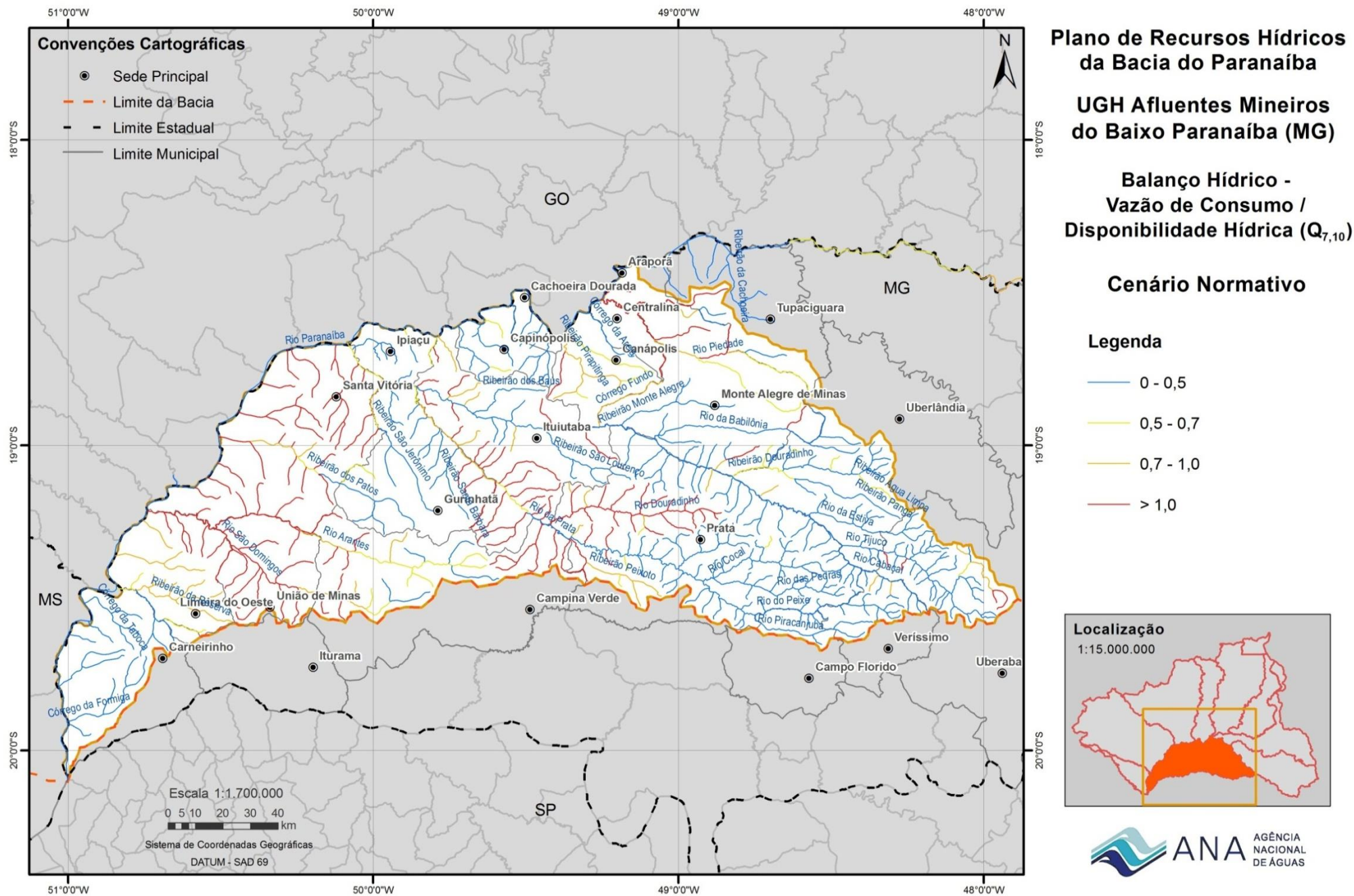
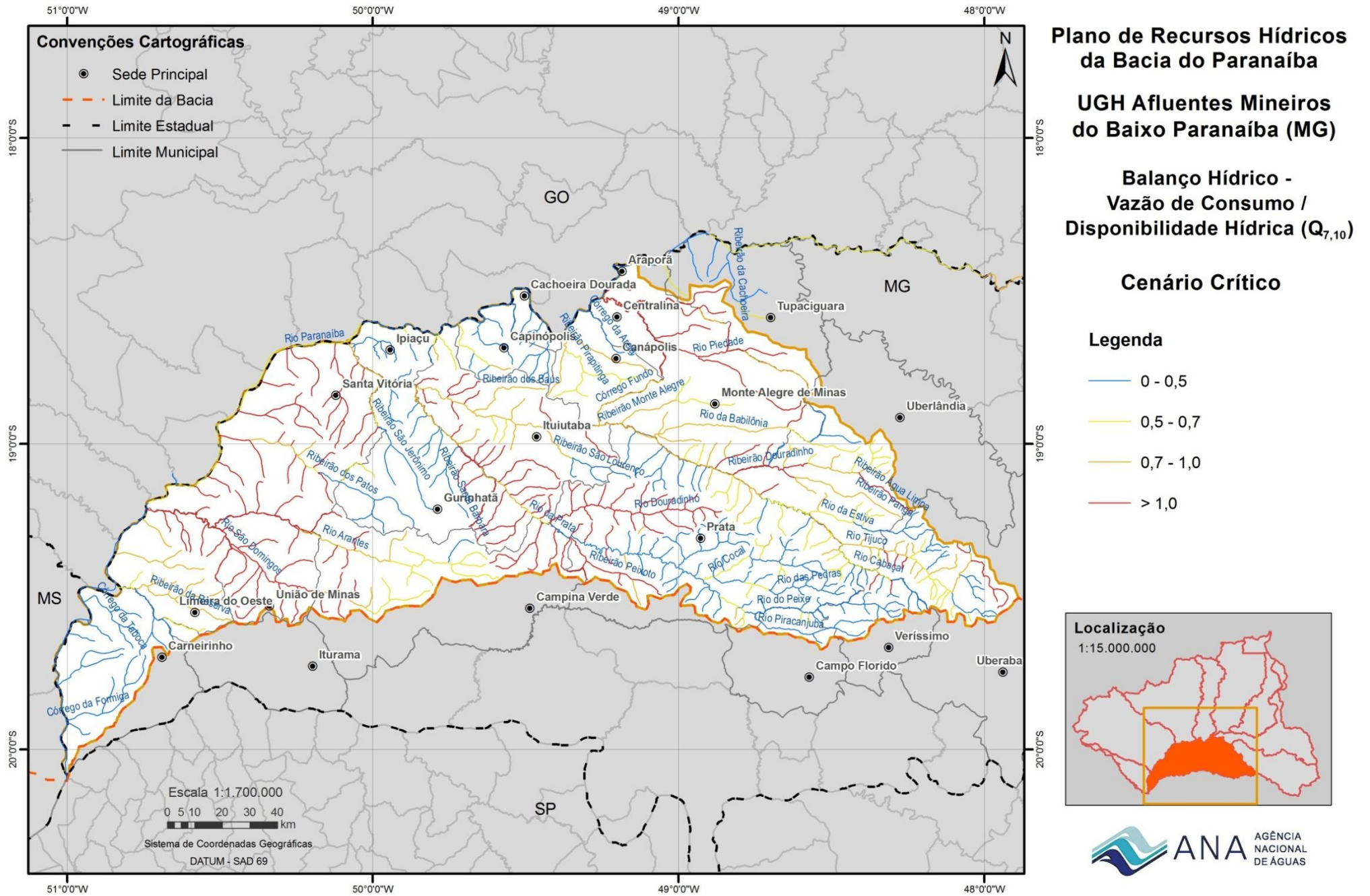


Figura 28- Balanço hídrico quantitativo no cenário crítico



### 3.3.2 Qualitativo

Os cenários de balanço hídrico qualitativo foram construídos em função da estimativa de carga poluidora doméstica de acordo com as variáveis apresentadas na Tabela e utilizando a vazão de referência  $Q_{7,10}$ . Foram utilizados os mesmos parâmetros (coliformes termotolerantes, DBO e fósforo total) apresentados no diagnóstico da bacia, assim como a mesma classificação baseada na Resolução CONAMA 357/2005.

Com os baixos níveis de tratamento de esgoto observados atualmente na UGH, o cenário crítico apresenta situação de comprometimento de grande parte dos corpos d'água próximos às sedes urbanas no horizonte de 2030, uma vez que haverá crescimento populacional e consequente diminuição dos índices de atendimento. Já o cenário normativo assume que as metas de ampliação do saneamento serão atingidas no horizonte de 2030, trazendo uma situação mais confortável, principalmente em relação aos coliformes termotolerantes e à DBO.

Com relação à condição atual (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), no cenário crítico (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) há aumento da concentração de coliformes em trechos de diversos rios, alcançando a classe 4 especialmente nas regiões onde a situação já é ruim no cenário atual, como próximo às sedes de Santa Vitória, Capinópolis, Prata, Uberlândia e União de Minas.

No cenário normativo (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), por outro lado, ficam evidentes os benefícios decorrentes de investimentos em infraestrutura de saneamento, com diminuição expressiva dos trechos de classe 3 e 4 e aumento dos trechos de classe 1 e 2. Destacam-se dois trechos, um próximo à sede de Santa Vitória e um próximo à sede de Prata, que permanecem com características de classe 4 mesmo com os investimentos em saneamento.

Para o parâmetro DBO, são observadas as mesmas tendências, com pioras na qualidade da água no cenário crítico, enquanto no cenário normativo a melhora é expressiva tanto em relação ao cenário estimado para 2030 quanto em relação à condição atual.

Para o parâmetro fósforo total, apesar das mesmas tendências, a melhoria observada no cenário normativo não é tão expressiva, tendo em vista que não foram previstas na estratégia definida no âmbito do plano tratamento de esgoto em nível terciário (que prevê remoção significativa de fósforo) para os municípios de pequeno porte, característicos da bacia.

Cabe destacar que a maior parte da UGH atende ao padrão de qualidade de água para classe 1 da Resolução CONAMA 357/2005. Entretanto, deve-se registrar que a avaliação ora apresentada não levou em conta as cargas provenientes de poluição difusa e a influência de ambientes lânticos.



**Fósforo Total**  
**Cenário Crítico**

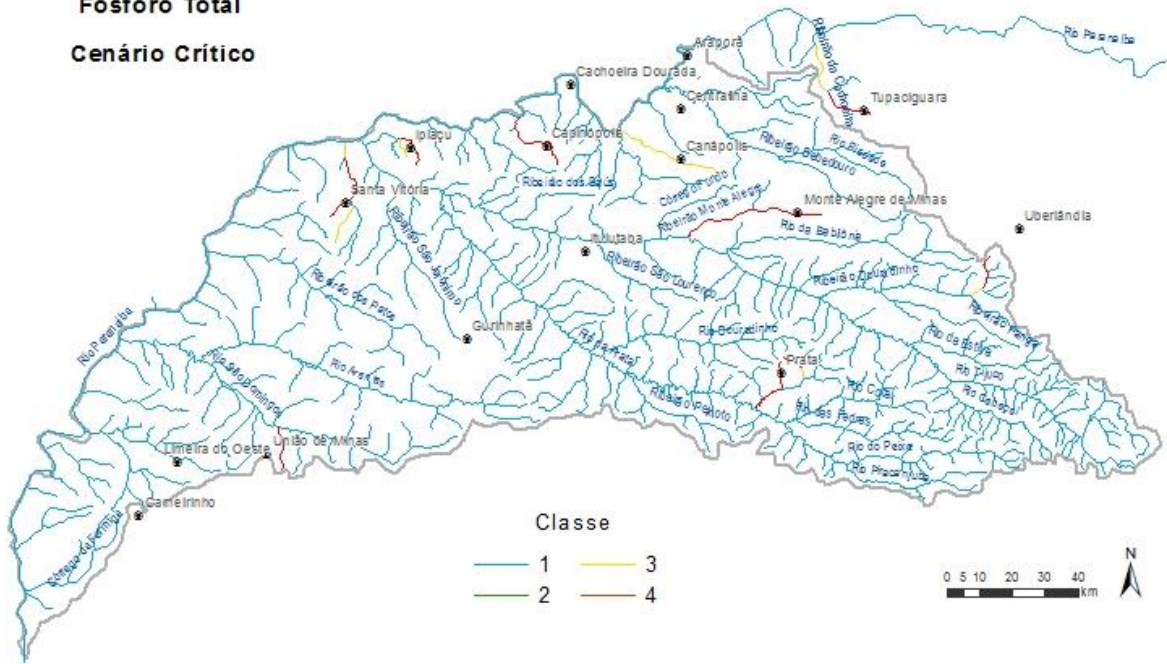
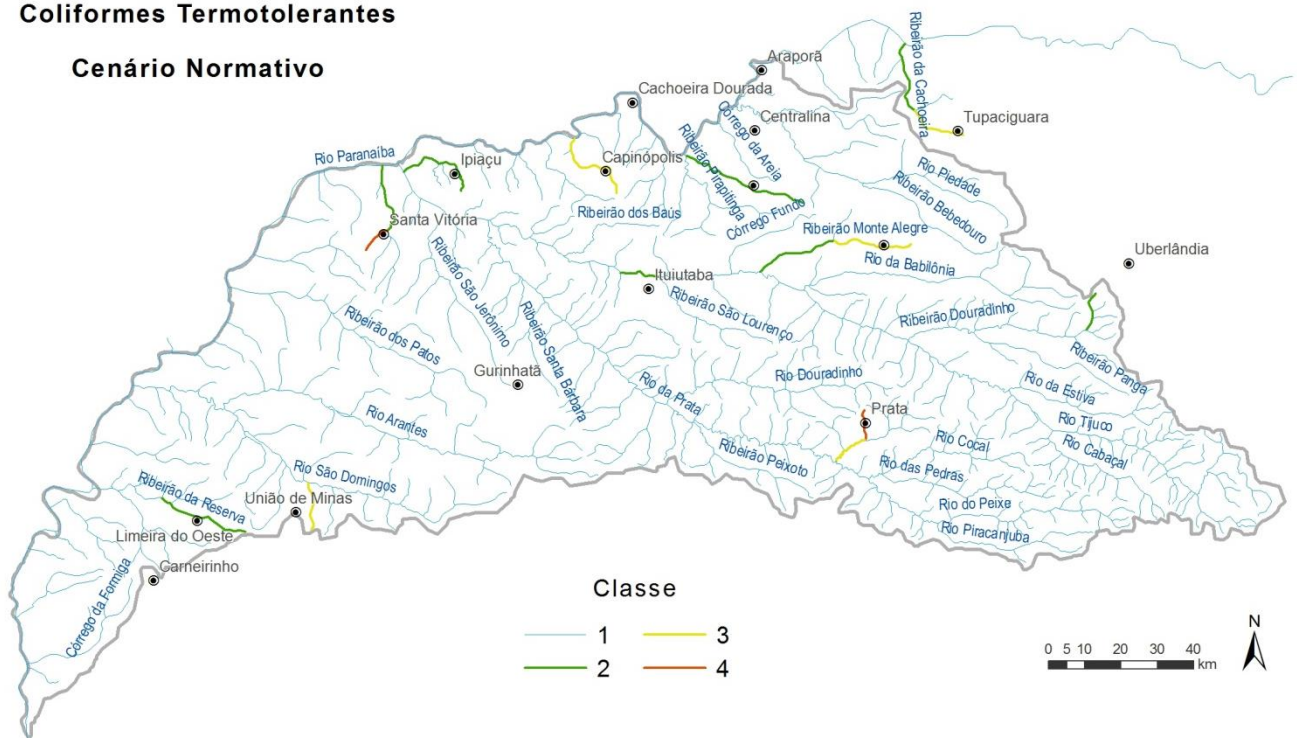


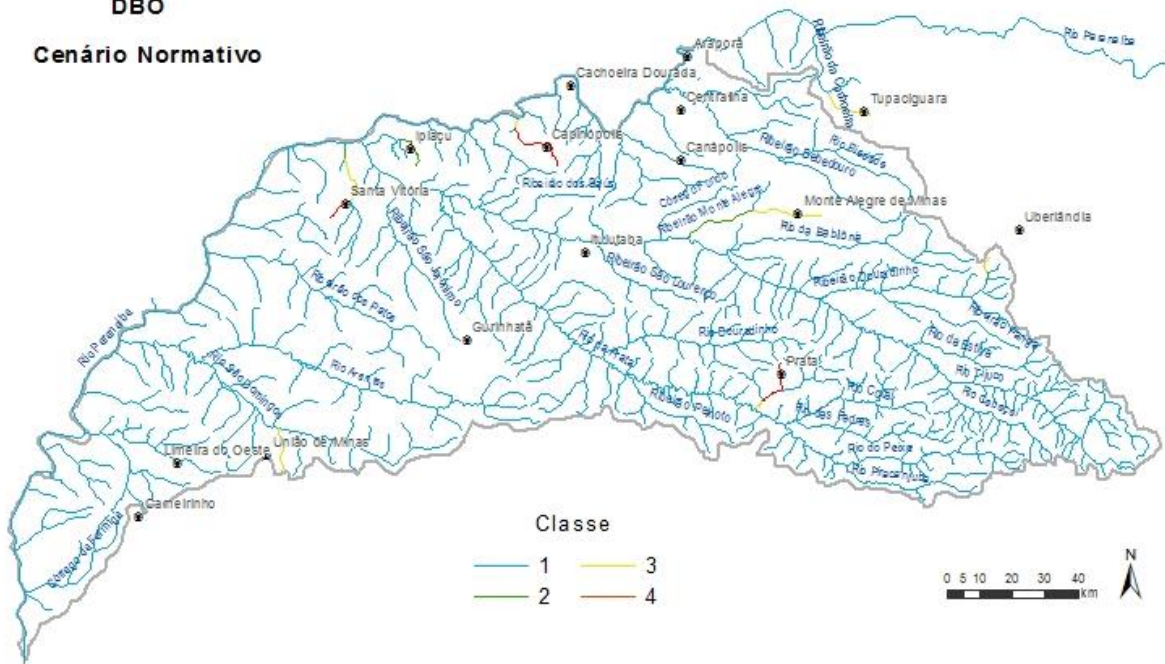
Figura 30- Balanço hídrico qualitativo no cenário normativo (coliformes termotolerantes, DBO e fósforo total) considerando as cargas poluidoras domésticas urbanas e a vazão de referência Q7,10

**Coliformes Termotolerantes**  
**Cenário Normativo**

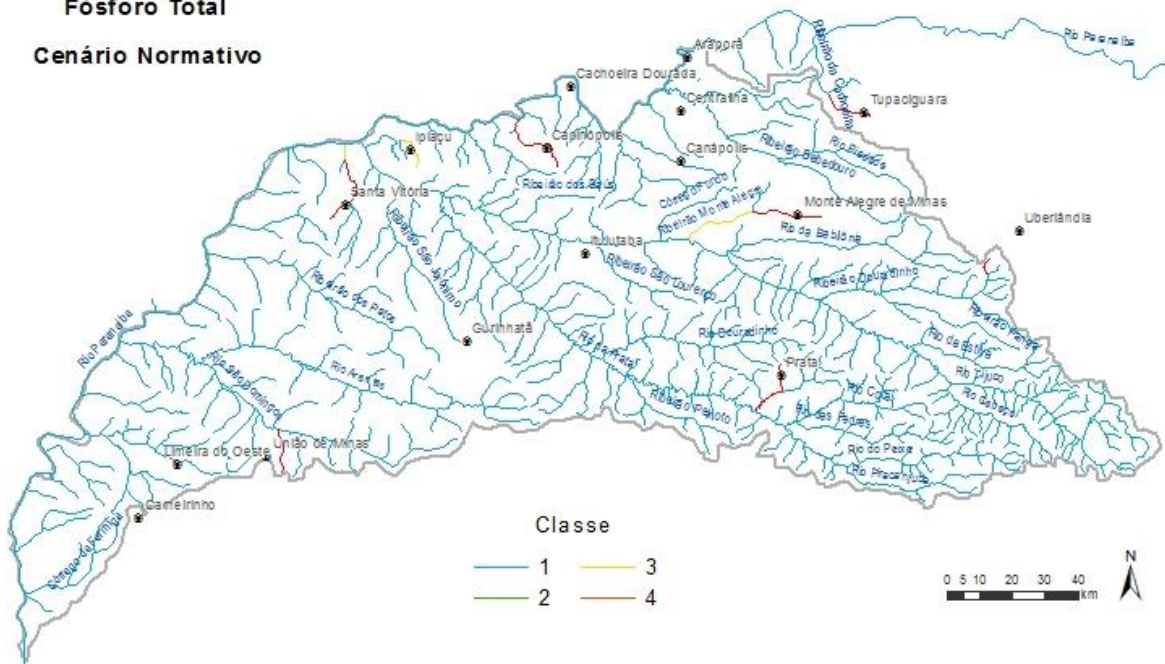




**DBO**  
**Cenário Normativo**

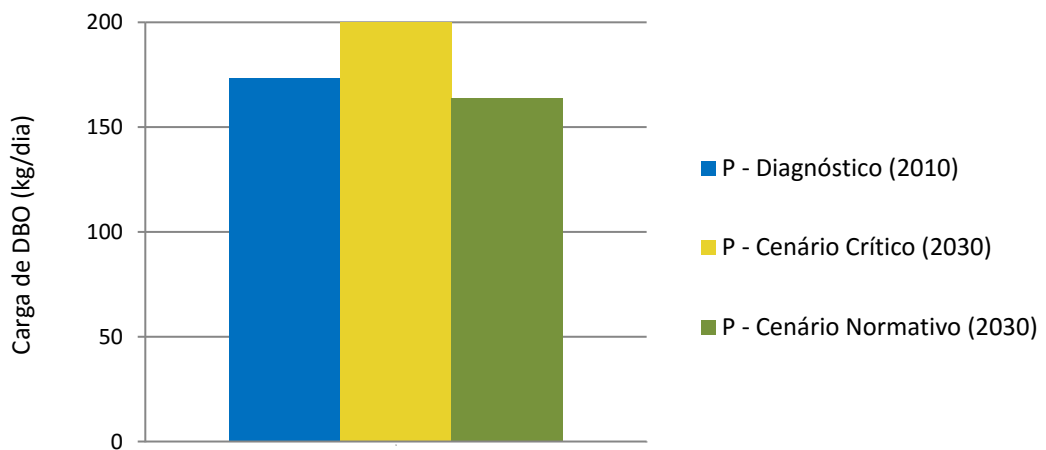
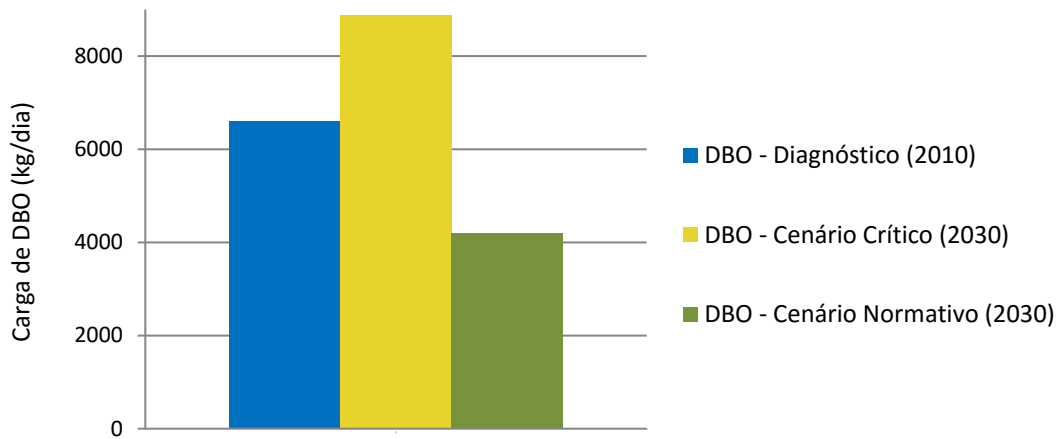
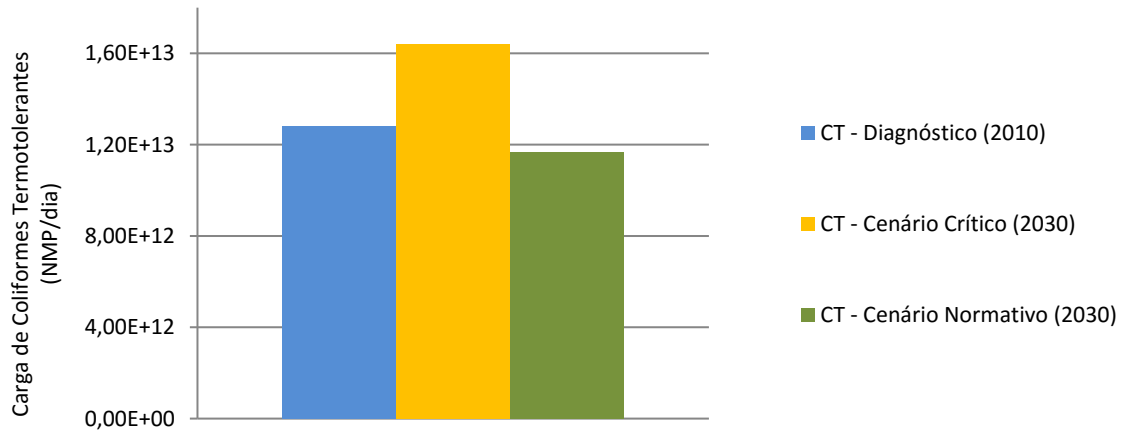


**Fósforo Total**  
**Cenário Normativo**



Quando observadas as estimativas das cargas totais remanescentes na UGH, provenientes das sedes urbanas, reforça-se que os cenários atual e crítico resultam em significativo aporte de cargas poluidoras nos corpos hídricos. Com o aumento da população, as cargas remanescentes aumentariam significativamente em todos os parâmetros no cenário crítico (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). No cenário normativo (2030), estima-se uma redução significativa das cargas de coliformes termotolerantes, DBO e fósforo total.

Figura 31- Cargas remanescentes na UGH (coliformes termotolerantes, DBO e fósforo total)



## 4 Intervenções e Investimentos

### 4.1 Caracterização das Intervenções e Investimentos

O diagnóstico e o prognóstico elaborados para a bacia do Paranaíba permitiram a definição de uma estratégia robusta de ação, contemplando as principais diretrizes e ações que são necessárias à gestão dos recursos hídricos em bases sustentáveis.

As intervenções na bacia foram estruturadas em 03 Componentes, 15 Programas e 41 Subprogramas, agrupados tematicamente:

- Componente 1 – **Gestão de Recursos Hídricos**: constituído por 07 Programas e 27 Subprogramas que envolvem ações não estruturais voltadas para gestão, conservação e uso sustentável dos recursos hídricos;
- Componente 2 – **Saneamento Ambiental**: constituído por 01 Programa e 05 Subprogramas que envolvem ações estruturais, ou seja, as obras necessárias para a melhoria do saneamento;
- Componente 3 – **Bases de Gestão**: constituído por 07 Programas e 09 Subprogramas voltados para ampliação do conhecimento sobre os recursos hídricos para subsidiar a melhoria tanto da gestão como da infraestrutura hídrica.

O Componente 1 envolve intervenções na esfera da gestão ambiental e de recursos hídricos, com custo estimado de R\$ 23,1 milhões, compreendendo 12,4% dos investimentos. Este componente abrange alguns dos programas mais importantes do PRH Paranaíba, concentrando esforços essenciais no sistema de gestão de recursos hídricos, em especial nos órgãos gestores e comitês de bacia. De forma complementar, propõe ações para conservação ambiental e uso sustentável da água. As ações e os subprogramas do Componente 1 estão agrupados em 07 programas: fortalecimento institucional, instrumentos de gestão de recursos hídricos, planejamento de recursos hídricos, monitoramento hidrológico, articulação com planos setoriais, conservação ambiental e uso sustentável, e mobilização social.

O Componente 2 é focado na questão do saneamento ambiental. O maior custo de investimentos associado a este componente, da ordem de R\$ 147,3 milhões (79% do total), relaciona-se ao seu caráter estrutural que inclui as obras para melhoria dos baixos índices de saneamento (água, esgotos e resíduos sólidos) na bacia, tanto no meio urbano quanto no rural, considerando o crescimento populacional projetado. Além disso, cabe destacar que uma parte destes recursos tem como objetivo o atendimento das metas de enquadramento dos corpos hídricos superficiais da bacia.

O Componente 3 refere-se aos programas associados a bases de gestão para o sistema de recursos hídricos da bacia, com foco na ampliação do conhecimento em temas estratégicos. Os custos

estimados são de R\$ 16,1 milhões (8,6% do total), distribuídos nos seguintes temas: águas subterrâneas, variações climáticas, ecossistemas aquáticos, cargas poluidoras difusas, irrigação, saneamento e indústria.

Os componentes totalizam, portanto, investimento de R\$ 186,5 milhões na UGH (Tabela ), para o horizonte de 20 anos, que se estende de 2014 a 2033. Os investimentos da UGH representam 15,8% do total de Minas Gerais e 2,6% do total da bacia do rio Paranaíba (Tabela ).

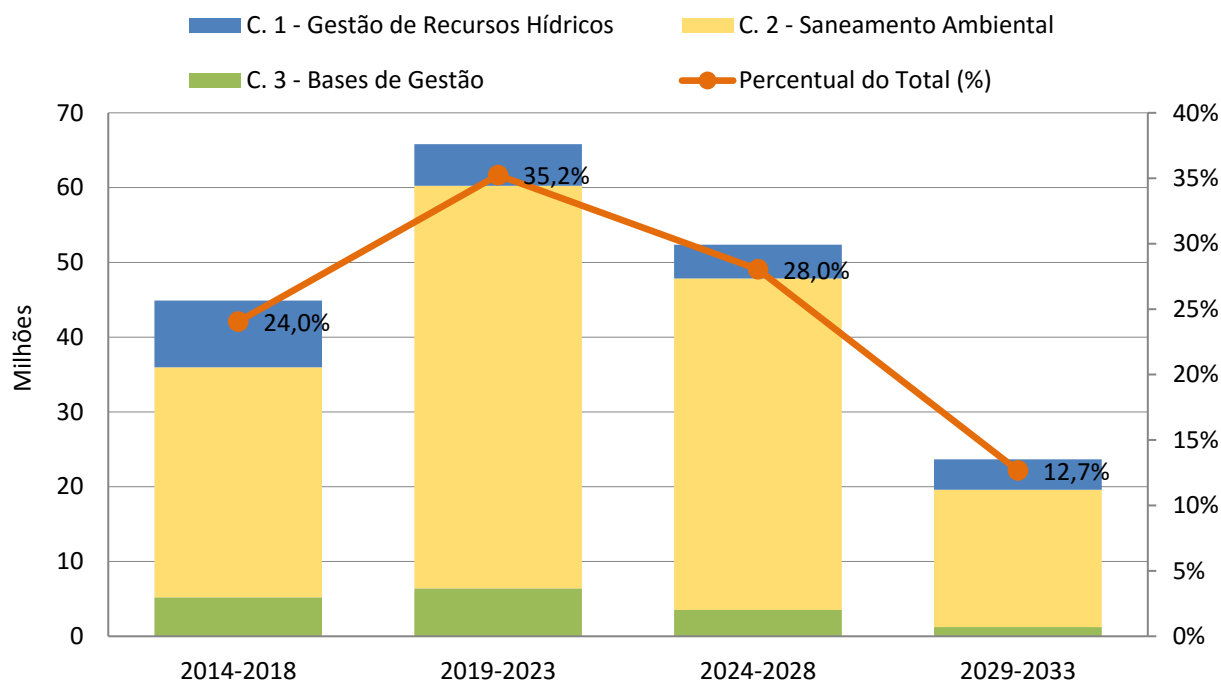
Tabela 10 – Investimentos previstos para implementação do PRH Paranaíba na UGH

<b>Componente</b>	<b>Orçamento Estimado (R\$)</b>	<b>% do Custo Total da UGH</b>	<b>% do Custo do PRH Paranaíba</b>
1 - Gestão de Recursos Hídricos	23.107.449	12,4%	10,1%
2 - Saneamento Ambiental	147.273.702	79%	2,2%
3 - Bases de Gestão	16.101.330	8,6%	4,8%
<b>TOTAL</b>	<b>186.482.482</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,6%</b>

Para atingir as metas do PRH Paranaíba na UGH, os investimentos foram distribuídos para atender a um cronograma mínimo (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), representando quatro diferentes períodos ou etapas:

- A etapa inicial (2014-2018) corresponde a 24% do desembolso e está concentrada na articulação, negociação e organização dos esforços de implementação do PRH, assim como na continuidade de intervenções estruturais já em andamento nos municípios que possuem recursos assegurados;
- Com os resultados da etapa inicial, o período seguinte (2019-2023) engloba o maior montante de desembolso (35,2%), na medida em que as ações estruturais, que possuem maior demanda de recursos, são ampliadas e efetivadas;
- A terceira etapa (2024-2028) representa a continuidade dos grandes investimentos (28% do desembolso), com a efetivação de medidas estruturais e a implementação de outras ações pertinentes, sem perder de vista o constante esforço de negociação, articulação e gestão;
- Na última etapa (2029-2033) ocorre a aplicação do menor volume de investimentos (12,7%), visando à conclusão das ações do programa de investimentos do PRH Paranaíba, ao mesmo tempo em que são retomados maiores esforços de planejamento com base em um novo diagnóstico da bacia.

Figura 32- Cronograma de desembolso dos investimentos por componente e percentual do total



A Tabela apresenta o detalhamento dos programas e subprogramas do PRH Paranaíba para a UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, assim como seus custos estimados e a participação do custo de cada subprograma no total do componente e da UGH. Cabe destacar que apenas os subprogramas 1.D.4 (Estruturação e Implementação do Monitoramento Orientado para Gestão) e 1.E.3 (Articulação e Compatibilização de Ações com Municípios para Proteção de Mananciais de Abastecimento Público) não se aplicam à UGH.

Embora todos os programas tenham importância e contribuam para melhor gestão dos recursos hídricos e desenvolvimento sustentável, eles foram hierarquizados de acordo com a sua prioridade ou urgência para o sistema de gestão, conforme avaliação dos temas estratégicos e das contribuições públicas (Tabela ). A aplicação de 22 questionários em Ituiutaba/MG, na segunda rodada de reuniões públicas do PRH Paranaíba, subsidiou a consolidação e hierarquização dos programas de ações a partir dos problemas e ações prioritários identificados pelos participantes.

Tabela 23– Hierarquização das intervenções segundo a relevância para a gestão

	Essencial para melhor gestão		Desejável para melhor gestão
	Importante para melhor gestão		Pequena relação com a gestão

Tabela 22 – Investimentos estimados para efetivação do PRH Paranaíba na UGH, por componentes, programas e subprogramas

Programa		Subprograma		Custo Total (R\$)	% do Componente na UGH	% do Total da UGH
Componente 1 - GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS						
1.A	Fortalecimento Institucional	1.A.1	Apoio Institucional aos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos e Capacitação dos Servidores	1.396.000,00	6,0%	0,75%
		1.A.2	Estruturação e Capacitação do Comitê de Bacia do rio Paranaíba e dos Comitês de Bacias Afluentes	5.088.296,30	22,0%	2,73%
		1.A.3	Apoio à Organização de Usuários de Água e da Sociedade Civil e Capacitação	400.000,00	1,7%	0,21%
1.B	Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos	1.B.1	Implementação e Consolidação da Outorga Superficial e Subterrânea	466.666,67	2,0%	0,25%
		1.B.2	Implementação do Programa de Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais	240.000,00	1,0%	0,13%
		1.B.3	Implementação da Cobrança e do Arranjo Institucional	60.000,00	0,3%	0,03%
		1.B.4	Fiscalização dos Usuários de Recursos Hídricos	307.200,00	1,3%	0,16%
		1.B.5	Implementação e Articulação dos Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos	998.400,00	4,3%	0,54%
		1.B.6	Acompanhamento da Implementação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens	40.000,00	0,2%	0,02%
1.C	Planejamento de Recursos Hídricos	1.C.1	Atualização do Plano de Recursos Hídricos do Paranaíba (PRH Paranaíba)	583.200,00	2,5%	0,31%
		1.C.2	Elaboração e Atualização dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes	5.000.000,00	21,6%	2,68%
		1.C.3	Acompanhamento da Implementação do PRH Paranaíba	240.000,00	1,0%	0,13%
1.D	Monitoramento Hidrológico	1.D.1	Ampliação da Rede Pluviométrica	5.000,00	0,0%	0,00%
		1.D.2	Ampliação da Rede Fluviométrica	26.400,00	0,1%	0,01%
		1.D.3	Ampliação da Rede de Qualidade da Água Superficial	215.037,00	0,9%	0,12%
		1.D.4	Estruturação e Implementação do Monitoramento Orientado para Gestão	0	0,0%	0,00%
1.E	Articulação com Planos Setoriais	1.E.1	Articulação e Compatibilização com o Planejamento dos Setores Usuários e com os Planejamentos Regional, Estadual e Nacional	96.862,75	0,4%	0,05%
		1.E.2	Articulação e Compatibilização com Planos Diretores Municipais	83.200,00	0,4%	0,04%
		1.E.3	Articulação e Compatibilização de Ações com Municípios para Proteção de Mananciais de Abastecimento Público	0	0,0%	0,00%
1.F	Conservação Ambiental e Uso Sustentável dos Recursos Hídricos	1.F.1	Racionalização da Demanda de Água na Irrigação	599.040,00	2,6%	0,32%
		1.F.2	Criação e Fortalecimento de Áreas Sujeitas a Restrição de Uso com Vistas à Proteção dos Recursos Hídricos	704.800,00	3,1%	0,38%
		1.F.3	Apoio ao Controle e Prevenção da Erosão e Assoreamento dos Rios	1.060.000,00	4,6%	0,57%
		1.F.4	Apoio ao Desenvolvimento do Turismo Associado aos Recursos Hídricos	525.000,00	2,3%	0,28%

Programa		Subprograma		Custo Total (R\$)	% do Componente na UGH	% do Total da UGH
		1.F.5	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca	1.504.000,00	6,5%	0,81%
		1.F.6	Implementação de Pagamento por Serviços Ambientais	2.250.000,00	9,7%	1,21%
1. G	Mobilização Social	1.G.1	Educação Ambiental em Recursos Hídricos	820.480,00	3,6%	0,44%
		1.G.2	Comunicação Social	397.866,67	1,7%	0,21%
TOTAL COMPONENTE 1				23.107.449,39	100,0%	12,39%
2. A	Saneamento Ambiental	2.A.1	Ampliação do Abastecimento de Água Urbano	12.498.588,68	8,5%	6,70%
		2.A.2	Ampliação da Coleta e Tratamento de Esgotos Urbanos	119.900.498,57	81,4%	64,30%
		2.A.3	Ampliação da Coleta e da Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos	4.130.467,00	2,8%	2,21%
		2.A.4	Estruturação/Ampliação da Drenagem Urbana	2.955.517,99	2,0%	1,58%
		2.A.5	Melhoria do Saneamento Rural	7.788.630,39	5,3%	4,18%
TOTAL COMPONENTE 2				147.273.702,63	100,0%	78,97%
3. A	Águas Subterrâneas	3.A.1	Caracterização Hidrogeológica Regional	673.643,83	4,2%	0,36%
		3.A.2	Caracterização Hidrogeológica em Áreas de Uso Intensivo de Água	500.000,00	3,1%	0,27%
3.B	Variações Climáticas	3.B.1	Avaliação e Monitoramento dos Impactos de Variações Climáticas	245.376,00	1,5%	0,13%
		3.B.2	Concepção de Planos de Contingência e Ações Adaptativas	184.320,00	1,1%	0,10%
3.C	Ecosistemas Aquáticos	3.C.1	Caracterização dos Ecosistemas Aquáticos	1.190.800,00	7,4%	0,64%
3. D	Cargas Poluidoras Difusas	3.D.1	Avaliação das Cargas Poluidoras Difusas	828.000,00	5,1%	0,44%
3.E	Irrigação	3.E.1	Ampliação da Reservação de Água	6.516.000,00	40,5%	3,49%
3.F	Saneamento	3.F.1	Estudos, Planos e Projetos para o Setor de Saneamento Ambiental	4.771.990,41	29,6%	2,56%
3. G	Indústria	3.G.1	Determinação do Padrão de Uso do Setor Industrial	1.191.200,00	7,4%	0,64%
TOTAL COMPONENTE 3				16.101.330,24	100,0%	8,63%
CUSTO TOTAL – UGH				186.482.482	-	100,00%

Os subprogramas e o seu detalhamento em ações específicas estão organizados na forma de fichas que contêm as seguintes informações:

- **Título:** Apresenta o nome e o código do subprograma;
- **Justificativa:** Apresenta os elementos do Diagnóstico e Prognóstico que justificam a proposta do programa/subprograma;
- **Objetivo:** Descreve o subprograma, apresentando seu objetivo;
- **Procedimentos:** Detalham as ações a serem implementadas;
- **Metas:** Apresenta a forma de quantificação dos resultados das ações;
- **Indicadores:** Apresenta os indicadores de acompanhamento das metas;
- **Orçamento:** Apresenta os custos previstos para execução das ações;
- **Fontes de Recursos:** Apresenta a relações de potenciais fontes de recursos para implementação dos subprogramas/ações;
- **Abrangência Espacial:** Determina em quais Unidades de Gestão Hídrica (UGH) os subprogramas previstos deverão ser implementados.

Cabe destacar que as justificativas, objetivos, procedimentos, metas, indicadores e abrangência apresentados em cada ficha referem-se à bacia do Paranaíba, já o orçamento e as fontes de recursos são específicos da UGH.

Por fim, cabe ressaltar que a aplicação direta de recursos, ou o seu financiamento, engloba diversas fontes, em articulação com o planejamento setorial, regional e local.

Os recursos provenientes de orçamentos públicos das três unidades da federação (União, Estados e Municípios) envolvem órgãos tais como ministérios e secretarias diversas, além de autarquias, empresas e fundações públicas, fundos de meio ambiente e recursos hídricos, dentre outros. Organismos financiadores tais como BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BIRD e BID também se apresentam como importantes fontes de recursos.

Outras fontes potenciais envolvem investimentos da iniciativa privada, doações, compensação financeira e aplicação de tarifas de serviços por serviços autônomos de água e esgoto, concessionárias ou empresas privadas prestadoras de serviços públicos. Cabe ressaltar ainda a cobrança pelo uso de recursos hídricos, enquanto instrumento da Política Nacional e das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos, como fonte de recursos.

De forma geral, o PRH Paranaíba identifica que há disponibilidade de recursos para sua execução considerando-se como fonte os orçamentos da União e das unidades da federação. Essa disponibilidade não implica em recursos garantidos. Para tanto, é necessário que os responsáveis pela efetivação do PRH cumpram várias etapas para acessar os recursos, como capacidade institucional e



de gestão dos tomadores, existência de projetos e recursos humanos capacitados para proceder à habilitação de recursos, fornecimento de garantias ou contrapartidas, entre outros.

#### **4.2 Componente 1 – Gestão de Recursos Hídricos**

O Componente 1 é composto por 07 Programas e 27 Subprogramas com orçamento estimado em R\$ 23,1 milhões para a UGH. As ações de planejamento, incluindo a execução de estudos, são essenciais para a viabilidade das demais ações previstas. Um resumo dos programas é apresentado a seguir, assim como o cronograma de desembolso (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). O detalhamento dos subprogramas é apresentado em sequência na forma de fichas.

O Programa 1.A – Fortalecimento Institucional tem como objetivo geral fortalecer os entes do SINGREH (Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos) com atuação na bacia, promovendo a articulação entre as atividades que lhe competem na gestão integrada dos recursos hídricos e proporcionando o ambiente institucional necessário para a implantação dos demais programas previstos pelo PRH. Desta forma, os órgãos gestores de recursos hídricos, os comitês de bacia do rio Paranaíba e do PN3 e as organizações de usuários de água e da sociedade civil representam o foco principal das ações.

O Programa 1.B – Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos tem como objetivo geral promover o fortalecimento da gestão dos recursos hídricos por meio da aplicação dos instrumentos previstos em lei, como outorga, enquadramento, fiscalização, sistemas de informação e cobrança. Este programa também visa acompanhar a implementação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB) no âmbito da bacia do rio Paranaíba.

O Programa 1.C – Planejamento de Recursos Hídricos tem como objetivos atualizar e ampliar o conhecimento sobre a bacia por meio da elaboração e atualização dos planos de recursos hídricos, tanto da bacia do rio Paranaíba quanto de bacias afluentes, e acompanhar a dinâmica de implementação dos programas do PRH. Os PRHs são instrumentos previstos nas leis federal, distrital e estaduais, devendo ser atualizados periodicamente e ter os seus resultados avaliados no horizonte de planejamento.

O Programa 1.D – Monitoramento Hidrológico é direcionado para a ampliação das redes fluviométrica e de qualidade da água na bacia e se associa diretamente ao instrumento Sistema de Informações. Os dados obtidos ampliam o conhecimento, subsidiando os demais instrumentos e as medidas de gestão e controle. Para a proposta de ampliação da rede, considerou-se, além da rede em operação e do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA, o atendimento da Resolução ANA/ANEEL nº 03/2010 pelas concessionárias e autorizadas de geração de energia

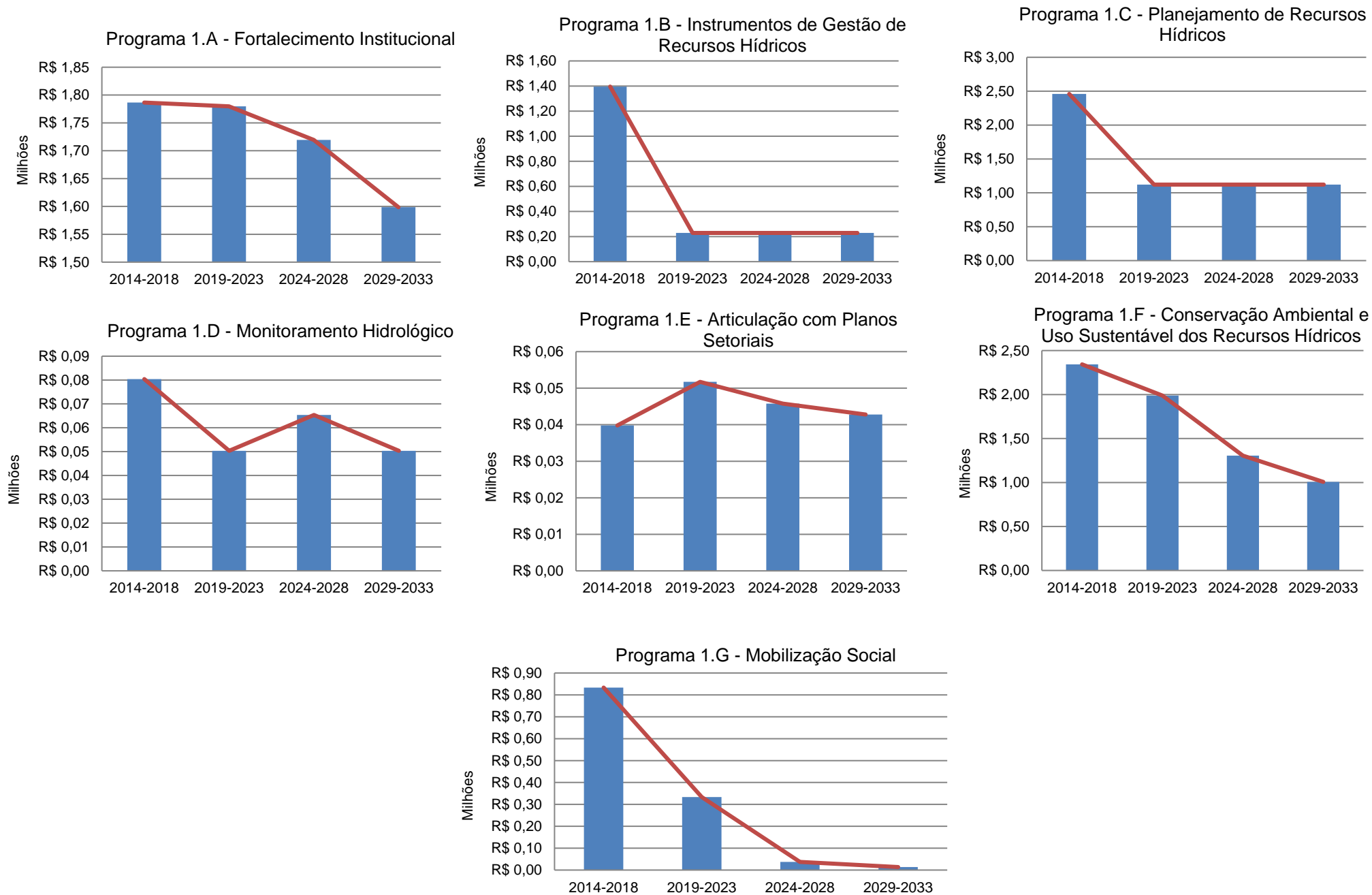
hidrelétrica. Esta resolução estabelece o número e os tipos de estações hidrométricas associadas a aproveitamentos hidrelétricos, em função das áreas de drenagem incremental e do reservatório. Cabe destacar que apenas o subprograma 1.D.4 (Estruturação e Implementação do Monitoramento Orientado para Gestão) não se aplica à UGH.

O Programa 1.E – Articulação com Planos Setoriais tem como objetivo articular e compatibilizar as propostas concebidas pelo PRH Paranaíba com os planos e ações estaduais e federais, planos diretores municipais existentes, assim como as ações específicas para a proteção de mananciais. Na UGH, não são previstas ações do subprograma 1.E.3 (Articulação e Compatibilização de Ações com Municípios para Proteção de Mananciais de Abastecimento Público).

O Programa 1.F – Conservação Ambiental e Uso Sustentável dos Recursos Hídricos apoia ações de promoção do uso sustentável, criando áreas protegidas, controlando e prevenindo a erosão e o assoreamento, desenvolvendo o turismo e racionalizando a água para usos múltiplos. Inclui também a implementação de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA.

O Programa 1.G – Mobilização Social propõe o desenvolvimento de uma série de ações voltadas para a divulgação das atividades do CBH Paranaíba e para a implementação do PRH Paranaíba, bem como promoção da educação ambiental com a finalidade de contribuir para uma mudança de comportamento com vistas à preservação e manejo sustentável dos recursos hídricos.

Figura 33- Distribuição temporal do orçamento dos programas do Componente 1 no horizonte de planejamento



<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.A - Fortalecimento Institucional</b>	
<b>Subprograma 1.A.1 - Apoio Institucional aos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos e Capacitação dos Servidores</b>	
<b>Justificativas</b>	<p>O fortalecimento dos Sistemas Estaduais e Distrital de Gerenciamento de Recursos Hídricos proporciona o ambiente institucional adequado para a consecução das metas estabelecidas pelo PRH Paranaíba.</p> <p>O fortalecimento da estrutura dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos e a capacitação dos seus quadros são essenciais para que possam desempenhar o seu papel na gestão dos recursos hídricos, o que inclui o apoio às atividades desenvolvidas pelos Conselhos Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos e pelos CBHs.</p> <p>A articulação interinstitucional entre Órgãos Gestores de Recursos Hídricos apresenta-se também como fundamental para garantir uma ação conjunta integrada e continuada na bacia.</p>
<b>Objetivo</b>	Fortalecer institucionalmente os Órgãos Gestores de Recursos Hídricos, de modo a consolidar o modelo de integração do CBH Paranaíba, aprofundar a implantação dos instrumentos de gestão e implementar os programas e ações do PRH Paranaíba.
<b>Procedimentos</b>	<p><b>Ação 1:</b> Apoio técnico ao desenvolvimento das atividades dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos;</p> <p><b>Ação 2:</b> Constituição e desenvolvimento de programa de capacitação continuada dos servidores dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos;</p> <p><b>Ação 3:</b> Apoio à execução das atividades de gestão dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos na bacia do rio Paranaíba</p>
<b>Metas</b>	<p><b>Ação 1:</b> Celebração e execução de Acordos de Cooperação Técnica entre ANA e Órgãos Gestores de Recursos Hídricos (Federal, Estaduais e Distrital) visando à atuação articulada e a integração de suas ações às propostas pelo PRH Paranaíba;</p> <p><b>Ação 2:</b> Realizar 8 cursos anuais nas unidades federadas (DF, GO, MG e MS) para aprimorar a capacitação técnica dos servidores dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos;</p> <p><b>Ação 3:</b> Dotar os Órgãos Gestores de Recursos Hídricos dos equipamentos (veículos, computadores, notebooks, aquisição/atualização de software, GPS, entre outros) básicos para a realização das atividades de gestão na bacia do Paranaíba</p>
<b>Indicadores</b>	<p>1) Número de Acordos de Cooperação Técnica implementados;</p> <p>2) Número de cursos de capacitação realizados, por ano, em cada unidade de federação;</p> <p>3) Quantidade de equipamentos adquiridos para cada Órgão Gestor de Recurso Hídrico.</p>
<b>Orçamento da UGH</b>	<p><b>Ação 1:</b> Não há custo associado</p> <p><b>Ação 2:</b> R\$ 256.000,00</p> <p><b>Ação 3:</b> R\$ 1.140.000,00</p>
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	<p>Agência Nacional de Águas e IGAM.</p> <p>Vale ressaltar que a <b>Ação 1</b> não demanda de fontes de recursos.</p>
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.A - Fortalecimento Institucional</b>	
<b>Subprograma 1.A.2 - Estruturação e Capacitação do Comitê de Bacia do rio Paranaíba e dos Comitês de Bacias Afluentes</b>	
<b>Justificativas</b>	Os Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs são fóruns de participação e deliberação da sociedade na gestão da água. A experiência em gestão participativa é ainda incipiente no País, dado que a Política Nacional de Recursos Hídricos foi instituída em 1997. Na bacia do Paranaíba, a experiência de participação social por meio de CBHs é bastante recente. O Estado de Goiás, por exemplo, está em processo de instalação das diretorias dos seguintes CBHs: Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba; Rio dos Bois; e Rios Corumbá, Veríssimo e Porção Goiana do Rio São Marcos. Para que os CBHs tenham sua atuação fortalecida e exerçam na sua plenitude o seu papel é fundamental que seja realizada a capacitação continuada dos seus membros e que seja garantida a estrutura adequada para seu funcionamento.
<b>Objetivos</b>	Dotar os Comitês de Bacia Hidrográfica – interestadual e de bacias afluentes – de infraestrutura e recursos humanos para o desempenho de suas atribuições; Desenvolver e integrar as ações dos Comitês de Bacia Hidrográfica – interestadual e de bacias afluentes – para a consolidação da gestão de recursos hídricos na bacia.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1:</b> Implantação de estrutura necessária para o funcionamento dos comitês (infraestrutura e recursos humanos); <b>Ação 2:</b> Capacitação para gestão de recursos hídricos em especial para mediação e superação de conflitos.
<b>Metas</b>	<b>Ação 1:</b> Manutenção das Secretarias Executivas do CBH Paranaíba e de 9 (nove) CBHs Afluentes. <b>Ação 2:</b> Capacitar membros, entre titulares e suplentes, do CBH Paranaíba e dos CBHs Afluentes, através da realização de cursos técnicos e oficinas com frequência de duas vezes ao ano.
<b>Indicadores</b>	1) Número de secretarias executivas com funcionamento adequado a cada ano; 2) Número de cursos técnicos e oficinas realizados por ano.
<b>Orçamento da UGH</b>	<b>Ação 1:</b> R\$ 4.949.629,60 <b>Ação 2:</b> R\$ 138.666,70
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Agência Nacional de Águas e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.A - Fortalecimento Institucional</b>	
<b>Subprograma 1.A.3 - Apoio à Organização de Usuários de Água e da Sociedade Civil e Capacitação</b>	
<b>Justificativas</b>	<p>O envolvimento social é fundamental para a promoção do uso sustentável da água tanto na escala de bacia quanto no nível individual, das atitudes de cada cidadão. As experiências de processos participativos públicos demonstram que a gestão do recurso hídrico é fortalecida na medida em que existe uma capacidade de organização da sociedade e dos setores de usuários.</p> <p>A implementação da Política de Recursos Hídricos envolve necessariamente o fortalecimento das atividades dos Conselhos de Recursos Hídricos e dos CBHs. A organização social para a gestão da água é importante neste processo, pois amplia a representatividade e dá maior respaldo ao processo decisório destes dois entes.</p> <p>A criação de novas associações e capacitação de seus membros também fortalece a gestão de recursos hídricos ao criar novos interlocutores aptos para o diálogo junto aos CBHs e Órgãos Gestores de Recursos Hídricos. Por isso, o apoio à organização de associações de usuários é considerado uma ação especialmente importante nas áreas de uso competitivo pelo uso da água na bacia do Paranaíba.</p>
<b>Objetivo</b>	Fortalecer a organização dos usuários de água e a sociedade civil para que participem mais intensamente da gestão de recursos hídricos.
<b>Procedimentos</b>	<p><b>Ação 1.</b> Apoio à criação e mobilização de associações de usuários de recursos hídricos e da sociedade civil para participação nos Comitês das Bacias;</p> <p><b>Ação 2.</b> Apoio à capacitação das associações de usuários de recursos hídricos e da sociedade civil para participação nos Comitês das Bacias.</p>
<b>Metas</b>	<p><b>Ação 1.</b> Realizar atividades de mobilização para criação de novas associações de usuários de água anualmente em bacias críticas (3 em Goiás, 2 em Minas Gerais, 1 em Mato Grosso do Sul e 1 no Distrito Federal).</p> <p><b>Ação 2.</b> Realizar 2 cursos por ano de capacitação de integrantes das organizações da sociedade civil e das associações de usuários de água para participar da gestão de recursos hídricos.</p>
<b>Indicadores</b>	<p>1) Número de associações de usuários criadas por ano;</p> <p>2) Número de cursos de capacitação de integrantes das organizações da sociedade civil e das associações de usuários de água realizados por ano.</p>
<b>Orçamento da UGH</b>	<p><b>Ação 1:</b> R\$ 0,00</p> <p><b>Ação 2:</b> R\$ 400.000,00</p>
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Agência Nacional de Águas e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.B - Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Subprograma 1.B.1 - Implementação e Consolidação da Outorga Superficial e Subterrânea</b>	
<b>Justificativas</b>	<p>A outorga de direito de uso de recursos hídricos é o instrumento legal que assegura ao usuário o direito de utilizar os recursos hídricos, que é um bem de domínio público. Desempenha importante papel no controle tanto do uso da água que é retirada quanto daquela que é devolvida (lançamentos) ao corpo hídrico.</p> <p>A gestão sustentável da água na bacia do Paranaíba exige atualmente que a sua implementação seja fortalecida, de modo a ampliar o número de usuários regularizados. Esta questão adquire especial importância quando se considera os usos competitivos já instalados e o potencial de surgimento de disputas, que foram identificadas nas projeções de futuro das demandas de água e das cargas poluidoras. A aplicação do instrumento da outorga deve ser fortalecida na bacia, pois os Órgãos Gestores de Recursos Hídricos apresentam diferentes estágios de implementação. Além disso, são necessários esforços conjuntos entre estes entes no sentido de promover a harmonização de procedimentos e critérios de outorga em função dos desafios que a gestão sustentável da água na bacia do Paranaíba impõe e que foram identificadas no PRH.</p>
<b>Objetivos</b>	Consolidar a outorga de direito de uso dos recursos hídricos como instrumento de gestão efetivo, tanto para águas superficiais como para águas subterrâneas.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Definição das vazões de entrega de água entre corpos hídricos de domínio estadual e federal em bacias críticas (relação demanda e disponibilidade); <b>Ação 2.</b> Estabelecimento de padrões de eficiência do uso da água na irrigação com base em dados de campo; <b>Ação 3.</b> Avaliação dos critérios para outorga de barramentos; <b>Ação 4.</b> Avaliação dos critérios de vazões insignificantes; <b>Ação 5.</b> Avaliação dos critérios de outorga de água subterrânea; <b>Ação 6.</b> Apoio à execução das atividades de outorga – captação e lançamento – dos órgãos gestores de recursos hídricos na bacia.
<b>Metas</b>	<b>1)</b> Realização de estudos, a cada 5 anos, para estabelecimento e revisão das vazões de entrega de águas entre corpos hídricos de domínio estadual e federal em bacias críticas; <b>2)</b> Realização de estudos, a cada 5 anos, para revisão dos padrões de eficiência do uso na irrigação para fins de outorga com base nos estudos realizados no Subprograma 1.F.1; <b>3)</b> Realização de estudos, a cada 5 anos, para revisão dos critérios para outorga de água em barramentos; <b>4)</b> Realização de estudos, a cada 5 anos, para revisão das vazões insignificantes para fins de outorga/cobrança na bacia; <b>5)</b> Realização de estudos, a cada 5 anos, para revisão dos critérios de outorga de água subterrânea com base nos estudos realizados no Programa 3.A; <b>6)</b> Dotar os órgãos gestores de recursos hídricos dos equipamentos (computadores, veículos e aquisição/atualização de software, entre outros) básicos para a realização das atividades de outorga na bacia do Paranaíba.
<b>Indicadores</b>	<b>1)</b> Realização de um estudo a cada 5 anos; <b>2)</b> Realização de um estudo a cada 5 anos; <b>3)</b> Realização de um estudo a cada 5 anos para revisão dos critérios para outorga de água em barramentos; <b>4)</b> Realização de um estudo a cada 5 anos; <b>5)</b> Realização de um estudo a cada 5 anos; <b>6)</b> Quantidade de equipamentos adquiridos para cada Órgão Gestor de Recurso Hídrico.
<b>Orçamento da UGH</b>	<b>Ação 1:</b> R\$ R\$ 93.333,33; <b>Ação 2:</b> R\$ 93.333,33; <b>Ação 3:</b> R\$ 93.333,33 ; <b>Ação 4:</b> R\$ 93.333,33; <b>Ação 5:</b> R\$ 93.333,33; <b>Ação 6:</b> custo associado ao <i>Subprograma 1.A.1.</i>
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Agência Nacional de Água e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.B - Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Subprograma 1.B.2 - Implementação do Programa de Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais</b>	
<b>Justificativas</b>	<p>O PRH Paranaíba apresenta uma proposta de enquadramento dos corpos hídricos, conforme prevê a Resolução CONAMA no 375/05, que visa promover a melhoria progressiva da qualidade das águas superficiais considerando os usos atuais e futuros. A proposta possui um programa de efetivação associado, que indica as ações e recursos financeiros necessários para alcance das metas no horizonte de 20 anos do PRH Paranaíba.</p> <p>Conforme prevê a legislação, para que o enquadramento de corpos hídricos tenha valor legal é necessário que o CBH submeta a proposta aos Conselhos de Recursos Hídricos Nacional, Estaduais e Distrital em função das distintas dominialidades dos corpos hídricos da bacia do Paranaíba. Uma vez aprovada a proposta de enquadramento, será necessário acompanhar ao longo do tempo o alcance gradual das metas estabelecidas.</p>
<b>Objetivo</b>	Implementar e acompanhar o programa de efetivação do enquadramento, de forma a garantir a qualidade hídrica superficial da bacia compatível com os usos, atuais e futuros, da água.
<b>Procedimentos</b>	<p><b>Ação 1.</b> Apresentação da proposta de enquadramento no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e dos Conselhos Estaduais para aprovação;</p> <p><b>Ação 2.</b> Implementação e acompanhamento do programa de efetivação do enquadramento.</p>
<b>Metas</b>	<p><b>Ação 1:</b> Aprovação da proposta de enquadramento no âmbito do Conselho Nacional, Conselhos Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos;</p> <p><b>Ação 2:</b> Elaboração de relatórios anuais sobre a qualidade da água dos corpos hídricos da bacia, de modo a acompanhar a efetivação do enquadramento.</p>
<b>Indicadores</b>	<p>1) Aprovação da proposta de enquadramento nos Conselhos de Recursos Hídricos;</p> <p>2) Elaboração do relatório anual sobre a qualidade de água e a efetivação do enquadramento.</p>
<b>Orçamento da UGH</b>	<p><b>Ação 1:</b> sem custo associado</p> <p><b>Ação 2:</b> R\$ 240.000,00</p>
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Água e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.



<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.B - Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Subprograma 1.B.3 – Implementação da Cobrança e do Arranjo Institucional</b>	
<b>Justificativa</b>	<p>A cobrança é um dos instrumentos previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos que busca promover o uso racional da água e fornecer recursos financeiros para implementação dos planos de recursos hídricos. Conforme prevê a legislação, parte dos recursos da cobrança pode ser utilizada para assegurar o funcionamento das agências de água, que são responsáveis pelo apoio técnico, financeiro e administrativo ao comitê de bacia, atuando como seu braço executivo.</p> <p>A vinculação entre cobrança e arranjo institucional é clara na medida em que a criação de uma agência de água é condicionada ao atendimento dos requisitos de prévia existência do respectivo comitê de bacia hidrográfica e, sobretudo, à viabilidade financeira assegurada pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos em sua área de atuação.</p>
<b>Objetivos</b>	<p>Promover, por meio da cobrança, o reconhecimento da água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação do seu real valor, incentivar a racionalização do uso e obter recursos financeiros para implementar as ações previstas nos planos de recursos hídricos;</p> <p>Implementar arranjo institucional que proporcione a gestão integrada da água na bacia e apoie a implementação das ações previstas nos planos de recursos hídricos.</p>
<b>Procedimentos</b>	<p><b>Ação 1:</b> Discussão e implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e do arranjo institucional para gestão na bacia, considerando as instâncias colegiadas atuantes (Comitês de Bacias e Conselhos de Recursos Hídricos);</p> <p><b>Ação 2:</b> Adequação e complementação do arcabouço legal relacionado com a implementação da cobrança e do arranjo institucional, especialmente nas unidades federativas abrangidas que ainda não têm regulamentados estes aspectos (Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal).</p>
<b>Metas</b>	<p>1) Promover a realização de oficinas, coordenadas pelo Grupo Técnico de Agência e Cobrança - GTAC do CBH Paranaíba, visando discutir e propor mecanismos e valores de cobrança e a alternativa de arranjo institucional a serem encaminhados aos Conselhos de Recursos Hídricos. O prazo para os CBHs (CBH Paranaíba e CBHs das bacias afluentes) aprovarem as propostas é de até 9 meses a contar da aprovação do PRH;</p> <p>2) Submeter à apreciação dos Conselhos de Recursos Hídricos, para aprovação, as propostas de mecanismos e valores para implementação da cobrança na bacia e o arranjo institucional para a gestão. O prazo para aprovação dos Conselhos é de até 12 meses a partir da aprovação do PRH;</p> <p>3) Adequar ou complementar o arcabouço legal e normativo da União e dos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal, de maneira a permitir a implementação da cobrança em todos os domínios dos recursos hídricos da bacia e a viabilização do arranjo institucional. O prazo é de até 12 meses a contar da aprovação do PRH e deve estar em harmonia com o avanço do processo de discussão e aprovação da implementação da cobrança no âmbito dos CBHs.</p> <p>4) Iniciar a Cobrança nas bacias e iniciar o funcionamento da agência. O prazo é de 13 meses a contar da aprovação do PRH.</p>
<b>Indicadores</b>	<p>1) Proposta de mecanismos e valores para implementação da cobrança e de arranjo institucional submetida pelos CBHs aos Conselhos no prazo de 9 meses a contar da aprovação do PRH; 2) Mecanismos e valores de cobrança e arranjo institucional aprovados pelos Conselhos no prazo de 12 meses a contar da aprovação do PRH; 3) Adequação e complementação do arcabouço legal e normativo da União e dos Estados para a cobrança e arranjo institucional no prazo de 12 meses a contar da aprovação do PRH; 4) Cobrança iniciada e agência em funcionamento no prazo de 13 meses a contar da aprovação do PRH.</p>
<b>Orçamento da UGH</b>	<b>Ação 1.</b> R\$ 30.000,00; <b>Ação 2.</b> R\$ 30.000,00
<b>Fontes de Rec. da UGH</b>	Agência Nacional de Águas e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.B - Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Subprograma 1.B.3 – Implementação da Cobrança e do Arranjo Institucional</b>	
<b>Justificativa</b>	<p>A cobrança é um dos instrumentos previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos que busca promover o uso racional da água e fornecer recursos financeiros para implementação dos planos de recursos hídricos. Conforme prevê a legislação, parte dos recursos da cobrança pode ser utilizada para assegurar o funcionamento das agências de água, que são responsáveis pelo apoio técnico, financeiro e administrativo ao comitê de bacia, atuando como seu braço executivo.</p> <p>A vinculação entre cobrança e arranjo institucional é clara na medida em que a criação de uma agência de água é condicionada ao atendimento dos requisitos de prévia existência do respectivo comitê de bacia hidrográfica e, sobretudo, à viabilidade financeira assegurada pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos em sua área de atuação.</p>
<b>Objetivos</b>	<p>Promover, por meio da cobrança, o reconhecimento da água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação do seu real valor, incentivar a racionalização do uso e obter recursos financeiros para implementar as ações previstas nos planos de recursos hídricos;</p> <p>Implementar arranjo institucional que proporcione a gestão integrada da água na bacia e apoie a implementação das ações previstas nos planos de recursos hídricos.</p>
<b>Procedimentos</b>	<p><b>Ação 1:</b> Discussão e implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e do arranjo institucional para gestão na bacia, considerando as instâncias colegiadas atuantes (Comitês de Bacias e Conselhos de Recursos Hídricos);</p> <p><b>Ação 2:</b> Adequação e complementação do arcabouço legal relacionado com a implementação da cobrança e do arranjo institucional, especialmente nas unidades federativas abrangidas que ainda não têm regulamentados estes aspectos (Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal).</p>
<b>Metas</b>	<p>1) Promover a realização de oficinas, coordenadas pelo Grupo Técnico de Agência e Cobrança - GTAC do CBH Paranaíba, visando discutir e propor mecanismos e valores de cobrança e a alternativa de arranjo institucional a serem encaminhados aos Conselhos de Recursos Hídricos. O prazo para os CBHs (CBH Paranaíba e CBHs das bacias afluentes) aprovarem as propostas é de até 9 meses a contar da aprovação do PRH;</p> <p>2) Submeter à apreciação dos Conselhos de Recursos Hídricos, para aprovação, as propostas de mecanismos e valores para implementação da cobrança na bacia e o arranjo institucional para a gestão. O prazo para aprovação dos Conselhos é de até 12 meses a partir da aprovação do PRH;</p> <p>3) Adequar ou complementar o arcabouço legal e normativo da União e dos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal, de maneira a permitir a implementação da cobrança em todos os domínios dos recursos hídricos da bacia e a viabilização do arranjo institucional. O prazo é de até 12 meses a contar da aprovação do PRH e deve estar em harmonia com o avanço do processo de discussão e aprovação da implementação da cobrança no âmbito dos CBHs.</p> <p>4) Iniciar a Cobrança nas bacias e iniciar o funcionamento da agência. O prazo é de 13 meses a contar da aprovação do PRH.</p>
<b>Indicadores</b>	<p>1) Proposta de mecanismos e valores para implementação da cobrança e de arranjo institucional submetida pelos CBHs aos Conselhos no prazo de 9 meses a contar da aprovação do PRH; 2) Mecanismos e valores de cobrança e arranjo institucional aprovados pelos Conselhos no prazo de 12 meses a contar da aprovação do PRH; 3) Adequação e complementação do arcabouço legal e normativo da União e dos Estados para a cobrança e arranjo institucional no prazo de 12 meses a contar da aprovação do PRH; 4) Cobrança iniciada e agência em funcionamento no prazo de 13 meses a contar da aprovação do PRH.</p>
<b>Orçamento da UGH</b>	<b>Ação 1.</b> R\$ 30.000,00; <b>Ação 2.</b> R\$ 30.000,00
<b>Fontes de Rec. da UGH</b>	Agência Nacional de Águas e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.B - Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Subprograma 1.B.4 - Fiscalização dos Usuários de Recursos Hídricos</b>	
<b>Justificativas</b>	<p>A fiscalização dos recursos hídricos visa coibir o uso não autorizado da água, tanto para captação quanto lançamento de cargas poluidoras, e assegurar que os direitos de uso da água, estabelecidos pela outorga, sejam cumpridos.</p> <p>A sua aplicação de forma eficiente na bacia do Paranaíba representa um grande desafio em função das dimensões da região e da quantidade de usos instalados, abrangendo desde usuários regularizados e, principalmente, um expressivo número de não regularizados.</p> <p>A fim de enfrentar estes desafios é necessário um esforço de planejamento e integração de ações por parte dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos que atuam na bacia. Neste aspecto, é importante destacar que a atuação da fiscalização depende de uma estrutura de equipamentos e de recursos humanos para que possa ser efetiva.</p>
<b>Objetivos</b>	<p>Verificar o atendimento de outorgas federais, estaduais e distrital na bacia.</p> <p>Identificar usuários não outorgados para serem regularizados.</p>
<b>Procedimentos</b>	<p><b>Ação 1:</b> Elaboração de planos de fiscalização e respectivos relatórios anuais por cada órgão gestor de recursos hídricos;</p> <p><b>Ação 2:</b> Verificação do cumprimento das outorgas (usos, captação e lançamento) por usuários regularizados;</p> <p><b>Ação 3:</b> Identificação de usuários não regularizados e adoção de medidas destinadas à regularização;</p> <p><b>Ação 4:</b> Apoio à execução das atividades de fiscalização dos órgãos gestores de recursos hídricos na bacia do rio Paranaíba.</p>
<b>Metas</b>	<p>1) Elaborar planos anuais de fiscalização e relatórios de execução pelos órgãos gestores de recursos hídricos;</p> <p>2) Dotar os órgãos gestores de recursos hídricos dos equipamentos (computadores, veículos, GPS, entre outros) básicos para a realização das atividades de fiscalização na bacia do Paranaíba.</p>
<b>Indicadores</b>	<p>1) Número de planos de fiscalização de relatórios de execução elaborados anualmente por cada órgão gestor de recursos hídricos;</p> <p>2) Quantidade de equipamentos adquiridos para cada Órgão Gestor de Recurso Hídrico.</p>
<b>Orçamento da UGH</b>	<p><b>Ação 1:</b> R\$ 307.200,0</p> <p><b>Ações 2 e 3:</b> sem custo associado.</p> <p><b>Ação 4:</b> custo associado ao <i>Subprograma 1.A.1</i>.</p>
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Água e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.B - Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Subprograma 1.B.5 - Implementação e Articulação dos Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos</b>	
<b>Justificativas</b>	<p>O sistema de informações sobre recursos hídricos é um instrumento de gestão previsto na legislação que tem por intuito a criação de uma estrutura capaz de coletar, tratar, armazenar e recuperar informações sobre recursos hídricos. Representa assim um subsídio importante para o processo de tomada de decisão na gestão da água.</p> <p>Os sistemas de informações de recursos hídricos dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos, que atuam na bacia do Paranaíba, encontram-se em diferentes estágios de implantação e deverão ser estruturados e/ou consolidados nos próximos anos. Além disso, na perspectiva da gestão integrada na bacia, é importante que estes sistemas sejam gradativamente integrados ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), que está em construção pela ANA.</p>
<b>Objetivo</b>	Integrar dados e informações estaduais, distrital e federal, de modo a subsidiar a gestão de recursos hídricos na bacia do rio Paranaíba.
<b>Procedimentos</b>	<p><b>Ação 1.</b> Estruturação, consolidação e atualização dos sistemas de informações dos órgãos gestores de recursos hídricos;</p> <p><b>Ação 2.</b> Integração dos sistemas de informações dos órgãos gestores de recursos hídricos no âmbito do SNIRH;</p> <p><b>Ação 3.</b> Atualização do banco de dados (SIG-Plano) do PRH Paranaíba no âmbito de suas revisões.</p>
<b>Metas</b>	<p>1) Desenvolver/implantar, consolidar e atualizar os Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos Estaduais e Distrital;</p> <p>2) Integrar os Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos Estaduais e Distrital ao SNIRH;</p> <p>3) Atualizar banco de dados (SIG-Plano) da bacia do rio Paranaíba ao final de cada revisão do PRH Paranaíba.</p>
<b>Indicadores</b>	<p>1) Consolidação dos Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos Estaduais e Distrital;</p> <p>2) Integração dos Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos Estaduais e Distrital ao SNIRH;</p> <p>3) Atualização do banco de dados da bacia a cada revisão do PRH Paranaíba.</p>
<b>Orçamento da UGH</b>	<p><b>Ações 1 e 2:</b> R\$ 998.400,0</p> <p><b>Ação 3:</b> custo associado ao <i>Subprograma 1.C.1.</i></p>
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Agência Nacional de Água e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.B - Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Subprograma 1.B.6 - Acompanhamento da Implementação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB)</b>	
<b>Justificativas</b>	<p>A Política Nacional de Segurança de Barragens, Lei nº 12.334 de 2010, visa regulamentar procedimentos e estabelecer parâmetros para a avaliação da segurança de barragens, além de introduzir padrões de segurança com o objetivo de reduzir a possibilidade de ocorrência de acidentes e diminuir os eventuais impactos. A lei cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB), o qual engloba um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação das informações, devendo contemplar barragens em construção, em operação e desativadas.</p> <p>O SNISB está em fase de estruturação em todo o País e deverá ser gradualmente implementado nos próximos anos. Este sistema, que abrange uma série de informações relevantes sobre barragens, tem especial interesse para a bacia do Paranaíba em função da grande quantidade de barramentos presentes, que incluem desde grandes empreendimentos para geração de energia elétrica, construídos a partir da década de 60, até obras de menor porte que visam assegurar o abastecimento humano, a irrigação e uso industrial.</p> <p>Cabe recordar que em janeiro de 2008, a barragem da UHE Espora, situada no rio Corrente, na bacia do rio Paranaíba, se rompeu causando grande destruição no seu leito e nas suas margens.</p>
<b>Objetivo</b>	Garantir a observância de padrões de segurança de barragens, de maneira a minimizar os riscos de acidentes.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Acompanhamento, pelo CBH Paranaíba, da implementação pelos órgãos fiscalizadores competentes dos planos de segurança de barragem e do SNISB na bacia.
<b>Metas</b>	<b>Ação 1:</b> Acompanhar os relatórios anuais de segurança de barragem.
<b>Indicadores</b>	1) Número de reuniões anuais de acompanhamento pelo CBH Paranaíba.
<b>Orçamento da UGH</b>	<b>Ação 1:</b> R\$ 40.000,00
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Agência Nacional de Águas e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.C - Planejamento de Recursos Hídricos</b>	
<b>Subprograma 1.C.1 - Atualização do Plano de Recursos Hídricos do Paranaíba (PRH Paranaíba)</b>	
<b>Justificativas</b>	A revisão periódica do PRH Paranaíba é de suma importância para que ele seja um instrumento atualizado de tomada de decisão para a gestão dos recursos hídricos na bacia, tanto pelo CBH Paranaíba quanto pelos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos. Representa um momento importante de reflexão, pois permite avaliar os esforços dispendidos e os resultados obtidos, permitindo a readequação de ações e a revisão de metas.
<b>Objetivo</b>	Atualizar periodicamente o PRH Paranaíba, de forma que seja instrumento atualizado de gestão.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Atualização periódica do PRH Paranaíba.
<b>Metas</b>	<b>Ação 1.</b> Realizar estudos para atualização do PRH Paranaíba a cada 5 anos.
<b>Indicadores</b>	1) Revisão/atualização do PRH Paranaíba a cada 5 anos.
<b>Orçamento da UGH</b>	<b>Ação 1:</b> R\$ 583.200,00
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Agência Nacional de Águas.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.C - Planejamento de Recursos Hídricos</b>	
<b>Subprograma 1.C.2 - Elaboração e Atualização dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes</b>	
<b>Justificativas</b>	As bacias afluentes do rio Paranaíba ainda não dispõem de PRHs específicos, exceção feita à bacia do rio Araguari, que concluiu a elaboração do seu estudo em 2008. Os PRHs de bacias afluentes permitem um olhar específico sobre a realidade de suas áreas e dos desafios para a gestão sustentável da água, representando um instrumento para orientar a atuação dos CBHs e atores estratégicos locais em suas áreas de abrangência. Devem ser elaborados de forma articulada e em harmonia com as diretrizes do PRH Paranaíba, a fim de propiciar a criação de sinergia com a atuação do CBH Paranaíba e facilitar a atuação dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos.
<b>Objetivo</b>	Aprimorar o conhecimento sobre as bacias afluentes que integram a bacia do rio Paranaíba e dotá-las de instrumentos de planejamento.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1:</b> Elaboração dos PRHs das bacias afluentes; <b>Ação 2:</b> Atualização dos PRHs das bacias afluentes.
<b>Metas</b>	1) Elaboração dos 8 PRHs das bacias afluentes (a bacia do rio Araguari já dispõe de PRH). 2) Atualização dos PRHs de 9 bacias afluentes a cada 5 anos.
<b>Indicadores</b>	1) Número de PRHs elaborados para as bacias afluentes; 2) Número de atualizações dos PRHs das bacias afluentes a cada 5 anos.
<b>Orçamento da UGH</b>	<b>Ação 1:</b> R\$ 2.000.000,00 <b>Ação 2:</b> R\$ 3.000.000,00
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Agência Nacional de Águas, IGAM e FHidro/MG.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

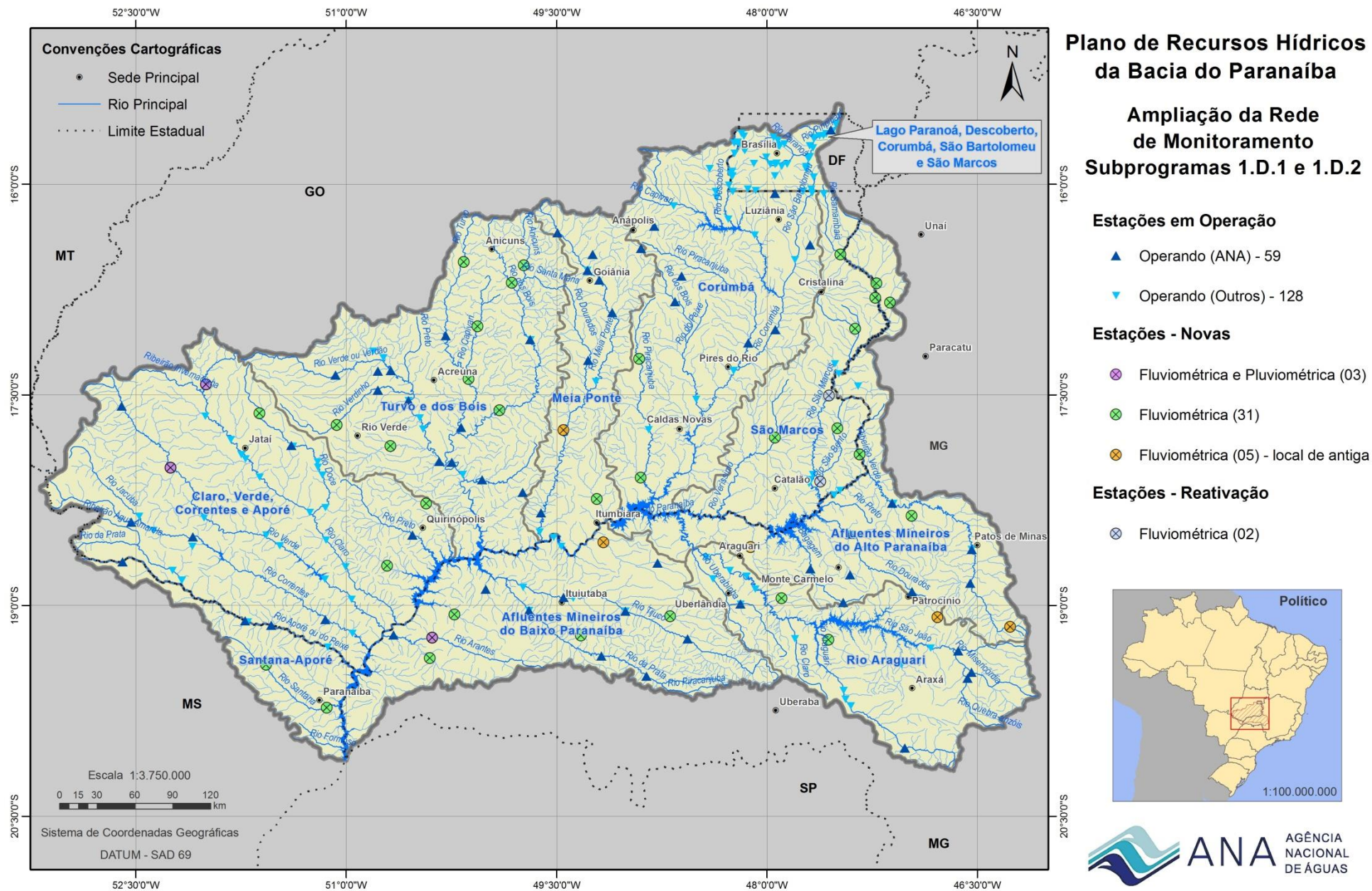
<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.C - Planejamento de Recursos Hídricos</b>	
<b>Subprograma 1.C.3 – Acompanhamento da Implementação do PRH Paranaíba</b>	
<b>Justificativas</b>	<p>O PRH Paranaíba é um instrumento que visa orientar as atividades de promoção do uso sustentável dos recursos hídricos da bacia nos próximos nos próximos 20 anos. Dentre os resultados finais produzidos pelo PRH Paranaíba está o programa de investimentos, que é constituído por uma série de programas associados a ações e indicadores para o acompanhamento do alcance das metas propostas.</p> <p>Para que a eficiência da implementação do PRH Paranaíba seja avaliada, é necessário criar mecanismos e prever ações que permitam monitorar, ao longo do tempo, a evolução dos indicadores de acompanhamento. Cabe destacar que a execução do PRH envolve o compromisso e atuação de diversos atores estratégicos com atuação na bacia, abrangendo desde os governos federal, estadual e municipal, incluindo a iniciativa privada e a sociedade civil.</p>
<b>Objetivo</b>	Acompanhamento da implementação do PRH Paranaíba através da criação de rotinas de monitoramento das metas estabelecidas e dos compromissos assumidos.
<b>Procedimento</b>	<b>Ação 1:</b> Criação de mecanismos e acompanhamento periódico da implementação do PRH Paranaíba.
<b>Meta</b>	Elaboração de relatórios a cada 2 anos que analisem o avanço no alcance das metas estabelecidas pelo PRH Paranaíba e dos compromissos assumidos pelos diversos atores envolvidos com a gestão dos recursos hídricos da bacia.
<b>Indicador</b>	1) Elaboração de relatório a cada 2 anos.
<b>Orçamento da UGH</b>	<b>Ação 1:</b> R\$ 240.000,00
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Agência Nacional de Águas e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.



<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.D - Monitoramento Hidrológico</b>	
<b>Subprograma 1.D.1 - Ampliação da Rede Pluviométrica</b>	
<b>Justificativa</b>	Os dados provenientes da rede pluviométrica instalada em uma bacia hidrográfica são essenciais para avaliar a distribuição espacial e a intensidade das precipitações. Permitem subsidiar análises de comportamento hidrológico da bacia, possibilitando inclusive o acompanhamento de eventos hidrológicos críticos (períodos úmidos e secos). A rede pluviométrica em operação na bacia apresenta densidade satisfatória de estações, que atende às demandas de dados identificados pelo PRH Paranaíba, à exceção de algumas áreas na região oeste. Cabe destacar que, na avaliação da rede atual, foi considerada que deverá haver uma ampliação do monitoramento pluviométrico em função das exigências da Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 03/2010, que se aplicam às concessionárias e autorizadas de geração de energia hidrelétrica situadas na bacia.
<b>Objetivo</b>	Melhorar o conhecimento sobre a distribuição espacial das precipitações na bacia.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Ampliação da rede de monitoramento pluviométrica.
<b>Metas</b>	<b>Ação 1:</b> Adquirir e instalar 3 estações com pluviômetro do tipo convencional, sendo 2 em Goiás e 1 em Minas Gerais ( <b>Erro! Fonte de referência não encontrada.</b> ).
<b>Indicadores</b>	1) Número de estações pluviométricas instaladas.
<b>Orçamento da UGH</b>	R\$ 5.000,00
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Agência Nacional de Águas.
<b>Abrangência Espacial</b>	A abrangência espacial da ampliação da rede pluviométrica está prevista para as UGHs Claro, Verde, Correntes e Apuré e Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba.

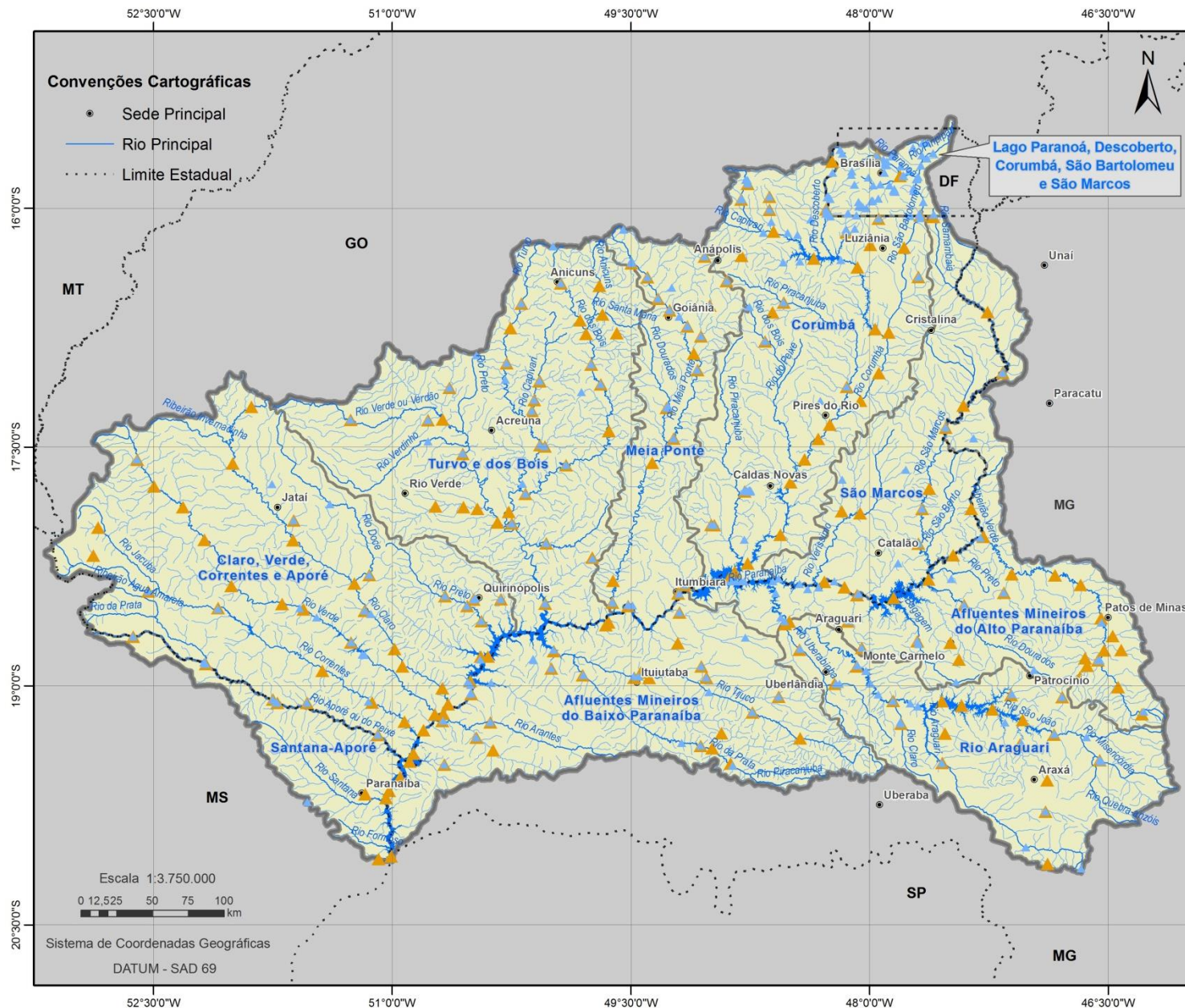
<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.D - Monitoramento Hidrológico</b>	
<b>Subprograma 1.D.2 - Ampliação da Rede Fluviométrica</b>	
<b>Justificativa</b>	<p>Os dados de monitoramento fluviométrico são essenciais para analisar o comportamento hidrológico de uma bacia. O conhecimento da disponibilidade hídrica superficial dos rios é insumo para o desenvolvimento de projetos dos diferentes setores usuários, tais como irrigação, transporte aquaviário, geração de energia hidrelétrica, saneamento e aquicultura. Além disso, permite prever e organizar ações de defesa contra eventos extremos, como enchentes e secas.</p> <p>A bacia do Paranaíba apresenta projeções de incremento expressivo do uso da água nos próximos anos, o que tende a pressionar ainda mais os recursos hídricos disponíveis. Neste cenário, o monitoramento hidrológico na bacia adquire ainda mais importância, porque deve dar subsídios para a definição da disponibilidade hídrica e orientar o processo a outorga.</p> <p>A análise da rede atual mostra a necessidade de ampliação do número de estações. A ampliação proposta considerou as seguintes variáveis: regiões de uso intensivo da água em relação à disponibilidade hídrica na situação atual e futura, identificadas nos cenários prospectivos; existência de conflito pelo uso da água identificado pelo órgão gestor de recursos hídricos; necessidade de preenchimento de vazios geográficos de dados fluviométricos; limitações nas séries históricas das estações existentes; e a adequação dos concessionários e autorizados de geração de energia elétrica à Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 03, de agosto de 2010. No caso da bacia do rio São Marcos, foi realizada análise específica que considerou as estações propostas pela concessionária da usina hidrelétrica de Batalha para atendimento da resolução conjunta ANA/ANEEL. No caso do Distrito Federal, a densidade de estações foi considerada adequada.</p>
<b>Objetivo</b>	Melhorar o conhecimento hidrológico da bacia, especialmente da disponibilidade hídrica para fins de outorga.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Ampliação da rede de estações fluviométricas.
<b>Metas</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Adquirir e instalar 34 novas estações, sendo 3 com pluviômetro e fluviômetro (<b>Erro! Fonte de referência não encontrada.</b>). As estações são do tipo convencional, com exceção de 05 estações na UGH São Marcos do tipo telemétrica;</li> <li>2) Adquirir e instalar 05 estações novas em local de estações antigas desativadas (<b>Erro! Fonte de referência não encontrada.</b>);</li> <li>3) Reativar 2 estações que se encontram atualmente desativadas (<b>Erro! Fonte de referência não encontrada.</b>).</li> </ol>
<b>Indicadores</b>	1) Número de estações fluviométricas instaladas.
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Agência Nacional de Águas.
<b>Orçamento da UGH</b>	R\$ 26.400,00 (considera as despesas de aquisição e instalação de equipamentos e a vida útil média dos equipamentos de 10 anos)
<b>Abrangência Espacial</b>	A abrangência dos novos postos fluviométricos engloba praticamente todas as sub-bacias do rio Paranaíba, exceto a UGH Lago Paranoá, Descoberto, Corumbá, São Bartolomeu e São Marcos, onde a densidade de estações foi considerada bastante satisfatória.

Figura 34- Ampliação da rede de monitoramento hidrológico (pluviométrico e fluviométrico) – Subprogramas 1.D.1 e 1.D.2



<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.D - Monitoramento Hidrológico</b>	
<b>Subprograma 1.D.3 - Ampliação da Rede de Qualidade da Água Superficial</b>	
<b>Justificativa</b>	<p>Os dados provenientes da rede de qualidade possibilitam a avaliação tanto da condição natural das águas quanto a degradação provocada por atividades antrópicas. Além disso, são essenciais para a aplicação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, notadamente da outorga de lançamento e do enquadramento.</p> <p>Os dados de qualidade da água disponíveis na bacia mostram o impacto das cargas poluidoras dos centros urbanos sobre os corpos hídricos, assim como a contribuição das cargas difusas associadas ao uso e ocupação do solo. Um outro aspecto importante identificado é a necessidade de melhorar os dados disponíveis, pois a rede de monitoramento apresenta-se insuficiente para as dimensões da região e carece de padronização de parâmetros analisados e de frequência de amostragem.</p> <p>Para enfrentar o desafio, a ANA lançou, em 2010, o Programa Nacional de Qualidade das Águas – PNQA, que visa ampliar o conhecimento sobre a qualidade das águas superficiais no Brasil, de forma a orientar a elaboração de políticas públicas para a recuperação da qualidade ambiental em corpos d'água, contribuindo para a gestão sustentável dos recursos hídricos. A implantação da rede de qualidade é um dos componentes do programa e prevê a avaliação de 22 parâmetros e uma frequência trimestral de medição.</p> <p>A implantação da rede do PNQA deverá melhorar o acompanhamento da evolução da qualidade da água na bacia e permitir a identificação de áreas críticas com relação à poluição, bem como fornecer subsídios para avaliar o alcance das metas da proposta de enquadramento dos corpos hídricos superficiais e apoiar as ações de outorga e fiscalização.</p>
<b>Objetivo</b>	Melhorar o conhecimento sobre a qualidade da água dos corpos hídricos superficiais especialmente para fins de outorga e enquadramento.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Implantação da rede conforme estabelecido no Programa Nacional de Qualidade das Águas – PNQA ( <b>Erro! Fonte de referência não encontrada.</b> ).
<b>Metas</b>	<b>Ação 1:</b> Implantação da rede de qualidade da água proposta pelo PNQA, sendo 5 estações no Distrito Federal, 10 no Mato Grosso do Sul, 135 em Goiás e 77 em Minas Gerais ( <b>Erro! Fonte de referência não encontrada.</b> ).
<b>Indicadores</b>	1) Número de estações de qualidade de água instaladas.
<b>Orçamento da UGH</b>	R\$ 215.037,00 (considera as despesas dos equipamentos de campo nos padrões do PNQA e a vida útil média dos equipamentos (veículo, barco, motor de popa, barco, medidor de vazão ADCP, sonda multiparamétrica, GPS, máquina fotográfica e notebook) de 7 anos.
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Agência Nacional de Águas.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

Figura 35- Ampliação da rede de monitoramento hidrológico (qualidade da água) – Subprograma 1.D.3



**Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paranaíba**

**Ampliação da Rede de Qualidade da Água Subprograma 1.D.3**

**Legenda**

- ▲ Rede Estadual Ativa
- ▲ Rede Proposta (PNQA)



<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.E - Articulação com Planos Setoriais</b>	
<b>Subprograma 1.E.1 - Articulação e Compatibilização com o Planejamento dos Setores Usuários e com os Planejamentos Regional, Estadual e Nacional</b>	
<b>Justificativa</b>	<p>Em geral, o processo de tomada de decisão de políticas públicas e de investimentos é realizado em nível setorial, no âmbito de ministérios e secretarias, muitas vezes sem a devida articulação e compatibilização necessárias para a otimização do empreendimento.</p> <p>Na concepção do PRH Paranaíba, é necessária uma visão global e integrada para o planejamento do aproveitamento dos recursos hídricos, que considere os programas e ações governamentais que tenham relação com o uso da água. É fundamental a articulação dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos, do CBH Paranaíba e dos CBHs de bacias afluentes com os diferentes para que as ações previstas sejam compatibilizadas.</p> <p>A deficiência na articulação entre atores resulta na superposição de atividades e no desperdício dos recursos humanos e financeiros. A articulação institucional é essencial para que as ações previstas pelo PRH Paranaíba sejam integralmente implementadas.</p>
<b>Objetivo</b>	Articular os diferentes setores governamentais e a iniciativa privada, buscando promover a compatibilidade das políticas, programas e ações para o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos.
<b>Procedimentos</b>	<p><b>Ação 1.</b> Acompanhamento e avaliação da dinâmica das políticas governamentais e da iniciativa privada;</p> <p><b>Ação 2.</b> Implementação de estratégias de ação e mecanismos de integração das políticas, de modo a criar condições para antecipar, adaptar, retardar ou reverter ações em função dos objetivos e metas do PRH Paranaíba;</p> <p><b>Ação 3.</b> Acompanhamento e articulação das estratégias do setor público e privado para o aumento do trecho navegável da hidrovía Tietê-Paraná no rio Paranaíba a montante da UHE São Simão.</p>
<b>Metas</b>	<b>1)</b> Realizar reuniões anuais do CBH Paranaíba com órgãos gestores para avaliação das políticas governamentais e definição de estratégias de ação para alcance dos objetivos do PRH Paranaíba.
<b>Indicadores</b>	<b>1)</b> Número de reuniões anuais de definição de estratégia de atuação do CBH Paranaíba e Órgãos Gestores de Recursos Hídricos.
<b>Orçamento da UGH</b>	R\$ 96.862,70
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.E - Articulação com Planos Setoriais</b>	
<b>Subprograma 1.E.2 - Articulação e Compatibilização com Planos Diretores Municipais</b>	
<b>Justificativa</b>	<p>Na legislação brasileira, o papel do município é especialmente importante, pois ele detém a responsabilidade pela gestão do solo. As políticas municipais de uso e ocupação do solo são estabelecidas nos planos diretores, que analisam as características físicas, as atividades predominantes e as vocações da cidade, seus problemas e as potencialidades. De acordo com a Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), estes planos são exigidos apenas para cidades que possuam mais de 20 mil habitantes, que estejam situadas em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, áreas de especial interesse turístico e de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.</p> <p>A forma como território da bacia é ocupado tem repercussões diretas sobre a quantidade e qualidade de água. A gestão de recursos hídricos não pode ser dissociada, portanto, da gestão territorial, aspecto que é considerado especialmente importante na bacia do rio Paranaíba. A expansão urbana do Distrito Federal e do entorno goiano e da região metropolitana de Goiânia são exemplos de como o uso do solo pode pressionar os recursos hídricos se não for acompanhada de um ordenamento territorial adequado. A realidade da bacia mostra ainda que os municípios ainda precisam evoluir em relação à gestão do uso e ocupação do solo na medida em que apenas 48 municípios apresentam lei do plano diretor municipal, enquanto 4 estavam em desenvolvimento.</p>
<b>Objetivo</b>	Articular e compatibilizar o desenvolvimento das cidades e planos diretores municipais aos objetivos do PRH Paranaíba.
<b>Procedimentos</b>	<p><b>Ação 1.</b> Apoio aos municípios na elaboração de seus planos diretores (cidades com mais de 30 mil hab.);</p> <p><b>Ação 2.</b> Articulação de ações dos governos estaduais, distrital e federal e das prefeituras com rebatimento sobre a gestão dos recursos hídricos para promover o desenvolvimento sustentável da bacia.</p>
<b>Metas</b>	<p><b>1.</b> Apoiar, por meio da participação em reuniões e eventos, a elaboração de 35 Planos Diretores Municipais até 2033, referente aos municípios com mais de 30 mil habitantes da bacia;</p> <p><b>2.</b> Realizar reuniões anuais periódicas do CBH Paranaíba e órgãos gestores para identificação das ações dos governos estaduais, distrital e federal e das prefeituras com rebatimento sobre a gestão dos recursos hídricos.</p>
<b>Indicadores</b>	<p><b>1)</b> Número de Planos Diretores Municipais de uso e ocupação do solo articulados com o PRH Paranaíba;</p> <p><b>2)</b> Número de reuniões anuais entre CBH Paranaíba e Órgãos Gestores de Recursos Hídricos.</p>
<b>Orçamento da UGH</b>	<p><b>Ação 1:</b> R\$ 31.200,00</p> <p><b>Ação 2:</b> R\$ 52.000,00</p>
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Agência Nacional de Águas, Fundação Estadual de Meio Ambiente/MG, IGAM e Governos Municipais.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.F - Uso Sustentável dos Recursos Hídricos</b>	
<b>Subprograma 1.F.1 - Racionalização da Demanda de Água na Irrigação</b>	
<b>Justificativa</b>	<p>A irrigação representa o principal setor usuário da bacia, que corresponde atualmente a 89,5% da água consumida, e todos os cenários elaborados indicam que esta condição deverá ser mantida nos próximos. O setor tem apresentado um expressivo crescimento nos últimos anos e a experiência de utilização de imagens satélites na elaboração do PRH Paranaíba mostra que é insuficiente a utilização dos dados censos agropecuários, elaborados a cada 10 anos, para o acompanhamento da atividade na bacia.</p> <p>Além disso, verifica-se uma importante deficiência no conhecimento sobre como a água é efetivamente aplicada no campo, considerando a grande diversidade de métodos e culturas, e as diferenças no manejo do recurso hídrico. Em função do expressivo consumo de água e dos usos competitivos da água associados à irrigação, é fundamental que sejam desenvolvidas ações para melhorar o conhecimento sobre o padrão de uso da água pelo setor. Estes elementos darão subsídio para a aplicação do instrumento de outorga e a definição de metas de racionalização da água na bacia.</p> <p>Em uma outra abordagem, foi identificada a necessidade de capacitação de operadores de equipamento, produtores rurais, extensionistas e técnicos, a fim de que possam realizar um manejo adequado da água, o que se traduz em redução do uso da água, melhor desenvolvimento da cultura e diminuição do consumo de energia, variáveis importantes para o agricultor e para a gestão de recursos hídricos.</p>
<b>Objetivos</b>	Promover o uso eficiente da água pelo setor de irrigação, de modo a permitir a expansão da área irrigada com a utilização racional do recurso hídrico; Acompanhar a evolução do uso da água pelo setor de irrigação na bacia (áreas irrigadas, equipamentos utilizados e culturas irrigadas) como subsídio para a proposição de ações de gestão dos recursos hídricos.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1:</b> Caracterização do padrão de uso de água nas áreas de uso mais intensivo para irrigação de acordo com o balanço hídrico (demanda x disponibilidade) e implantação de unidades demonstrativas de uso racional de água; <b>Ação 2:</b> Elaboração e implementação de programa de capacitação para uso eficiente da água na irrigação voltado a operadores de equipamento, produtores rurais, extensionistas e técnicos; <b>Ação 3:</b> Apoio a certificação de equipamentos e de técnicas de manejo voltadas ao uso racional da água na irrigação; <b>Ação 4:</b> Concepção e implantação de um sistema de avaliação e acompanhamento da irrigação na bacia (áreas irrigadas, equipamentos utilizados, culturas irrigadas, níveis de uso racional).
<b>Metas</b>	<b>1)</b> Elaboração de estudos, em 6 bacias críticas (2 em Minas Gerais, 3 em Goiás e 1 no Distrito Federal) com uso intensivo, para determinação de padrões de uso de água na irrigação com seleção de áreas que sejam utilizadas como unidades demonstrativas para aplicação de boas práticas; <b>2)</b> Realizar cursos anuais em 6 locais da bacia para capacitação de operadores de equipamento, produtores rurais, extensionistas e técnicos, visando ao uso eficiente da água na irrigação; <b>3)</b> Apoiar institucionalmente 2 iniciativas ao ano que visem ao uso racional da água e a certificação dos equipamentos; <b>4)</b> Elaborar estudo de concepção e implantação de um sistema de avaliação e acompanhamento da irrigação na bacia.
<b>Indicadores</b>	<b>1)</b> Número de estudos realizados sobre padrões de uso de água na irrigação; <b>2)</b> Número de cursos de capacitação realizados a cada ano; <b>3)</b> Elaboração de estudo de concepção de sistema de avaliação e acompanhamento de áreas irrigadas.
<b>Orçamento da UGH</b>	<b>Ação 1:</b> R\$ 0,00; <b>Ação 2:</b> R\$ 364.800,00 ; <b>Ação 3:</b> R\$ 96.000,00; <b>Ação 4:</b> R\$ 138.240,00
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Agência Nacional de Águas, EMATERs, Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MG e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.



<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.F - Uso Sustentável dos Recursos Hídricos</b>	
<b>Subprograma 1.F.2 - Criação e Fortalecimento de Áreas Sujeitas a Restrição de Uso com Vistas à Proteção dos Recursos Hídricos</b>	
<b>Justificativa</b>	<p>A Lei no 9.433/1997 estabelece que as propostas para a criação de áreas sujeitas à restrição de uso visam à proteção dos recursos hídricos e devem ser previstas nos planos. A aplicação do conceito de áreas sujeitas à restrição de uso, que se associa ao planejamento territorial, ainda não ocorreu plenamente no País. Um dos desafios é definir as estratégias e realizar as articulações entre as duas esferas de gestão – de recursos hídricos e de ocupação do solo.</p> <p>Entretanto, na perspectiva atual que considera os instrumentos disponíveis para restringir o uso do solo com vistas à proteção dos recursos naturais, incluindo os corpos hídricos, existem as unidades de conservação, que são legalmente instituídas pelo poder público nas esferas municipal, estadual e federal. Cabe ressaltar que a bacia possui unidades de proteção integral em apenas 1,1% do seu território.</p> <p>A criação de unidades de conservação é uma estratégia adotada em sistemas ambientais e deve ser utilizada como ferramenta de gestão de recursos hídricos, pois permite a conservação da biodiversidade, a conservação de mananciais hídricos e a manutenção da integridade dos ecossistemas aquáticos. A definição de áreas com vistas à proteção dos recursos hídricos na bacia deve considerar também a necessidade de fortalecimento das unidades de conservação existentes, que são frequentemente ameaçadas pelo uso do solo em suas adjacências e demandam a implantação dos planos de manejo, e a criação de corredores ecológicos.</p>
<b>Objetivos</b>	<p>Criação e fortalecimento de áreas sujeitas à restrição de uso para conservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, em termos de qualidade e quantidade e dos ecossistemas aquáticos, suas estruturas e dinâmicas ecológicas e evolutivas;</p> <p>Conservação da biodiversidade aquática e da diversidade local.</p>
<b>Procedimentos</b>	<p><b>Ação 1:</b> Articulação entre os órgãos gestores de recursos hídricos e de meio ambiente para identificar conjuntamente áreas com restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos;</p> <p><b>Ação 2:</b> Apoio aos órgãos de meio ambiente para criação e fortalecimento de áreas com restrição de uso para fins de conservação dos recursos hídricos e ecossistemas aquáticos na bacia;</p> <p><b>Ação 3:</b> Apoio e divulgação de programas e experiências exitosas na bacia voltadas à criação de áreas com vistas à proteção dos recursos hídricos.</p>
<b>Metas</b>	<p>1) Realizar reuniões técnicas anuais entre o CBH Paranaíba e os órgãos gestores de recursos hídricos e de meio ambiente para seleção das áreas sujeitas a restrições de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos;</p> <p>2) Apoiar os órgãos de meio ambiente na elaboração de 10 (dez) diagnósticos socioambientais e justificativas para conservação, com proposições de recomendações para a criação e fortalecimento de áreas sujeitas a restrições de uso.</p> <p>3) Apoiar e divulgar 50 experiências exitosas na bacia voltadas para a criação de áreas para proteção dos recursos hídricos.</p>
<b>Indicadores</b>	<p>1) Número de reuniões anuais entre o CBH Paranaíba e os Órgãos Gestores de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente para seleção de áreas;</p> <p>2) Número de diagnósticos socioambientais apoiados;</p> <p>3) Número de iniciativas exitosas apoiadas e divulgadas voltadas para a criação de áreas de proteção dos recursos hídricos.</p>
<b>Orçamento da UGH</b>	<b>Ação 1:</b> R\$ 80.000,0 ; <b>Ação 2:</b> R\$124.800,00; <b>Ação 3:</b> R\$ 500.000,00
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Ministério do Meio Ambiente, ICMBio, IBRAM/DF, Fundação Estadual de Meio Ambiente/MG, Instituto Estadual de Florestas/MG, ICMS Ecológico e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.F - Uso Sustentável dos Recursos Hídricos</b>	
<b>Subprograma 1.F.3 - Apoio ao Controle e Prevenção da Erosão e Assoreamento dos Rios</b>	
<b>Justificativa</b>	<p>A erosão hídrica constitui uma das principais causas da degradação das terras, elevando os custos relativos à produção agropecuária, e provoca externalidades ambientais e socioeconômicas relacionadas à qualidade e disponibilidade de água, decorrentes da poluição e do assoreamento dos cursos d'água.</p> <p>Durante a elaboração do diagnóstico da bacia do rio Paranaíba foram verificados altos índices de desmatamento e reduzidas áreas com matas ciliares, o que repercute diretamente na ocorrência de erosão e assoreamento dos rios e reservatórios. Por exemplo, o rio Santana, no Estado do Mato Grosso do Sul, que é utilizado como manancial de abastecimento do município de Paranaíba/MS, apresenta poucas áreas de proteção permanente (APP) e expressivo assoreamento de seu leito principal.</p> <p>Para se combater os efeitos do assoreamento na bacia é preciso apoiar experiências exitosas da bacia na promoção do controle da erosão associadas às atividades agropecuárias. Em outra frente, existe a necessidade de apoiar iniciativas de combate aos processos erosivos associados à construção e manutenção inadequadas de estradas vicinais, amplamente distribuídas na região.</p>
<b>Objetivo</b>	Reduzir o aporte de sedimentos responsável pelo assoreamento dos reservatórios e corpos d'água e o comprometimento da qualidade de água.
<b>Procedimentos</b>	<p><b>Ação 1:</b> Seleção de bacias para unidades demonstrativas e de iniciativas de projetos exitosos para a conservação do solo;</p> <p><b>Ação 2:</b> Apoio a divulgação de programas e experiências exitosos voltados à recuperação de pastagens degradadas (integração lavoura/pecuária, subsolagem, replantio, terraceamento, entre outros);</p> <p><b>Ação 3:</b> Apoio a divulgação de programas voltados a técnicas conservacionistas de uso do solo pela agricultura (plantio direto, terraceamento, plantio em nível, entre outros);</p> <p><b>Ação 4:</b> Apoio institucional e divulgação de iniciativas que visem a melhorias de estradas vicinais;</p> <p><b>Ação 5:</b> Apoio a iniciativas de recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs).</p>
<b>Metas</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Selecionar bacias para unidades demonstrativas e de iniciativas de projetos exitosos para a conservação do solo;</li> <li>2) Apoiar institucionalmente a divulgação de 20 programas exitosos voltados à recuperação de pastagens degradadas;</li> <li>3) Apoiar institucionalmente a identificação e divulgação de 20 programas voltados à utilização de técnicas conservacionistas de uso do solo pela agricultura;</li> <li>4) Apoiar institucionalmente 20 iniciativas que visem à melhoria de estradas vicinais, com vistas à prevenção da erosão;</li> <li>5) Apoiar institucionalmente 40 iniciativas de recuperação de locais enquadrados como áreas de preservação permanente.</li> </ol>
<b>Indicadores</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Definição das bacias para unidades demonstrativas e projetos exitosos na bacia;</li> <li>2) Número de programas, voltados à recuperação de pastagens degradadas, apoiados e divulgados;</li> <li>3) Número de iniciativas exitosas, que visem à melhoria de estradas vicinais, apoiadas e divulgadas;</li> <li>4) Número de iniciativas apoiadas que visem à recuperação de APPs</li> </ol>
<b>Orçamento da UGH</b>	<b>Ação 1:</b> sem custo; <b>Ação 2:</b> R\$ 200.000,00 ; <b>Ação 3:</b> R\$ 300.000,00; <b>Ação 4:</b> R\$160.000,00; <b>Ação 5:</b> R\$ 400.000,00.
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas, EMATERs, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MG.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.F - Uso Sustentável dos Recursos Hídricos</b>	
<b>Subprograma 1.F.4 - Apoio ao Desenvolvimento do Turismo Associado aos Recursos Hídricos</b>	
<b>Justificativa</b>	<p>O setor de turismo na bacia do rio Paranaíba apresenta interface com os recursos hídricos em função da presença de importantes reservatórios, a ocorrência de águas termais e belezas naturais, que foram caracterizadas no diagnóstico. Como exemplos importantes, destacam-se o Lago Paranoá em Brasília e as ocorrências hidrotermais em Rio Quente e Caldas Novas e Araxá. Além disso, existe a pesca esportiva realizada em reservatórios, tais como Emborcação, São Simão e Nova Ponte.</p> <p>A atividade apresenta grande potencial de expansão e tem importância econômica em várias partes da bacia, pois gera trabalho e renda para a população local. Além disso, contribui para a educação e na formação cultural da sociedade.</p> <p>É importante, portanto, que o seu desenvolvimento seja sustentado em uma gestão responsável, que promova o equilíbrio entre os aspectos ambientais, econômicos e socioculturais, de modo a valorizar e proteger o patrimônio hídrico e cultural.</p>
<b>Objetivo</b>	Apoiar a exploração e o desenvolvimento sustentável do turismo relacionado aos recursos hídricos na bacia.
<b>Procedimentos</b>	<p><b>Ação 1:</b> Apoio a divulgação de ações que promovam o desenvolvimento sustentável do turismo associado aos recursos hídricos;</p> <p><b>Ação 2:</b> Apoio a elaboração de planejamento que propicie a estruturação e a exploração do potencial de áreas turísticas.</p> <p><b>Ação 3:</b> Apoio a ações que promovam o fortalecimento e estruturação da cadeia produtiva da pesca esportiva na bacia.</p>
<b>Metas</b>	<p>1) Apoiar institucionalmente 20 ações públicas e privadas que promovam o desenvolvimento sustentável do turismo associado aos recursos hídricos;</p> <p>2) Apoiar institucionalmente 30 ações governamentais de estruturação do setor de turismo associado aos recursos hídricos;</p> <p>3) Apoiar institucionalmente 5 ações, públicas e privadas, que promovam o fortalecimento e estruturação da cadeia produtiva da pesca esportiva na bacia.</p>
<b>Indicadores</b>	<p>1) Número de ações apoiadas visando ao desenvolvimento sustentável do turismo associado aos recursos hídricos;</p> <p>2) Número de ações governamentais apoiadas de estruturação do setor de turismo associado aos recursos hídricos;</p> <p>3) Número de ações apoiadas que promovam o fortalecimento e estruturação da cadeia produtiva da pesca esportiva.</p>
<b>Orçamento da UGH</b>	<p><b>Ação 1:</b> R\$ 160.000,00</p> <p><b>Ação 2:</b> R\$ 240.000,00</p> <p><b>Ação 3:</b> R\$ 125.000,00</p>
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Ministério do Turismo, Agência Nacional de Águas e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.F - Uso Sustentável dos Recursos Hídricos</b>	
<b>Subprograma 1.F.5 - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca</b>	
<b>Justificativa</b>	<p>A aquicultura é uma atividade que vem sendo praticada na bacia do Paranaíba e já representa aproximadamente 6% da produção total nacional. A pesca também é tida como tradicional fonte de obtenção lazer e alimento.</p> <p>Apesar da relevância destas atividades, verifica-se uma grande lacuna de conhecimento sobre o estágio de desenvolvimento destas atividades. Este aspecto é especialmente importante para direcionar as ações necessárias para que elas sejam realizadas de maneira organizada e sustentável nos rios e reservatórios da bacia.</p> <p>Para isso, é necessário identificar o potencial das atividades associadas, por meio da elaboração de estudos que tenham como objetivo quantificar o potencial aquícola, o estoque pesqueiro e as modalidades de pesca praticadas na bacia, além de apoiar o fortalecimento das cadeias produtivas.</p>
<b>Objetivo</b>	Desenvolver a aquicultura e pesca de maneira sustentável em rios e reservatórios da bacia.
<b>Procedimentos</b>	<p><b>Ação 1.</b> Elaboração de estudos sobre o potencial aquícola em reservatórios;</p> <p><b>Ação 2.</b> Elaboração de estudo sobre o estoque pesqueiro;</p> <p><b>Ação 3.</b> Elaboração de estudos sobre as modalidades de pesca existentes e a sua produção;</p> <p><b>Ação 4.</b> Apoio ao fortalecimento das cadeias produtivas da aquicultura e pesca.</p>
<b>Metas</b>	<p>1) Elaborar 4 estudos para a determinação do potencial aquícola nos reservatórios da bacia, sendo: o primeiro com duração de 2 anos e deve ocorrer no primeiro quinquênio; o segundo, terceiro e quarto , que representam atualizações/revisões do estudo original, com duração de 6 meses cada e ocorrem nos quinquênios seguintes;</p> <p>2) Elaborar 4 estudos para determinação do estoque pesqueiro da bacia com duração de 6 meses cada (um estudo em cada quinquênio);</p> <p>3) Elaborar 4 estudos para determinação das modalidades de pesca existentes na bacia e suas respectivas produções com duração de 5 meses cada (um estudo em cada quinquênio);</p> <p>4) Apoiar tecnicamente o fortalecimento das cadeias produtivas da aquicultura e pesca.</p>
<b>Indicadores</b>	<p>1) Número de estudos para determinação do potencial aquícola dos reservatórios na bacia;</p> <p>2) Número de estudos para determinação do estoque pesqueiro na bacia;</p> <p>3) Número de estudos para determinação das modalidades de pesca na bacia e suas produções;</p> <p>4) Número de ações apoiadas para fortalecimento das cadeias produtivas da aquicultura e pesca.</p>
<b>Orçamento da UGH</b>	<b>Ação 1:</b> R\$ 860.160,00; <b>Ação 2:</b> R\$ 299.520,00; <b>Ação 3:</b> R\$184.320,00; <b>Ação 4:</b> R\$ 160.000,00
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Pesca e Aquicultura, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/MG.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.F - Uso Sustentável dos Recursos Hídricos</b>	
<b>Subprograma 1.F.6 - Implementação de Pagamento por Serviços Ambientais</b>	
<b>Justificativa</b>	<p>O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) consiste em oferecer incentivos econômicos para a conservação e recuperação ambiental, criando assim alternativas para o uso sustentável de determinada área. O PSA representa a transformação do conceito ecológico e purista de conservação ambiental para uma nova ótica, calcada na valoração econômica e na geração de renda pela manutenção do serviço ambiental como mecanismo garantidor de sua perpetuidade.</p> <p>Para gestão de recursos hídricos, o PSA representa uma oportunidade para criação, recuperação e manutenção de áreas estratégicas do ponto de vista hídrico. Destaca-se, no seu processo de criação, a importância da sustentabilidade do projeto, que deve ser mantida por meio da construção de parcerias entre os atores locais.</p> <p>A bacia do rio Paranaíba se destaca por possuir experiências de PSA em construção nos municípios de Rio Verde (GO), Patrocínio (MG) e nas bacias dos rios Pípiripau (DF) e João Leite (GO). Estes projetos, voltados à proteção e conservação dos mananciais de abastecimento público, poderão servir de modelo para novas iniciativas.</p>
<b>Objetivo</b>	Desenvolver iniciativas que promovam a melhoria da qualidade das águas e o aumento da disponibilidade hídrica a partir da remuneração do agente por práticas e manejos conservacionistas.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Apoio técnico e financeiro para estabelecimento de arranjos locais que viabilizem o pagamento por serviços ambientais.
<b>Metas</b>	<b>Ação 1:</b> Elaborar 30 projetos de pagamento por serviços ambientais e mobilizar atores para implementação dos mesmos na área da bacia.
<b>Indicadores</b>	1) Número de projetos de pagamento por serviços ambientais implementados
<b>Orçamento da UGH</b>	R\$ 2.250.000,00
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas, FHidro/MG, IGAM, Companhias de Abastecimento, Governos Municipais.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.G – Mobilização Social</b>	
<b>Subprograma 1.G.1 - Educação Ambiental em Recursos Hídricos</b>	
<b>Justificativa</b>	A necessidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade civil, os usuários e o poder público na questão do uso racional da água é uma questão primordial na elaboração do PRH Paranaíba, pois com o apoio de todos os setores da sociedade sua implementação se tornará mais eficaz. A elaboração de materiais pedagógicos, a capacitação de multiplicadores e o apoio a programas de educação ambiental com foco em recursos hídricos são algumas das principais atividades voltadas à disseminação e ao intercâmbio de informações.
<b>Objetivo</b>	Desenvolver ações de sensibilização e educação ambiental voltada aos recursos hídricos, de forma a mobilizar a sociedade civil, usuários e poder público para o uso racional e a proteção dos recursos hídricos em consonância com os objetivos do PRH Paranaíba.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Elaborar proposta e material pedagógico sobre os temas do PRH Paranaíba; <b>Ação 2.</b> Formar e capacitar recursos humanos (professores, técnicos, multiplicadores, entre outros); <b>Ação 3.</b> Apoiar iniciativas de educação ambiental.
<b>Metas</b>	<b>Ação 1:</b> Elaborar 04 (quatro) propostas pedagógicas (planos de educação ambiental), uma para cada unidade de federação. estas propostas deverão subsidiar os estados na condução das ações voltadas para PRH Paranaíba, respeitando as particularidades de cada um; <b>Ação 2:</b> Capacitar, através da realização de oficinas técnicas, 2.400 professores de ensino médio e fundamental da rede pública de ensino, 700 professores universitários e 400 membros de comitês de bacias, sobre proteção dos recursos hídricos, num horizonte de 20 anos; <b>Ação 3:</b> Apoiar institucionalmente programas de educação ambiental já existentes nas unidades de federação da bacia por meio da elaboração e impressão de material educativo contendo informações sobre o uso sustentável dos recursos hídricos.
<b>Indicadores</b>	1) Número de propostas pedagógicas elaboradas por unidade de federação; 2) Número de professores de ensino médio e universitário e membros de comitês capacitados por ano; 3) Número de programas de educação ambiental com foco em recursos hídricos existentes apoiados por ano.
<b>Orçamento da UGH</b>	<b>Ação 1:</b> R\$ 180.480,00 ; <b>Ação 2:</b> R\$ 480.000,00 ; <b>Ação 3:</b> R\$ 160.000,00
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Agência Nacional de Águas; Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas/MG, IGAM e Governos Municipais.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

<b>Componente 1 - Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 1.G - Educação Ambiental e Comunicação Social</b>	
<b>Subprograma 1.G.2 - Comunicação Social</b>	
<b>Justificativa</b>	A comunicação no processo de gestão de recursos hídricos é uma ferramenta fundamental para integração entre os agentes técnicos e políticos de diferentes entidades, e para incorporação da comunidade e de atores relevantes. Os canais de comunicação devem permitir a troca de informações entre os agentes envolvidos, publicação atualizada dos planos, projetos e ações intervenientes na gestão de recursos hídricos e a divulgação do tema para sociedade, com fins participativos e educacionais. A elaboração de um plano de comunicação, com intuito de divulgar e identificar novos meios de veiculação de notícias relacionadas ao CBH Paranaíba, representa uma iniciativa que deverá render resultados satisfatórios na troca de informações entre os agentes envolvidos.
<b>Objetivo</b>	Divulgar as ações do CBH Paranaíba e a implementação do PRH Paranaíba, informando e mobilizando a sociedade para participar da gestão da água.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Desenvolver conteúdos e atualização da página eletrônica do CBH Paranaíba; <b>Ação 2.</b> Estabelecer canais de comunicação para divulgar ações do CBH Paranaíba e do PRH Paranaíba.
<b>Metas</b>	<b>1)</b> Atualizar a página eletrônica do CBH Paranaíba, periodicamente, durante o horizonte do Plano (2033). A atualização dos conteúdos da página eletrônica visa manter um canal permanente de comunicação que garanta o acesso à informação por parte dos usuários de água; <b>2)</b> Elaborar campanha de preservação dos recursos hídricos composta por 35 vídeos com um enfoque regional, sendo 10 para o Distrito Federal, 10 para Goiás, 10 para Minas Gerais e 5 para o Mato Grosso do Sul); <b>3)</b> Veiculação na mídia de 170 inserções dos vídeos de sensibilização para proteção dos recursos hídricos (40 no Distrito Federal, 80 em Goiás, 30 em Minas Gerais e 20 no Mato Grosso do Sul).
<b>Indicadores</b>	<b>1)</b> Atualização semanal e/ou mensal da página eletrônica do CBH Paranaíba; <b>2)</b> Elaboração ou atualização do plano de comunicação do CBH Paranaíba; <b>3)</b> Avaliação anual da veiculação das ações associadas ao CBH Paranaíba e ao PRH Paranaíba na mídia.
<b>Orçamento da UGH</b>	<b>Ação 1:</b> R\$ R\$ 51.200,00 <b>Ação 2:</b> R\$ R\$ 346.666,67
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Agência Nacional de Águas, Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas/MG, IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A implementação do subprograma deverá ocorrer em todas UGHs da bacia.

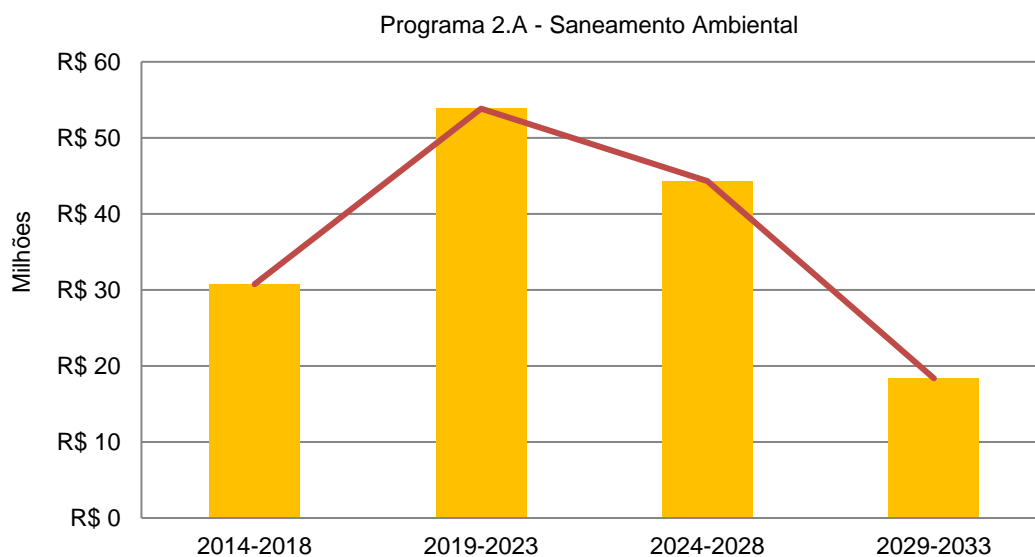
### 4.3 Componente 2 – Saneamento Ambiental

O Componente 2 é composto pelo Programa 2.A e 05 Subprogramas com orçamento estimado em R\$ 147,3 milhões. O custo elevado é devido ao caráter estrutural das intervenções e aos baixos índices de coleta e tratamento de esgotos verificados na UGH, assim como à necessidade de melhoria e ampliação da cobertura dos demais serviços de saneamento ambiental urbano e rural.

As ações têm como objetivo a promoção do saneamento integrado, de forma a perseguir a meta da universalização do acesso e a prestação dos serviços relacionados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, assim como adequar soluções de drenagem urbana para a realidade local. O detalhamento dos subprogramas é apresentado a seguir na forma de fichas.

O cronograma de desembolso (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) aponta os períodos intermediários como estratégicos na implementação do Componente 2, exigindo esforços anteriores de gestão para captação de recursos e conclusão de estudos de viabilidade e projetos executivos.

Figura 36- Distribuição temporal do orçamento do programa 2.A no horizonte de planejamento



Cabe destacar que o volume de recursos e o cronograma de desembolso do componente estão associados ao atendimento das metas da proposta de enquadramento dos corpos hídricos superficiais da bacia.



<b>Componente 2 - Saneamento Ambiental</b>	
<b>Programa 2.A - Saneamento Ambiental</b>	
<b>Subprograma 2.A.1 - Ampliação do Abastecimento de Água Urbano</b>	
<b>Justificativa</b>	Conforme apresenta o Atlas Brasil (ANA, 2010), 70 municípios com sede na bacia do Paranaíba necessitam de novo manancial e/ou ampliação do sistema de abastecimento de água existente. A questão da ampliação dos sistemas de distribuição da água implica também em estimar custos para melhorias das redes existentes, instalação e modernização de equipamentos, assim como trabalhos de setorização da distribuição de água, o que leva diretamente ao combate das perdas físicas nos sistemas.
<b>Objetivos</b>	Garantir o abastecimento da população urbana da bacia do rio Paranaíba com água potável em termos de quantidade e qualidade; Melhorar a qualidade de vida da população reduzindo a ocorrência de doenças de veiculação hídrica.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1:</b> Implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água incluindo investimentos para o controle de perdas de água e para melhora do monitoramento da qualidade das águas para atendimento dos padrões de potabilidade da Portaria do Ministério da Saúde n° 2.914/11. <b>Ação 2:</b> Implantação de unidades de tratamento de resíduos nas estações de tratamento de água.
<b>Metas</b>	<b>1.</b> Implantar, ampliar e melhorar a cobertura de sistemas de abastecimento de água, sendo 98% até 2015; 99% até 2020 e 100% até 2033 (meta do Plano Nacional de Saneamento Básico para a bacia do Paraná); <b>2.</b> Reduzir perdas na distribuição de água, até 2033, para 30% (meta do Plano Nacional de Saneamento Básico); <b>3.</b> Reduzir, até 2033, em 50% o atual número de municípios em desconformidade das análises de coliformes totais no ano, por meio da ampliação de redes e melhorias em laboratórios e eficiência de estações de tratamento de água (meta do Plano Nacional de Saneamento Básico). <b>4.</b> Implantar unidades de tratamento de resíduos em todas as estações de tratamento de água da bacia que possuem tratamento convencional.
<b>Indicadores</b>	<b>1)</b> Número de municípios com índice de cobertura de sistemas de abastecimento de acordo com a meta sobre o número de municípios totais da bacia; <b>2)</b> Número de municípios com índice de perdas na distribuição de água de acordo com a meta sobre o número de municípios totais da bacia; <b>3)</b> Número de municípios em desconformidade das análises de coliformes totais identificados sobre o número de municípios em desconformidade no ano anterior ao ano de início de Plano; <b>4)</b> Número de unidades de tratamento de resíduos implantadas sobre o número de estações de tratamento de água com tratamento convencional existentes.
<b>Orçamento da UGH</b>	R\$ 12.498.588,68
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Orçamento da União, orçamento do Governo Estadual, financiamentos de bancos nacionais, financiamentos internacionais, tarifas de serviços.
<b>Abrangência Espacial</b>	A espacialização deste subprograma deverá ocorrer nas sedes municipais da bacia do Paranaíba.

<b>Componente 2 - Saneamento Ambiental</b>	
<b>Programa 2.A - Saneamento Ambiental</b>	
<b>Subprograma 2.A.2 - Ampliação da Coleta e Tratamento de Esgotos Urbanos</b>	
<b>Justificativa</b>	Analisando os dados atuais de esgotamento sanitário, verifica-se a importância da introdução e ampliação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequados no Programa de Investimentos do PRH Paranaíba. O alcance das metas estabelecidas trará uma maior proteção dos recursos hídricos contra eutrofização, impulsionando o atendimento às metas de enquadramento e de qualidade da água, além de conter o desenvolvimento de vetores patogênicos nocivos à saúde humana.
<b>Objetivos</b>	Reduzir a carga poluidora e melhorar a qualidade da água dos corpos hídricos superficiais e subterrâneos; Melhorar a qualidade de vida da população, reduzindo a ocorrência de doenças de veiculação hídrica.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1:</b> Implantação, ampliação e melhorias de redes de esgotamento sanitário nas áreas urbanas dos municípios; <b>Ação 2:</b> Implantação, ampliação e melhorias de estações de tratamento de esgoto (ETEs); <b>Ação 3:</b> Implantação de fossas sépticas ou outras alternativas viáveis em áreas urbanas onde não for implantada a rede coletora; <b>Ação 4:</b> Investimento suplementar em ETEs novas e ETEs existentes para se atingir o Programa de Efetivação do Enquadramento
<b>Metas</b>	<b>Ação 1:</b> Implantar, ampliar e melhorar a cobertura por rede de esgotamento sanitário, atingindo 100% para a região metropolitana de Goiânia e para o Distrito Federal; 95% para os municípios de Minas Gerais e 83% para os municípios de Goiás e Mato Grosso do Sul, até 2033 (meta do Plano Nacional de Saneamento Básico ampliada); <b>Ação 2:</b> Implantar, ampliar e melhorar ETEs, atingindo cobertura de 100% para todo o esgoto coletado, até 2033 (meta do Plano Nacional de Saneamento Básico ampliada); <b>Ação 3:</b> Implantação de destino final adequado simplificado para o esgoto sanitário em áreas urbanas em domicílios não atendidos por rede coletora, até 2033; <b>Ação 4:</b> Melhorar a eficiência do tratamento de esgoto em 33 cidades da bacia para se atingir as metas do enquadramento proposto.
<b>Indicadores</b>	1) Número de municípios com índice de cobertura por sistema de esgotamento sanitário de acordo com a meta sobre o número de municípios totais; 2) Número de municípios com 100% de índice de cobertura de tratamento de esgoto sobre o número de municípios totais; 3) Número de domicílios com sistemas simplificados para o esgoto sanitário em áreas urbanas sobre o número de domicílios não atendidos por rede coletora; 4) Número de municípios com melhoras da eficiência do tratamento de esgoto sobre o número de município necessários para melhora da eficiência para se atingir o enquadramento.
<b>Orçamento da UGH</b>	R\$ 119.900.498,57
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Orçamento da União, orçamento do Governo Estadual, financiamentos nacionais, financiamentos internacionais, tarifas de serviços, Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES.
<b>Abrangência Espacial</b>	A espacialização deste subprograma deverá ocorrer nas sedes municipais da bacia do Paranaíba.

<b>Componente 2 - Saneamento Ambiental</b>	
<b>Programa 2.A - Saneamento Ambiental</b>	
<b>Subprograma 2.A.3 - Ampliação da Coleta e da Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos</b>	
<b>Justificativa</b>	Os resíduos sólidos têm uma relação direta com a preservação dos recursos hídricos, isso porque a disposição inadequada dos resíduos pode acarretar inúmeras consequências à qualidade das águas superficiais e subterrâneas de uma bacia hidrográfica, como por exemplo, o assoreamento de rios e a contaminação do lençol freático por componentes químicos e biológicos. O depósito de resíduos sólidos a céu aberto, ou lixão, é uma forma de deposição desordenada sem compactação ou cobertura dos resíduos, o que propicia a poluição do solo, ar e água, bem como a proliferação de vetores de doenças. A utilização do aterro sanitário, que possui uma série de mecanismos que minimizam a poluição, ocorre em 43 sedes municipais inseridas na bacia, representando 25% do total de municípios e 41% do total da população. Portanto, é necessário desativar os lixões e aterros controlados existentes em prol da construção de novos aterros sanitários, de preferência por meio de consórcios intermunicipais.
<b>Objetivos</b>	Eliminar a carga poluidora proveniente da disposição inadequada dos resíduos sólidos urbanos e promover a melhoria da qualidade da água dos corpos hídricos superficiais e subterrâneos; Melhorar a qualidade de vida da população, reduzindo a ocorrência de doenças de veiculação hídrica.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Implantação e adequação dos aterros sanitários; <b>Ação 2.</b> Desativação dos lixões existentes e recuperação das áreas degradadas pela disposição inadequada de resíduos.
<b>Metas</b>	<b>Ação 1:</b> Implantação de aterros sanitários, sendo 35% até 2015; 23% até 2020 e o restante até 2033; <b>Ação 2:</b> Erradicação de lixões ou vazadouros e recuperação das respectivas áreas degradadas, sendo 35% até 2015; 23% até 2020 e o restante até 2033 (meta PLANSAB).
<b>Indicadores</b>	1) Número de municípios atendidos por aterro sanitário sobre o número de municípios totais; 2) Número de lixões ou vazadouros erradicados e áreas recuperadas sobre o número de lixões existentes
<b>Orçamento da UGH</b>	R\$ 4.130.467,00
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Orçamento da União, orçamento do Governo Estadual, financiamentos nacionais e internacionais.
<b>Abrangência Espacial</b>	A espacialização deste subprograma deverá ocorrer nas sedes municipais da bacia do rio Paranaíba.

<b>Componente 2 - Saneamento Ambiental</b>	
<b>Programa 2.A - Saneamento Ambiental</b>	
<b>Subprograma 2.A.4 - Estruturação/Ampliação da Drenagem Urbana</b>	
<b>Justificativa</b>	O sistema de drenagem urbana das águas pluviais é essencial na manutenção do saneamento adequado de um município e contribui significativamente na qualidade de vida quando é eficiente, pois visa à coleta da água proveniente do escoamento superficial, aumentado pela incapacidade do solo de absorção devido à sua impermeabilização, evitando assim danos humanos, ambientais e materiais causados por enchentes. Na bacia hidrográfica do rio Paranaíba, 50 municípios com sedes inseridas na bacia sofreram inundações ou enchentes entre os anos de 2003 e 2008 (IBGE, 2008c), dentre eles Brasília, Goiânia e Uberlândia. Entre estes 50 municípios, 25 possuem população maior que 20 mil habitantes.
<b>Objetivos</b>	Melhorar, recuperar e manter a infraestrutura de drenagem urbana de modo a diminuir a vulnerabilidade dos municípios às inundações; Melhorar a qualidade de vida da população reduzindo a ocorrência de doenças de veiculação hídrica.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Criação de fundo competitivo com recursos para seleção e execução de obras de drenagem em municípios com registro de ocorrência de inundações.
<b>Metas</b>	<b>Ação 1:</b> Implantar obras de drenagem urbana em 25 sedes municipais com população maior que 20 mil habitantes (2010) e que sofreram inundações no período 2003-2008, até 2033 com recursos do fundo competitivo.
<b>Indicadores</b>	<b>1)</b> Número de obras de drenagem urbana implantadas sobre o número de municípios com população maior que 20 mil que sofrem inundações.
<b>Orçamento da UGH</b>	R\$ 2.955.517,99
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Recursos provenientes de Fundo Competitivo criado no âmbito do Ministério das Cidades e da FUNASA, destinado exclusivamente à execução de obras de drenagem urbana.
<b>Abrangência Espacial</b>	A espacialização deste subprograma deverá ocorrer nas sedes municipais da bacia do Paranaíba com população superior a 20 mil habitantes e com recorrência de inundações, com exceção do Distrito Federal.

<b>Componente 2 - Saneamento Ambiental</b>	
<b>Programa 2.A - Saneamento Ambiental</b>	
<b>Subprograma 2.A.5 - Melhoria do Saneamento Rural</b>	
<b>Justificativa</b>	Embora a totalidade da população rural da bacia tenha decrescido pouco mais de 50% nos últimos 30 anos, os impactos negativos gerados pelos usos da água no meio rural são significativos, motivo pelo qual se faz necessário a ampliação das infraestruturas de saneamento que atendem a população rural da bacia. O atendimento da população por abastecimento de água tratada é necessário para evitar, dentre outros, a contaminação por doenças de veiculação hídrica. Outra ação necessária refere-se ao tratamento de efluentes, pois as fontes de poluição, pontual e difusa, em áreas rurais contribuem de maneira significativa com a deterioração dos recursos hídricos. A correta deposição dos resíduos sólidos também deve ser preconizada, mesmo sabendo que nem sempre os sistemas de saneamento ambiental usuais poderão ser empregados em áreas rurais. A contaminação do lençol freático por componentes orgânicos e inorgânicos gerados pela decomposição do lixo prejudica a utilização dos poços artesianos, tipo de captação mais utilizada pela população rural para o abastecimento de água. A realização do saneamento rural deve contemplar também a utilização de tecnologias alternativas e não convencionais para atender as necessidades básicas diárias de suprimento de água potável e para disposição final dos efluentes. Tendo em vista a vocação da bacia para a agricultura e a crescente utilização de agrotóxicos e notadamente de fertilizantes nos Estados de Minas Gerais e de Goiás, a destinação das embalagens desses produtos torna-se também um aspecto relevante.
<b>Objetivos</b>	Melhorar os serviços de saneamento básico – água, esgoto e resíduos sólidos – nas áreas rurais; Melhorar a qualidade de vida da população, reduzindo a ocorrência de doenças de veiculação hídrica.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Implantação ou ampliação da oferta de água de boa qualidade; <b>Ação 2.</b> Implantação ou ampliação da destinação final do esgotamento sanitário; <b>Ação 3.</b> Apoio a iniciativas de coleta das embalagens de produtos de uso agropecuário.
<b>Metas</b>	<b>Ação 1:</b> Atingir cobertura em serviços de abastecimento de água 90% até 2015; 93% até 2020 e 100% até 2033 (meta PLANSAB); <b>Ação 2:</b> Atingir cobertura em serviços de esgotamento sanitário de 54% até 2015; 64% até 2020 e 85% até 2033 (meta PLANSAB); <b>Ação 3:</b> Recolher 100% das embalagens de produtos de uso agropecuário até 2033.
<b>Indicadores</b>	<b>1)</b> População rural com cobertura em serviços de abastecimento de água acordo com a meta sobre a população rural total da bacia; <b>2)</b> População rural com cobertura em serviços de esgotamento sanitário de acordo com a meta sobre a população rural total da bacia; <b>3)</b> Número de embalagens recolhidas sobre o número de embalagens descartadas.
<b>Orçamento da UGH</b>	R\$ 7.788.630,39
<b>Fontes de Rec. da UGH</b>	Orçamento da União, orçamento do Governo Estadual.
<b>Abrangência Espacial</b>	A espacialização deste subprograma deverá ocorrer em todas as Unidades de Gestão Hídrica (UGHs).

#### 4.4 Componente 3 – Bases para a Gestão

O Componente 3 é composto por 07 Programas e 09 Subprogramas com orçamento estimado em R\$ 16,1 milhões. A ampliação do conhecimento sobre a UGH em temas estratégicos fornece bases essenciais para o planejamento e a gestão, assim como para a ampliação da infraestrutura hídrica. Um resumo dos programas é apresentado a seguir, assim como o cronograma de desembolso (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). O detalhamento dos subprogramas é apresentado em sequência na forma de fichas.

O Programa 3.A – Águas Subterrâneas tem como objetivo geral a realização de estudos que ampliem o conhecimento hidrogeológico regional, a fim de subsidiar a gestão especialmente em relação à outorga de água subterrânea.

O Programa 3.B – Variações Climáticas propõe o desenvolvimento de pesquisas contínuas sobre os impactos das variações do clima sobre a disponibilidade hídrica e a ocorrência de eventos extremos na bacia do rio Paranaíba, subsidiando a definição de medidas adaptativas.

O Programa 3.C – Ecossistemas Aquáticos fundamenta-se na necessidade de ampliação do conhecimento da estrutura e dinâmica dos ecossistemas aquáticos e da biologia de algumas espécies nativas para produção aquícola.

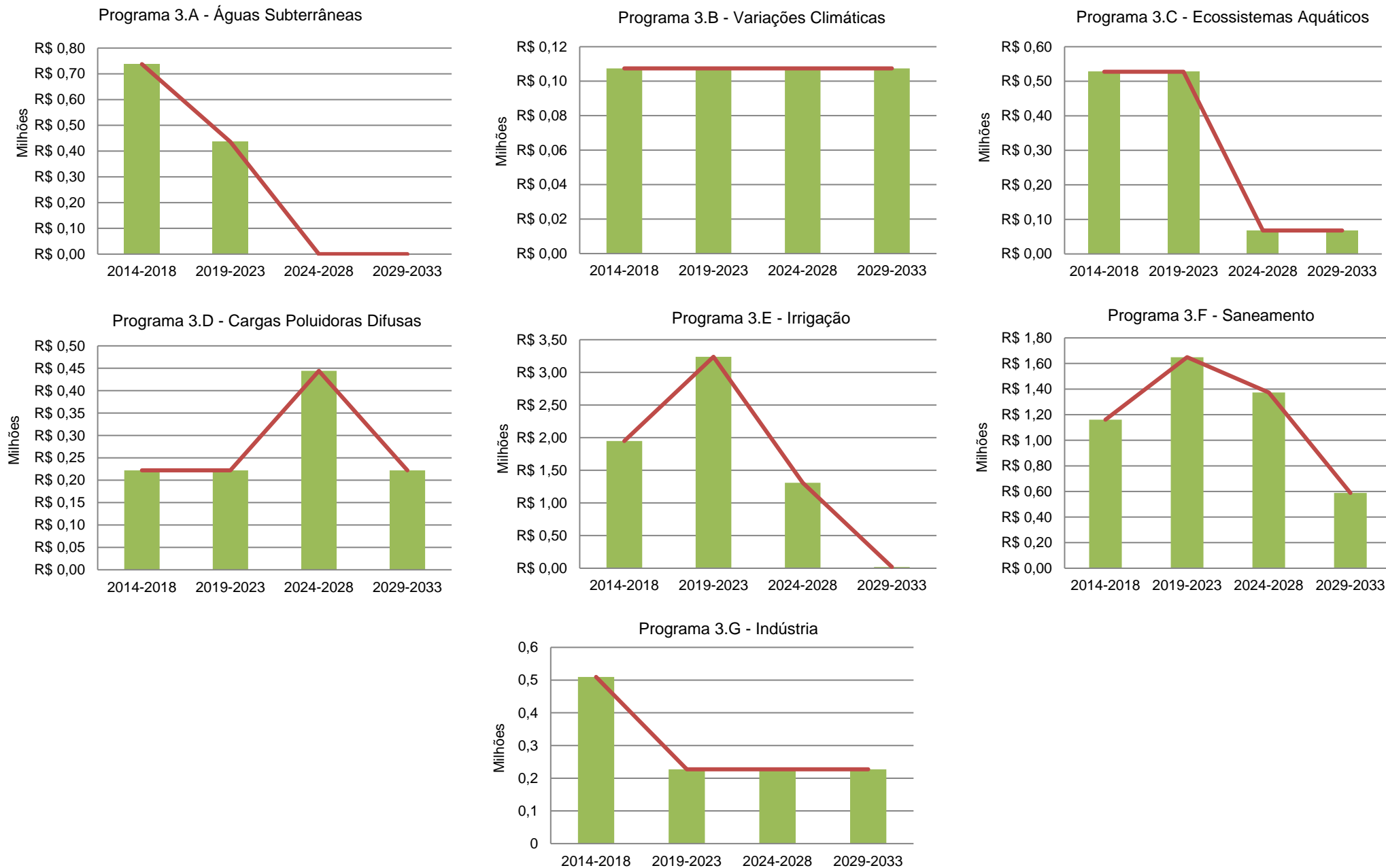
O Programa 3.D – Cargas Poluidoras Difusas objetiva avaliar o aporte das cargas de origem agropecuária sobre a qualidade dos cursos d'água superficiais, de forma a subsidiar a adoção de medidas estruturais e não estruturais para controlar a poluição hídrica.

O Programa 3.E – Irrigação tem como objetivo a promoção do desenvolvimento das atividades do setor em bases sustentáveis. Além da expansão prevista nos cenários, o setor agrícola já é o maior consumidor de água da bacia, o que torna relevante a elaboração de Planos Diretores de Irrigação.

O Programa 3.F – Saneamento deve promover a elaboração de estudos, planos e projetos, visando à estruturação e adequação do setor de saneamento em termos das diretrizes atuais das políticas de governo. A ausência de Planos Municipais de Saneamento e os problemas de estrutura de algumas prestadoras de serviço de saneamento apresentam-se como importantes deficiências do setor na bacia.

O Programa 3.G – Indústria tem como objetivo geral determinar o padrão de consumo de água do setor industrial e avaliar o aporte das cargas poluidoras de origem na indústria.

Figura 37- Distribuição temporal do orçamento dos programas do Componente 3 no horizonte de planejamento



<b>Componente 3 - Bases para Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 3.A - Águas Subterrâneas</b>	
<b>Subprograma 3.A.1 - Caracterização Hidrogeológica Regional</b>	
<b>Justificativa</b>	<p>A bacia do rio Paranaíba possui áreas onde as águas subterrâneas são importantes economicamente e, em alguns casos, são exploradas de maneira intensiva. Os municípios de Caldas Novas e Rio Quente estão situados em um sítio hidrogeológico termal de importância nacional, em que a gestão da água subterrânea é realizada pelo DNPM e a AMAT (Associação das Empresas Mineradoras das Águas Termais de Goiás). Nos municípios de Lagoa Santa (GO), Cachoeira Dourada (municípios em GO e MG) e Jataí (GO) existem aquíferos termais que são aproveitados através de poços tubulares profundos e/ou fontes naturais por surgência, enquanto na região do município de Araguari (MG) as águas subterrâneas são fonte de abastecimento de água para a população e também para irrigação das áreas agrícolas do seu entorno.</p> <p>Existe uma preocupação quanto ao impacto e a sustentabilidade da exploração destas águas tanto nos aspectos de quantidade quanto de qualidade. A forma de enfrentar o desafio da gestão destes aquíferos é aprofundar o conhecimento das suas características hidrogeológicas, do seu estágio de utilização e das reservas exploráveis. Estes estudos deverão fornecer subsídios importantes para a outorga dos poços nestas regiões.</p>
<b>Objetivo</b>	Melhorar o conhecimento, em escala regional, dos sistemas aquíferos como subsídio para a gestão do recurso hídrico.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Ampliação do conhecimento dos principais sistemas aquíferos Guarani, Serra Geral e Bauru (geometria, produtividade, reservas hídricas, volumes explorados e proposição de rede de monitoramento)
<b>Metas</b>	Elaboração de estudo, a partir de dados primários e secundários, de caracterização da geometria, produtividade, reservas hídricas, volumes explorados e de proposição de rede de monitoramento dos sistemas aquíferos Guarani, Serra Geral e Bauru com duração de 18 meses.
<b>Indicadores</b>	1) Estudo hidrogeológico regional dos sistemas aquíferos Guarani, Serra Geral e Bauru
<b>Orçamento da UGH</b>	R\$ 673.643,80
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Agência Nacional de Águas, IGAM e FHidro/MG.
<b>Abrangência Espacial</b>	A espacialização deste subprograma deverá ser realizada nas Unidades de Gestão Hídrica de ocorrência dos aquíferos Guarani, Serra Geral e Bauru que corresponde às seguintes UGHs: Claro, Verde, Correntes e Aporé, Meia Ponte, Turvo e dos Bois, Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, Rio Araguari e Santana-Aporé.



<b>Componente 3 - Bases para Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 3.A - Águas Subterrâneas</b>	
<b>Subprograma 3.A.2 - Caracterização Hidrogeológica em Áreas de Uso Intensivo de Água</b>	
<b>Justificativa</b>	A bacia do rio Paranaíba possui áreas onde o aproveitamento das águas subterrâneas ocorre de maneira intensiva. Nota-se uma preocupação por parte dos atores estratégicos envolvidos com a gestão de recursos hídricos em relação aos reflexos negativos que esse uso intensivo poderá gerar na disponibilidade hídrica subterrânea. Uma forma de evitar estes reflexos é aprofundar o conhecimento dos sistemas aquíferos de interesse local, de modo a subsidiar a gestão dos recursos hídricos, a partir da geração de informações específicas, na definição de critérios de outorga.
<b>Objetivo</b>	Melhorar o conhecimento em escala de detalhe de sistemas aquíferos de interesse local como subsídio para a gestão do recurso hídrico, especialmente da outorga.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Caracterização de detalhe de sistemas aquíferos (geometria, produtividade, reservas hídricas, volumes explorados, modelagem matemática e proposição de rede de monitoramento) em áreas de uso intensivo e/ou de interesse econômico, incluindo definição de critérios de outorga.
<b>Metas</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaboração de 2 estudos hidrogeológicos, com duração de 18 meses cada, sendo um em Caldas Novas (GO) e outro em Araguari (MG);</li> <li>2. Elaboração de 4 estudos hidrogeológicos em Jataí (GO), Lagoa Santa (GO), Cachoeira Dourada (MG e GO) e em Araxá (MG) com duração de 8 meses cada</li> </ol>
<b>Indicadores</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Estudo hidrogeológico em Caldas Novas (GO);</li> <li>2) Estudo hidrogeológico na região de Araguari (MG);</li> <li>3) Estudo hidrogeológico em Jataí (GO);</li> <li>4) Estudo hidrogeológico em Lagoa Santa (GO);</li> <li>5) Estudo hidrogeológico em Cachoeira Dourada (MG e GO);</li> <li>6) Estudo hidrogeológico em Araxá (MG).</li> </ol>
<b>Orçamento da UGH</b>	R\$ 0,00
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Agência Nacional de Águas, IGAM e FHidro/MG.
<b>Abrangência Espacial</b>	A espacialização deste subprograma deverá ser realizada nas Unidades de Gestão Hídrica que envolvem os municípios de Araxá (MG), Cachoeira Dourada (MG/GO), Caldas Novas (GO), Lagoa Santa (GO) e a região de Araguari (MG) (UGHs Corumbá, Meia Ponte, Rio Araguari, Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba e Claro, Verde, Correntes e Aporé).

<b>Componente 3 - Bases para Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 3.B - Variações Climáticas</b>	
<b>Subprograma 3.B.1 - Avaliação e Monitoramento dos Impactos de Variações Climáticas</b>	
<b>Justificativa</b>	A avaliação das variações climáticas é realizada através da utilização de modelos matemáticos regionais, a partir das médias históricas observadas, de modo a observar as projeções dos parâmetros climáticos num determinado período de tempo. Apesar de estarem sendo realizadas inúmeras pesquisas sobre esse assunto nos últimos anos, os modelos matemáticos atuais apresentam limitações, de tal forma que qualquer resultado obtido deve ser avaliado com cautela por parte dos gestores. A evolução desses modelos, que simulam o comportamento global do clima, somado ao monitoramento meteorológico, permitirá aumentar a confiabilidade das projeções e compreender assim os impactos da ação humana sobre o clima. Assim, os dados sobre as variações climáticas devem ser compreendidos dentro deste contexto e de que os resultados precisam ser permanentemente avaliados, pois com a evolução da qualidade dos modelos climáticos existentes, os resultados obtidos poderão ser mais bem aproveitados pelos gestores de recursos hídricos na definição de medidas adaptativas, por exemplo.
<b>Objetivo</b>	Prever os efeitos das variações climáticas sobre o uso e a disponibilidade de água como subsídio para definição de medidas adaptativas.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Seleção e aplicação de modelos de previsão climática para análise de vazões médias e extremas e disponibilidade hídrica; <b>Ação 2.</b> Avaliação dos resultados dos modelos sobre a relação entre demanda/disponibilidade hídrica e eventos extremos.
<b>Metas</b>	<b>1.</b> Elaborar 4 estudos que analisem o comportamento das vazões médias, extremas e mínimas (disponibilidade hídrica) a partir dos resultados de modelos de previsão climática. Estes estudos terão duração de 5 meses cada e periodicidade de 5 anos, coincidente com as revisões do PRH Paranaíba; <b>2.</b> Elaborar 4 estudos, com duração de 3 meses e periodicidade de 5 anos, para avaliar os resultados obtidos na Ação 1 sobre a ocorrência de eventos extremos e o balanço entre demanda e disponibilidade de água na bacia.
<b>Indicadores</b>	<b>1)</b> Número de estudos sobre vazões médias, extremas e mínimas (disponibilidade hídrica) a partir de modelos de previsão climática realizados a cada 5 anos, coincidente com as revisões do PRH Paranaíba; <b>2)</b> Número de estudos sobre a ocorrência de eventos extremos e o balanço entre demanda e disponibilidade hídrica a partir dos resultados da Ação 1/Meta 1.
<b>Orçamento da UGH</b>	Ação 1:R\$ 139.776,00 Ação 2:R\$ 105.600,00
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Agência Nacional de Águas e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A espacialização deste subprograma deverá ocorrer em todas as Unidades de Gestão Hídrica (UGHs).

<b>Componente 3 - Bases para Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 3.B - Variações Climáticas</b>	
<b>Subprograma 3.B.2 - Concepção de Planos de Contingência e Ações Adaptativas</b>	
<b>Justificativa</b>	Os estudos do subprograma 3.B.1, que visam avaliar o impacto das variações climáticas sobre a disponibilidade hídrica e a ocorrência de eventos extremos na bacia do Paranaíba, deverão indicar a necessidade de elaboração de planos de contingência e ações adaptativas. Cabe ressaltar a importância de avançar no conhecimento sobre os impactos das variações climáticas, a fim de que as ações estruturais e não estruturais necessárias para enfrentamento destas mudanças possam ser adequadamente definidas e quantificadas com grau de segurança superior ao que existe hoje.
<b>Objetivo</b>	Propor ações que evitem ou minimizem os impactos das variações climáticas que venham a ser apontados na bacia.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Elaboração de planos de contingências e ações adaptativas frente aos resultados apresentados no processamento <i>Subprograma 3.B.1.</i>
<b>Metas</b>	<b>Ação 1:</b> Elaboração de planos de contingência e ações adaptativas relacionadas às variações climáticas, com duração de 4 meses e periodicidade de 5 anos, após as revisões do PRH Paranaíba.
<b>Indicadores</b>	1) Número de planos de contingência e ações adaptativas associados às revisões do PRH Paranaíba.
<b>Orçamento da UGH</b>	R\$ 184.320,00
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Agência Nacional de Águas, IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A espacialização deste subprograma deverá ocorrer em todas as Unidades de Gestão Hídrica (UGHs).

<b>Componente 3 - Bases para Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 3.C - Ecossistemas Aquáticos</b>	
<b>Subprograma 3.C.1 - Caracterização dos Ecossistemas Aquáticos</b>	
<b>Justificativa</b>	O diagnóstico da bacia do Paranaíba identificou a carência de informações básicas nos diferentes níveis de organização dos ecossistemas e da maneira com a qual eles se comportam frente às perturbações impostas por represamentos, introdução de espécies exóticas como o mexilhão dourado, diminuição da qualidade da água e outros fatores que afetam o equilíbrio natural. Além disso, para aproveitamento do potencial aquícola, presente especialmente nos grandes reservatórios da bacia, existe uma lacuna de estudos sobre a utilização de espécies nativas.
<b>Objetivos</b>	Ampliar o conhecimento da biodiversidade regional e das estruturas e dinâmica evolutiva e ecológica dos ecossistemas aquáticos visando sua preservação e recuperação; Estabelecer indicadores biológicos e físico-químicos de integridade dos ecossistemas aquáticos; Fornecer subsídios para o desenvolvimento da produção aquícola a partir de espécies nativas.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1.</b> Consolidação dos inventários biológicos realizados nos rios e reservatórios e apoio a novos estudos para identificação de áreas importantes para a preservação/conservação considerando a biodiversidade ou a existência de espécies raras ou endêmicas; <b>Ação 2.</b> Apoio à realização de estudos voltados ao estabelecimento de vazões ecológicas nos rios da bacia; <b>Ação 3.</b> Realização de estudos sobre indicadores biológicos e físico-químicos de integridade dos ecossistemas aquáticos; <b>Ação 4.</b> Ampliação do conhecimento sobre a biologia das espécies nativas para produção aquícola.
<b>Metas</b>	<b>1.</b> Realizar reuniões anuais entre o CBH Paranaíba e os órgãos gestores de meio ambiente e recursos hídricos, com intuito de acompanhar e consolidar as informações e estudos sobre inventários biológicos realizados no âmbito da bacia; <b>2.</b> Apoiar, por meio de participação em reuniões e oficinas, a elaboração de estudos sobre a vazão ecológica para garantir as condições mínimas de manutenção de ecossistemas aquáticos nos rios da bacia; <b>3.</b> Elaborar 10 estudos, um em cada UGH, com duração de 18 meses, com objetivo de adaptar e/ou desenvolver índices biológicos visando à obtenção de um padrão de monitoramento biológico que permitisse verificar a integridade dos ecossistemas aquáticos. <b>4.</b> Apoiar, por meio da participação em reuniões e oficinas, estudos com intuito de ampliar o conhecimento sobre a biologia das espécies nativas para produção aquícola.
<b>Indicadores</b>	<b>1)</b> Número de reuniões anuais realizadas entre o CBH Paranaíba e os órgãos gestores de meio ambiente e recursos hídricos; <b>2)</b> Número de estudos apoiados sobre vazão ecológica; <b>3)</b> Número de estudos elaborados sobre indicadores biológicos e físico-químicos de integridade dos ecossistemas aquáticos; <b>4)</b> Número de estudos apoiados acerca da biologia das espécies nativas para a produção aquícola
<b>Orçamento da UGH</b>	<b>Ação 1:</b> R\$ 138.666,70; <b>Ação 2:</b> R\$ 47.666,70; <b>Ação 3:</b> R\$ 956.800,00; <b>Ação 4:</b> R\$ 47.666,70
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e Tecnologia (CT-HIDRO), Ministério da Pesca e Aquicultura, FHidro/MG, FAPEMIG/MG, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/MG e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A espacialização deste subprograma deverá ocorrer em todas as UGHs.

<b>Componente 3 - Bases para Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 3.D - Cargas Poluidoras Difusas</b>	
<b>Subprograma 3.D.1 - Avaliação das Cargas Poluidoras Difusas</b>	
<b>Justificativa</b>	Durante a elaboração do diagnóstico do PRH, foi identificada a ausência de estudos que permitissem avaliar, em escala regional, o aporte de cargas difusas, embora os dados de monitoramento indiquem que elas impactam a qualidade da água dos corpos hídricos da bacia. A realização de estudos neste tema é importante, pois preenche a lacuna de conhecimento e fornece subsídios para a definição de ações de controle necessárias para a redução das cargas e a melhoria da qualidade da água. Além disso, a experiência adquirida nos estudos propostos poderá orientar a estratégia de monitoramento da qualidade da água na bacia (frequência de coleta e parâmetros analisados). Os estudos de quantificação das cargas poluidoras difusas são fundamentais para a elaboração da revisão da proposta de enquadramento dos corpos hídricos, pois a atual prioriza as cargas urbanas domésticas. Uma vez superada a questão dos esgotos urbanos por meio do alcance das metas de enquadramento estabelecidas, o principal desafio da bacia será o de melhorar a qualidade da água afetada por fontes difusas.
<b>Objetivo</b>	Quantificar as cargas poluidoras da pecuária e agricultura que alcançam os corpos hídricos superficiais da bacia.
<b>Procedimentos</b>	<b>Ação 1:</b> Seleção de áreas piloto e execução de estudos sobre o aporte de cargas difusas agrícolas e pecuárias para definição de padrões que possam ser utilizados na bacia.
<b>Metas</b>	1) Elaboração de 5 estudos em bacias pilotos, com duração de 18 meses cada, para monitorar e avaliar o aporte de cargas difusas da agricultura e pecuária sobre os corpos hídricos;
<b>Indicadores</b>	1) Número de estudos em bacias pilotos.
<b>Orçamento da UGH</b>	R\$ 828.000,00
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A espacialização deste subprograma deverá ocorrer em todas as UGHs.

<b>Componente 3 - Bases para Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 3.E - Irrigação</b>	
<b>Subprograma 3.E.1 -Ampliação da Reservação de Água</b>	
<b>Justificativa</b>	<p>O armazenamento de água, através da construção de reservatórios, é uma prática bastante comum pelos irrigantes, pois se trata de uma forma de garantir a irrigação da lavoura mesmo em épocas de estiagem. Para que o desenvolvimento da atividade ocorra em bases sustentáveis, é necessária a realização de Planos Diretores de Irrigação que avaliem diversos fatores intervenientes aos barramentos na medida em que a construção das barragens pode restringir o acesso à água dos usuários localizados à jusante, fato que pode ocasionar em conflitos pelo uso da água, conforme já observado em algumas regiões da bacia.</p> <p>É necessário que os barramentos construídos para a finalidade de irrigação respeitem uma série de critérios construtivos, de modo que os mesmos não apresentem nenhum perigo em termos de rompimento. Para isso é necessário capacitar técnicos para elaboração de estudos de viabilidade hídrica e para construção de pequenos e médios barramentos.</p>
<b>Objetivos</b>	Realizar estudos para ampliação da capacidade de acumulação e regularização de água para o desenvolvimento da irrigação em bases sustentáveis.
<b>Procedimentos</b>	<p><b>Ação 1.</b> Elaboração de Planos Diretores de Irrigação, compatibilizados com o PRH Paranaíba, nas áreas de uso mais intensivo de água de acordo com o balanço hídrico (demanda versus disponibilidade). Estes planos incluem locação e análise de viabilidade técnica, econômica e ambiental da construção de infraestruturas hídricas de uso comum (grandes barragens e estruturas associadas) e definição de limites de expansão da agricultura;</p> <p><b>Ação 2.</b> Capacitação de técnicos para elaboração de Planos Diretores de Irrigação e de estudos para construção de pequenos e médios barramentos.</p>
<b>Metas</b>	<p>1. Elaborar 10 Planos Diretores de Irrigação;</p> <p>2. Realizar 20 cursos para capacitar técnicos para elaboração de Planos Diretores de Irrigação e de estudos para construção de pequenos e médios barramentos.</p>
<b>Indicadores</b>	<p>1) Número de Planos Diretores de Irrigação;</p> <p>2) Número de cursos realizados sobre a elaboração de Planos Diretores de Irrigação e de estudos para construção de pequenos e médios barramentos.</p>
<b>Orçamento da UGH</b>	<p><b>Ação 1:</b> R\$ 6.436.000,00</p> <p><b>Ação 2:</b> R\$ 80.000,00</p>
<b>Fontes de Recursos da UGH</b>	Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MG.
<b>Abrangência Espacial</b>	A espacialização deste subprograma deverá ocorrer em todas as UGHs.

<b>Componente 3 - Bases para Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 3.F - Saneamento</b>	
<b>Subprograma 3.F.1 - Estudos, Planos e Projetos para o Setor de Saneamento Ambiental</b>	
<b>Justificativa</b>	<p>De forma geral, são poucos os recursos públicos destinados a estudos e projetos para saneamento básico. É comum a disponibilidade de recursos para execução de obras nos municípios e estados mais capacitados e estruturados são privilegiados na obtenção de financiamentos ou mesmo de recursos não onerosos.</p> <p>Cabe destacar que a Lei nº 11.445/2007 estabelece que os titulares dos serviços públicos de saneamento deverão elaborar os planos de saneamento básico. Além disso, a Lei nº 8.666/93, que trata das licitações, exige o projeto básico dos empreendimentos para habilitação do proponente aos recursos públicos.</p> <p>Com exceção das companhias estaduais de saneamento mais bem estruturadas, os municípios da bacia do Paranaíba, de forma geral, enfrentam dificuldades para elaborar planejamentos de médio e longo prazo. O mesmo ocorre na questão envolvendo os resíduos sólidos, na qual os municípios exibem uma demanda crescente na coleta, mas sofrem com a falta de alternativas para sua disposição final.</p> <p>Desta forma, tendo em vista a proposição de ações estruturais do PRH Paranaíba, torna-se pertinente a previsão de verbas destinadas à elaboração de projetos de obras estruturais em saneamento. Deve ser destacado que esta ação está diretamente relacionada com a efetivação do programa de enquadramento dos corpos hídricos da bacia.</p>
<b>Objetivos</b>	<p>Suprir de planos de saneamento básico as prefeituras;</p> <p>Suprir de projetos de saneamento básico as prestadoras de serviços de saneamento.</p>
<b>Procedimentos</b>	<p><b>Ação 1.</b> Elaboração de planos municipais de saneamento básico; <b>Ação 2.</b> Elaboração de projetos básicos para implantação, melhorias e expansão de obras relativas aos sistemas de saneamento básico (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem); <b>Ação 3.</b> Elaboração de estudo que apresente proposta para a destinação final dos resíduos sólidos e coleta seletiva nos municípios de Goiás inseridos na bacia.</p>
<b>Metas</b>	<p>1) Elaborar planos municipais de saneamento básico para os municípios com população acima de 20 mil habitantes;</p> <p>2) Elaborar projetos de sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário para municípios com capacidade institucional comprovadamente insuficiente para gerir contratos e custear os projetos;</p> <p>3) Elaborar projetos de aterros sanitários em cidades para serem definidas pelo estudo de constituição de consórcios;</p> <p>4) Elaborar projetos de drenagem urbana em cidades com ocorrência de inundação e população maior que 20 mil habitantes;</p> <p>5) Elaborar estudo que apresente proposta para a destinação final dos resíduos sólidos e coleta seletiva nos municípios de Goiás inseridos na bacia.</p>
<b>Indicadores</b>	<p>1) Número de planos municipais de saneamento básico sobre o número de municípios com população acima de 20 mil habitantes. 2) Número de projetos municipais de sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário sobre o número de municípios com capacidade institucional comprovadamente insuficiente para gerir contratos e custear os projetos. 3) Número de projetos de aterros sanitários sobre o número de cidades para serem definidas pelo estudo de constituição de consórcios. 4) Número de projetos de drenagem urbana sobre o número de cidades com ocorrência de inundação e população maior que 20 mil habitantes. 5) Estudo sobre a destinação final dos resíduos sólidos e coleta seletiva dos municípios de Goiás inseridos na bacia.</p>
<b>Orçamento da UGH</b>	R\$ 4.771.990,41
<b>Fontes de Rec. da UGH</b>	Orçamento da União, Agências Reguladoras, FHydro/MG, iniciativa privada, doações, compensação financeira.
<b>Abrangência Espacial</b>	A espacialização deste subprograma deverá ocorrer em todas as Unidades de Gestão Hídrica (UGH).

<b>Componente 3 - Bases para Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Programa 3.G - Indústria</b>	
<b>Subprograma 3.G.1 – Determinação do Padrão de Uso do Setor Industrial</b>	
<b>Justificativa</b>	<p>Na elaboração do diagnóstico do PRH Paranaíba, foi identificada a deficiência de dados e informações sistematizadas sobre o uso industrial da água na bacia. Além disso, foi encontrada a dificuldade de estimar com segurança a carga poluidora produzida pela mineração e a indústria.</p> <p>Para suprir esta lacuna de conhecimento, são necessários estudos específicos para melhor caracterizar o perfil de uso da água e as cargas poluidoras dos setores de mineração e indústria na bacia. Cabe ressaltar que a natureza e a tecnologia associadas a estas atividades influenciam no uso da água tanto para captação quanto para diluição de efluentes e são fatores que deverão ser considerados.</p> <p>Cumprir destacar que a participação das federações de indústria dos Estados da bacia será fundamental para a execução destes estudos. Além de apoiar as ações do PRH Paranaíba, os estudos poderão fornecer subsídios técnicos para a proposição de programas de reúso e de aumento da eficiência do uso da água, bem como para a adoção de medidas para melhorar o monitoramento/controlar ambiental realizado pelos empreendedores e órgãos ambientais.</p>
<b>Objetivos</b>	Determinar padrões de consumo de água que possam ser utilizados como referência na elaboração de estudos que envolvam demandas pelo uso de águas e sistematizar dados de licenciamento ambiental dos empreendimentos com vistas à quantificação das cargas poluidoras.
<b>Procedimentos</b>	<p><b>Ação 1:</b> Caracterização das cargas poluidoras dos setores da indústria e mineração;</p> <p><b>Ação 2:</b> Caracterização do perfil de uso da água dos setores da indústria e mineração.</p>
<b>Metas</b>	<p><b>1.</b> Elaborar 4 estudos para sistematização dos dados de licenciamento de monitoramento ambiental de indústrias e minerações na bacia e avaliação do aporte de cargas poluidoras aos corpos hídricos, sendo: o primeiro com duração de 18 meses e deve ocorrer no primeiro quinquênio; os demais que representam atualizações/revisões do estudo original, com duração de 9 meses cada e ocorrem nos quinquênios seguintes;</p> <p><b>2.</b> Elaboração de 4 estudos para definição de padrões de consumo de água do setor industrial na bacia do rio Paranaíba, sendo: o primeiro com duração de 18 meses e deve ocorrer no primeiro quinquênio; os demais que representam atualizações/revisões do estudo original, com duração de 9 meses cada e ocorrem nos quinquênios seguintes.</p>
<b>Indicadores</b>	<p>1) Número de estudos elaborados para avaliação das cargas poluidoras.</p> <p>2) Número de estudos elaborados para avaliação dos padrões de consumo de água.</p>
<b>Orçamento da UGH</b>	<b>Ação 1:</b> R\$ 282.400,00; <b>Ação 2:</b> R\$ 908.800,00
<b>Fontes d Rec. da UGH</b>	Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas e IGAM.
<b>Abrangência Espacial</b>	A espacialização deste subprograma deverá ocorrer em todas as UGHs.



## **5 Diretrizes e Recomendações para os Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos**

A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/97, estabelece um conjunto de instrumentos que visam orientar a gestão e são representados pela outorga do direito de uso de recursos hídricos, o enquadramento dos corpos de água em classes, o sistema de informações sobre recursos hídricos e a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

A elaboração do PRH Paranaíba fornece subsídios para que sejam estabelecidas orientações específicas para a implementação destes instrumentos na bacia. As etapas de diagnóstico e prognóstico permitem a identificação das pressões a que os recursos hídricos estão sendo submetidos na bacia, bem como aqueles que poderão se instalar no futuro.

Neste capítulo são apresentadas as diretrizes e recomendações para a aplicação dos instrumentos de outorga, planos de recursos hídricos, sistemas de informações e fiscalização na bacia. Por seu caráter geral, as diretrizes e recomendações destes instrumentos são aplicáveis a todas as unidades de gestão hídrica – UGHs da bacia. A proposta de enquadramento dos corpos hídricos superficiais é apresentada especificamente para a UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba.

As diretrizes devem ser consideradas sob a perspectiva de uma integração gradual, ao longo do horizonte do PRH Paranaíba, da atuação de órgãos gestores de recursos hídricos, CBH Paranaíba e CBH Rio dos Bois. A gestão da água, em função da dominialidade dos corpos hídricos, é uma responsabilidade compartilhada que envolve um esforço conjunto por parte de União, Distrito Federal e Estados.

O desafio da gestão integrada na bacia se manifesta, portanto, na construção de ações continuadas, coordenadas e focadas dos entes que compõem o sistema de gestão de recursos hídricos, visando à aplicação dos instrumentos legais.

### **5.1 Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos**

A outorga de direitos de uso de recursos hídricos é o instrumento legal que assegura a utilização da água, bem de domínio público segundo a Constituição Federal. Conforme estabelece a Lei nº 9.433/97, tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

No contexto de conflitos estabelecidos e de cenários de ampliação do uso intensivo da água na bacia do Paranaíba, a outorga dos recursos hídricos se apresenta como instrumento de gestão importante, pois tem o potencial para orientar a solução dos conflitos existentes e também impedir ou minimizar seu surgimento no futuro.

A sua aplicação deve ser fortalecida na bacia, a fim de que o instrumento proporcione a distribuição da água, promovendo também a sua utilização de forma racional pela sociedade.

O PRH Paranaíba apresenta um conjunto de 13 diretrizes gerais para a outorga na bacia. Além de fortalecer a sua aplicação, estas diretrizes visam orientar a atuação dos órgãos gestores de recursos hídricos, criando sinergias de ações.

#### 5.1.1 Estabelecimento dos critérios de entrega de água entre corpos hídricos de domínio estadual, distrital e federal

Uma das ações prioritárias na implementação da outorga na bacia Paranaíba é a definição de volumes de entrega de água entre corpos hídricos de domínio estadual e federal, especialmente em áreas de uso intensivo do recurso hídrico.

Distrito Federal e Minas Gerais têm adotado vazões mínimas como referência para entrega de água em rios federais. Além disso, os cenários de balanço hídrico em 2030 indicam que alguns rios estaduais terão a entrega atual de água alterada no futuro em função da intensificação dos usos da água.

A harmonização dos critérios de entrega de água entre corpos hídricos de domínio estadual, distrital e federal na bacia é, portanto, um tema fundamental para a gestão integrada na bacia.

O Subprograma 1.B.1 (Ação 1), propõe a realização de estudos com a participação dos órgãos gestores de recursos hídricos para definição das vazões de entrega. As atividades serão concentradas nos rios que apresentam, na condição atual ou nos cenários futuros, demandas de água superiores a 30% da disponibilidade hídrica considerada como vazão  $Q_{95\%}$  somada à vazão regularizada.

#### 5.1.2 Adoção da disponibilidade hídrica e demanda sazonais

O PRH Paranaíba recomenda a adoção da outorga baseada na análise da disponibilidade hídrica e da demanda mensais. Esta abordagem permite uma maior flexibilidade na utilização da água pelos usuários, pois favorece o uso mais intensivo nos períodos de maior disponibilidade de água e promove uma maior restrição na estação de seca, quando a disponibilidade é menor.

A ANA e a ADASA já incorporaram esta análise nos processos de outorga. O IGAM recentemente informou que pretende realizar um estudo piloto na bacia do rio Entre Ribeiros (bacia do rio São Francisco). Do ponto de vista da gestão integrada e compartilhada da bacia, é recomendável que os órgãos gestores adotem procedimentos semelhantes no processo.

### 5.1.3 Estabelecimento de padrões de eficiência do uso da água na irrigação

A irrigação é o principal uso de água na bacia, entretanto existe uma lacuna de conhecimento, identificada na elaboração do PRH Paranaíba, sobre o manejo e a eficiência da utilização atual do recurso hídrico na região. Cabe destacar que a bacia apresenta uma grande variedade de culturas irrigadas, tais como cana-de-açúcar, café e milho, com diferentes métodos que vão desde o gotejamento até o pivô central.

Para suprimir esta deficiência, o PRH propõe a realização de estudos em bacias críticas para caracterizar e avaliar os padrões de eficiência no uso da água na irrigação, conforme prevê o Subprograma 1.A.1.

Estes estudos serão utilizados para subsidiar o processo de emissão da outorga pelos órgãos gestores de recursos hídricos, conforme prevê o Subprograma 1.B.1 (Ação 2). O conhecimento do uso da água é subsídio fundamental para a gestão de forma geral e permite estabelecer patamares realistas para a análise no processo de outorga.

Os estudos realizados permitirão a ANA, IGAM e SEMARH/GO a revisão dos padrões de uso da água adotados para emissão de outorga. Cabe destacar que a definição de padrões de referência não deve trazer prejuízo à indução da adoção, quando necessário, de níveis mais elevados de eficiência no uso da água.

### 5.1.4 Estabelecimento de metas progressivas de racionalização do uso da água

Considera-se uso racional da água aquele provido de eficiência, que é caracterizada pelo seu emprego em níveis tecnicamente reconhecidos como razoáveis, no contexto da finalidade a que se destina, sem desperdícios ou definidos como apropriados para a bacia, com observância dos aspectos tecnológicos, econômicos e inclusive sociais, dos usuários.

O estabelecimento de metas de racionalização do uso por meio do aumento gradual, ao longo do tempo, das exigências de valores mínimos de eficiência adotados é recomendado na bacia do Paranaíba, em especial nas áreas de uso intensivo do recurso hídrico.

Além de critérios distintos de racionalização da água em função do porte, poderão ser adotados mecanismos temporários de incentivo/compensação a usuários para que alcancem as metas.

### 5.1.5 Estabelecimento de condicionantes temporais das outorgas

A Resolução CNRH no 16/2001, em seu artigo 6º, estabelece que as outorgas de direito de uso de recursos hídricos terão prazo máximo de vigência de 35 anos e que os prazos de vigência serão fixados em função da natureza, finalidade e do porte do empreendimento, levando-se em consideração, quando for o caso, o período de retorno do investimento.

O PRH Paranaíba propõe a adoção de prazos diferenciados para a outorga da agricultura irrigada em função do método e eficiência de irrigação e dos tipos de culturas. Esta estratégia pode ser especialmente importante em áreas de conflito pelo uso da água e pode estar vinculada ao alcance de metas de incremento na eficiência associadas ao uso do recurso hídrico.

A proposta é que, para culturas perenes possam ser concedidas outorgas com maiores prazos, enquanto que, para culturas anuais, os prazos sejam menores. Em relação à eficiência de uso da água, eficiências de irrigação maiores teriam prazos maiores, enquanto eficiências de irrigação menores apresentariam prazos menores.

#### 5.1.6 Medição de volumes de água captados

O conhecimento do uso da água é fundamental para a gestão dos recursos hídricos. Nesta perspectiva, a ANA regulamentou a medição de volumes de água captados por meio da declaração anual de uso do recurso hídrico (DAURH), estabelecida pela Resolução ANA nº 782/2009. O usuário é obrigado a informar anualmente o volume de água utilizado, de modo que a eficiência seja aferida.

A proposta é que seja realizada a ampliação gradual do número de usuários que realizam e informam a medição das vazões captadas na bacia do rio Paranaíba. Destaca-se que esta ação deve ter foco especialmente em áreas de uso intensivo da água e nos grandes usuários de recursos hídricos da bacia.

#### 5.1.7 Avaliação dos critérios de outorga com barramentos

No PRH Paranaíba foi verificada a grande utilização de barramentos para armazenamento de água para atendimento de diversos usos. A regularização de vazões promovida por barragens é destacadamente importante para a irrigação.

As informações levantadas indicam que o expressivo crescimento do número do barramento em vários rios tem alterado a distribuição da água e potencializado o surgimento de conflitos. Além disso, observa-se que os critérios de estabelecimento de vazões residuais a jusante de barramentos, adotadas na emissão das outorgas na bacia, definem vazões residuais baixas, que implicam em significativa restrição da água disponível para usuários situados a jusante de barragens.

A fim de promover a revisão dos critérios de outorga e de vazões defluentes de barramentos na bacia, o Subprograma 1.B.1. (Ação 3) propõe a realização de estudo com a participação dos órgãos gestores de recursos hídricos. Um dos aspectos que podem ser avaliados é, por exemplo, incluir na emissão da outorga, a avaliação da capacidade de reserva máxima da bacia, que é função da sua potencialidade hídrica e da eficiência, avaliada por meio das curvas de regularização. Este

procedimento vem sendo adotado pela ANA para emissão do certificado de avaliação da sustentabilidade da obra hídrica (CERTOH) e pode ser ampliado.

Cumprido destacar que a definição de critérios para outorga de barramentos é um assunto importante na bacia do Paranaíba com estreita relação com o tema segurança de barragens.

Um dos critérios que deve ser considerado é a relevância do curso hídrico para a conservação de ecossistemas aquáticos. O Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba - PN3, em sua 2ª Reunião Extraordinária de 2016, identificou a calha do rio Tijucu como área sujeita à restrição de uso com vistas à proteção dos recursos hídricos e dos ecossistemas aquáticos (Figura 7). Dessa forma, recomendou-se que empreendimentos que causem mudanças significativas no regime lótico na calha do rio Tijucu, como por exemplo, a construção de barramentos, não sejam outorgados e/ou licenciados pelos órgãos competentes.

#### 5.1.8 Revisão das vazões que estabelecem usos insignificantes

A Resolução CNRH nº 16/2001, em seu artigo 5º, estabelece que os critérios específicos de vazões ou acumulações de volumes de água consideradas insignificantes serão estabelecidos nos planos de recursos hídricos, devidamente aprovados pelos correspondentes comitês de bacia hidrográfica ou, na inexistência destes, pela autoridade outorgante. Na bacia do Paranaíba, as legislações elaboradas pelas autoridades outorgantes sobre o uso insignificante estabelecem valores fixos de vazão (em geral 1 L/s) abaixo do qual os usuários não estão sujeitos à outorga.

Na elaboração do PRH Paranaíba verificou-se que a aplicação de uma vazão fixa apresenta limitações, pois, em áreas de uso intensivo da água, o somatório de vazões insignificantes pode ser expressivo. Além disso, uma vazão fixa pode ser bastante expressiva ou significativa em áreas de baixa disponibilidade hídrica, como nas cabeceiras de rios.

O Subprograma 1.B.1. propõe na Ação 4 estudo a ser realizado pelos órgãos gestores de recursos hídricos para revisão dos critérios técnicos das vazões insignificantes. Neste contexto, cabe destacar que, no período de setembro a novembro de 2012, esteve em consulta pública uma proposta da ANA para definição de usos insignificantes, que estabelece que as vazões passem a ser função de percentual da disponibilidade hídrica. Em áreas críticas em que a demanda excede a disponibilidade de água, essa regra não se aplica. Assim, o valor fixo de 1,0 L/s deixa de existir e a vazão insignificante passa a variar conforme a água disponível por trecho de rio.

Adicionalmente, cabe destacar que a definição de vazões insignificantes, conforme prevê a Resolução CNRH no 16/2001, deve ser submetida à aprovação do Comitê de Bacia.

### 5.1.9 Criação de associações de usuários

O significativo crescimento do uso da água impõe grandes desafios para a fiscalização e outorga de recursos hídricos. De forma complementar, a gestão de águas deve ser participativa com envolvimento dos usuários sem prejuízo do papel dos Comitês de Bacia.

Estes dois elementos são especialmente desafiadores para a bacia do Paranaíba em função de suas dimensões e dos cenários de intensificação da utilização do recurso hídrico.

O PRH Paranaíba propõe que seja estimulada a organização e capacitação de associações dos usuários de água, conforme prevê o Subprograma 1.A.3. Destaca-se que este processo é especialmente importante em áreas de uso competitivo pela água na bacia em que a organização social apresenta-se como fundamental para envolver os usuários na gestão da água e pactuar as soluções para os conflitos. Estas associações podem colaborar para a racionalização do uso da água com a adoção de boas práticas e também auxiliar no fortalecimento dos segmentos colegiados que participam dos Comitês de Bacia.

Por fim, cabe destacar que a ação de regularização coletiva de usuários amplia o envolvimento da sociedade na gestão do recurso hídrico. Além disto, facilita a interlocução entre órgão gestor de recurso hídrico e usuário, facilitando as atividades de emissão da outorga. Nesta perspectiva, cabe destacar que a SEMARH/GO recentemente realizou experiência de outorga coletiva para produtores de melancia.

### 5.1.10 Uso prioritário em bacias com mananciais de abastecimento público

Na bacia do Paranaíba foi verificada a preocupação com a proteção dos mananciais de abastecimento público. Cabe destacar que a legislação estabelece como usos prioritários o consumo humano e a dessedentação animal.

O PRH Paranaíba destaca a importância de que, nos processos de outorga em bacias no qual estão localizados os mananciais de abastecimento públicos, que o abastecimento humano seja considerado como uso prioritário.

### 5.1.11 Critérios para minimização de conflitos entre empreendimentos hidrelétricos e outros usos

Na bacia foi identificada como questão relevante a definição de prioridade de uso em função da existência da competição entre a geração de energia hidrelétrica *versus* a preservação de ecossistemas aquáticos e a irrigação. Disputas deste tipo foram identificadas nas bacias do rio Tijuco (Minas Gerais), do rio São Marcos (Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais) e na região do Sudoeste Goiano.

No PRH Paranaíba foram avaliados, na escala de bacia, trechos de rio em que a instalação de barragens para geração hidrelétrica pode provocar conflitos com outros usos da água, inclusive a preservação de ecossistemas aquáticos. O conceito de conflito aplicado não se refere apenas ao impacto que o barramento provoca, mas também aqueles que os usos múltiplos podem ter sobre a geração de energia. A proposta é, portanto, orientar a outorga para evitar ou minimizar a instalação de conflitos que apresentem impacto sobre os dois lados: do empreendedor de energia, que pode ter a sua energia reduzida, e dos outros usuários, que podem ter o regime fluvial alterado e/ou os ecossistemas aquáticos impactados.

Cabe destacar que o CBH Paranaíba criou um grupo de trabalho de indicadores de potencial de conflito - GTIPC com o objetivo de revisar os critérios e diretrizes para a caracterização do potencial de conflito com o Setor de Energia Hidrelétrica, o que implica que, após a conclusão dos trabalhos desse GTIPC, bem como a aprovação pela plenária do CBH Paranaíba, o resultado desse trabalho foi incorporado ao PARH do CBH PN3.

Assim segue a DELIBERAÇÃO do CBH Paranaíba Nº 48, de 20 de novembro de 2014 que aprova os novos indicadores de potencialidade de conflito em substituição aos do Anexo III (Figura 38) do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, conforme determinação do CBH Paranaíba e dá outras providências:

*“O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba – CBH Paranaíba, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, criado pelo Decreto de 16 de julho de 2002, do Presidente da República, no uso de suas atribuições conferidas pela Resolução nº 5, de 10 de abril de 2000, pela Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, Considerando que a versão final do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paranaíba, aprovada pelo CBH Paranaíba e publicada em junho de 2013, no que se refere aos critérios para minimização de conflitos entre empreendimentos hidrelétricos e outros usos, especialmente no que tange à classificação potencial de conflitos, determinou a criação de Grupo de Trabalho para aperfeiçoar os indicadores de potencialidade de conflito de uso a partir daqueles que foram apresentados no Anexo III; Considerando que a Portaria da Câmara Técnica de Planejamento Institucional do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, CTPI nº19, de 23 de agosto de 2013, instituiu o Grupo de Trabalho de Indicadores de Potencialidade de Conflito, para que fosse discutida e apresentada proposta de aperfeiçoamento dos indicadores de potencialidade de conflito de uso, apresentados no Anexo III, do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paranaíba, para apreciação e encaminhamentos para as devidas providências e deliberação do Plenário do CBH Paranaíba; Considerando que a Lei n.º 9.433/97, que trata da Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, estabeleceu dentre seus fundamentos que a gestão dos recursos hídricos deve*

*sempre proporcionar o uso múltiplo das águas e que dentre esses usos, a prioridade é estabelecida para o consumo humano e a dessedentação de animais e que a Lei n.º 13.199/99, que trata da Política Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, estabelece ainda como prioridade o abastecimento público e a manutenção dos ecossistemas. Considerando que a mesma Lei n.º 9.433/97 estabelece que o objetivo do regime de outorga pelo direito de uso dos recursos hídricos é o de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água; Considerando que a Resolução ANA/ANEEL n.º 003/2010, que estabelece as condições e os procedimentos a serem observados pelos concessionários e autorizados de geração de energia hidrelétrica, obriga-as a instalar, operar e manter estações hidrométricas visando ao monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico, sedimentométrico e de qualidade da água associado a aproveitamentos hidrelétricos, ferramenta da maior importância para o atendimento ao fundamento legal supracitado; Considerando que o GT, no uso de suas atribuições, convidou especialistas renomados nas áreas de geração de energia, da irrigação e de organismos aquáticos, cujos debates resultantes das apresentações e conclusões deram subsídios técnicos importantes para o aperfeiçoamento dos indicadores; DELIBERA: Art. 1º - Ficam aprovados os novos indicadores de potencialidade de conflito em substituição aos do Anexo III do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, conforme quadro apresentado anexo a esta Deliberação, reconhecendo que em situação de escassez o uso prioritário da água é para consumo humano e dessedentação animal e em Minas Gerais, também, a manutenção dos ecossistemas aquáticos. §1º – As recomendações apresentadas no quadro devem ser atendidas pelo empreendedor e devidamente instruídas pelos órgãos competentes, de acordo com a legislação vigente. §2º - Os critérios para definir a necessidade de aplicação das recomendações expressos no Anexo III se referem aos trechos de rio identificados e não aos empreendimentos, estando excluídas as figuras constantes do capítulo “3 – Resultados e Discussão” do Anexo III original. Art.2º - Em decorrência dos novos indicadores fica determinada a necessidade de revisão integral do Anexo III para sua correta aplicação. Art.3º - Ficam aprovadas também as seguintes recomendações para o processo de revisão e atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba: I- reavaliar e detalhar os cálculos de irrigação para a cadeia da indústria sucroalcooleira no balanço hídrico refletido no indicador “usos competitivos da água”; II – identificar áreas sujeitas à restrição de usos com vistas a proteção dos recursos hídricos e ecossistemas aquáticos. Art. 4º – Para a recomendação relativa ao Aspecto “Usos competitivos da água” constante do Anexo III, após o cumprimento da recomendação do inciso I art. 3º, adotar-se-á o mesmo critério, porém considerando o Cenário resultante da revisão do Plano.”*



Figura 38- Anexo III do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba

**NOVO ANEXO III**

<b>Aspecto</b>	<b>Fator</b>	<b>Identificação</b>	<b>Critério para definir a necessidade de aplicação da Recomendação</b>	<b>Recomendação</b>
<b>Usos competitivos da água</b>	Uso Intensivo da Água	Relação entre consumo de água e disponibilidade hídrica (balanço hídrico) – Condição Atual (2010) e Cenário Crítico (2030)	Relação demanda/disponibilidade > que 50% no Cenário Crítico (Figura 51 do PRH – p.148)	Este aspecto deve ser avaliado no processo de outorga pelo direito de uso da água, na fase de avaliação da DRDH ou equivalente.  Para os trechos de rio que atingirem o critério ao lado, a recomendação é de que sejam apresentados estudos de projeção de usos futuros no horizonte de concessão, considerando na avaliação os usos prioritários e múltiplos, em observância ao Plano de Recursos Hídricos da Bacia existente e as metodologias indicadas para estimativas das vazões para atividade de uso consuntivo da água. Apresentar a base de dados utilizada para estimativa de uso atual, assim como a metodologia de projeção de usos futuros. Realizar análise entre a demanda futura estimada com a vazão de referência e a vazão média de longo termo.
<b>Qualidade da água</b>	Risco de Eutrofização por cargas poluidoras.	Relação entre carga de fósforo total afluente e disponibilidade hídrica – Condição Atual (2010) e Cenário Tendencial (2030) – considerando a classificação CONAMA 357/2005 e 430/2012	Classe 3 ou 4 – Cenário Crítico (Figura 52-Mapa Fósforo Total – do PRH – p.150)	Este aspecto deve ser avaliado no processo de licenciamento ambiental e no processo de outorga pelo direito de uso da água, na fase de transformação da DRDH em outorga.  Para os trechos de rio que atingirem o critério ao lado, é de que deverão ser realizados estudos específicos sobre qualidade de água, em especial o risco de eutrofização, levando em consideração os parâmetros determinados pelo órgão gestor.
<b>Importância Ambiental</b>	Alto Endemismo e Biodiversidade (Espécies Raras / Rotas Migratórias)	Estudos específicos, análise de barramentos e seleção de bacias	Áreas demarcadas na Figura 11 do PRH (p.56)	Este aspecto deve ser avaliado no processo de licenciamento ambiental  Para os trechos de rio que atingirem o critério ao lado, a recomendação é de que deverão ser realizados estudos específicos sobre espécies endêmicas, migratórias, reofilicas e ameaçadas de extinção, bem como estudos sobre reprodução, padrão de migração e avaliação do regime hidrológico nos aspectos que influenciem a ictiofauna.

A seguir são apresentados os mapas do PDRH Paranaíba relacionados a DELIBERAÇÃO do CBH Paranaíba N° 48, de 20 de novembro de 2014:

Figura 39- Balanço Hídrico – Vazão de Consumo/Disponibilidade Hídrica (Q95%)

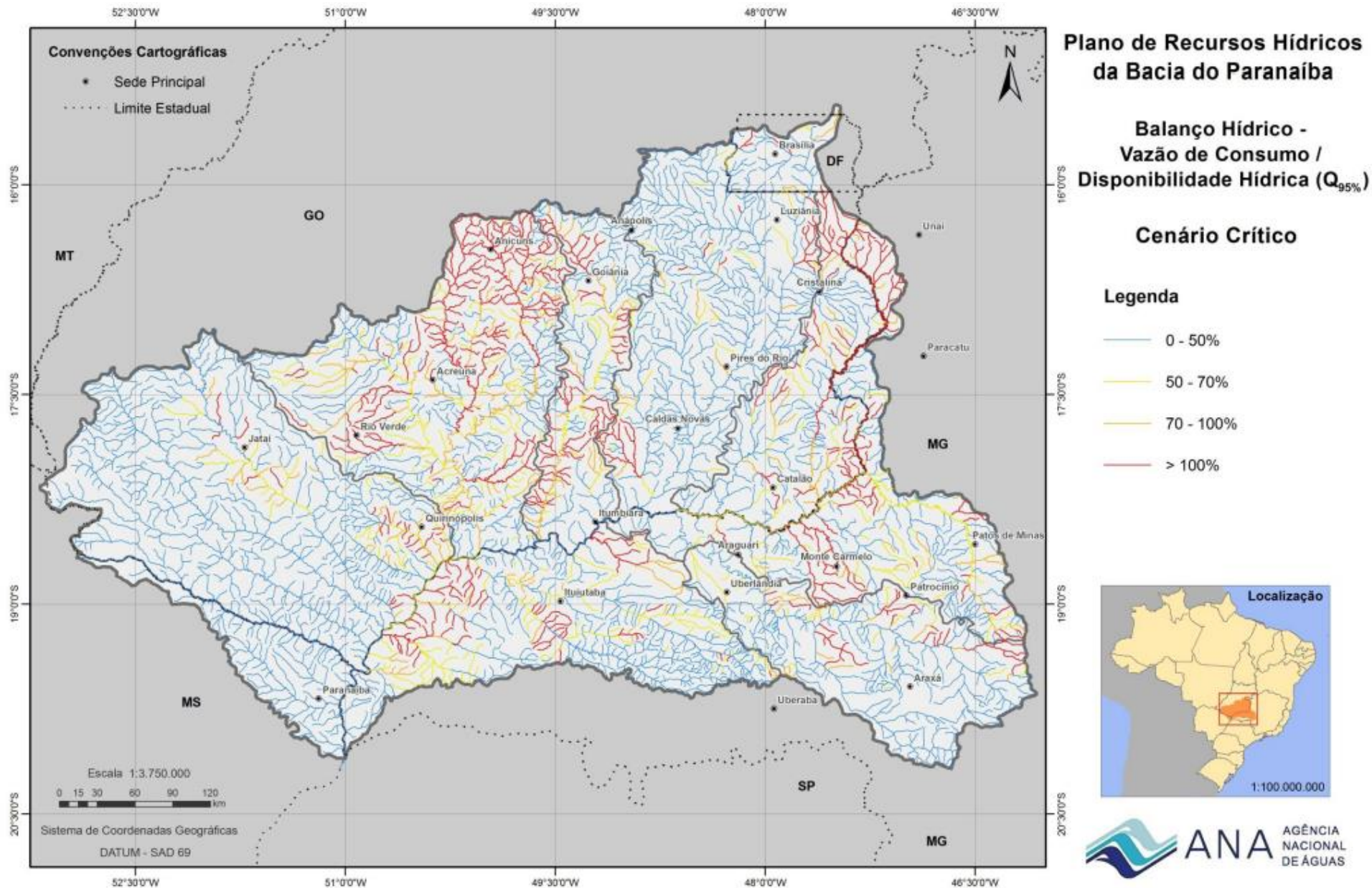
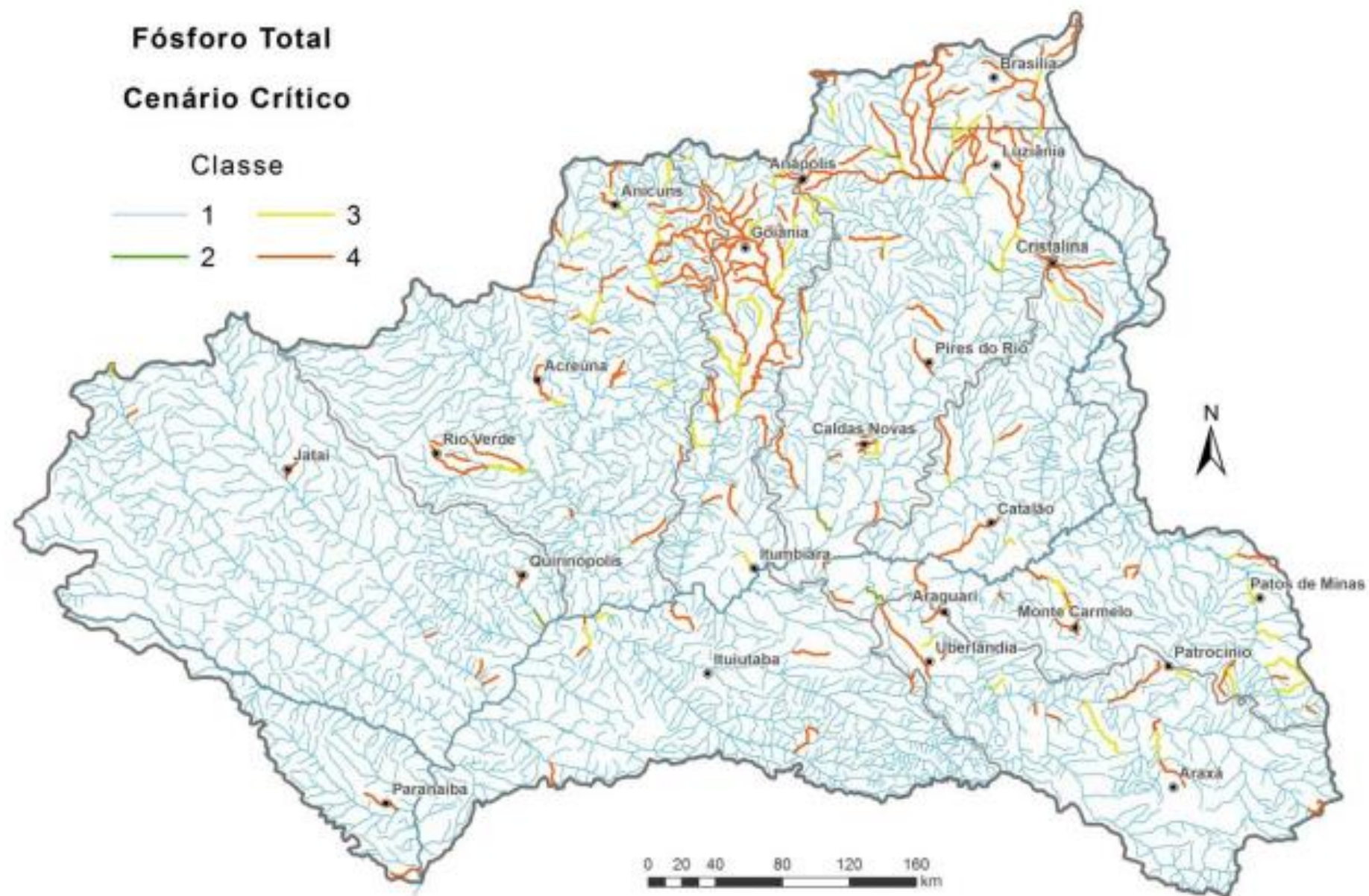


Figura 40- Fósforo Total – Cenário Crítico





### 5.1.12 Estabelecimento de critérios de outorga de água subterrânea em áreas especiais

O PRH Paranaíba propõe, no Programa 3.A, a realização de estudos dos sistemas aquíferos de maior potencial na bacia e também em áreas onde o manancial subterrâneo é intensamente utilizado e/ou apresenta relevância econômica local: Caldas Novas, Araguari, Jataí, Lagoa Santa, Cachoeira Dourada de Minas e Araxá.

Um dos objetivos destes estudos é caracterizar o uso da água e avaliar as reservas hídricas subterrâneas, informações que deverão orientar a outorga e permitirão, eventualmente, a revisão dos critérios atualmente adotados.

No contexto da bacia, merece destaque especial a região Caldas Novas, que é um centro nacional de turismo associado às águas termais. É importante reforçar o controle do uso da água subterrânea pela outorga, o que envolve tanto a exploração das águas mais profundas, que são termais, quanto àquelas que são mais rasas, em função da conexão hidráulica entre eles.

### 5.1.13 Fortalecimento do processo de outorga de lançamento

O PRH Paranaíba identificou como uma das questões mais relevantes o comprometimento da qualidade da água. Neste sentido, é fundamental fortalecer a atuação dos órgãos gestores de recursos hídricos na outorga de lançamento, ou seja, a regulação do uso da água para diluição de efluentes na bacia.

Além disso, o PRH aponta para a necessidade de melhoria da qualidade de água por meio da proposta de enquadramento dos corpos hídricos superficiais, que vincula a emissão de outorga de lançamento a metas progressivas. Assim a outorga deverá estar articulada à proposta de enquadramento do PRH Paranaíba, que prevê o seu encaminhamento para aprovação nos Conselhos de Recursos Hídricos Distrital, Estadual e Nacional.

## **5.2 Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais**

O enquadramento dos corpos de água visa estabelecer metas de qualidade para assegurar os principais usos estabelecidos. Embora seja estabelecido pela legislação ambiental, por meio da Resolução CONAMA nº 357/2005, os procedimentos de enquadramento são definidos pela legislação de recursos hídricos, Resolução CNRH nº 91/2008.

O enquadramento é essencialmente um processo decisório que envolve a qualidade da água, as cargas poluidoras e os custos para redução da poluição. Busca garantir padrões de qualidade da água que sejam compatíveis com os usos que dela se faz – ou se espera –, em equilíbrio com a capacidade de investimentos da sociedade, representada por governos e demais atores.

O sistema de classes, disposto pela Resolução CONAMA nº 357/2005, expressa o conjunto de parâmetros e valores limitantes para determinados usos da água, resultando em cinco categorias: classe especial, classe 1, classe 2, classe 3 e classe 4. A classe especial se destina aos usos mais exigentes e que requerem melhor qualidade da água, como a proteção e preservação da vida aquática, destacando as áreas de endemismo da ictiofauna e unidades de conservação. O outro extremo da classificação, a classe 4, destina-se aos usos menos exigentes em termos de qualidade da água, como a navegação e a harmonia paisagística

Para a elaboração das diretrizes e recomendações para o enquadramento da bacia do rio Paranaíba, foram analisados os dados das estações de monitoramento da qualidade da água e as simulações de cargas domésticas urbanas, comparando a condição atual e futura do curso hídrico com as classes propostas. Foram também identificados os usos preponderantes da água por trecho de rio (abastecimento doméstico, irrigação, pesca, entre outros), as projeções de usos da água (demandas hídricas previstas para a bacia), as áreas reguladas por legislações específicas (unidades de conservação, por exemplo), os investimentos previstos na bacia e as limitações técnicas e econômicas para o alcance dos padrões das classes de enquadramento propostas.

Considerando-se as principais fontes poluidoras da bacia foram adotados como parâmetros prioritários para o enquadramento a demanda bioquímica de oxigênio (DBO) e o fósforo total. De forma complementar, foram analisados os níveis de coliformes termotolerantes. Os níveis desejados dos parâmetros de qualidade da água consideraram a vazão adotada por cada unidade da federação, ou seja,  $Q_{7,10}$  no Estado de Minas Gerais.

**A Erro! Fonte de referência não encontrada.** apresenta a proposta de enquadramento para a UGH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, oriunda de discussões ocorridas no âmbito da elaboração do PRH Paranaíba, a qual englobou o total de 03 trechos de rios. A Tabela apresenta a descrição e a classe proposta dos trechos. Observa-se que é proposta a classe 2 da nascente até a foz de todos os rios principais da UGH, que são de domínio estadual.

Figura 42- Proposta de enquadramento dos corpos hídricos superficiais

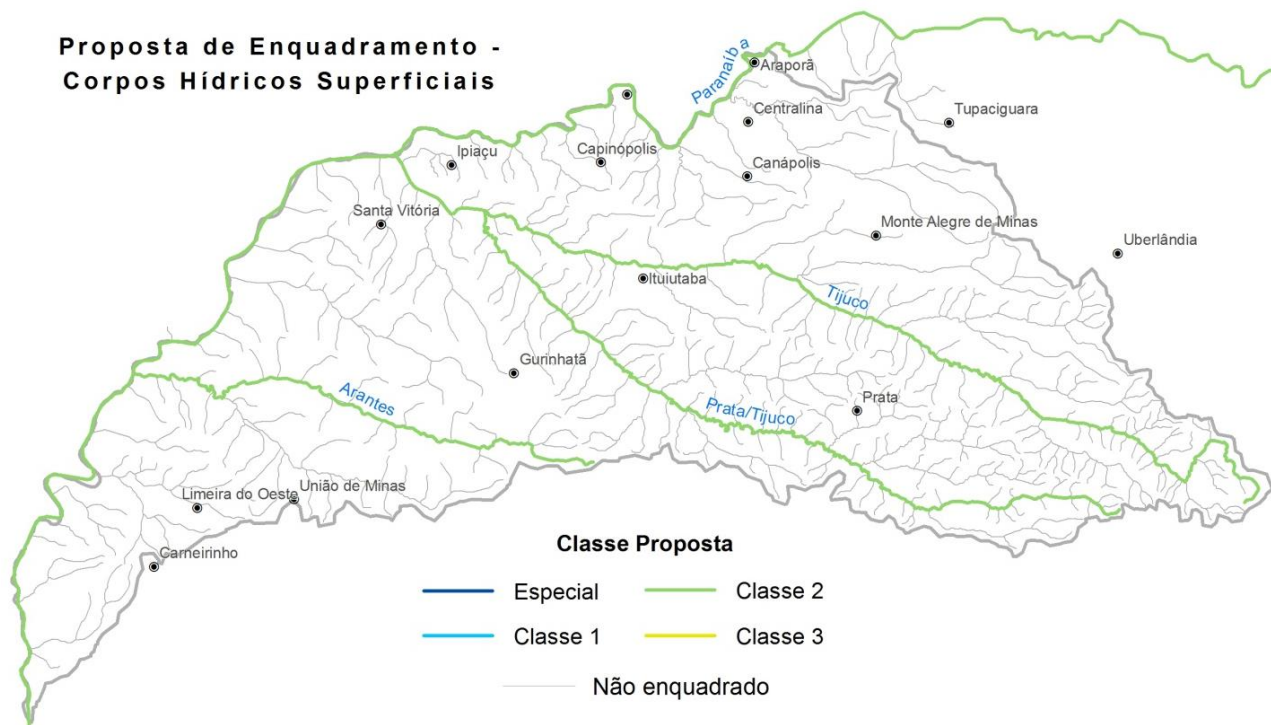


Tabela 11 – Proposta de enquadramento do PRH Paranaíba – trechos enquadrados na UGH

Corpo Hídrico	Descrição do Trecho	Classe	Classe	Classe	Classe
		Proposta 2018	Proposta 2023	Proposta 2028	Proposta 2033
Rio da Prata/Tijuco	Da nascente do rio Piracanjuba até a foz (49°51'42,667"W 18°48'24,006"S).	2	2	2	2
Rio Tijuco	Da nascente até a foz (50°5'5,584"W 18°39'55,832"S).	2	2	2	2
Rio Arantes	Da nascente até a foz (50°44'33,564"W 19°12'57,832"S).	2	2	2	2

O programa para efetivação do enquadramento dos corpos d’água, conforme previsto na Resolução CNRH nº 91/2008, tem como objetivos apresentar o plano de investimentos, as respectivas metas e prazos de execução, os instrumentos de compromisso na forma de recomendações aos órgãos gestores de recursos hídricos e de meio ambiente para que possam subsidiar a implementação, integração ou adequação de seus respectivos instrumentos de gestão, além de sugestões de ações educativas, corretivas e de gestão aos representantes envolvidos.

A efetivação do enquadramento dos 03 trechos citados foi contemplada no PRH Paranaíba nas diretrizes para os instrumentos de gestão, nas recomendações aos setores de usuários e, principalmente, no seu programa de investimentos. O orçamento das ações vinculadas diretamente ao enquadramento na UGH previu valores da ordem de R\$ 126 milhões distribuídos em 05 subprogramas (Tabela ). Estes incluem o Subprograma 1.B.2 – Implementação do Programa de Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais com ações para acompanhamento da efetivação no

horizonte do PRH. A Tabela apresenta também os demais subprogramas relacionados ao alcance das metas de enquadramento.

Cabe ressaltar que no PRH Paranaíba as ações que envolvem a efetivação do enquadramento são prioritariamente aquelas voltadas para ampliação da coleta e tratamento de esgotos urbanos que engloba tanto a parte de tratamento de esgotos por meio da implantação de ETEs como expansão da rede coletora de esgotos.

Tabela 12 – Subprogramas vinculados ao Programa de Efetivação do Enquadramento

<b>Subprogramas diretamente relacionados ao Programa de Efetivação</b>		<b>Orçamento (R\$)</b>
1.B.2	Implementação do Programa de Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais	240.000,00
1.D.3	Ampliação da Rede de Qualidade da Água Superficial	215.037,00
1.G.1	Educação Ambiental em Recursos Hídricos	820.480,00
2.A.2	Ampliação da Coleta e Tratamento de Esgotos Urbanos	119.900.498,57
3.F.1	Estudos, Planos e Projetos para o Setor de Saneamento Ambiental	4.771.990,41
<b>Total (R\$)</b>		<b>125.948.005,98</b>
<b>Subprogramas relacionados ao Programa de Efetivação</b>		
1.B.1	Implementação e Consolidação da Outorga Superficial e Subterrânea	
1.B.3	Implementação da Cobrança e do Arranjo Institucional	
1.B.4	Fiscalização dos Usuários de Recursos Hídricos	
1.E.1	Articulação e Compatibilização com o Planejamento dos Setores Usuários e com os Planejamentos Regional, Estadual e Nacional	
1.E.2	Articulação e Compatibilização com Planos Diretores Municipais	
1.E.3	Articulação e Compatibilização de Ações com Municípios para Proteção de Mananciais de Abastecimento Público	
1.F.2	Criação e Fortalecimento de Áreas Sujeitas a Restrição de Uso com Vistas à Proteção dos Recursos Hídricos	
1.G.2	Comunicação Social	
3.D.1	Avaliação das Cargas Poluidoras Difusas	

Visando definir períodos e estratégias de ação, foram adotados critérios tais como: identificação de recursos financeiros já assegurados, prioridade para atingir o enquadramento, necessidade de proteção de mananciais, tipo de prestadores de serviço de águas e esgoto (estadual, municipal, SAAE ou misto) e fontes de recursos. Neste último aspecto, interessante observar que apenas Ituiutaba possui população maior que 50 mil habitantes e, portanto, deve se habilitar para obter recursos junto ao Ministério das Cidades, enquanto os demais municípios devem se habilitar junto à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

Com base nestes critérios, foram definidas três metas intermediárias e uma meta final para o programa de efetivação do enquadramento, que se articulam com os períodos do programa de investimentos do PRH Paranaíba.



Na meta intermediária 1 – M1 (2014-2018), são contemplados os municípios onde foram identificadas obras já licitadas ou em implantação, caso de União de Minas e Limeira do Oeste. Estes municípios são atendidos por companhia estadual (COPASA), que, de forma geral, também possuem maior capacidade institucional para obtenção de recursos.

Na meta intermediária 2 – M2 (2019-2023), estão incluídos os municípios da bacia prioritários para efetivação do enquadramento, não se enquadrando nenhum município da UGH nesta meta.

A meta intermediária 3 – M3 (2024-2028) inclui o município de Limeira do Oeste, que necessita de recursos complementares em relação à meta 1. Nesta meta os municípios devem focar, conforme o caso: na elaboração do Plano de Saneamento Básico; na realização de estudos de concepção e projetos básicos para estarem aptos a financiamentos; e na continuidade das obras iniciadas nos períodos anteriores.

Na meta final – MF (2029-2033), são atendidos os demais municípios de menor porte da UGH (população inferior a 35 mil habitantes) e que possuem serviço de esgotamento executado prioritariamente pela própria prefeitura ou por SAAE. Historicamente, estes prestadores possuem maiores dificuldades em operar e administrar os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Estes municípios terão que cumprir todas as etapas preliminares antes de se candidatarem a obtenção de recursos nas fontes financiadoras, como Planos de Saneamento Básico, estudos de concepção, projeto básico, projeto executivo, processo licitatório, contratação e implantação da obra. Neste sentido, a associação de municípios em consórcios regionais é uma alternativa de viabilizar a elaboração de projetos, a captação de recursos e a execução das obras necessárias.

As obras de saneamento são fundamentais para a melhoria da qualidade da água na bacia, principalmente nos corpos hídricos próximos às sedes urbanas, no entanto, algumas ações já destacadas são igualmente necessárias e complementares. A elaboração de planos municipais de saneamento deve ser estimulada pelos comitês, de modo a alavancar recursos para a ampliação de redes coletoras e estações de tratamento de esgotos. Ao longo deste processo é essencial que seja ampliada a rede de monitoramento da qualidade da água, de modo que ao longo dos anos seja possível aferir a efetividade das ações de saneamento sobre a melhoria da qualidade das águas superficiais da bacia. Estas informações devem ser divulgadas periodicamente para a sociedade.

Vale ressaltar que a proposta de enquadramento discutida no âmbito do PRH Paranaíba contempla apenas os 03 rios mais caudalosos da bacia, enquanto pela avaliação de qualidade de água é possível perceber que, a partir da metodologia utilizada, os trechos comprometidos encontram-se nos corpos hídricos de pequeno porte. Entende-se, portanto, que as discussões de enquadramento até aqui realizadas na bacia devem ser consideradas como recomendações de classes para os trechos dos rios principais avaliados, mas que deverão ser realizados estudos e debates adicionais no âmbito do

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba antes de encaminhamento para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais.

### **5.3 Planos de Recursos Hídricos**

O PRH é instrumento que visa fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos, conforme prevê a Lei das Águas. Estabelece assim a política de água na bacia, orientando as ações de órgãos gestores de recursos hídricos e comitê de bacia, entre outros.

Concebido nesta perspectiva, cabe destacar que o PRH Paranaíba é a primeira experiência de construção de uma visão integrada das questões mais relevantes sobre os recursos hídricos na bacia. A partir dos aspectos identificados, foi definido um conjunto ordenado de ações a serem executadas, visando à superação dos conflitos existentes e potenciais do futuro, de modo a garantir o aproveitamento sustentável da água.

Em função da importância dos PRHs para a gestão da água na bacia, foi criado o Programa 1.C – Planejamento de Recursos Hídricos. As diretrizes do PRH Paranaíba em relação ao planejamento se relacionam aos 3 subprogramas que formam o programa: a atualização periódica do PRH Paranaíba; a elaboração e atualização dos PRHs de bacia afluentes; e o acompanhamento da implementação do PRH Paranaíba.

#### **5.3.1 Atualização periódica do PRH Paranaíba**

O PRH Paranaíba deverá ser periodicamente revisto e atualizado, a fim de que seja um instrumento permanente de gestão, ou seja, que apoie e oriente o processo de tomada de decisão na bacia.

A necessidade de atualização de informações importantes, como demanda e disponibilidade de água, a avaliação das mudanças de contexto político e socioeconômico em que a bacia se insere e a verificação do alcance das metas propostas são alguns elementos importantes que poderão ser considerados na sua atualização.

A diretriz é de que o PRH Paranaíba seja revisto a cada 5 anos na perspectiva de que seu horizonte final é de 20 anos, alcançando 2033. São previstas, portanto, 4 atualizações neste período.

Estas revisões devem estar em harmonia com as diretrizes gerais do Plano Nacional de Recursos Hídricos e prever, no que couber, a atualização do sistema de informações (banco de dados) da bacia, denominado de SIG-Plano.

### 5.3.2 Elaboração e atualização dos PRHs de Bacias Afluentes

Os PRHs de bacias afluentes do rio Paranaíba devem ser elaborados de forma articulada e harmônica em relação às diretrizes definidas pelo PRH Paranaíba. Cabe destacar que, entre as bacias afluentes, apenas a do rio Araguari possui atualmente PRH elaborado.

Os PRHs de bacias afluentes, do mesmo modo que o PRH Paranaíba, deverão ser periodicamente revisados, a fim de que sejam instrumento atualizado para orientar a gestão dos recursos hídricos em suas áreas de abrangência.

### 5.3.3 Acompanhamento da implementação do PRH Paranaíba

É fundamental que os órgãos gestores de recursos hídricos e o CBH Paranaíba monitorem a execução das ações previstas no programa de investimentos do PRH Paranaíba. A verificação do alcance das metas estabelecidas, associadas aos objetivos traçados, é um instrumento de acompanhamento da sua efetividade.

O monitoramento dos indicadores de acompanhamento associados a cada ação do programa de investimentos deve ser utilizado como subsídio para orientar os eventos de atualização do PRH Paranaíba. As metas e estratégias de ação poderão ser revistas em função dos resultados alcançados em determinado período.

Para apoiar este processo, o subprograma 1.C.3 propõe a criação de mecanismos para acompanhamento da implementação do PRH Paranaíba, tendo como meta a elaboração de relatórios a cada 2 anos que analisem o avanço no alcance das metas estabelecidas e dos compromissos assumidos pelos diversos atores envolvidos com a gestão dos recursos hídricos da bacia.

## 5.4 Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos

O sistema de informações sobre recursos hídricos é instrumento de gestão, previsto na Lei nº 9.433/97, que tem por intuito a criação de uma estrutura capaz de coletar, tratar, armazenar e recuperar informações sobre os recursos hídricos e fatores relacionados à sua gestão.

Este sistema se baseia em diversos requisitos tais como uma rede de monitoramento hidrológico, cadastro de usuários e de outorgas emitidas. Além disso, deve ter recursos para a tomada de decisão, tais como para avaliação e simulação da qualidade e quantidade de água.

Estes dados e informações são subsídios para a emissão de outorgas, controle da efetivação do enquadramento, avaliação da implementação do PRH Paranaíba, dentre diversas outras funções importantes relacionados ao sistema de gestão.

As diretrizes do PRH Paranaíba estão diretamente relacionadas às três ações que compõem o Subprograma 1.B.5 - Implementação e Articulação dos Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos. Adicionalmente, cabe destacar a interface com o Programa 1.D – Monitoramento Hidrológico na medida em que visa melhorar os dados sobre qualidade e quantidade de água da bacia, que são essenciais para a construção de um sistema de informação sólido.

#### 5.4.1 Estruturação, consolidação e atualização dos sistemas de informações

A diretriz geral do PRH Paranaíba é que devem ser estruturados, consolidados e periodicamente atualizados os sistemas de informações sobre recursos hídricos dos órgãos gestores de recursos hídricos na bacia. O sistema de informações é visto como fundamental para dar suporte à gestão da água nas áreas de abrangência de cada uma das quatro unidades da federação que compõem a bacia do Paranaíba.

#### 5.4.2 Integração dos sistemas de informações

De forma complementar, para a gestão de recursos hídricos na bacia do rio Paranaíba, recomenda-se que os sistemas estaduais e distrital sejam integrados gradualmente, ao longo do horizonte do PRH, ao Sistema Nacional de Informações sobre os Recursos Hídricos (SNIRH). O SNIRH está em construção pela ANA e tem como objetivo divulgar e atualizar permanentemente as informações sobre a disponibilidade e demanda de água em todo o País.

A integração dos sistemas de informação gerados no nível dos Estados para o nível da bacia do Paranaíba e por fim nacional busca padronizar o ambiente de comunicação de dados de uma forma eficaz que atenda a demanda de estudos voltados aos recursos hídricos, reduzindo retrabalhos e favorecendo a automação de atividades que auxiliem na tomada de decisões por parte dos órgãos gestores.

#### 5.4.3 Atualização periódica do banco de dados do PRH Paranaíba

O banco de dados da bacia do Paranaíba (SIG-Plano), além de organizar dados e informações sobre a bacia, fornece subsídios ao processo de planejamento. Recomenda-se que a sua atualização seja realizada periodicamente no âmbito das revisões do PRH Paranaíba.

### **5.5 Fiscalização**

A fiscalização, embora não seja um instrumento na Lei nº 9.433/97, é considerado pela legislação como essencial para regulamentar a outorga de direitos de uso dos recursos hídricos. A sua execução permite avaliar também a cobrança pelo uso da água e a regularização de novos usuários. Em última instância, favorece o controle quantitativo e qualitativo da utilização do recurso hídrico.

As diretrizes em relação a este instrumento se alinham a 3 das quatro ações previstas no Subprograma 1.B.4 - Fiscalização dos Usuários de Recursos Hídricos.

#### 5.5.1 Execução de planos anuais de fiscalização

A elaboração de planos anuais permite organizar as ações de fiscalização, concentrando esforços e recursos em bacias críticas. Como o PRH Paranaíba identifica os trechos de rios considerados como mais pressionados em termos de quantidade e qualidade de água, recomenda-se que sejam previstas ações prioritárias nestas áreas e que seja fortalecida o processo de planejamento e execução da fiscalização na bacia.

Em bacias compartilhadas, o planejamento integrado de ações de fiscalização por parte da União e das Unidades de Federação é fundamental para o cumprimento das outorgas e ampliação do número de usuários regularizados.

#### 5.5.2 Verificação do cumprimento das outorgas

A fiscalização é uma atividade fundamental para verificar o cumprimento dos condicionantes das outorgas (uso, captação e lançamento) federais, distritais e estaduais. Envolve aspectos como vazão outorgada, regime de funcionamento, concentração permissível e parâmetros relacionados a intervenções e obras.

Nesta perspectiva, a Resolução ANA nº 782/2009 avança em um dos aspectos da fiscalização que é de tornar obrigatório que usuários instalem medidores de vazão e informem os volumes medidos em corpos da água de domínio da União por meio da Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos (DAURH).

O desenvolvimento de ações de fiscalização que promovam a verificação do cumprimento das outorgas é uma diretriz importante para a gestão dos recursos hídricos na bacia do Paranaíba.

#### 5.5.3 Identificação de usuários não regularizados com adoção de medidas destinadas à regularização

É fundamental envidar esforços para ampliar o universo de usuários regularizados na bacia como instrumento de apoio e de controle das condições quantitativas e qualitativas requeridas de água. As atividades de fiscalização deverão atuar na identificação e orientação aos usuários não outorgados, de modo que sejam regularizados pelos órgãos gestores de recursos hídricos.

Recomenda-se que a fiscalização privilegie o caráter educativo e preventivo, informando sobre a importância da outorga e orientando os usuários em relação aos procedimentos necessários para sua regularização. Cabe apontar que a análise da fiscalização no nível de bacia, sem descartar a abordagem pontual para o atendimento de denúncias ou casos particulares de conflito.

## **6 Recomendações aos Setores de Usuários, Governamental e Sociedade Civil**

Este capítulo apresenta uma compilação das principais recomendações aos setores de usuários de recursos hídricos, governamental e sociedade civil que podem apoiar a implementação do PRH Paranaíba. São abordados aspectos específicos tanto sobre a implantação de infraestrutura como de gestão ambiental e dos recursos hídricos, visando à conservação e recuperação hidroambiental da bacia.

Pela importância e representatividade na bacia, são abordados os seguintes setores usuários: agricultura, saneamento básico, pecuária, indústria, mineração, geração de energia elétrica, navegação, pesca, aquicultura, turismo, pesca esportiva e lazer.

### **6.1 Agricultura**

As atividades agrícolas são bastante expressivas na bacia e apresentam grande potencial de desenvolvimento no horizonte do PRH Paranaíba. Mesmo em áreas não irrigadas, a agricultura pode afetar a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos, de forma que é fundamental que a atividade desenvolva utilizando práticas adequadas de uso e manejo do solo. Neste sentido, são apresentadas a seguir as principais recomendações para o setor, ressaltando ainda a necessidade de organização dos usuários e a elaboração dos Planos Diretores de Irrigação, quando não existentes, pelas unidades da federação.

Aos agricultores da bacia, de forma geral, recomenda-se:

- Adotar práticas conservacionistas no uso e manejo dos solos;
- Utilizar defensivos agrícolas apenas com recomendação e acompanhamento técnico e realizar o descarte adequado das embalagens;
- Manter as matas ciliares onde existentes e recompor onde foram suprimidas;
- Adubar e calar o solo sempre com recomendação técnica, depois de realizadas análises físico-químicas do solo;
- Escolher áreas para expansão já comprometidas de forma a evitar o desmatamento em áreas preservadas;
- Proteger e conservar as áreas de nascentes e de recarga dos aquíferos;
- Apoiar e desenvolver iniciativas de aproveitamento do bagaço da cana de açúcar para geração de energia.

Aos agricultores irrigantes, especificamente, recomenda-se:

- Avaliar a segurança das barragens construídas e adotar critérios técnicos para as que vierem a ser construídas;
- Desenvolver ações de segurança previstas na Lei nº 12.334/2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB, que prevê, conforme as características do barramento, a elaboração de Planos de Segurança de Barragens e de Relatórios de Segurança de Barragens;
- Promover o uso racional da água, buscando a capacitação para o manejo da água e a adequada utilização dos equipamentos, de forma a promover a utilização eficiente do recurso hídrico, compatível com as características do cultivo e da região;
- Regularizar a situação junto ao respectivo órgão gestor de recursos hídricos declarando sua real necessidade de consumo de água ao solicitar a outorga pelo uso dos recursos hídricos;
- Avaliar periodicamente e efetuar manutenção dos equipamentos de bombeamento, distribuição e aplicação de água;
- Instalar macromedidores de vazão para acompanhamento da eficiência no aproveitamento da água e para cumprimento dos condicionantes de outorga;
- Os irrigantes localizados em bacias de dominialidade federal devem proceder à declaração anual de uso do recurso hídrico (DAURH) solicitada pela ANA por meio da Resolução nº 782/2009;
- Aos pequenos irrigantes, recomenda-se que, de forma geral, organizem-se não somente para melhor gerir os seus negócios, mas também com o objetivo de facilitar a obtenção de outorga.

## **6.2 Pecuária**

As atividades pecuárias estão distribuídas, de maneira geral, por toda a bacia, sendo mais significativos os rebanhos de bovinos e suínos localizados nos municípios de Anápolis, Piracanjuba, Cristalina, Patos de Minas e Rio Verde. Apesar do setor não ser um consumidor expressivo de água, sua importância para os recursos hídricos recai na necessidade de manutenção das pastagens, associada à conservação das matas ciliares, para evitar a degradação da qualidade da água, a erosão dos solos e o assoreamento dos corpos d'água.

Aos usuários de água do setor da pecuária, recomenda-se:

- Tratar a pastagem como cultura plantada, corrigindo a acidez do solo, adubando e controlando pragas e doenças;
- Utilizar taxa de lotação de animais compatível com a capacidade de suporte da pastagem;
- Manter as matas ciliares onde existentes e recompor aquelas que foram suprimidas;

- Recuperar áreas de pastagem degradadas. A integração lavoura-pecuária, por exemplo, é uma das alternativas técnicas para a recuperação dos pastos;
- Proteger as áreas de nascentes e de recarga dos aquíferos;
- Controlar e, se necessário, tratar as cargas orgânicas afluentes aos cursos de água, provenientes da atividade pecuária intensiva (confinamento).

### 6.3 Saneamento Básico

Os principais usos da água no setor de saneamento são para o abastecimento humano, prioritário segundo a Lei nº 9.433/1997, e para a diluição de despejos/efluentes. Em ambos os casos, os principais usuários são as companhias estaduais de saneamento que detêm cerca de 83% das concessões de água e 22% das concessões de esgoto nas sedes municipais. Outros usuários do setor na bacia são as prefeituras e os serviços autônomos de água e esgoto.

Às empresas de saneamento e prefeituras, em relação ao abastecimento, recomenda-se:

- Apropriarem-se dos relatórios do “Panorama Nacional de Saneamento no Brasil”, realizado para o Plano Nacional de Saneamento Ambiental – PlanSab (MCid, 2011) sob a coordenação do Ministério das Cidades e adotarem as metas e recomendações contidas nos documentos;
- Consultar o “Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água” (ANA, 2010) com o objetivo de identificar novos mananciais e soluções para a produção de água em sedes municipais deficitárias;
- Regularizar a situação junto ao respectivo órgão gestor declarando sua real necessidade de consumo de água ao solicitar a outorga pelo uso dos recursos hídricos;
- Implementar programas que visem à redução de perdas físicas, investindo em reposição de redes e equipamentos defeituosos, assim como implementar programas que reduzam a inadimplência no pagamento das tarifas do setor;
- Instalar macro e micro medidores nos sistemas de abastecimento de água;
- Investir em melhorias nas estações de tratamento de água – ETAs, adequando o tipo de tratamento às características de água bruta, de forma a minimizar as perdas de água com lavagem dos filtros;
- Implantar unidades de tratamento de resíduos proveniente da água de lavagem dos decantadores das ETAs e destinar adequadamente o lodo produzido;
- Investir em melhorias nos laboratórios das ETAs, de forma a adequar a qualidade da água tratada aos padrões exigidos pela Portaria nº 2.914/11 do Ministério da Saúde (MS, 2011);
- Apoiar a criação de áreas de proteção ambiental nas nascentes de cursos de água utilizados para captação;



- Proteger e conservar as áreas de recarga dos aquíferos em áreas de ocupação urbana de forma articulada com o planejamento de ocupação do território do município;
- Aplicar parte da receita operacional apurada na bacia para recuperação e conservação ambiental da bacia. Um exemplo de iniciativa é o Programa Estadual de Conservação da Água (Lei nº 12.503), instituído pelo Estado de Minas Gerais em 2006.

Recomenda-se às empresas de saneamento e prefeituras, em relação ao esgoto sanitário:

- Solicitar outorga para lançamento de efluentes domésticos junto aos respectivos órgãos gestores;
- Implantar estações de tratamentos de esgoto – ETEs conforme prioridades recomendadas no programa de efetivação proposto para o enquadramento dos cursos de água;
- Implantar desinfecção de efluentes de ETEs que desaguam a montante de trechos de rios que tem recreação de contato primário, com o objetivo de reduzir a carga de coliformes termotolerantes;
- Considerar a capacidade de diluição do curso de água receptor na concepção do tipo e nível de tratamento de esgoto a ser adotado;
- Tratar 100% do esgoto coletado;
- Para a população não servida por coleta de esgoto sanitário, recomenda-se a construção de fossas sépticas ou outro tipo de tratamento simplificado, extinguindo-se assim o lançamento de esgoto *in natura* nos corpos hídricos;
- Considerar o Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES como fonte de investimentos para implantação de ETEs. Este programa consiste num estímulo financeiro dado pela União na forma de pagamento por esgotos tratados aos prestadores de serviço que investirem na implantação e operação de ETEs. O CBH Paranaíba apoiou, em 2012, as solicitações de alguns municípios da bacia;
- Capacitar os operadores de ETEs;
- Monitorar os efluentes das ETEs com o objetivo de garantir a eficiência de remoção de cargas orgânicas conforme o projetado;
- Incentivar a população a efetuar as ligações domiciliares após a implantação pela concessionária de rede coletora e esclarecer a população, por meio de campanhas, dos benefícios resultantes desta ação.

Por fim, cumpre ressaltar que as prefeituras devem elaborar e efetivar os Planos de Saneamento e os Planos Diretores Municipais, pois são instrumentos de planejamento apropriados para identificar localmente os problemas e traçar linhas de ações.

## **6.4 Indústria e Mineração**

A demanda industrial concentra-se no entorno dos principais centros urbanos e em alguns polos de agronegócio, em especial no eixo de expansão da indústria sucroalcooleira no setor oeste da bacia. A mineração, por sua vez, possui 93% de sua demanda em Minas Gerais. Na bacia a concentração é em Araxá, Tapira, Patrocínio, Lagamar, Serra do Salitre, Cachoeira Dourada de Minas (Águas Termais). Apesar do relativo baixo consumo de água, ambas as atividades possuem alto potencial poluidor.

Desta forma, recomenda-se aos usuários dos setores da indústria e da mineração:

- Regularizar a situação junto ao respectivo órgão gestor declarando sua real necessidade de consumo de água ao solicitar a outorga pelo uso dos recursos hídricos;
- Atender a Lei nº 12.334/2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) de forma que os empreendedores, responsáveis legais pelas ações destinadas à segurança, desenvolvam ações para garanti-la, como a elaboração de Planos de Segurança de Barragens e de Relatórios de Segurança de Barragens;
- Incentivar medidas para utilização racional da água na indústria, independentemente das disponibilidades hídricas locais. As unidades industriais, quando não se valerem da rede pública, deverão evitar a sobrecarga de pequenos rios, tanto como fonte de captação como ponto de lançamento de efluentes;
- Estimular processos produtivos mais sustentáveis, com racionalização do uso de insumos, redução de desperdícios e reciclagem ou reuso de resíduos, trazendo impactos socioambientais positivos. Tais iniciativas podem ser aplicadas, em muitos casos, através de medidas simples. O Programa Minas Sustentável, organizado pela FIEMG e CIEMG, e a estratégia Produção Mais Limpa (P+L) são iniciativas das quais estes setores podem se apropriar;
- O lançamento de efluentes industriais seja na rede pública, onde existir tratamento, seja por meio de sistema de tratamento próprio, deverá observar os limites correspondentes à classe de enquadramento do corpo receptor.

## **6.5 Geração de Energia Elétrica**

A bacia do Paranaíba já possui 73% do potencial de geração hidrelétrica explorado por meio de 20 usinas hidrelétricas (UHEs) – 19 em operação e 01 em construção – e 16 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) – 14 em operação e 02 em construção. O potencial restante de geração está em estudo por meio de 136 PCHs e 27 UHEs amplamente distribuídas na bacia (ANEEL, 2011).

Recomenda-se ao setor, de forma geral, incentivar o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, como a energia eólica, solar e a biomassa, em especial da cana-de-açúcar proveniente das indústrias sucroalcooleiras. Neste último aspecto, deve-se buscar recursos para a implantação de linhas de transmissão originárias de cogeração. A Operação-Programa para Empreendimentos de Cogeração de Energia Elétrica, do BNDES, destina-se a repassar recursos às usinas de açúcar e álcool para a implantação de projetos de cogeração de energia elétrica que utilizem resíduos da cana e que tenham por objetivo a venda de energia elétrica excedente à concessionária de distribuição ou à comercializadora de energia elétrica.

Ao setor de geração de energia hidrelétrica, recomenda-se:

- Desenvolver projetos ambientais com envolvimento da comunidade nos moldes do Cultivando Água Boa, implantado pela Itaipu Binacional na confluência dos rios Paraná e Iguaçu, no oeste do Estado do Paraná. Este programa envolve iniciativas de educação ambiental, manejo conservacionista de uso do solo, promoção da pesca sustentável, criação de corredor ecológico, monitoramento e avaliação ambiental, dentre outras;
- Aplicar parte da receita operacional apurada para recuperação e conservação ambiental da bacia. O Programa Estadual de Conservação da Água, instituído pelo Estado de Minas Gerais em 2006 (Lei nº 12.503), é um exemplo de iniciativa;
- Elaborar estudos que analisem o impacto e a viabilidade da construção de empreendimentos hidrelétricos em uma perspectiva integrada de uso da água, de ecossistemas aquáticos e de qualidade da água;
- Investir em rede de monitoramento hidrológico, de forma a atender a Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 03/2010 que estabelece as condições e os procedimentos a serem observados pelos concessionários e autorizados de geração de energia hidrelétrica para a instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas visando ao monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico, sedimentométrico e de qualidade da água;
- Atender a Lei nº 12.334/2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) de forma que os empreendedores, responsáveis legais pelas ações destinadas à segurança, desenvolvam ações para garanti-la, como a elaboração de Planos de Segurança de Barragens e de Relatórios de Segurança de Barragens;
- Fornecer informações ao Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB), operacionalizado pela ANA, o qual engloba um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação das informações, devendo contemplar barragens em construção, em operação e desativadas;

- Repovoar espécies migradoras de peixes em áreas impactadas pelos barramentos das hidrelétricas.

## **6.6 Navegação**

A hidrovia do Paraná possui um trecho navegável de 170 km no rio Paranaíba a jusante da barragem de São Simão até a sua foz, no encontro com o rio Grande. As travessias de cargas, turísticas e de passageiros de maior relevância neste trecho são efetuadas em duas rotas: entre as cidades de Limeira d'Oeste/MG e São Simão/GO; e entre as cidades de Cachoeira Dourada/MG e Cachoeira Dourada/GO.

Aos usuários de água do setor de navegação, recomenda-se:

- Articular-se junto ao Ministério de Transportes para viabilizar a navegação a montante da UHE de São Simão;
- Ampliar a infraestrutura nos terminais portuários.

## **6.7 Aquicultura**

A aquicultura é relativamente recente na bacia do Paranaíba, mas sua produção já representa 6% da produção nacional. A atividade possui grande potencial de expansão associado principalmente aos reservatórios nos remansos das UHEs Ilha Solteira, Itumbiara e São Simão.

Aos usuários de água do setor de aquicultura, recomenda-se:

- Apoiar pesquisas voltadas ao cultivo e manejo das espécies nativas;
- Fortalecer o associativismo e o cooperativismo;
- Buscar a produção e a qualificação profissional, a integração e a elevação da renda familiar das populações que dependem da atividade;
- Buscar linhas de crédito para investimentos em infraestrutura para piscicultores e cooperativas;
- Montar rede de extensão e assistência técnica aos produtores;
- Criar estações de alevinagem e de distribuição de alevinos, além da assistência técnica aos piscicultores;
- Criar infraestrutura de beneficiamento e comercialização da produção mediante o fomento a arranjos produtivos locais;
- Identificar locais propícios para a implantação de projetos de aquicultura;
- Desenvolver a criação intensiva de peixes em tanques-rede em grandes rios e nos grandes reservatórios.

## **6.8 Turismo, Lazer e Pesca Esportiva**

O turismo relacionado aos recursos hídricos na bacia possui destaque nacional nas áreas com ocorrência de águas termais em Araxá/MG, Rio Quente/GO e Caldas Novas/GO. Em alguns lagos, em especial no Lago Paranoá, em Brasília, também ocorrem com frequência atividades de contato primário, além de atividades náuticas.

A pesca esportiva tem importante dimensão na bacia do rio Paranaíba, sendo praticada principalmente nos lagos formados pelas usinas hidrelétricas, em especial os lagos das UHEs de Emborcação e Nova Ponte, assim como no trecho do curso principal do rio Paranaíba localizado no município de Tupaciguara/MG, margeado pelo lago da UHE Itumbiara. A atividade é regulamentada pela Portaria IBAMA nº 30/2003.

Aos usuários de água do setor de turismo, lazer e pesca esportiva, recomenda-se:

- Fortalecer a organização do setor de turismo e da pesca esportiva;
- Desenvolver o turismo relacionado aos recursos hídricos, integrado a iniciativas de conscientização e educação ambiental;
- Investir na capacitação dos profissionais do turismo;
- Explorar o potencial turístico da região em recursos hídricos para alavancar a geração de renda e emprego por meio de atividade sustentável ambientalmente;
- Desenvolver projetos e roteiros turísticos que envolvam a água como principal atrativo, em especial nos segmentos do ecoturismo, turismo náutico, turismo de aventura e turismo de pesca;
- Respeitar o período de defeso (período de suspensão da atividade pesqueira em função da reprodução das espécies). Segundo a Instrução Normativa nº 25/2009 do IBAMA, a pesca é proibida no período entre 01 de novembro e 28 de fevereiro do ano seguinte.

## **6.9 Poder Público**

A importância e o grande número de atribuições dos órgãos outorgantes e gestores de recursos hídricos e de meio ambiente, em relação ao cumprimento das metas do Programa de Investimentos do PRH Paranaíba deve-se ao fato de que estão relacionadas a atividades essenciais para o funcionamento dos comitês e a implantação dos instrumentos de gestão previstos pela Política Nacional de Recursos Hídricos.

O conceito de fortalecimento institucional aplicado ao SINGREH corresponde ao funcionamento de cada entidade componente do sistema de forma integrada. Para que a integração entre as instituições seja possível, tornam-se necessários procedimentos de garantia de continuidade dos trabalhos, infraestrutura e pessoal habilitado para desenvolvimento das atividades e de nivelamento de conhecimentos e critérios técnicos com vistas ao ajuste de funcionamento do sistema de gerenciamento das águas.

A estruturação dos órgãos gestores de recursos hídricos, dentre outros objetivos, visa instituir procedimentos de garantia da continuidade dos trabalhos dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia Hidrográfica e o respeito aos calendários de reuniões ordinárias e extraordinárias, por intermédio da indicação imediata de novos representantes por parte dos governos estaduais para a substituição de representantes governamentais que, por qualquer motivo, tenham se desligado dos referidos órgãos colegiados. Ocorre que a desativação temporária de conselhos estaduais a cada troca de governo, ou mesmo de dirigentes de órgãos estaduais, inviabiliza, muitas vezes, o prosseguimento dos trabalhos de implantação da Política Nacional e das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos. No caso dos Comitês de Bacia Hidrográfica, a ausência de representação do governo de uma unidade federada pode representar atraso ou mesmo a inviabilização de decisões importantes para a gestão das águas na bacia.

Para o êxito das metas estabelecidas será necessário o comprometimento em designar servidores para desempenho de funções exclusivamente voltadas para a implantação dos programas do PRH Paranaíba, por parte dos dirigentes dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos. O objeto deste compromisso deverá concretizar-se pela celebração de Acordos de Cooperação com vista ao aumento do grau de integração das políticas setoriais.

Ao Poder Público, recomenda-se:

- Fortalecer a representação no SINGREH;
- Incorporar/considerar o PRH Paranaíba nas atividades;
- Incorporar/considerar o PRH Paranaíba no planejamento setorial;
- Fortalecer institucionalmente os órgãos gestores de recursos hídricos, de modo a consolidar o modelo de integração do CBH Paranaíba, aprofundar a implantação dos instrumentos de gestão e implementar os programas e ações do PRH Paranaíba;
- Fortalecer os Conselhos de Recursos Hídricos;
- Estimular a organização dos usuários de água e a sociedade civil para que participem mais intensamente na gestão de recursos hídricos;
- Promover adequação e complementação do arcabouço legal para implementação integrada, simultânea e harmonizada do SINGREH e de seus instrumentos em toda a bacia.

- Promover adequação e complementação do arcabouço legal para estabelecer compensações de impactos ambientais de empreendimentos sequenciando reservas legais de modo a criar corredores ecológicos principalmente nas áreas que contornam os cursos d'água.
- Estimular a criação e o funcionamento dos comitês de bacia em suas áreas de atuação ou delegar as competências dos comitês, onde eles não estejam instalados, ao respectivo Conselho de Recursos Hídricos ou ao próprio CBH Paranaíba.

## **6.10 Sociedade Civil**

A participação da Sociedade Civil com atuação na gestão das águas marca o diferencial da Política de Recursos Hídricos estabelecida pela Lei das Águas em relação às demais políticas públicas. A criação, o fortalecimento e a capacitação desse segmento são fundamentais para o cumprimento das metas do Programa de Investimento.

A articulação entre os segmentos componentes do comitê – o Poder Público, os Usuários e a Sociedade Civil – contempla aspectos dialógicos imprescindíveis para o desenvolvimento das atribuições do comitê no SINGREH e nos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, estabelecidos pelas políticas nacional, estadual e distrital de Recursos Hídricos.

À Sociedade Civil, recomenda-se:

- Fortalecer a organização e a representação no SINGREH;
- Capacitar seus integrantes para participar da gestão de recursos hídricos;
- Acompanhar a implementação do PRH Paranaíba e pleitear o cumprimento das metas previstas;
- Promover atividades que visem à recuperação e proteção da bacia hidrográfica;
- Promover atividades de educação ambiental, mobilização social e comunicação, estimulando o conhecimento sobre recursos hídricos e ampliando a participação da sociedade como um todo na gestão da água.

## 7 Conclusões

A bacia do rio Paranaíba se caracteriza por um enorme potencial de desenvolvimento que é expresso pelo seu clima, a presença de grandes extensões de solos aptos para a agricultura e pecuária, a disponibilidade de água tanto superficial quanto subterrânea, a existência de importantes ocorrências minerais e de fontes de geração de energia. A região conta ainda com grande biodiversidade, que está associada à ocorrência dos biomas Cerrado e Mata Atlântica e aos ecossistemas aquáticos, que incluem espécies raras e endêmicas. A estas características soma-se a sua localização geográfica, em importante eixo que conecta as regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Por todos estes aspectos, a bacia deverá reforçar, de forma crescente nos próximos anos, seu papel na economia do País. O desafio que está posto é compatibilizar este desenvolvimento em bases sustentáveis e sem perder de vista a necessidade de enfrentamento das importantes questões que a realidade atual impõe.

É na perspectiva de apoiar de forma direta o enfrentamento destes desafios que o PRH Paranaíba e os Planos de Ação de Recursos Hídricos – PARH foram concebidos e elaborados. Por mais variadas que sejam as questões a ser enfrentadas, a água se destaca como agente capaz de permear e integrar ações em torno de temas relevantes e variados tais como saúde, trabalho e lazer, aspectos que influenciam diretamente a qualidade de vida do homem.

O recurso hídrico da bacia se revela como estratégico para atendimento da ampla diversidade de usos atualmente instalados na região, que envolve, por exemplo, abastecimento público, irrigação, indústria, geração elétrica e pesca/aquicultura. Assim, promover o desenvolvimento em bases sustentáveis requer necessariamente a compatibilização das demandas atuais e futuras da sociedade em relação à água nos seus aspectos quantitativo e qualitativo.

Ao mesmo tempo em que a elaboração do PRH Paranaíba representa uma oportunidade de repensar o desenvolvimento da bacia sobre a ótica da sustentabilidade na utilização da água, ele propõe diversos desafios aos atores que serão responsáveis por torná-lo uma realidade, ou seja, implementá-lo.

A desagregação do PRH Paranaíba para a unidade de gestão hídrica torna-se um importante instrumento na medida em que apresenta informações e, em especial, intervenções e investimentos necessários na escala das bacias afluentes, fomentando o diálogo da sociedade local e dos CBHs de bacias afluentes com o planejamento setorial, o CBH Paranaíba e os conselhos e órgãos gestores de recursos hídricos. Em última instância, promove o fortalecimento do próprio sistema de recursos hídricos.



Cabe destacar a necessidade de valorização do planejamento tanto como instrumento de gestão como orientador do processo de tomada de decisão. Assim, o PRH Paranaíba não deve ser considerado como instrumento estático. As experiências na sua implementação, tanto exitosas quanto aquelas com menos sucesso, devem retroalimentá-lo, de modo que seja um instrumento vivo e prático de tomada de decisão. A mobilização crescente da sociedade em prol do comprometimento pelo uso sustentável da água para as atuais e futuras gerações deve ser uma meta a ser sempre perseguida.

Os desafios que hoje estão postos são bastante evidentes na bacia. Manifestam-se tanto usos competitivos da água como a deterioração de sua qualidade, reflexo do processo histórico de ocupação da bacia sem os investimentos necessários em saneamento, proteção ambiental e ordenamento territorial urbano e rural.

O futuro reserva também questões importantes a serem enfrentadas e que são resultados das projeções do expressivo crescimento da população e da atividade agropecuária, que representa uma das mais importantes vocações da bacia. Nas visões de futuro, construídas a partir dos cenários, os resultados apontam inequivocamente para o expressivo incremento do uso da água e das cargas poluidoras, condições nas quais os conflitos se multiplicam e a qualidade da água é seriamente comprometida.

Para fazer frente ao quadro atual e futuro, o PRH Paranaíba propõe um conjunto amplo de ações a serem implementadas nos próximos 20 anos, o horizonte de planejamento, e que se desdobram essencialmente em diferentes abordagens: o fortalecimento do sistema de gestão de recursos hídricos; a articulação da política de recursos hídricos com outras políticas públicas e iniciativas privadas, incluindo a conservação ambiental; e a ampliação do conhecimento como subsídio ao gerenciamento.

O fortalecimento do sistema de gestão resulta, em última instância, na própria consolidação da política de recursos hídricos. Para que isso seja possível, é exigida uma ação continuada, coordenada e focada dos entes que compõem o sistema – órgãos gestores, comitês de bacia e conselhos de recursos hídricos – visando ao adequado funcionamento dos instrumentos legais de gestão: planos, outorga, cobrança, enquadramento e sistemas de informações. A capacidade do sistema de superar suas carências, criar parcerias, mobilizar e capacitar pessoas e ser inovador, adequando-se à dinâmica de transformação da bacia, são elementos centrais. Sem este núcleo essencial, as outras abordagens que o PRH Paranaíba propõe possivelmente terão poucas chances de sucesso.

À medida que a gestão de água se fortalecer na bacia, os entes do sistema de gestão terão maior capital humano e estrutura para realizar a interlocução com outros setores, de modo a criar parcerias e aproveitar oportunidades que permitam integrar políticas públicas federais, estaduais e municipais, tomando proveito também de iniciativas privadas. Esta integração de ações, apesar de

apresentar muitos desafios na sua execução, tem o potencial de criar experiências exitosas, que poderão ser posteriormente divulgadas e multiplicadas na bacia.

A complementariedade das políticas públicas e iniciativas privadas foi considerada no PRH Paranaíba também no contexto da água em sua dimensão ambiental. Questões como o adequado manejo do solo na área rural, a recuperação de matas ciliares e a preservação de ecossistemas aquáticos são temas relevantes e oportunidades para que o PRH se integre a outras ações de gestão ambiental na bacia.

Ao demandar uma abordagem ampla sobre uma grande diversidade de temas, o PRH também realiza a sistematização de grande quantidade de dados e informações de várias áreas correlacionadas aos recursos hídricos. Neste processo, são identificados gargalos importantes de conhecimento sobre os recursos hídricos. A fim de superar esta deficiência, o PRH Paranaíba propõe estudos específicos e a elaboração de projetos, que visam fornecer os subsídios necessários para orientar o aproveitamento e a gestão da água em bases sólidas.

O PRH Paranaíba, ao tratar esta grande diversidade de questões enfrentadas na gestão de recursos hídricos, que, por sua natureza, são multidisciplinares e inter-relacionados em diferentes escalas temporais e espaciais, apresenta um programa de ações amplo e desafiador. O desafio se materializa nas metas propostas e nos recursos financeiros exigidos que, apesar de elevados, estão disponíveis, de modo geral, nos orçamentos da União e das unidades da federação que compõem a bacia. Adquire mais força ainda, pois requer capital humano qualificado para o processo negocial de superação de entraves e obstáculos exigida pela própria natureza dos PRHs.

Nesta perspectiva, cabe destacar que a implantação do PRH Paranaíba tem no seu núcleo a exigência de ações integradas e focadas de órgãos gestores de recursos hídricos e do CBH Paranaíba e CBHs de bacias afluentes. A sua capacidade de articulação e de interlocução com os atores externos ao sistema de gestão de recursos hídricos será crucial para o êxito de várias das ações propostas. Muitas expectativas da bacia, manifestadas por meio de metas do PRH, somente poderão ser concretizadas com o envolvimento de governos, instituições, organismos e empresas que não têm participação ou muitas vezes interesse direto pela água. Estes elementos apontam que a execução do PRH Paranaíba deve ser compreendida como um processo contínuo e uma construção coletiva em que atores precisam ser constantemente mobilizados, de modo a se tornarem partícipes da gestão.

## Referências Bibliográficas e Documentos Consultados

- Adasa – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal. Resolução nº 293/2006. Estabelece o Marco Regulatório de procedimentos e critérios de outorga de direito de uso de recursos hídricos na Bacia do Ribeirão Pípiripau, considerando a regularização das intervenções e usos atuais. 2006.
- \_\_\_\_\_. Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal - PGIRH-DF. Brasília: [S.I] 2007.
- \_\_\_\_\_. Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal - PGIRH-DF (Revisão): Relatório Síntese. Brasília: [S.I] 2012.
- AHRANA – Administração da Hidrovia do Paraná. Dados e Informações: Hidrovia do Rio Paraná. Disponível em: <<http://www.ahrana.gov.br/>>. 2012.
- Almeida, L. A., Resende, L., Rodrigues, A. P., Campos, J. E. G. 2006. Hidrogeologia do Estado de Goiás. SIC/SGM, Goiânia, 2006.
- \_\_\_\_\_. Panorama da Qualidade das Águas Subterrâneas no Brasil. ANA, 2007.
- \_\_\_\_\_. Atlas Brasil: abastecimento urbano de água. Brasília: ANA, 2010a.,
- \_\_\_\_\_. Estimativa das Áreas Irrigadas e Consumo de Água, Utilizados pela Agricultura Irrigada na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba - Relatório Final. ANA - Agência Nacional de Águas. Brasília. 2010.
- \_\_\_\_\_. HidroWeb - Sistema de informações hidrológicas. Disponível em: <<http://hidroweb.ana.gov.br/>>. 2010.
- \_\_\_\_\_. Nota Técnica SPR/ANA nº 14/2011. Estudos Hidrológicos na bacia do rio Paranaíba. 2011.
- ANA & ANEEL. Resolução Conjunta nº 03/2010: Estabelece as condições e os procedimentos a serem observados pelos concessionários e autorizados de geração de energia hidrelétrica para a instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas visando ao monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico, sedimentométrico e de qualidade da água associado a aproveitamentos hidrelétricos. Brasília, 2010.
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica; FUB/UnB – Universidade de Brasília. Regionalização de Vazões - sub-bacias 60, 62, 63, 64 e 65. Brasília: ANEEL: FUB/UnB, 2000.
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico – SIGEL: shapefile com dados dos empreendimentos de geração hidrelétrica no Brasil. Disponível em: <<http://sigel.aneel.gov.br/>>. Acesso em: abril de 2011.

- Aquino, P. P. U., M. Schneider, M. J. Martins-Silva, C. Padovesi-Fonseca, H. B. Arakawa & D. R. Cavalcanti. Ictiofauna dos córregos do Parque Nacional de Brasília, bacia do Alto Rio Paraná, Distrito Federal, Brasil Central. *Biota Neotropica*, 9: 217-230, 2009.
- Bonfim, Luiz Fernando Costa. Mapa Hidrogeológico da Folha SE22 (Goiânia). Projeto Carta Hidrogeológica do Brasil ao milionésimo. Serviço Geológico do Brasil (CPRM), 2010.
- Bonfim, Luiz Fernando Costa. Mapa Hidrogeológico da Folha SE23 (Belo Horizonte). Projeto Carta Hidrogeológica do Brasil ao milionésimo. Serviço Geológico do Brasil (CPRM), 2010.
- BRASIL. Resolução 357/2005 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/>>. 2005.
- BRASIL. Lei nº 9.433/1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Brasília, 1997.
- BRASIL. Lei nº 12.334/2010. Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB e cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens – SNISB. Brasília, 2010.
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Projeto GeoSafras: estimativas de áreas cultivadas de café, cana-de-açúcar e grãos. Disponível em: <<http://geoweb.conab.gov.br/conab/>>. 2009.
- CONSAM; NATURAE; MAIS VERDE; SCIENTIA; ENGEVIX. Estudo Integrado das Bacias Hidrográficas para Avaliação de Aproveitamentos Hidrelétricos (EIBH) da Região do Sudoeste Goiano. [S.l.]. 2005.
- CPRM – Serviço Geológico do Brasil. Mapa de Domínios e Subdomínios Hidrogeológicos do Brasil. Mapa analógico e digital (SIG). Escala 1:2.500.000. 2007.
- \_\_\_\_\_. Sistema de Informações de Águas Subterrâneas – SIAGAS. Dados de poços tubulares por sistemas aquíferos. Disponível em: <<http://siagasweb.cprm.gov.br/>>. 2012.
- DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral. Anuário Mineral Brasileiro: ano-base 2005. [S.I.]. DNPM, 2006.
- \_\_\_\_\_. Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE. [S.l.]. DNPM, 2011a.
- \_\_\_\_\_. Dados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM. Disponível em: <[https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao\\_cfem.aspx](https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx)>. 2011b.

- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasil em Relevo: relevo SRTM – dados e documentação técnica. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br/>>. 2008.
- EPE – Empresa de Pesquisa Energética. Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. [S.l.]. EPE, 2007.
- Fialho, A. P., L. G. Oliveira, F. L. Tejerina-Garro & L. C. Gomes. Fish assemblages structure in tributaries of the Meia Ponte River, Goiás, Brasil. *Neotropical Ichthyology*, 5: 53-60, 2007.
- FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM: ano-base 2007. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. 2010.
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Arquivos shapefile com localização e dados de terras indígenas no Brasil. Disponível em: <<http://mapas2.funai.gov.br/i3geo/>>. Acesso em: setembro de 2012.
- Fundação Biodiversitas. Biodiversidade em Minas Gerais. 2ª ed. Belo Horizonte: [S.I.], 2005.
- Fundação Cultural Palmares. Lista das Comunidades Quilombolas do Brasil, por UF e município. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/quilombola/>>. Acesso em: 2011.
- Goiás, Governo do Estado. Sistema Estadual de Estatística e Informações Geográficas de Goiás – SIEG. Disponível em: <[www.sieg.go.gov.br/](http://www.sieg.go.gov.br/)>. 2011.
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 30/2003: Estabelece normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo território nacional. 2003.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB 2000. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnsb/>>. 2000.
- \_\_\_\_\_. Censo Agropecuário 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- \_\_\_\_\_. Produção Agrícola Municipal 2008 – PAM: culturas temporárias e permanentes. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/>>. 2008a.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa Pecuária Municipal 2008 – PPM: efetivo de rebanhos. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/>>. 2008b.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB 2008. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnsb/>>. 2008c.
- \_\_\_\_\_. Censo Demográfico 2010: Primeiros Resultados - 29/11/10. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: dezembro de 2010.

- IBGE & MMA. Mapa de Biomas do Brasil. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Sistema de Mapas Interativos das Unidades de Conservação do Brasil. Disponível em: <<http://mapas.icmbio.gov.br/>>. Acesso em: 2011.
- IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - Relatório final. Belo Horizonte: IGAM. 2006.
- \_\_\_\_\_. Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais na Bacia do Rio Paranaíba em 2007 - Relatório Anual. Belo Horizonte: IGAM, 2008.
- \_\_\_\_\_. Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais na Bacia do Rio Paranaíba em 2009 - Relatório Anual. Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Belo Horizonte: IGAM, 2010.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Arquivos shapefile com localização e dados de assentamentos rurais no Brasil. Disponível em: <<http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/>>. Acesso em: novembro de 2012.
- Ipeadata. Banco de dados regional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Áreas colhidas e rebanhos efetivos entre 1973 e 2007. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. 2011.
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar: Expandir a produção, preservar a vida, garantir o futuro. Rio de Janeiro : Embrapa Solos, 2009.
- Marçal, A. S. Composição, estrutura e fatores determinantes da ictiofauna de um reservatório neotropical: Cachoeira Dourada, Goiás - Minas Gerais, Brasil. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- MCid – Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS. Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – ano-base 2008. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/>>. 2010.
- \_\_\_\_\_. Plano Nacional de Saneamento Básico – PlanSAB. Brasília, 2011.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 09/2007. Institui e atualiza as áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira. 2007.
- \_\_\_\_\_. Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite – PMDBBS. Disponível em: <<http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas>>. 2008.
- MME – Ministério de Minas e Energia. Plano Nacional de Energia – 2030. Brasília: MME: EPE, 2007.

- MME – Ministério de Minas e Energia; EPE – Empresa de Pesquisa Energética. Plano Decenal de Energia 2008-2017. Brasília: MME/EPE, 2007.
- MS – Ministério da Saúde. Portaria nº 2.914/2011: dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Brasília, 2011.
- MT – Ministério dos Transportes. Plano Nacional de Logística e Transporte – PNLT: relatório executivo. Brasília: MT, 2007.
- MTur – Ministério do Turismo. Plano Nacional do Turismo 2003-2007: diretrizes, metas e programas. Brasília: MT, 2003.
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS: ano-base 2009. Disponível em: <www.rais.gov.br/>. 2009.
- Nogueira, C.; Buckup P.A.; Menezes, N.A.; Oyakawa, O.T.; Kasecker, T.P.; Neto, M.B.R.; da Silva, J.M.C. Restricted-range fishes and the conservation of Brazilian freshwaters. *Plos One* 5(6): 1-10, 2010.
- Oliveira, L.F.C; Silva, M.A.S. Regionalização da Lâmina Suplementar de Irrigação e Época de Semeadura do Milho do Estado de Goiás e Distrito Federal. *Bioscience Journal*, Uberlândia, v. 25, n. 4, p. 43-52, 2009.
- Reis, M.H; Griebeler, N.P; Souza, P.T.M.; Rabelo, M.W.O. Mapeamento de áreas de risco à ocorrência da erosão hídrica no Sudoeste Goiano com base na distribuição espacial de chuvas intensas. *Anais 1º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal*. Campo Grande: Embrapa Informática Agropecuária/INPE, p.219-228, 2006.
- Ribeiro, M.C.L.B.; Perdigão, V.S.J.; Ramos, H.A.C. Ictiofauna. In: Fonseca, F.O. (org.). *Águas Emendadas*. Brasília: SEDUMA, p. 253-272, 2008.
- Rudorff, B. F. T.; Aguiar, D. A.; Silva, W. F.; Sugawara, L. M.; Adami, M.; Moreira, M. A. Studies on the Rapid Expansion of Sugarcane for Ethanol Production in São Paulo State (Brazil) Using Landsat Data. *Remote Sensing*: 2(4), p. 1057-1076, 2010.
- SEMAG & IMASUL. Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia & Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. 2009.
- SEMAD/MG – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais. Nota Técnica de Procedimentos nº 07/2006. Define procedimentos para emissão da Declaração de Área de Conflito – DAC. 2006.

- \_\_\_\_\_. GEOSisemanet – Sistema de informação e dados geoespaciais. Disponível em: <<http://geosisemanet.meioambiente.mg.gov.br/>>. Acesso em: setembro de 2012.
- SEMARH/GO – Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás. Conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental em Goiás: prioridades, estratégias e perspectivas. Goiânia: [S.I.], 2006.
- Velásquez, L. N. M., Branco, O. E. A., Carvalho Filho, C. A., Minardi, P. S. P., Cota, S. D. S., Bomtempo, V. L., Camargos, C. C., Rodrigues, P. C. H., Fiumari, S. L. 2008. Caracterização hidrogeológica dos aquíferos Bauru e Serra Geral e Avaliação das reservas do Aquífero Bauru no Município de Araguari, Minas Gerais. Anais do XV Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, Natal, 2008.
- Viana, J. P. Estrutura da comunidade dos peixes do Ribeirão Sant'ana (Brasília - DF) ao longo de gradientes ambientais. Dissertação de mestrado (não publicada) – Universidade de Brasília, 1989.
- Von Sperling, M. V. Estudos e modelagem da qualidade da água de rios. Belo Horizonte: UFMG – Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2007.
- UDOP – União dos Produtores de Bioenergia. Relação das unidades/destilarias no Brasil. Disponível em: <<http://www.udop.com.br/index.php?item=unidades>>. Acesso em: outubro de 2011.



### **Resoluções da ANA<sup>3</sup>**

Resolução nº 364/2005. Reserva de Disponibilidade Hídrica – ANEEL – AHE Paulistas/GO (UHE São Marcos – Bacia do rio Paranaíba).

Resolução nº 127/2006. Estabelece o marco regulatório de procedimentos e critérios de outorga de direito de uso de recursos hídricos na Bacia do Ribeirão Pipiripau, considerando a regularização das intervenções e usos atuais.

Resolução nº 340/2006. Direito de Outorga – Usuários de recursos hídricos na bacia do Ribeirão Pipiripau.

Resolução nº 489/2008. Direito de Outorga – Transformar Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica em Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos à Furnas Centrais Elétricas S.A. (UHE São Marcos).

Resolução nº 782/2009. Estabelece critérios para o envio dos dados dos volumes medidos em pontos de interferência outorgados em corpos de água de domínio da União.

Resolução nº 562/2010. Direito de Outorga – Marco Regulatório do Uso da Água na bacia do São Marcos.

Resolução nº 564/2010. Direito de Outorga – Altera Resolução nº 489, de 19/08/2008 - Furnas Centrais Elétricas S.A (UHE São Marco e Batalha). 2010.

### **Deliberações do CBH Paranaíba<sup>4</sup>**

Deliberação nº 01/2004 - Institui o Grupo de Apoio à Diretoria Provisória.

Deliberação nº 03/2007 - Aprova o Regimento Interno do Comitê.

Deliberação nº 04/2007 - Define normas, procedimentos e critérios para o processo eleitoral.

Deliberação nº 12/2009 - Aprova os TDRs do Plano de Recursos Hídricos e do Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

Deliberação nº 14/2009 - Aprova o Regimento Interno do Comitê.

Deliberação nº 29/2012 - Aprova a prorrogação do mandato dos Membros e da Diretoria do CBH Paranaíba até 30 de junho de 2013.

---

<sup>3</sup> Acessíveis em: <[www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)>

<sup>4</sup> Acessíveis em: <<http://www.paranaiba.cbh.gov.br/Documentos.aspx>>

## **Portarias e Resoluções do CNRH<sup>5</sup>**

Portaria nº 15/2003 - Designa os membros da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

Portaria nº 23/2004 - Altera a composição da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba

Portaria nº 42/2007 - Designa membro da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

Resolução nº 36/2004 - Prorroga o prazo de mandato da Diretoria Provisória da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

Resolução nº 45/2004 - Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

Resolução nº 57/2006 - Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

Resolução nº 83/2007 - Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

Resolução nº 91/2008 - Dispõe sobre procedimentos gerais para enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.

Resolução nº 134/2011 - Delega competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – ABHA, para desempenhar, como Entidade Delegatária, as funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

---

<sup>5</sup> Acessíveis em: <<http://www.cnrh.gov.br/>>

**ANEXO 1 – Disponibilidade hídrica e demandas (vazões de consumo) nos pontos de controle**

Código	Descrição do Ponto de Controle	Disponibilidade (m <sup>3</sup> /s)		Demanda total de consumo (m <sup>3</sup> /s)			
		Q <sub>7,10</sub>	Q <sub>95%</sub>	Diagnóstico (2010)	Cenário Tendencial (2030)	Cenário Normativo (2030)	Cenário Crítico (2030)
23	Foz do Rio Piedade	5,15	6,88	5,52	5,79	5,94	9,30
36	Estação - 60835000	3,58	5,93	2,17	2,85	1,40	3,17
37	Estação - 60845000	11,13	17,58	5,78	6,55	8,00	14,42
38	Estação - 60855000	7,26	13,03	2,04	2,14	6,11	7,95
39	Foz do Rio da Prata	3,65	6,11	0,83	1,28	6,50	7,26
43	Foz do Ribeirão dos Patos	1,48	2,48	0,15	0,77	5,54	5,62
50	Foz do Rio Arantes	3,53	6,13	0,61	0,96	7,13	7,36
54	Foz do Ribeirão da Reserva	2,01	2,52	0,64	1,48	3,03	3,06

## ANEXO 2 – Demandas (vazões de consumo) nos pontos de controle por setor

AH – Abastecimento humano / I – Indústria / M – Mineração / DA – Dessedentação animal / AI – Agricultura Irrigada

Código	Descrição do Ponto de Controle	Diagnóstico (2010) – m³/s						Cenário Tendencial (2030) – m³/s						Cenário Normativo (2030) – m³/s						Cenário Crítico (2030) – m³/s					
		AH	I	M	DA	AI	Total	AH	I	M	DA	AI	Total	AH	I	M	DA	AI	Total	AH	I	M	DA	AI	Total
23	Foz do Rio Piedade	0,03	0,00	0,000	0,03	5,46	<b>5,52</b>	0,03	0,00	0,000	0,00	5,76	<b>5,79</b>	0,02	0,00	0,000	0,05	5,87	<b>5,94</b>	0,03	0,00	0,000	0,07	9,20	<b>9,30</b>
36	Estação - 60835000	0,01	0,23	0,000	0,14	1,79	<b>2,17</b>	0,00	0,23	0,000	0,02	2,59	<b>2,85</b>	0,00	0,23	0,000	0,09	1,08	<b>1,40</b>	0,00	0,23	0,000	0,10	2,84	<b>3,17</b>
37	Estação - 60845000	0,30	0,10	0,000	0,20	5,18	<b>5,78</b>	0,35	0,11	0,000	0,03	6,07	<b>6,55</b>	0,31	0,10	0,000	0,18	7,40	<b>8,00</b>	0,35	0,10	0,000	0,22	13,75	<b>14,42</b>
38	Estação - 60855000	0,08	0,01	0,000	0,32	1,63	<b>2,04</b>	0,10	0,01	0,000	0,22	1,81	<b>2,14</b>	0,09	0,01	0,000	0,16	5,85	<b>6,11</b>	0,10	0,01	0,000	0,24	7,60	<b>7,95</b>
39	Foz do Rio da Prata	0,04	0,18	0,000	0,14	0,46	<b>0,83</b>	0,04	0,18	0,000	0,10	0,96	<b>1,28</b>	0,04	0,18	0,000	0,03	6,24	<b>6,50</b>	0,04	0,18	0,000	0,09	6,95	<b>7,26</b>
43	Foz do Ribeirão dos Patos	0,00	0,00	0,000	0,08	0,07	<b>0,15</b>	0,00	0,00	0,000	0,05	0,71	<b>0,77</b>	0,00	0,00	0,000	0,02	5,52	<b>5,54</b>	0,00	0,00	0,000	0,06	5,56	<b>5,62</b>
50	Foz do Rio Arantes	0,02	0,00	0,000	0,28	0,32	<b>0,61</b>	0,01	0,00	0,000	0,19	0,75	<b>0,96</b>	0,01	0,00	0,000	0,06	7,06	<b>7,13</b>	0,01	0,00	0,000	0,14	7,20	<b>7,36</b>
54	Foz do Ribeirão da Reserva	0,02	0,19	0,000	0,11	0,32	<b>0,64</b>	0,02	0,19	0,000	0,08	1,19	<b>1,48</b>	0,02	0,19	0,000	0,00	2,82	<b>3,03</b>	0,02	0,19	0,000	0,01	2,84	<b>3,06</b>



 **PRH PARANAÍBA**

